

# POLÍTICA & TRABALHO

12

Setembro de 1996

Georg Simmel: Uma Apresentação  
**Simone Maldonado**

A Ponte e a Porta  
**Georg Simmel**

A Filosofia da Paisagem  
**Georg Simmel**

Cultura Política e Representações Sociais:  
Considerações Metodológicas  
**Maria Antonia Alonso de Andrade**

A Esfera Pública da Cidadania: O Caso do Conselho de Direitos Humanos da  
Paraíba  
**Rubens Pinto Lyra**

Desordens e Reorganizações do Processo Civilizatório  
**Edgard de Assis Carvalho**

Qualidade e Precarização: Organização da Produção e Gestão do Trabalho  
no Setor do Vestuário  
**Jacob Carlos Lima**

Relações de Gênero e Práticas Sindicais:  
Estratégias e Perspectivas  
**Neide Miele**

Memória, Tempo, Narrativas  
**Brasília Carlos Ferreira**

Provar o Espaço: Fotografia e Cidade através das Lentes e das Crônicas de  
Walfredo Rodriguez  
**Mauro Guilherme Pinheiro Koury**

Imaginário Coletivo e Representações Sociais: Um Estudo sobre o Nome das  
Barracas de São João em Campina Grande - Paraíba  
**Valdir José Morigi**

Notas Metodológicas: Os Grupos de Conversação (Group Discussion) e as  
Intervenções Focalizadas (Focus Groups)  
**Lilian Letelier**



PPGS/UFPB

# POLÍTICA & TRABALHO

12

Setembro de 1996

Georg Simmel: Uma Apresentação  
**Simone Maldonado**

A Ponte e a Porta  
**Georg Simmel**

A Filosofia da Paisagem  
**Georg Simmel**

Cultura Política e Representações Sociais:  
Considerações Metodológicas  
**Maria Antonia Alonso de Andrade**

A Esfera Pública da Cidadania: O Caso do Conselho de Direitos  
Humanos da Paraíba  
**Rubens Pinto Lyra**

Desordens e Reorganizações do Processo Civilizatório  
**Edgard de Assis Carvalho**

Qualidade e Precarização: Organização da Produção e Gestão do  
Trabalho no Setor do Vestuário  
**Jacob Carlos Lima**

Relações de Gênero e Práticas Sindicais:  
Estratégias e Perspectivas  
**Neide Miele**

Memória, Tempo, Narrativas  
**Brasília Carlos Ferreira**

Provar o Espaço: Fotografia e Cidade através das Lentes e das  
Crônicas de Walfredo Rodriguez  
**Mauro Guilherme Pinheiro Koury**

Imaginário Coletivo e Representações Sociais: Um Estudo sobre o  
Nome das Barracas de São João em Campina Grande - Paraíba  
**Valdir José Morigi**

Os Grupos de Conversação (Group Discussion) e as Intervenções  
Focalizadas (Focus Groups): Notas Metodológicas  
**Lilian Letelier**

ISSN 0104-8015

REVISTA POLÍTICA & TRABALHO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

---

Coordenação 94/96  
Jacob Carlos Lima

---

Publicação anual do PPGS/UFPe  
Nº 12 - setembro de 1996  
ISSN 0104-8015

### **Conselho Editorial**

Anthony Hall (London School) - Brasília Carlos Ferreira (UFRn) - César Barreira (UFPe) - Cláudia Fonseca (UFRS) - Eliana Monteiro Moreira (UFPe) - Elisa Cabral (UFPe) - Gilvando Sá Leitão Rios (UFPe) - Inaiá de Carvalho (UFBa) - Jacob Carlos Lima (UFPe) - José Arlindo Soares (UFPe) - Maria Antonia Alonso de Andrade (UFPe) - Maria Carmela Buonfiglio (UFPe) - Maria de Nazareth Baudel Wanderley (Unicamp) - Maria Ozanira da Silva e Silva (UFMa) - Marion Aubrée (EHESF-Fr.) - Maristela de Oliveira Andrade (UFPe) - Mauro Guilherme Pinheiro Koury (UFPe) - Neide Miele (UFPe) - Orlando Miranda (USP) - Paulo Henrique Martins (UFPe) - Regina Novais (UFRJ) - Rubens P. Lira (UFPe) - Silvia Ostrowestsky (U. Amiens - Fr.) - Simone Carneiro Maldonado (UFPe) - Vera da Silva Telles (USP)

### **Editor:**

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

---

A apresentação de colaborações e pedidos de compra devem ser encaminhados ao PPGS/UFPe:

**Universidade Federal da Paraíba**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**  
**Campus I - Cidade Universitária**  
**CEP 58051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil**  
**Tel/fax. (083) 216 7204**

---

**Impressão:** Editora Universitária/UFPe

---

Impresso no Brasil  
setembro de 1996

## Sumário

<b>Georg Simmel: Uma Apresentação</b> .....	05
Simone Maldonado	
<b>A Ponte e a Porta</b> .....	10
Georg Simmel	
<b>A Filosofia da Paisagem</b> .....	15
Georg Simmel	
<b>Cultura Política e Representações Sociais:</b>	
<b>Considerações Metodológicas</b> .....	25
M <sup>a</sup> Antonia Alonso de Andrade	
<b>A Esfera Pública da Cidadania:O Caso do Conselho de</b>	
<b>Direitos Humanos da Paraíba</b> .....	40
Rubens Pinto Lyra	
<b>Desordens e Reorganizações do Processo Civilizatório</b> .....	53
Edgard de Assis Carvalho	
<b>Qualidade e Precarização: Organização da Produção e Gestão do</b>	
<b>Trabalho no Setor do Vestuário</b> .....	61
Jacob Carlos Lima	
<b>Relações de Gênero e Práticas Sindicais :</b>	
<b>Estratégias e Perspectivas</b> .....	104
Neide Miele	
<b>Memória, Tempo, Narrativas</b> .....	126
Brasília Carlos Ferreira	

<b>Provar o Espaço: Fotografia e Cidade através das Lentes e das Crônicas de Walfredo Rodriguez</b> .....	139
Mauro Guilherme Pinheiro Koury	
<b>Imaginário Coletivo e Representações Sociais: Um Estudo sobre o Nome das Barracas de São João em Campina Grande - Paraíba</b>	149
Valdir José Morigi	
<b>Entre os Grupos de Conversação (Groups Discussion) e as Intervenções Focalizadas (Focus Groups)</b> .....	164
C.Lilian Letelier	
<b>RESENHAS</b> .....	175
<b>Psicanálise ,Sociologia e História</b> .....	175
Miriam Lifchitz Moreira Leite	
<b>Ecologia e Sociedade</b> .....	179
Laís M. Cardia	
<b>“Sem Título”: A propósito da pose na fotografia de Diane Arbus</b> .....	186
Bertrand Lira	

# GEORG SIMMEL: Uma Apresentação

Simone Maldonado<sup>1</sup>

*A posição do homem no mundo está determinada pela circunstância de que, dentro de toda dimensão das suas propriedades e da sua postura, se acha a todo momento, entre dois limites. Isso se apresenta como estrutura formal da nossa existência, estrutura que nos seus diversos setores, ocupações e destinos se enche a cada momento de um conteúdo sempre distinto. Georg SIMMEL, 1950*

Os dois textos do filósofo e sociólogo Georg Simmel por mim traduzidos do francês (1993), como aliás tem acontecido com artigos e textos seus, pedem não ser simplesmente repassados de um idioma para outro, não nos poupando de justificar a tradução com uma elaboração introdutória à sua leitura.

Antes de qualquer outro comentário, cabe explicitar mais uma vez (Wolff, 1950; Moraes Filho, 1983; Jankélévich, 1993) a dificuldade em traduzir-se os trabalhos de Georg Simmel do alemão, pela própria complexidade do seu texto, assim como as insatisfações a que se expõem os que o tentam traduzir do inglês ou do francês. Muitas vezes se sente que, (re)lidas no original, esta ou aquela frase (quem sabe?... ) adquirissem outro significado, ou se explicitassem mais claramente.

Não obstante, a retomada das idéias deste homem tão pouco compreendido no seu tempo nos impele a contribuir para que mais trabalhos seus estejam acessíveis aos que hoje rediscutem Simmel, confrontando-o e cruzando a sua sociologia com a de Durkheim e a de Max Weber, para falar só de dois contemporâneos seus, desde sempre prestigiados pelo mundo acadêmico.

Outro traço que se acrescenta à complexidade e à originalidade do pensamento de Simmel é a amplitude temática dos seus trabalhos, a maior parte dos quais data do século passado. A epígrafe desta apresentação, por exemplo, se encontra no livro “*La Intuición de la Vida*”, publi-

---

<sup>1</sup>Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba

cação argentina de 1950, mas cujas partes foram certamente escritas muito atrás.

Para alguém que via a sociedade através de formas, em processos de conflito, socialização, individuação, são surpreendentes os momentos em que deparamos com proposições cheias de transcendência nos textos de Simmel, o que lhe teria valido, na época em que os escreveu, o epíteto de psicologista (Wolff, 1950) e o descaso de muitos para com a sua sociologia.

A moderna ciência social, no entanto, (ver Moscovici, 1988.; Moraes e Filho, 1983; Heineman, 1989; Borlandi, 1989; Schmidt, 1989) vem usufruindo cada vez mais de espaços abertos por Simmel à via interpretativa e compreensiva do entendimento da sociedade, mais à maneira do seu amigo e contemporâneo Max Weber do que se imagina. Nessa perspectiva, em que “a nossa tarefa não é acusar nem perdoar, mas só entender” (Simmel, apud Moraes e Filho, 1983), Simmel estudou sociedades secretas, analisou obras de arte, escrutinou os meandros do mundo do dinheiro, e dedicou muito da sua reflexão ao espaço, o que é o caso de “A Ponte e a Porta” e “Filosofia da Paisagem”.

O que importa neste trabalho, é ver sob que aspectos o fez, e também chamar a atenção para o recurso interpretativo e dialógico sugerido por ele ao avaliar os construtos da individualidade humana que estariam subsumidos ao seu conceito de cultura subjetiva. Passemos à primeira parte da tarefa.

O espaço está pensado nos dois artigos aqui expostos, basicamente em termos de associação e dissociação, de exterioridade e de interioridade enquanto disposições do homem perante a natureza que ora transforma em paisagem, ora inscreve em obra de arte. Para Simmel, a capacidade de traçar rotas e de inscrever, exteriorizando o que lhe é interior (pode-se aqui evocar a noção de *Stimmung*), são importantes feitos humanos. À diferença do animal “que supera distancias”, o homem opera o milagre do caminho, percebe tratos de natureza como paisagens, e se dá a processos de associação e de dissociação.

## A Ponte

*Só ao homem é dado associar e dissociar*  
(Simmel, 1993)

Para abordar as possibilidades da díade associação\dissociação, Simmel se vale nesse exercício de exame da ontologia da ponte como

ponto de partida para uma análise espacial das noções de separação\reaproximação como dois aspectos do mesmo ato. Nessa perspectiva, se deixa ver um dos pontos característicos do fazer sociológico e filosófico simmeliano de que mais nos servimos hoje, qual seja a complementaridade dos opostos. Mais do que isso, à semelhança dos “tipos ideais” weberianos, os ‘tipos de sociedade’ e as ‘formas sociais’ de Simmel não só não devem ser buscadas enquanto realidades históricas cabais na sua constituição, como “ganham uma forma empírica somente mediante o seu enfraquecimento(...) por conceitos opostos” (Simmel, 1900, apud Moraes Filho, 1983).

No texto sobre a ponte como metáfora para a “esfera volitiva do homem no espaço”, ela liga partes da paisagem, reaproximando extremidades e compondo o caminho. A porta, outro elemento utilizado por Simmel nesse estudo sobre o espaço, não deixa de estar ligada aos mesmos princípios que a ponte, quais sejam os movimentos e sobretudo as possibilidades da administração do espaço pelo homem e da construção de perspectivas associativas\dissociativas, características da Sociologia simmeliana. Falando da porta, Simmel lembra outros aspectos também opostos entre si, como o abrir e o fechar, o entrar e o sair, que estão ontologicamente ligados à concepção, as possibilidades e o sentido da porta. Nessa análise, a parede e a janela são colocadas em interface com essas possibilidades. Todos esses mecanismos, portas, paredes, janelas, são parte da necessidade humana de dar-se limites, para em seguida lutar para ultrapassá-los, indicando a porta “uma total diferença de intenção a depender se se entra ou se se sai”.

À diferença do silêncio da parede (“a parede é muda, a porta fala”), a janela se aparenta com a porta a título de ligação entre o espaço exterior e interior, porém numa direção unilateral. Nesse ponto, se diferencia dela, que é por natureza bilateral, comportando, como disse há pouco, a possibilidade de entrar e a possibilidade de sair.

A esta altura da tarefa, temos em “A Ponte e a Porta”, ao tratar do espaço, uma série de considerações de Simmel sobre o(s) processo(s) de associação\dissociação, que resultam na bilateralidade da porta, na unilateralidade da janela, no silêncio da parede e na multivocidade da ponte, características de elementos por ele escolhidos para desenvolver o seu raciocínio.

### **A Filosofia da Paisagem**

Passo agora a comentar a Filosofia da Paisagem, em que Simmel retoma a noção de espaço também em termos de associa-

ção\dissociação reforçando os seus pressupostos básicos que são o da impossibilidade das “formas puras” e o da inevitabilidade da relação dos opostos. Neste caso no entanto, à diferença do artigo anterior em que se chega a aspectos da natureza de elementos aparentemente isolados, como a porta, a janela, a parede e a ponte, Simmel trabalha a natureza como forma de totalidade e a paisagem como conjunto de elementos presididos pelo que ele chama **Stimmung**.

Sendo este um dos conceitos fundamentais à leitura e ao entendimento da Filosofia da Paisagem, faz-se necessário um certo esclarecimento do que seja **Stimmung**. Esta palavra, traduzida ao pé da letra, significa estado de espírito, tom, tonalidade, sentimento pessoal. Na versão francesa (Jankélévich, 1993), o termo foi mantido em alemão, e num pé de página, foi explicitado que o seu sentido aproximado seria o da palavra “mood” (que em inglês corresponderia a humor, estado de espírito). Como as versões do texto a mantiveram em alemão, optei por fazer o mesmo. No artigo em questão, é justamente esse sentimento da ordem da subjetividade e da afetividade que vai permitir que um determinado “pedaço de natureza venha a constituir uma paisagem.

Esta é a questão norteadora desta reflexão acerca do espaço: assim como “um monte de livros em si não constitui uma biblioteca”, sendo necessário algo como uma intenção para que tal venha a existir, também a delimitação é uma necessidade para definir a base material da paisagem. Sem um conceito unificador, sem os sentimentos e modos de comportamento, colorações e tonalidades que a própria vida engendra, “um pedaço dissociado da natureza” não se poderia constituir em paisagem.

Já em 1913, data deste trabalho, Simmel falava da **Stimmung** como um horizonte, o conceito unificador que confere sentido aos construtos do olhar que, ao recair sobre a natureza, como que lhe isola um trecho, que mesmo se compondo de “um rio, casas, algumas árvores e o sol brilhando no céu”, não constituiria necessariamente nem de maneira “natural” uma “paisagem”.

Na verdade, trata-se de um processo afetivo exclusivamente humano.

É a subjetividade do olhar que vai permitir que se fale de paisagem quando na verdade o que se poderia ter ao isolar, dissociar elementos da natureza seja na fruição da vista seja na inscrição pictórica da obra de arte, nada mais seria do que “um pedaço de natureza”.

Estes são os pontos sobre que se apoia a reflexão de Simmel nestes dois artigos, e cuja relevância justifica o empenho em os traduzir e apresentar. Em meio à multiplicidade de temas por ele tratados, o trato

fenomenológico do espaço não é dos mais conhecidos nem dos mais comentados atualmente, e nos parece bastante instrumental para os leitores que desejem conhecer peças da sociologia simmeliana assim como para os que estejam à procura de uma análise conceitual sobre o espaço.

### BIBLIOGRAFIA

- BEJÁR, H. (1990). **El ambito íntimo. privacidad, individualismo y modernidad**. Madrid: Alianza editorial.
- CAVALLI, A.. (1989). Georg Simmel y Max Weber: um confronto su alcune questione de metodo. **Rassegna Italiana di Sociologia** XXX (4).
- JANKELÉVITCH, E. (1988). **Georg Simmel, la tragédia de la cultura**. Paris:RivagesRoche.
- MORAES FILHO, Evaristo, Org. (1983). **Simmel**. São Paulo: Ática.
- SIMMEL, G. (1990). **Philosophie de la modernité**. Paris: Payot.
- \_\_\_\_\_. (1977). **Sociologia** 1 e 2. Madrid: Alianza Editorial.

## A PONTE E A PORTA

Georg Simmel

A imagem do exterior nos confronta com a ambiguidade das coisas que tanto podem se interrelacionar por associação-dissociação quanto passar por separadas ou ligadas. As convenções ininterruptas tanto das substâncias como das energias, põem cada objeto em relação com outro, e constituem um cosmos em todos os detalhes. Mas estes mesmos objetos, por outro lado, permanecem votados à impiedosa exterioridade espacial, e como nenhum fragmento de matéria pode ocupar o mesmo lugar que outro, não há real unidade do múltiplo no interior do espaço. E a existência natural, compreendendo também noções que se excluem, parece se subtrair pura e simplesmente à sua aplicação.

Só ao homem é dado, diante da natureza, associar e dissociar, segundo o modo e a intensidade especial em que um supõe saber sobre o outro. Extraindo dois objetos naturais do seu lugar para dizer que estão "separados", nós já os referimos um ao outro na nossa consciência, nós os destacamos juntos do que se intercalava entre eles. E inversamente lembramos daquilo que nós de uma certa maneira começamos por isolar respectivamente; é preciso primeiro que as coisas estejam umas fora das outras para estar em seguida umas com as outras. Seria absurdo, prática e logicamente voltar a unir o que não estava separado, ver o que, num sentido, não permanece separado. A fórmula segundo a qual se conjugam, nas operações humanas estas duas atividades - seria o estado de união ou de cisão que é percebido como naturalmente dado e o seu contrário a cada vez como tarefa que nos é fixada? - esta fórmula então, articula todo o nosso fazer. Num sentido imediato assim como simbólico, corporal e espiritual, a cada instante somos nós que separamos o que está ligado ou voltamos a unir o que está separado.

Os primeiros homens que traçaram um caminho entre dois lugares, cumpriram uma das maiores tarefas humanas. Mesmo que podendo circular de um lugar para outro, ligando-os por assim dizer subjetivamente, ainda foi necessário que gravassem visivelmente o caminho sobre a terra para que esses lugares pudessem ser ligados de novo; o desejo de junção passava então a ser uma tomada de forma das coisas oferecidas a

essa vontade a cada vez, sem depender cada vez mais da frequência ou da variedade dos trajetos recomeçados. A construção de estradas é de certa maneira uma prestação especificamente humana; o animal também não deixa de superar distâncias, e sempre do modo mais hábil e mais complexo, mas ele não faz ligação entre o começo e o fim do percurso, ele não opera o milagre do caminho: a saber, coagular o movimento por uma estrutura sólida, que parta dele.

É com a construção da ponte que esta prestação atinge o seu ponto máximo. Aqui parecem se opor à vontade humana de juntar espaços não só a resistência passiva da exterioridade espacial mas a resistência ativa de uma configuração particular. Superado o obstáculo, a ponte simboliza a extensão da nossa esfera volitiva no espaço. Para nós, e só para nós, as margens do rio não são apenas exteriores uma à outra, mas “separadas”; e a noção de separação estaria despojada de sentido se não houvésemos começado por uni-las, nos nossos pensamentos finalizados, nas nossas necessidades, na nossa imaginação. Mas a partir desse momento, a forma natural vem esposar essa noção como por uma intenção positiva, e a separação parecerá desde então intervir entre os elementos tomados em si e por si, a fim de que o espírito, conciliando, unificando, a ultrapasse cada vez mais.

A ponte se torna um valor estético, não somente quando estabelece, nos fatos e para a realização dos seus objetivos práticos uma junção entre termos dissociados, mas também na medida em que a torna imediatamente sensível. Ela oferece ao olhar, ligando as partes da paisagem, o mesmo suporte que oferece ao corpo para satisfazer a realidade da praxis. A simples dinâmica do movimento, em cuja efetividade vem se esgotar a cada vez o “objetivo” da ponte se faz visualmente durável, assim como o quadro imobiliza à sua maneira o processo vital, físico e psíquico pelo qual se cumpre a realidade do homem, e que ele comprime numa única visão - estável pela sua intemporalidade, como não mostra nem pode mostrar a realidade factual - toda a agitação desta realidade que decorre no tempo. A ponte empresta um sentido último, superior a todo o sensível, uma figura particular que não mediatiza nenhuma reflexão abstrata e que recolhe em si a significação prática da ponte, trazida à forma visual, como a obra de arte pode proceder com o seu “objeto”. Não obstante, com relação a esta última, a ponte apresenta uma diferença: ela se integra, com toda a sua faculdade de síntese que ultrapassa a natureza, à imagem da própria natureza. Para o olhar, a ponte se encontra numa relação bem mais estreita e bem menos fortuita com as margens por ela ligadas, do que por exemplo, uma casa com o terreno que a comporta e desapare-

ce debaixo dela, ao olhar. Em geral, percebe-se uma ponte numa paisagem como um elemento “pitoresco”; com ele, efetivamente, a contingência do dado natural se eleva à unidade, uma unidade totalmente espiritual sem dúvida. Mas essa unidade, pela sua visibilidade imediata no espaço não possui menos valor estético de que a arte oferece a versão pura, quando ela realiza o seu ideal insular, a unidade das realidades simplesmente e naturalmente produzidas pelo espírito.

Enquanto na correlação entre divisão e reunião, a ponte acentua o segundo termo e supera o distanciamento das suas extremidades ao mesmo tempo que o torna perceptível e mensurável, a porta ilustra de maneira mais clara até que ponto separação e reaproximação nada mais são do que dois aspectos do mesmo ato. O primeiro homem que construiu uma cabana, revelou, como o primeiro que traçou um caminho, a capacidade humana específica diante da natureza, promovendo cortes na continuidade infinita do espaço e conferindo-lhe uma unidade particular conforme a um só e único sentido. Uma porção de espaço se encontrava assim ligado a si e cindido de todo o resto do mundo. A porta, criando por assim dizer uma junção entre o espaço do homem e tudo o que se encontra fora dele, abole a separação entre o interior e o exterior. Como ela pode também se abrir, o fechá-la dá a impressão de um fechamento, de um isolamento ainda mais forte, face a todo espaço lá fóra, do que a simples parede inarticulada. Esta última é muda enquanto que a porta fala. Para o homem é essencial, ao mais profundo dar-se limites, mas livremente, quer dizer de maneira que possa vir a suprimir tais limites e se colocar fora deles.

O finito onde estamos todos situados de certo modo está ligado ao infinito do ser físico e metafísico. A porta se torna então a imagem do ponto fronteiro onde o homem, em permanência, se mantém ou pode se manter. A unidade interrompida à qual ligamos um pedaço determinado por nós do espaço infinito, nos liga por sua vez a este último: nela o limite se aproxima do ilimitado, não através da geometria morta de um fechamento estritamente isolante, mas através da possibilidade de uma troca durável - à diferença da ponte que liga o finito ao infinito; mas que por sua vez nos conduz, quando a atravessamos, a estas realidades sólidas e nos terá forçosamente concedido, antes que a habituação cotidiana nos retarde as reações, o bizarro sentimento de planar por um instante entre o céu e a terra. Enquanto a ponte, linha estendida entre dois pontos, prescreve uma segurança, uma direção absolutas, a porta é feita de modo que por ela a vida se expande além dos limites do ser-para-si isolado, até na ilimitação de todas as orientações.

Se, na ponte, os fatores de dissociação e de religamento se cruzam de tal maneira que o primeiro mais parece coisa da natureza, o segundo parece coisa do homem, um e o outro, com a porta se concentram de modo mais igual enquanto prestação humana. Aí está o sentido mais rico e mais vivo da porta comparada à ponte, sentido que se revela logo pelo fato de que é indiferente atravessar uma ponte numa direção ou na outra, enquanto a porta indica ao contrário uma total diferença de intenção a depender se se entra ou se se sai. Nisso ela se distancia também do sentido da janela, se bem que esta, a título de ligação entre o espaço interior e o mundo exterior, se aparente à porta. O sentimento teleológico, quando se trata da janela, vai quase unicamente do interior ao exterior: ela serve para olhar para fora e não para dentro. Sem dúvida, ela estabelece, em virtude da sua transparência, a ligação entre o interior e o exterior por assim dizer cronicamente e continuamente; mas a direção unilateral que ela imprime a essa ligação e a restrição que a limita como um caminho para o olhar, conferem à janela só uma parte da significação profunda e principal da porta.

É certo que a situação particular pode também acentuar um aspecto da sua função, mais que outro. Nas catedrais romanas ou góticas a abertura das paredes se estreita progressivamente no sentido da porta estritamente dita e quando se a atinge entre meias colunas e imagens cada vez mais próximas uma da outra, o sentido atribuído a esse genero de portas é visivelmente que elas conduzem para o interior e não para o exterior, sendo este segundo caso um uma questão de necessidade. Uma tal estrutura conduz o chegada pelo caminho certo, como uma segurança,, como uma doce pressão vinda de si mesmo. (Esta significação prolonga, e eu a menciono por analogia, a sucessão dos pilares entre a entrada e o altar-mór. Pela sua proximidade que forma perspectiva, esses pilares mostram a via, nos guiam sem tolerar qualquer hesitação - e não seria assim se nós percebêssemos realmente a sua disposição paralela; pois o fim não apresentaria nenhuma diferença com o começo e nada marcaria onde devemos começar e terminar. Mas tão maravilhosamente quanto se usa aqui da perspectiva para a progressão ao interior da igreja, ela se presta também ao encaminhamento inverso e deixa então a sucessão de pilares nos conduzir, por uma retração idêntica, do altar-mór à entrada. Só a forma exteriormente cônica da porta faz da entrada, por oposição à saída, o sentido daquela sem o menor equívoco. Mas se trata justamente de uma situação única no seu genero, que simboliza o fato de que com a igreja o movimento da vida, orientado em partes iguais do interior para o exterior ou do exterior para o interior, se termina e se vê substituído enquanto

única orientação. Quando à vida no plano terrestre, que joga a cada instante uma ponte entre as coisas despojadas de lugar, ela se encontra tanto no interior como no exterior da porta em cada um desses instantes, porta por onde ela sai do seu ser-para-si a fim de entrar no mundo, na mesma medida em que ela sai do mundo para entrar de novo no seu ser-para-si.

As formas que regem a dinâmica da nossa vida são de certo modo trazidas pela ponte e pela porta à duração sólida de uma criação visível. Elas não são simplesmente elementos adequados para assumir a pura teleologia funcional dos nossos movimentos mas a imobilizam na sua forma em obras plásticas convincentes. A considerar os acentos opostos que dominam no efeito dado, a ponte vai mostrar como o homem unifica a cisão do ser puramente natural, e a porta, ao contrário, como deste ser natural ele cinde a uniformidade contínua. É na significação estética geral obtida por esta visualização de um elemento metafísico e por esta estabilização de um elementos funcional que repousa o valor especial, para as artes plásticas, da ponte e da porta. Se sem dúvida se pode atribuir ao valor artístico da sua simples forma a frequência com a qual a pintura se serve de um e de outro, se produz igualmente aí esse encontro misterioso pelo qual a importância e a perfeição puramente artísticas de uma figura se apresentam sempre ao mesmo tempo, como expressão exaustiva de um sentido não visível em si, psíquico ou metafísico: o interesse estritamente pictórico, ligando-se somente à forma ou à côr, do rosto humano, por exemplo, é então satisfeito ao ponto máximo quando a representação deste compreende o maior grau de animação e de caracterização espiritual.

Porque o homem é o ser de ligação que deve sempre separar, e que não pode religar sem ter antes separado - precisamos primeiro conceber em espírito como uma separação a existência indiferente de duas margens, para ligá-las por meio de uma ponte. E o homem é de tal maneira um ser-fronteira, que não tem fronteira. O fechamento da sua vida doméstica por meio da porta significa que ele destaca um pedaço da unidade ininterrupta do ser natural. Mas assim como a limitação informe toma figura, o nosso estado limitado encontra sentido e dignidade com o que materializa a mobilidade da porta: quer dizer com a possibilidade de quebrar esse limite a qualquer instante, para ganhar a liberdade.

# A FILOSOFIA DA PAISAGEM

Georg Simmel

Inúmeras vezes nos acontece atravessar a natureza e perceber, nos graus de atenção os mais diversos, árvores, cursos d'água, colinas e casas e as mil transformações em todos os gêneros da luz e das nuvens - mas notar que um detalhe ou mesmo contemplar aqui e acolá, não bastam ainda para nos dar a consciência de ver uma "paisagem". Para chegar a esse ponto, tudo o que precisamos é que um certo conteúdo do campo de visão cativa o nosso espírito. A consciência deve ter, além dos elementos, um novo conjunto, uma nova unidade, não ligados às significações particulares dos primeiros nem compostos mecanicamente da sua soma, para que ocorra a paisagem. Se não estou enganado, raramente nos damos conta de que ainda não há paisagem quando todo tipo de coisas se encontram justapostas sobre um pedaço de solo, e são ingenuamente olhadas. Quanto ao curioso processo de caráter espiritual com que se engendra a paisagem passo a tentar interpretá-lo a partir de um certo número das suas condições pré-existentes e das suas formas.

Para começar: que elementos visíveis num canto da terra pertençam à "natureza" - eventualmente com obras humanas que se integrem a ela - e não sejam traçados de ruas com grandes lojas e automóveis, isso ainda não faz de um lugar uma paisagem. Pelo termo natureza, entendemos a cadeia sem fim das coisas, o nascimento e o aniquilamento ininterruptos das formas, a unidade fluida do vir-a-ser, exprimindo-se através da continuidade da existência espacial e temporal. Quando chamamos qualquer realidade de natureza, ou estamos designando a sua qualidade interior, a sua diferença com relação à arte e ao artifício como com relação ao ideal e ao histórico; ou ainda o fato de que essa realidade deva passar pelo representante simbólico do ser global acima evocado e que nela ouvimos o rugido da sua onda. "Um pedaço de natureza", é na verdade uma contradição em si; a natureza não tem pedaços; ela é a unidade de um todo, e se se lhe destaca um fragmento, este não será mais inteiramente natureza,

porque não pode valer como tal no seio dessa unidade sem fronteira, como uma onda desse fluxo global a que chamamos natureza.

Quanto à paisagem, é justamente sua delimitação, seu alcance num raio visual momentâneo ou durável que seja, que a definem essencialmente; sua base material ou seus pedaços isolados podem sempre passar por natureza - representada a título de paisagem, ela reivindica um ser-para-si eventualmente ótico, eventualmente estético, eventualmente atmosférico, em suma, uma singularidade, um caráter que o arranca a essa unidade indivisível da natureza, onde cada pedaço só pode ser um lugar de passagem para as forças universal do estar-aí. Olhar como uma paisagem um pedaço de chão com o que ele comporta, é considerar um extrato de natureza, por sua vez, como uma unidade - o que se distancia completamente a noção de natureza.

Este me parece ser o ato do espírito pelo qual o homem vai modelar um grupo de fenômenos para integrá-lo à categoria de paisagem: será uma visão fechada e então percebida como unidade se bastando a ela mesma, se bem que ligada a uma extensão e a um movimento infinitamente mais vastos, se bem que aprisionada em limites não existentes para o sentimento, alojada a um nível subjacente do Um na sua divindade, do Todo na natureza. Constantemente, os limites auto-traçados de cada paisagem respectiva são vencidos e dissolvidos por este sentimento e a paisagem, destacada violentamente, autonomizada é então atormentada pela obscura pré-ciência deste contexto infinito - assim como uma obra humana se apresenta com uma produção objetiva, responsável por si e não obstante permanece ligada de maneira difícil de exprimir, sustentada por esses limites e sempre manifestamente atravessada por sua onda. A natureza que no seu ser e no seu sentido profundos tudo ignora da individualidade, se encontra remanejada pelo olhar humano - que a divide e decompõe em seguida em unidades particulares - nessas individualidades que chamamos de paisagens.

Observamos frequentemente que o “sentimento da natureza” propriamente dito só se desenvolveu na época moderna, e não deixamos de atribuí-lo ao lirismo ao romantismo, etc., o que é, creio eu, um tanto superficial. As religiões das épocas mais primitivas revelam aos meus olhos um sentimento muito profundo da “natureza”. Por outro lado, o gosto pela paisagem, esse produto tão especial, é um tanto tardio, porque sua criação justamente exigiu das formas de vida interiores e exteriores, a dissolução das ligações e das relações originais em benefício de realidades autônomas de caráter diferenciado - essa fórmula maior do universo pós-medieval também permitiu recortar a paisagem na natureza. Não é

de espantar que a Antiguidade ou a Idade Média ignorassem o sentimento da paisagem; o próprio objeto não conhecia ainda esta determinação psíquica nem essa transformação autônoma cujo ganho final fosse confirmado com o surgimento da paisagem na pintura, e de certo modo capitalizado por ela.

Que a parte de um todo se torne por sua vez um conjunto independente, que se destaque do precedente e reivindique seu direito em face dele - eis aí talvez a tragédia mais fundamental do espírito: ela alcança seu pleno efeito na época moderna, onde se apoderou da direção do processo cultural. Nas múltiplas relações nas quais se imbricam homens, grupos e produtos, se destaca diante de nós, rígido, este dualismo em virtude do qual o detalhe aspira a se tornar um todo, enquanto que o seu pertencimento a um conjunto mais amplo lhe concede apenas o papel de membro. Nós sabemos que o nosso centro está ao mesmo tempo fora e dentro de nós: por um lado, nossa pessoa e nossa obra são apenas elementos de totalidades que exigem a nossa adaptação unilateral à divisão do trabalho - e por outro lado desejamos ser e fazer conjuntos acabados que se apoiem sobre si mesmos.

Enquanto daí resultam conflitos e rupturas sem número de ordem social e técnica, espiritual e moral, este mesmo modelo, diante da natureza, produz a riqueza conciliante da paisagem, entidade individual, homogênea, apaziguada em si, que não obstante permanece tributária, sem contradição, do todo da natureza e da sua unidade. Mas para que nasça a paisagem, é preciso inegavelmente que a pulsação da vida, na percepção e no sentimento, seja arrancada à homogeneidade da natureza e que o produto especial assim criado, depois de transferido para uma camada inteiramente nova, se abra ainda, por assim dizer, à vida universal e acolha o ilimitado nos seus limites sem falhas.

Mas, deveremos nós perguntar também, qual é então a lei que determina essa seleção e essa associação? Pois o que nós dominamos por exemplo com um olhar ou no seio do nosso horizonte do momento não é a paisagem, mas ao máximo a sua matéria - assim como um monte de livros não constitui uma "biblioteca" mas se torna uma, sem que se retire nem se acrescente um volume, a partir do instante em que um certo conceito unificador a envolve e lhe confere uma forma. Só que a fórmula que inconscientemente engendra a paisagem como tal, não se deixa estabelecer tão simplesmente, quer dizer, não se deixa estabelecer de modo algum em princípio. O material da paisagem que nos entrega a natureza bruta é tão infinitamente diverso, tão mutável de caso em caso, que os

pontos de vista e as formas que, com esses elementos, compõem a unidade da impressão, serão também muito variáveis.

O caminho para chegar ao menos a uma estimativa aproximada me parece passar pela paisagem como obra de arte pictórica. Pois a compreensão de todo o nosso problema se prende ao motivo seguinte: a paisagem no sentido artístico nasce quando se prolonga e se purifica cada vez mais o processo pelo qual a paisagem no senso comum se desprende para todos, da impressão crua que se tem das coisas da natureza tomadas em detalhe. O que o artista faz - subtrair ao fluxo caótico e infinito do mundo, como imediatamente dado, um pedaço delimitado, o alcançar e o formar como unidade aquilo que até então encontra em si seu próprio sentido e cortar os fios que a ligam ao universo - é precisamente o que nós também fazemos, em dimensões menores, sem tantos princípios e de modo fragmentário, pouco seguro das suas fronteiras, quando temos a visão de uma "paisagem" no lugar de um prado e de uma casa, de um riacho e de um cortejo de nuvens.

Uma das mais profundas determinações de toda vida espiritual e produtiva, se desvela aqui. O que nós chamamos cultura comporta uma série de formações que obedecem à sua própria lei, que se colocaram, pela sua suficiência pura além desta vida cotidiana misturada a tantos elementos implicados na prática e o subjetivo: vide a ciência, a religião e a arte. Essas formações certamente podem demandar ser levadas a efeito, mantidas e compreendidas segundo suas normas e idéias intrínsecas, longe de todas as opacidades da vida contingente. Não obstante é ainda um outro caminho que leva à sua compreensão ou mais exatamente há uma via que conduz a um outro entendimento daquilo que elas são. Efetivamente, a vida empírica, que de certa maneira não tem princípio, contém em permanência amostras e elementos dessas formações que, partindo daí, vão se elevar a um nível de desenvolvimento autônomo, cristalizado em torno de uma única idéia própria. Não que haja de um lado todos estes complexos criados pelo espírito e de outro a nossa própria vida que, obedecendo a instintos e objetivos, se apoderasse de certos segmentos dos primeiros a fim de os integrar a si. Não é este processo certamente que é visado aqui, mas a tendência exatamente inversa.

A vida, no seu desenvolvimento contínuo, engendra sentimentos e modos de comportamento que somos obrigados a chamar religiosos, se bem que eles não existam exatamente sob o conceito de religião, nem partam dele propriamente dito: o amor, as impressões da natureza, os impulsos ideais, o devotamento às comunidades humanas de diversas dimensões, apresentam frequentemente essa coloração que não é devida de fato

ao brilho da “religião” previamente estabelecida em toda autonomia. A religião, ao contrário, nasce por sua vez no momento em que o elemento original que acompanha tais experiências vividas, se eleva à existência própria, deixa para trás o seu conteúdo e se condensa por sua auto-atividade nessas formações puras que representam as suas expressões: as divindades - independentemente de saber que sentido e que verdade possuem agora essas figuras na vida própria do dito elemento, uma vez separadas de todas essas formas anteriores. A religiosidade, tonalidade na qual experimentamos inúmeros sentimentos e destinos, não vem - ou vem, pode-se dizer somente - da religião entendida como um domínio transcendente à parte; é a religião que, ao inverso, decorre dessa religiosidade na medida em que esta cria conteúdos por ela mesma, em lugar de se limitar a formar e a tingir os que são dados pela vida, e sempre tomados no seu escabelo.

O mesmo se pode dizer da ciência. Seus métodos e seus critérios, na sua altitude e na sua soberania inatingíveis, não serão formas autonomizadas do conhecimento cotidiano que chegam à hegemonia? Estas últimas não se apresentam certamente como simples meios da praxis, como elementos servidores e de certo modo contingentes estreitamente misturados a tantos outros para constituir a totalidade empírica da vida; mas com a ciência, eis que o conhecimento se torna um fim em si, um domínio do espírito gerado segundo as suas próprias leis - isto dito e levando-se em conta o imenso deslocamento do centro e do sentido, ele ainda nada mais é do que a purificação e a sistematização desse saber dispersado na vida, através do mundo cotidiano.

Longe da banalidade raciocinante que se esforça por armar jogos com as províncias ideais dos nossos valores a partir das zonas passadas da existência: a religião a partir da esperança e da ignorância, o conhecimento a partir dos acasos do sensível servindo nada mais que o sensível - trata-se de bem compreender que essas idealidades fazem parte a priori das energias que determinam a vida; e é preciso que elas legislem nos seus próprios domínios e criem os seus próprios conteúdos sem se ater a um material estrangeiro, para que as nossas esferas de valores cresçam respectivamente em torno da pureza de uma idéia.

Aí temos igualmente a fórmula essencial da arte. Completamente desarrazoado seria deduzi-lo do instinto mimético, do instinto lúdico ou de outras fontes psicológicas em si estranhas: com tal certeza elas se podem misturar à sua fonte autêntica e co-determinar assim sua expressão; a arte enquanto tal, vem de uma dinâmica propriamente artística. Não que ela comece com a obra acabada. A arte vem da vida, certamente, mas

porque e na medida em que a vida como ela é cada vez e por toda parte vivida, contém as energias formadoras cujo efeito puro, autonomizado, apto a determinar seu objeto, passe então a chamar-se de arte. Nenhum conceito de arte sem dúvida opera quando o homem se exprime em palavras em gestos, cotidianamente, ou quando a sua visão modela materiais segundo o sentido e a unidade. Mas em tudo isso, não obstante, atuam modelos que é preciso chamar em suma, artísticos; e quando estes, obedecendo à sua própria lei, desengajados do serviço que os amalgama à vida, dão forma a um objeto em si que é o seu produto puro - trata-se então de uma "obra de arte".

É nessa perspectiva mais ampla que se justifica a nossa interpretação da paisagem a partir dos fundamentos que modelam a nossa imagem do mundo. Sempre que vejamos uma paisagem e não mais um agregado de objetos naturais, teremos uma obra de arte *in statu nascendi*. E quando ouvimos profanos dizer diante da beleza, que bem gostariam de ser pintores para reter aquela imagem, não existe apenas o desejo de fixar uma reminiscência, o que se manifestaria também provavelmente diante de outras impressões - acontece também que uma tal visão da forma artística se torna viva em nós, atua, e que, sem poder acceder a essa criatividade própria, vibra pelo menos no desejo desta, da sua antecipação anterior.

A capacidade artística de cada um se realiza mais na visão da paisagem do que, por exemplo, na dos humanos, e isto por várias razões. Primeiro, a paisagem se levanta perante nós a uma distancia objetiva que beneficia o comportamento artístico, mas não se obtém fácil nem imediatamente quando se trata da visão de outra pessoa. O que se apresenta como obstáculo aqui, é a diversidade entre a simpatia e a antipatia, as implicações práticas e sobretudo as premonições ainda mal definidas, do tipo, "que poderia bem significar para o nós o indivíduo em questão, sendo ele um fator da nossa vida" - sentimentos muito obscuros e muito complexos certamente, que parecem no entanto influenciar toda a nossa maneira de ver os seres, aí incluídos os mais estranhos a nós.

À dificuldade de tomar uma distancia serena para com a imagem humana comparada à paisagem, acrescenta-se o que se pode chamar a sua resistência (da imagem humana) ao processo de realização sob forma artística. O nosso olhar pode reunir os elementos da paisagem agrupando-os seja de um modo ou de outro, pode deslocá-los e às especificidades de cada um de várias maneiras ou ainda variar o centro e os limites. Mas a figura do homem determina por si mesma tudo isto, efetuando pelas suas próprias forças a síntese que rodeia o seu próprio centro e se delimita assim sem equívoco. Ela se aproxima então, a esta altura, na sua configu-

ração natural, da obra de arte e pode ser por esta razão que um olhar menos avisado tenha mais dificuldade em diferenciar a fotografia de uma pessoa da reprodução do seu retrato, do que uma fotografia da paisagem da reprodução do quadro de uma paisagem. O refazimento da aparência humana na obra de arte é indiscutível; mas ele se produz a partir do dado imediato desta aparência, enquanto que se chega a uma imagem paisagística passando por um grau intermediário a mais, a modelagem dos elementos naturais numa "paisagem" ordinária, para a qual já contribuíram forçosamente categorias estéticas e que então se encontra a caminho da obra de arte que é o seu produto puro, autonomizado.

O atual estado da nossa estética não nos permite ir além dessa constatação teórica. Pois as regras que o estilo pictórico paisagístico soube elaborar para a escolha do objeto e do ponto de vista, para a iluminação e a ilusão espacial para a composição e a harmonia climática, sem dúvida fáceis de criticar, mas, na evolução que vai da impressão primeira das coisas tomadas na sua singularidade até o quadro paisagístico, elas (as regras do estilo pictórico) dizem respeito ao segmento além do estágio da percepção geral da paisagem. O que leva a esse estágio é aceito e suposto sem nenhuma prevenção por estas mesmas regras e assim não poderia, se bem que na sua aparência se dirija à criação artística, nelas se ler, e são elas (as regras) que normatizam a estética no seu sentido mais estreito.

Um destes elementos modeladores impõe de maneira inelutável a sua problemática mais a fundo. A paisagem, dizíamos, nasce a partir do momento em que fenômenos naturais justapostos sobre a terra são reagrupados por um modo particular de unidade, diferente da que podem abraçar no seu campo de visão o sábio e o seu pensamento causal, o adorador da natureza e o seu sentimento religioso, ou o estrategista e a sua orientação objetiva. O suporte principal desta unidade é sem dúvida o que se chama a *Stimmung*. Referindo-se ao homem, entenda-se por esta palavra a unidade que dá côm constantemente ou num dado momento à totalidade dos seus conteúdos psíquicos, unidade que nada constitui de singular em si e não adere, em muitos casos, a qualquer elemento singular facilmente indicável, mas que não obstante representa o geral onde se encontram num determinado momento, todas estas particularidades. Ora, o mesmo vale para a *Stimmung* da paisagem: ela penetra todos os detalhes da mesma sem que se possa tornar um só deles responsável por ela: cada um participa de uma maneira pouco claramente definida - mas ela não existe mais exteriormente a esses aportes como se não se compõe da sua soma.

Esta estranha dificuldade em localizar a *Stimmung* de uma paisagem se aprofunda com a questão seguinte: em que medida a *Stimmung* nela se funda objetivamente, sendo dado que ela é um estado psíquico e reside assim no reflexo afetivo do espectador e não nas coisas exteriores despojadas de consciência? Vários problemas se recortam no nosso tema: se a *Stimmung* é um fator essencial, e mesmo talvez o fator essencial que reúne os pedaços numa paisagem desde logo percebida na sua unidade - como é possível então, de vez que a paisagem possui uma *Stimmung* a partir do momento em que é vista como unidade e não o possui antes, quando se reduz à simples somas de pedaços díspares?

Não se trata aqui de complicações artificiais: elas são ao contrário impossíveis de evitar, como tantas outras do mesmo genero, desde que o vivido simples, como tal indiviso, é decomposto em elementos pelo pensamento e precisa ser compreendido a partir de então, através das relações e das articulações entre os ditos elementos. Ora, essa idéia, justamente, vai nos permitir avançar. A *Stimmung* da paisagem e a unidade perceptível da mesma na realidade não seriam de modo algum uma só e mesma coisa considerada sob dois aspectos? Um só e mesmo meio, exprimível em dois, pelo qual a alma do espectador instaura a paisagem, tal paisagem precisa, a cada vez, da ajuda desses pedaços justapostos.

Este comportamento tem suas analogias. Quando amamos alguém, parecemos primeiro ter uma imagem mais ou menos homogênea sobre a qual o sentimento se orienta. Mas na verdade, a pessoa para quem se olha objetivamente, para começar, é outra que não a pessoa amada e aquele que experimenta um sentimento exato não poderia justamente dizer se a transformação da imagem provocou o amor ou se o amor provocou a transformação da imagem. A mesma coisa se passa quando recriamos em nós o sentimento contido num poema lírico. Se este sentimento não estivesse imediatamente presente para nós nas palavras do poema, elas não constituiriam um poema aos nossos olhos, mas um ato de simples comunicação - e se interiormente não as recebermos como um poema, jamais, por outro lado, poderíamos despertar este sentimento no fundo de nós mesmos.

Diante de tudo isso, fica difícil levantar a questão de se a nossa visão unitária da coisa vem primeiro ou em segundo lugar com relação ao sentimento concomitante. Entre eles não há nenhuma relação de causa e efeito; no máximo, ambos tanto poderiam passar por causa como por efeito. Assim, a unidade que instaura a paisagem enquanto tal e a *Stimmung* que ela nos repassa e pela qual nós a incorporamos só representam

os elementos analisados, em última instância, de um único e mesmo ato psíquico.

Então uma luz vem clarear o obscuro problema assinalado antes, a saber: a que título a **Stimmung**, processo afetivo exclusivamente humano, valerá por uma qualidade da paisagem, quer dizer um complexo de objetos naturais inanimados? Essa possibilidade seria ilusória se a paisagem, na verdade, consistisse em uma justaposição igual de árvores e de colinas, de cursos d'água e de pedras. Ou não será ela também uma formação espiritual? Não se a pode em nenhum lugar, tocar ou fundá-la na ordem puramente exterior; ela só vive pela força unificante da alma, como uma mistura estreita entre o dado empírico e a nossa criatividade, mistura esta que não poderia traduzir nenhuma comparação mecânica. Tendo assim como atributo toda a sua objetividade como paisagem no próprio nascedouro da nossa atividade criadora, a **Stimmung**, expressão ou dinâmica particulares desta atividade, encontra plena objetividade nela (na paisagem).

Ora, não é o sentimento, no coração do poema lírico uma incontestável realidade, tão independente do arbitrário e do subjetivo quanto o são seus próprios versos e rimas, assim como nas palavras particulares que são engendradas pelo processo natural de formação das línguas e cuja sucessão vai constituir exteriormente o poema, sem que se exprima algum traço de um tal sentimento? Mas uma vez que o poema, justamente enquanto formação objetiva já é um produto do espírito, o sentimento se torna, por sua vez uma realidade objetiva tão pouco dissociável da primeira quanto as vibrações do ar que nos chegam aos ouvidos não podem ser dissociadas do som com o qual, em nós, elas se tornam realidade.

É importante lembrar que por **Stimmung** não devemos entender aqui um desses conceitos abstratos sob os quais nós subsumimos o elemento geral de **Stimmungen** muito diversos para melhor designá-los: sereno ou sério; heróico ou monótono, radiante ou melancólico; assim nós nomeamos a paisagem, deixando que a sua própria **Stimmung** imediata se difunda a um nível que na verdade se anuncie tão secundária fisicamente e só retenha ecos não específicos da vida original. Ao contrário, a **Stimmung** de uma paisagem de que se trata aqui, só é a **Stimmung** daquela paisagem e de nenhuma outra; não se confundirá nunca com a de uma outra, se bem que todas duas se deixem subsumir a um conceito geral, por exemplo o da melancolia. Emprestar-se-á talvez **Stimmungen** semelhantes à paisagem anteriormente acabada; mas a **Stimmung** que lhe é própria de imediato, e que se tornaria outra desde que se modificasse a

menor linha, essa então é inata à paisagem, e indissolúvelmente ligada à emergência da sua unidade formal.

**Stimmung** da paisagem unicamente É um erro comum que retarda a compreensão das artes plásticas e mesmoda visão em geral, procurar a nos conceitos gerais da sensibilidade lírico-literária. A **Stimmung** autenticamente e individualmente própria de uma paisagem, se deixa tão pouco designar por tais abstrações, que asua própria visão se deixa descrever mediante conceitos. A supor mesmo que a **Stimmung** se resume ao sentimento desencadeado pela paisagem junto ao espectador, um sentimento semelhante, na sua determinação efetiva, não estará menos ligado exclusivamente a essa paisagem precisa, sem permuta possível, e será preciso que eu comece por apagar de imediato o real do seu caráter para poder articulá-lo ao conceito geral domelancólico ou do alegre, do sério ou do animado.

A **Stimmung** significando então o geral de uma certa paisagem, independentemente de todo objeto particular, mas não o geral de múltiplas paisagens, estamos autorizados a designá-la, a ela e ao vir-a-ser da paisagem em questão - quer dizer a colocação em forma unitária de todos os seus elementos particulares - como um só e mesmo ato, como se as diversas energias da nossa alma, perceptivas e afetivas, cada uma na sua tonalidade, dissessem em uníssono uma só e uma mesma palavra. Sempre que, diante da paisagem por exemplo, a unidade da existencia natural se esforça por nos integrar ao seu tecido, a brecha entre um eu que vê e um eu que sente, se mostra duplamente visível. É com toda a nossa pessoa que nos plantamos diante da paisagem, seja ela natural ou artística, e o ato que a cria para nós é simultaneamente um ver e um sentir, cindido em instancias isoladas pela reflexão. O artista é somente aquele que realiza o ato de colocar em forma pelo ver e pelo sentir com uma tal energia, que vai absorver completamente a substancia dada da natureza, e recriá-la de novo como por ele mesmo; enquanto nós outros, ficamos cada vez mais ligados a essa substancia e em consequencia guardamos sempre o hábito de perceber tal e qual elementos, lá onde o artista na realidade só vê e só cria a “paisagem”.

# CULTURA POLÍTICA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS:

## Considerações Metodológicas<sup>1</sup>

Maria Antonia Alonso de Andrade<sup>2</sup>

A ciência política não oferece, a nosso ver, instrumentos nem respostas satisfatórias para o que está por trás da conduta política. Questionários, escalas, estatísticas são instrumentos valiosos mas insuficientes para se aproximar da mente e dos corações dos homens, daquilo que eles realmente são, para vasculhar o vasto universo dos significados, do sentido.

O estudo das orientações-attitudes políticas, enquanto predisposições psicológicas para a ação, era o máximo que a ciência política nos oferecia como ponto de partida, pois só até aqui ela tinha caminhado. O conjunto de orientações-attitudes a respeito da política, ou seja a predisposição para agir politicamente de uma determinada maneira, define, até hoje, a chamada cultura política (Almond/Coleman, 1960- Almond/Powell, 1972- Almond/Verba, 1965- Pye/ Verba, 1972, Almond/Verba, 1980).

O conceito de cultura política se consolidou no meio acadêmico no fim da década de cinquenta, a partir das pesquisas de um grupo de pioneiros da Universidade de Chicago, capitaneados por Almond e Verba. Apesar das críticas referentes à abordagem, ao método e à perspectiva considerada conservadora das pesquisas<sup>3</sup>, o conceito de cultura política proposto consagrou-se como hegemônico e assim permaneceu, ignorando os avanços teórico-metodológicos posteriores das ciências sociais no campo do simbólico.

Propor uma redefinição do conceito de cultura política pela superação crítica do conceito vigente, com base nos referidos avanços no campo do simbólico, é o nosso objetivo neste texto. Este trabalho exige uma

---

<sup>1</sup> Este texto explicita o objeto principal de nossa tese de doutorado (Alonso de Andrade, 1995), que consistia numa redefinição do conceito de cultura política. Apresentaremos alguns dos principais resultados da pesquisa realizada com seis grupos sociais na Paraíba.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, Cot / Mounier, 1974, Alonso Pascual, 1976 e Laitin, 1995.

abordagem pluridisciplinar com o concurso teórico-metodológico da psicologia social, da sociologia e da antropologia.

A moderna psicologia social nos forneceu os instrumentos conceituais para superar a perspectiva atitudinal da cultura política. A partir da teoria de Moscovici as atitudes ficaram configuradas como uma dimensão de um fenômeno cognitivo mais profundo e complexo denominado representações sociais (RS). Daí propomos uma redefinição da cultura política com base nas RS e não nas atitudes.

Na concepção de Moscovici as RS são definidas como estruturas cognitivas específicas da sociedade contemporânea. Constituem uma forma de conhecimento primordial, socialmente elaborada e partilhada, que tem uma finalidade prática: conhecer e agir sobre o mundo atendendo às necessidades cotidianas. Este senso comum, se diferencia das outras formas de conhecimento, intelectual ou sensorial, por implicar uma relação específica entre o sujeito e o objeto de conhecimento: o sujeito se auto-representa na representação que faz do objeto, ou seja, o sujeito imprime sua identidade naquilo que representa (Moscovici, 1976, Jodelet, 1984).

Representar um objeto significa criá-lo simbolicamente, fazer com que ele tenha um sentido para quem o representa, passando assim a fazer parte de seu mundo. Os objetos não são captados isoladamente pelos sujeitos, mas em determinados contextos e relações, portanto o sentido da representação de um objeto advém das relações com outras representações de outros objetos que formam um campo de representação (op.cit.). Como o campo de representação forma um sistema, a representação que um sujeito faz de um determinado objeto é um indício seguro da representação que tem de outros objetos e, conseqüentemente, de sua visão de mundo. Ao mesmo tempo, como reflete sua personalidade no que representa, a representação que faz do objeto é também um indício seguro sobre a sua própria identidade.

As representações são sociais porque são construídas socialmente, ou seja, surtem pela interação dos grupos sociais. Assim sendo, a estruturação do campo de representação, o seu sentido, depende da inserção dos indivíduos nos grupos sociais. Logo é possível estabelecer clivagens entre os grupos sociais a partir de suas representações em geral e de suas representações da política em particular.

Portanto a cultura política, redefinida, seria a estrutura das RS a respeito do mundo da política, ou seja, o campo de representação a respeito do universo da política.

As RS se expressam na comunicação e na conduta, mas sobretudo na comunicação e, preferencialmente na linguagem falada. Portanto a

análise do discurso dos atores sociais emerge como a metodologia mais adequada para captar as RS.

O próprio Moscovici, na sua obra pioneira, *La Psychanalyse son Image et son Public*, já havia assinalado a necessidade de inovar metodologicamente no estudo das RS, superando a metodologia tradicional ligada as atitudes. Havia porém outro entrave teórico metodológico no veio teórico de Moscovici: desvendar a relação ideologia x RS, relação esta sempre omitida, insatisfatoriamente explicada ou ofuscada pelo "imperialismo" do conceito de ideologia (Jodelet, 1987), que fez com que alguns, como Doise, considerassem as RS meros subsistemas da ideologia (Doise, 1989, Doise/Palmonari, 1986).

Este impasse nos levou a fazer convergir, num trabalho cumulativo de conceitualização (no sentido em que esta cumulação é entendida por Bourdieu), as teorias sobre a identidade (Tap, 1979) e as teorias sobre ideologia que consideram o discurso como o locus privilegiado para seu estudo (Volochinov, Hall, Verón, Orlandi). As teorias sobre a identidade nos permitiram avançar nas propostas iniciais de Hall (Hall, 1988) e sugerir que a polivalência intrínseca a qualquer discurso possibilita uma "leitura" seletiva do mesmo, em função da estrutura identitária do indivíduo num momento dado de sua vivência. Ou seja o discurso (e a ideologia que ele veicula) pode ser assimilado de várias formas, segundo atinja mais ou menos diretamente as diferentes identidades fracionárias<sup>4</sup> que estruturam a identidade do sujeito.

Os mecanismos representativos estão na base da seletividade com que os discursos são lidos, porque o próprio processo identitário é um processo representativo em que a construção do EU se vincula à estruturação do campo de representação mais amplo, que constitui nossa visão de mundo (Zavalloni, 1972, Penna, 1990).

Isto explica o porquê e como, a ideologia veiculada no discurso da classe dominante é metabolizada pelos dominados com diferentes graus de organização e complexidade. Se, por um lado a ideologia<sup>5</sup> é uma dimensão que marca o processo de estruturação do campo de representação, por outro lado o processo representativo remodela e reelabora todos os elementos e dimensões que nele incidem, inclusive a ideologia, reestruturando-os num novo produto diferente deles: o conhecimento de senso

<sup>4</sup> A expressão é de Benassar. Outros autores como Abrie e Zavalloni referem-se às diversas "facetas" da identidade, denominando-as "nódulos" (noeuds) identitários (Benassar, 1979, Abrie, 1989, Zavalloni, 1972).

<sup>5</sup> Por ideologia entendemos o processo de produção da concepção hegemônica de mundo numa determinada sociedade. Concepção esta que não se difunde de forma homogênea, pois é assimilada e re-elaborada com diversos graus de intensidade e complexidade pelos diversos grupos sociais

comum. Ou seja os mecanismos representativos são responsáveis pela remodelação e conseqüentemente pela difusão diferenciada da ideologia dominante entre indivíduos e grupos sociais. É através dos mecanismos representativos que simultaneamente apreendemos o mundo e partilhamos da ideologia dominante.

Enquanto processo cognitivo as RS fazem parte de um amplo processo discursivo de interpretação do mundo, que implica numa luta pelo poder simbólico<sup>6</sup>.

Portanto o simbólico emerge como o campo de interação entre o processo ideológico e o processo representativo e a análise do discurso como o método mais adequado para o estudo desta interação.

A estruturação das RS depende da natureza das relações desenvolvidas entre os grupos sociais, assim como é nos grupos sociais, enquanto portadores de hegemonia<sup>7</sup>, que se expressam as relações de classe e conseqüentemente as próprias classes sociais. É ao nível das relações entre os diversos grupos sociais que se processa, na prática, a luta de classes material e simbólica. Assim sendo, a análise do discurso dos atores sociais representativos de determinados grupos sociais emerge como a metodologia mais fecunda para o estudo dos fenômenos simbólicos, ou seja para captar as formas de interação entre o processo ideológico e o representativo. É portanto a metodologia mais adequada para o estudo aprofundado da cultura política, redefinida como as representações sociais do mundo da política, ou mais especificamente, como o campo de representação da política.

Aplicamos essa proposta teórico-metodológica no estudo da cultura política brasileira através da análise de discurso de indivíduos representativos de grupos sociais com diferentes graus de organização e participação política.

Além de aprofundar teoricamente o conceito de cultura política, procurávamos identificar os elementos da cultura brasileira que tendo historicamente um peso específico no espaço político, estruturam a cultura política nacional. Também tencionávamos verificar até que ponto esses elementos se ajustam ao paradigma democrático.

A análise da obra de expressivos intérpretes contemporâneos da cultura brasileira, revelou as grandes questões teóricas da cultura nacio-

---

<sup>6</sup> Os limites deste artigo não permitem comparar o conceito de RS com as noções de "habitus" de Bourdieu e de "mentalidade" de Vovelle, nem inserir a crítica que fazemos a estas noções. Ver Alonso de Andrade, 1995 e 1995b.

<sup>7</sup> A expressão é de Bobbio. Touraine, Frank e Fuentes também partilham esta interpretação da relação entre os grupos e as classes sociais (Bobbio, 1982, Touraine, 1982, Frank /Fuentes, 1989).

nal relacionadas à política: o nacional/regional e a tradição/modernidade, dualidades em torno da identidade nacional, tendo como referência o paradigma democrático (Alonso de Andrade, 1996).

Dentre as análises de discurso, escolhemos a análise da enunciação a partir de entrevistas conversacionais presididas por uma postura não diretiva. A não diretividade cria uma atmosfera próxima da espontaneidade, por ocasião da interação entre entrevistador e entrevistado, proporcionando melhores condições na construção livre do discurso falado, locus preferencial de expressão das RS (Bardin, 1979, D'Unrug, 1974, Thiollet, 1982, Michelat, 1975, Maingueneau, 1981)

Pretendíamos captar a significação da política para esses grupos sociais e a apreensão do sentido da política para aqueles sujeitos através de suas representações.

Os grupos escolhidos (proprietários rurais, agricultores, sindicalistas rurais e urbanos, empresários e profissionais liberais) refletem a realidade socio-econômica fundamental da Paraíba e a projeção de seu futuro. Entre alguns destes grupos se estabelecem as principais clivagens sociais e os mais graves conflitos, como a luta pela posse e uso da terra.

Usualmente a frase geradora, que da início à interlocução das entrevistas, indaga sobre o objeto da representação. Nossa estratégia foi diferente. Lembrando da propriedade específica das RS, ou seja, que o sujeito se representa no objeto de sua representação, estimulamos as pessoas a falarem de si (Como você acha que os outros lhe vêem?. Como você se vê?), pois com as respectivas auto-representações esperávamos obter uma determinada visão de mundo e a forma como nele se vêem inseridas, visão esta necessariamente política, pois mesmo o apoliticismo é uma forma política de ser. A estratégia teve certas vantagens metodológicas: reforçou a não diretividade, dando oportunidade aos nossos interlocutores de situar-se espontaneamente no tema, ajudou a superar a desconfiança dos agricultores perante alguém suspeito de ser amigo do patrão e produziu um efeito desnorteador sobre aquelas pessoas que conheciam nossa identidade de pesquisadora, estando prevenidas sobre o nosso possível interesse.

Os resultados foram satisfatórios. Muitas vezes, as grandes temáticas da cultura brasileira foram abordadas espontaneamente, tornando desnecessária uma intervenção direcionada.

A apreensão do significado da política nos grupos sociais escolhidos foi possível através de exaustiva análise das interrelações que compõem o campo de representações em torno do mundo da política. Um enorme fosso qualitativo separa os resultados assim obtidos daqueles

egressos de questionários aplicados a amostras populacionais que captam apenas o nível do aparente, do manifesto, onde o enunciado é dado como expressão da verdade. Essas pesquisas revelam apenas tendências circunstanciadas que podem mudar sob acontecimentos sociais de impacto. O que a nossa análise revelou foi o processo de estruturação das representações sobre o mundo da política e sua ligação com a identidade dos sujeitos, ou seja, a íntima relação entre o que os sujeitos são e o que os sujeitos pensam, o sentido que a política tem dentro de uma mais ampla visão de mundo, segundo a forma como os sujeitos se vêem inseridos nesse mundo. Revelou também quais são as representações estruturantes da cultura política dos grupos sociais, ou seja, as grandes questões, os principais parâmetros que estão na base da construção simbólica do mundo da política e a forma como se processa esta construção. Podemos afirmar que a metodologia adotada proporciona resultados mais sólidos, de mais longa validade, extremamente úteis como subsídios para as políticas públicas, para os partidos, grupos de pressão e movimentos sociais.

Algumas das conclusões mais relevantes mostradas pela pesquisa merecem destaque:

1. Em todos os grupos e subgrupos, ao representar a própria identidade, os nossos interlocutores estruturaram uma visão política do mundo e da forma como nele se vêem inseridos.

Os sindicalistas se vêem como trabalhadores em luta pela construção da cidadania brasileira, como atores políticos, como construtores da modernidade. Diferenciam-se dos outros subgrupos por partilharem unanimemente uma concepção da política, como o espaço do público, do comunitário, e uma atitude positiva a respeito, que enfatiza mais a participação política no sentido amplo - partidária, sindical, dos movimentos sociais - do que as mazelas da vida pública brasileira. A política é vista como uma atividade nobre, cujo espaço é aquele da luta em prol da classe trabalhadora, ou seja, em prol das mudanças modernizadoras necessárias à construção da cidadania, o que equivale à construção da própria nacionalidade. Possuem uma visão ética da política, ou seja, percebem o bem comum, entendido como a construção coletiva da justiça social, como a finalidade da política. Isto contrasta com a visão dos outros grupos que representam a política como um espaço de relações e interesses privados, familiares, de amizade ou compadrio. Nos outros grupos há também um predomínio de atitudes negativas a respeito da política, permeadas de cinismo ou desencanto. Nestes o patrimonialismo é considerado a essência da cultura política nacional, uma espécie de vício constitutivo de origem (ou "das origens"), considerado insuperável ou de muito difícil superação,

com as suas sequelas de personalismo, familismo, relações de clientela e corrupção.

Os sindicalistas, embora constatem a existência daquelas mazelas, são muito mais confiantes na capacidade renovadora da sociedade civil organizada e especificamente da classe trabalhadora organizada.

Os grandes e médios proprietários rurais, dadas as velhas raízes familiares, se vêem não apenas como atores sociais mas como os verdadeiros protagonistas da história regional e nacional. O fato dos empresários serem membros de uma nova elite cujos negócios cresceram em grande parte à sombra do Estado, se espelha ao nível do simbólico ao se representarem como empresários com diversos graus de vinculação à esfera pública. Para eles a política é uma mediação necessária, para os grandes/médios proprietários, ela é um componente identitário.

Os pequenos proprietários e os profissionais liberais atestam seu descompromiso político ao se definirem como trabalhadores voltados para a sua vida privada. Partilham uma mesma visão ética da sociedade em que o trabalho e a honestidade são essenciais, configurando a política como o espaço onde inexistem estes valores, portanto como um espaço a ser evitado. Os profissionais liberais desprezam a política e os pequenos proprietários não só a desprezam como a temem.

A identidade dos agricultores sertanejos estrutura-se como o avesso da identidade do patrão, a política pertence ao mundo dos patrões e dos políticos com quem aqueles se vinculam, não se considerando portanto estes sujeitos como atores políticos.

2. Os grupos pesquisados podem ser agrupados segundo as suas afinidades simbólicas. As maiores afinidades acontecem entre os grupos sociais pertencentes à mesma camada social e com o mesmo grau de participação e organização política, e não segundo o pertencimento às áreas rurais ou urbanas ou as diferentes micro-regiões como o litoral ou o sertão. Isto sugere a hipótese de que, no Brasil, as diferenças regionais de cultura política podem ser menos substanciais do que as diferenças encontradas entre as camadas sociais. Mesmo as representações sobre o próprio NE são extremamente diversificadas, e a concepção que fazia da cultura nordestina uma das matrizes da identidade nacional parece estar se esgotando, pois a questão nordestina é vista como um problema econômico ou sócio-político.

O campo de representações dos empresários e dos médios e grandes proprietários rurais revela uma ideologia conservadora do status quo, cujas concepções sobre a modernidade e a identidade nacional/regional,

típicas das camadas dominantes, são perfeitamente conciliáveis, o que as mantém como potenciais aliadas políticas.

Os pequenos proprietários rurais e os profissionais liberais revelaram-se, ao nível do simbólico, como segmentos de uma camada média da sociedade. Sua visão de mundo partilha muitas das idéias essenciais da classe dominante, de quem, ideologicamente muito mais do que materialmente, estão consideravelmente mais próximas do que dos trabalhadores. Colocam-se portanto a uma prudente distância das camadas populares com quem não se sentem identificadas, constituindo-se em aliadas potenciais da classe dominante.

Pela sua concepção de política, pelo papel nela atribuído à classe trabalhadora, pela concepção de modernidade como uma mudança em favor das camadas populares, a ideologia que permeia as representações dos sindicalistas é predominantemente progressista, embora, no discurso de alguns indivíduos, ela esteja comprometida por alguns elementos conservadores e até retrógrados, como a concepção instrumental da democracia, a preferência por uma ditadura de resultados ou atitudes vanguardistas associadas a uma representação negativa do povo brasileiro.

Simbolicamente os sindicalistas opõem-se à visão de mundo das elites, dos patrões - representados pelos empresários e pelos médios e grandes proprietários - e das camadas médias, próximas simbolicamente das elites. Porém o fato de partilhar com a elite certos estereótipos e concepções autoritárias evidencia como a ideologia dominante permeia em diferentes graus de intensidade e complexidade, e sob formas diferentes, todas as camadas e categorias sociais, inclusive aquelas que contra ela se insurgem.

Sindicalistas e patrões possuem uma cultura política de participação, que supõe o ativismo político, embora nem sempre signifique uma introjeção da democracia como valor. Os profissionais liberais e os pequenos proprietários, típicos representantes das camadas médias, possuem uma cultura política pouco participativa marcada pela apatia e pelo desencanto.

Os agricultores sertanejos possuem uma cultura política de alienação, devido ao isolamento material e à conseqüente armadilha simbólica que os aprisiona num mundo de significantes pertencentes à tradição.

3. A participação e organização política não vem associada a uma cultura política democrática: o balanço a respeito do paradigma democrático é negativo em todos os subgrupos embora por razões diferentes.

Alguns sindicalistas são partidários de uma ditadura de resultados e a maioria deles, assim como os grandes e médios proprietários rurais, possuem uma concepção instrumental da democracia. Empresários e sindicalistas têm uma visão redutora da democracia: os primeiros superdimensionam o valor da liberdade em detrimento de outros valores democráticos como a justiça social, e os segundos superdimensionam a justiça social em detrimento da liberdade e do pluralismo. Os profissionais liberais, dado seu individualismo, subestimam as instituições democráticas, ignoram a necessidade de participação e organização políticas, declarando-se apolíticos ou utilizando a absorção do tempo pelo trabalho como álibi. Os pequenos proprietários consideram a democracia como um referencial utópico, espécie de modelo político ideal, inexistente na prática e inadequado para a realidade brasileira. A democracia é sinônimo de liberdade outorgada, que nem todo brasileiro está apto a usufruir. Ela é portanto uma ameaça à governabilidade e à estabilidade social. Para os agricultores sertanejos a democracia é uma vaga noção do mundo político dos patrões, sem existência real, que relacionam com a modernidade: a democracia não existe porque não houve mudanças, já que os pobres continuam na miséria.

A concepção instrumental da democracia é tão perigosa quanto a alienação dos trabalhadores sertanejos, o individualismo e o amorfismo dos profissionais liberais, o temor dos pequenos proprietários, o saudosismo da ditadura dos médios e grandes proprietários ou a falta de convicção democrática dos empresários. Em todos estes casos se configuram possibilidades que vão de uma aceitação passiva da ditadura a uma clara opção pelo autoritarismo.

4. A análise mostra ainda que, mesmo a questão nacional sendo uma questão inconclusa, a modernidade se perfila como o novo conceito "inclusivo" (Lippi, 1990 a, 1990 b), que polariza e sintetiza as outras temáticas da cultura política nacional. Porém, diferentemente do que esperávamos, as representações de modernidade dos grupos vinculados às camadas populares são extremamente diversificadas e mesmo quando se reportam a uma transformação cultural, nem sempre se vinculam ao paradigma democrático. Já entre as RS dos patrões, como previsto, há um predomínio da razão instrumental, a modernidade equivale a simples progresso material e não é vinculada ao paradigma democrático

No que diz respeito à representação de modernidade, nossos interlocutores se dividem em três grupos. Há maior afinidade entre os empresários, os profissionais liberais e uma parcela do sindicalismo urbano

de um lado e entre os proprietários rurais de outro. O grande divisor de águas é a aceitação ou não do neo-liberalismo como modelo modernizador básico. Mas os que defendem o neo-liberalismo como via modernizadora o fazem por diferentes razões, com base em valores diferentes, correspondentes a diversas concepções de mundo. Para os profissionais liberais, a via neo-liberal é simplesmente mais condizente com o individualismo que caracteriza sua visão de mundo, segundo a qual o ideal de self-made-man é perfeitamente viável e a modernidade pode ser alcançada pela simples soma dos esforços individuais. Os sindicalistas urbanos não priorizam, como os empresários, o valor da liberdade como valor supremo, mas a justiça social, colocando dois limites à privatização e à liberdade de mercado: os setores economicamente estratégicos e o controle do capital externo.

Formando um terceiro bloco, existe afinidade entre os trabalhadores rurais (incluídos os sindicalistas) e uma parcela dos sindicalistas urbanos que adota o socialismo cubano como modelo modernizante.

Há sempre uma associação entre a crença no neo-liberalismo como via modernizadora e a identificação da modernidade com uma sociedade de elevado nível de bem-estar social. As soluções estatizantes e redistributivas associam-se sempre a uma concepção de modernidade como patamar nacional mínimo de bem-estar social.

Coerentemente com o balanço negativo a respeito da democracia, a falta de embasamento democrático das concepções sobre modernização é generalizada em todos os subgrupos. Aposta-se mais nas soluções personalistas ou de força do que na participação da sociedade civil organizada. Acredita-se mais nas leis do mercado do que nos valores democráticos. A defesa do modelo socialista é romântica ou imprecisa e em geral vem associada a uma concepção instrumental da democracia.

Às vezes, o próprio deslocamento simbólico, que faz da modernidade um novo conceito inclusivo, a pesar de não haver sido resolvida satisfatoriamente a questão da identidade nacional, é mais um indício da falta de maturação das convicções democráticas. É que, na realidade, tenta-se fazer da modernidade um véu ideológico que disfarce a grande questão nacional inconclusa. Assim, quando a meta modernizadora é o crescimento econômico, seja pelo intervencionismo estatal moderado ou pela liberdade de mercado, escamoteiam-se ou deixam-se em segundo plano as gritantes diferenças sociais.

Se modernidade e democracia são dois processos dinâmicos e iterativos, ou seja, se modernização e democracia se constroem juntas ou não se constroem (Touraine, 1994), se por modernidade entendemos a

forma contemporânea de atualização da democracia, se por democracia entendemos a procura de um mundo cada vez melhor com a participação de todos e se, finalmente, concebemos o regime democrático como aquele regime político que permite aos atores sociais formarem-se e agirem livremente, temos que concluir que as concepções de modernidade dos subgrupos considerados correspondem a uma anti-modernidade, pelo esvaziamento dos valores democráticos e/ou pela racionalidade meramente instrumental que elas supõem.

Os resultados da nossa pesquisa levam a conclusões menos otimistas do que aquelas da última grande pesquisa sobre a cultura política nacional (Moisés/Venturi, 1990). Os resultados dessa pesquisa foram interpretados num crescendo de otimismo a medida que as análises iam se aprofundando e tornando-se cada vez mais sofisticadas. Num primeiro momento foi detectado um aparente crescimento do “sentimento democrático” do eleitorado, embora se constatasse também o sentimento de que as instituições políticas do país funcionam mal e são ineficientes. Isto, segundo a primeira apreciação dos autores, acarretaria “um forte solapamento das crenças da população no regime democrático” (op. cit. p.30). Em publicações posteriores<sup>8</sup> interpretaram que no Brasil estaria se formando progressivamente um “consenso democrático semi-majoritário”, ainda relativamente frágil se comparado ao de países de mais longa tradição democrática. O importante não seria o índice objetivo de consenso/dissenso democrático da massas, mas a tendência atitudinal - no sentido de quebrar a tradição política anti-democrática - considerada como potencial estabilizador e consolidador da democracia ( Moisés, 1994). O sentimento de ineficiência das instituições políticas e a clara rejeição a atuação dos políticos passaram a ser vistos não mais como um “solapamento” das crenças da população no regime democrático mas como indícios da emergência de uma cultura democrática e de “cálculo racional no comportamento eleitoral” (Moisés, 1990 b). Em suma aqueles sentimentos negativos, sobre o funcionamento das instituições e sobre a atuação dos políticos, indicariam o “desencanto” com o desempenho do primeiro governo civil após o regime militar e não com o regime democrático em si (op.cit.).

Como várias pesquisas apontaram, está em andamento no Brasil um processo de construção e consolidação da democracia. O que a nossa pesquisa mostra é a forma como os arcaísmos remanescentes do oligar-

---

<sup>8</sup> Publicações referentes à pesquisa “Cultura política e consolidação democrática” desenvolvida pelos pesquisadores do CEDEC

quismo privatista se articulam ao nível do simbólico, fragilizando a estruturação de uma identidade essencialmente democrática.

Nossa metodologia, que ultrapassa o nível do manifesto, permite uma análise mais profunda e matizada das atitudes e concepções sobre a democracia e de todas as questões relacionadas com a cultura política dos grupos sociais, permitindo ponderar os resultados das pesquisas baseadas em análises estatísticas e amostras populacionais. Ela não substitui aquelas pesquisas, (mesmo porque só é apropriada para pequenas "amostras"), mas constitui uma análise complementar ao nível das significações.

Certamente os resultados obtidos nas pesquisas com amostras populacionais, confrontados com uma análise que atingisse de forma mais profunda o nível do simbólico, gerariam interpretações ainda mais ponderadas. Basta examinar a diferença que se verificaria na nossa própria pesquisa se, em lugar de utilizar a análise da enunciação, tivéssemos realizado uma análise de conteúdo das entrevistas.

Apesar das tendências democratizantes, uma sociedade com as características apontadas está ainda exposta à alternância entre os períodos relativamente democráticos e as ditaduras.

É verdade que só uma sociedade renovada pode gerar novos homens, mas a nova sociedade só terá consistência na medida em que os princípios que a norteiam e as bases que lhe dão fundamento forem introduzidos e aceitos pelos homens que a formam, na medida em que se sintam parte viva desta sociedade.

A pregação política só surte efeito quando suas idéias são inseridas, assimiladas, acomodadas no seio do campo de representação do indivíduo. É este o processo que explica o convencimento de que falava Gramsci, que supõe um imbricamento entre o processo ideológico e o representativo e tem sua base material na vivência cotidiana. Só este processo simbólico, ao mesmo tempo íntimo e social, explica a transformação individual e a mudança social.

Portanto só a educação cívica<sup>9</sup> e a prática política cotidiana podem construir uma sociedade essencialmente democrática.

## BIBLIOGRAFIA

ABRIC, Jean Claude. "L'Étude expérimentale des Représentations Sociales". *Les Représentations Sociales*. Org. Denise Jodelet. Paris: PUF, 1989, pp.187-203.

<sup>9</sup> Uma educação para a reconstrução da política como o espaço da "polis", do comunitário, do social, do que é do interesse de todos.

- ALMOND, Gabriel e Coleman, James S. **A Política das Áreas em Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.
- ALMOND, Gabriel, Powell, Jr.G.Bengham. **Uma Teoria da Política Comparada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- ALMOND, Gabriel, Verba, Sidney. An Analytic Study. **The Civic Culture - Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Boston: Little Brown and Company Ed.,1965.
- ALMOND, Gabriel, Verba, Sidney. **The Civic Culture Revisited**. Boston: Little Brown and Company, 1980.
- ALONSO PASCUAL, M<sup>a</sup> Antonia. **Participation Politique et Democratie - Étude Critique de "The Civic Culture"**. Tese de Mestrado. Université Catholique de Louvain, 1976.
- ALONSO DE ANDRADE, M. Antonia . "A problemática Cultural Brasileira". **Cadernos de Ciências Sociais**, Vol. 4, num. 5. Belo Horizonte: Ed. PUC-MG, dezembro, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Representações Sociais da Política. Por uma redefinição do conceito de Cultura Política**. Tese de Doutorado. UNB, Brasília, 1995.
- \_\_\_\_\_. "A identidade como representação social". **Política e Trabalho**, num. 11. João Pessoa: MCS/UFPb, 1995 a.
- \_\_\_\_\_. "O espaço do simbólico como articulação do processo ideológico e do processo representativo". **Cadernos de Ciências Sociais**. num. 37. João Pessoa: MCS/UFPb, 1995b
- \_\_\_\_\_. "Os grandes Parâmetros da Cultura Política Brasileira". Texto didático. João Pessoa: Ed. UFPb., 1996.
- BAKHTIN, Mikhail (Voloichinov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem** (1929). 4<sup>a</sup> ed. S.Paulo: Hucitec,1988.
- BARDIN, Laurance. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BENASSAR, Bartolome. "Avant Propos". **Identités Collectives et Changements Sociaux. Production e Affirmation de L'Identité**. Org. Pierre Tap. Colloque International de Toulouse: Ed. Sciences de L'Homme, 1979.
- BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- BURDEAU, George. **La Democratie** (1956), 2 ed. Paris: Seuil, 1966.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. (1986). 4<sup>a</sup> ed. S. Paulo: Cortez, 1989.
- CHEBEL, Malek. **La Formation de L'Identité Politique**. Paris: PUF, 1986.
- COT, Jean Pierre, Mounier, Jean Pierre. **Pour une Sociologie Politique**. Paris: Seuil, 1974.

- DOISE, Willem, Palmonari, A. et alii. **L'Étude des Représentations Sociales**. Paris: Delachaux & Niestlé, 1986.
- DOISE, Willem. "Attitudes et Représentations Sociales". **Les Représentations Sociales**. Org. Denise Jodelet. Paris: PUF., 1989, pp. 220-2238.
- D'Unrug, M.C. **L'Analyse du Contenu et Acte de Parole**. Paris PUF, 1974.
- FRANK, André Gunder/ Fuentes, Marta. "Dez Teses acerca dos Movimentos Sociais". **Lua Nova**. num. 17. S.Paulo: Marco Zero, junho 1989.
- HALL, Stuart. "The Toad in the Garden: Thatcherism among the Theorists". **Marxism and the Interpretation of Cultures**. Org. Nelson C. e Grossberg, L.Univ. of Illinois Press, 1988, pp. 35-57.
- JODELET, Denise. "Représentation Sociale: Phénomene, Concept et Théorie". **Psychologie Sociale**. Org. Serge Moscovici. Paris: PUF, 1984, pp. 357- 379.
- \_\_\_\_\_. "L' Idéologie dans l' étude des Représentations Sociales". Colloque International: Représentations Sociales et Idéologie. Paris/ Nanterre, outubro, 1987.
- \_\_\_\_\_. "Représentations Sociales: um Domaine em Expansion". **Les Représentations Sociales**. Org. Denise Jodelet. Paris: PUF, 1989 pp. 31-61.
- LAITIN, David D. "The Civic Culture". *International Political Science Review*, Vol. 89, num. 1, 1995.
- LIPPI, Lúcia O. **A Questão Nacional na Primeira República**. S.Paulo: Brasiliense, 1990 a
- \_\_\_\_\_. "Modernidade e Questão Nacional". **Lua Nova**, num. 20, S. Paulo: CEDEC, 1990 b.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Approche de L'Enonciation en Linguistique Française**. Embrayeurs, "Temps", Discours Rapporté. Paris: Hachette, 1981.
- MICHELAT, Guy. "Sobre a Utilização da Entrevista não Diretiva em Sociologia". **Crítica, Metodologia, Investigação Social e Enquete Operária**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- MOISÉS, José Álvaro e Venturi, Gustavo. "Cultura Política do Povo Brasileiro". Brasília: **Cadernos do CEDESEN**, nº I, vol.I, 1990.
- MOISÉS, José Álvaro. "Sociedade Civil, Cultura Política e Democracia: Descaminhos na Transição Política". **A cidadania que não temos**. S.Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. "Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades". **Lua Nova**, num. 22. S.Paulo: CEDEC, dezembro, 1990 b.
- \_\_\_\_\_. "Democratização e cultura política de massas no Brasil". **Lua Nova**, num. 26. S.Paulo: CEDEC, 1992.

- \_\_\_\_\_. "A escolha democrática em perspectiva comparada. *Los Nôvos* num. 33. S. Paulo, 1992 b.
- MOSCOVICI, Serge. *La Psychanalyse son Image et son Public* (1961). 2ª ed. Paris: PUF, 1976.
- ORLANDI PULCINELLI, Eni. *Discurso & Leitura*. S.Paulo: Cortez, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Terra à Vista- Discurso de Confronto: Velho e Novo Mundo*. Campinas: Cortez, 1990.
- PENNA, Maura Lúcia. *O que Faz ser Nordeste: a Questão das Identidades Sociais e o Jogo de Reconhecimento no Caso Erundina*. Tese de Mestrado em Ciências Sociais. UFPb. João Pessoa, 1990.
- PYE, Lucien W. , Verba Sidney et alii. *Political Culture and Political Development*. New Jersey: Princeton University Press, 1972.
- PYE, Lucien. "Culture and Political Science: Problems in the Evolution of the Concept of Political Culture". *The Idea of Culture*. Orgs. Schneider L. e Bonjean Ch.. Cambridge University Press, 1973.
- TAP, Pierre. *Identités Collectives et Changements Sociaux- Production et Affirmation de L'Identité*. VVAA. Org. Pierre Tap. Colloque International de Toulouse. Toulouse: Ed. Sciences e L'Homme, 1979.
- THIOLENT, Michel. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Equête Operária*. VVAA. Org. Michel Thiolent. 3ª ed. S.Paulo: Polis, 1982.
- TOURAINÉ, Alain. " O Método de Ação: a Intervenção Sociológica". S. Paulo: *Novos Estudos CEBRAP*. Vol. 1, num. 3, julho, 1982, pp.36-45.
- \_\_\_\_\_. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- VERÓN, Eliseo. *Ideologia, Estrutura e Comunicação*. (1968). 2ª ed. S.Paulo: Cultrix, 1977.
- \_\_\_\_\_. *A Produção de Sentido* (1979). S.Paulo: Cultrix, 1980.
- ZAVALLONI, Mariza. "L'Identité Psychosociale. Un Concept à la Recherche d'une Science". *Introduction à la Psychologie Sociale*. Serge Moscovici. Paris: PUF, 1972.

# A ESFERA PÚBLICA DA CIDADANIA: O Caso do Conselho de Direitos Humanos da Paraíba

Rubens Pinto Lyra<sup>1</sup>

Vamos tratar, em minha exposição, da esfera pública da cidadania, que não é senão uma das formas de institucionalização da democracia participativa. Iremos analisar, especificamente, os Conselhos Estaduais de Cidadania e, em particular, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão (CEDDHC) da Paraíba.

Seria interessante e indispensável, antes de entrar diretamente na abordagem deste tema, discutir alguns conceitos. Claro que apenas de forma introdutória e genérica, para podermos situar questões como democracia, democracia direta, participativa, representativa e esfera pública de cidadania, entre outros.

Em primeiro lugar, o conceito de democracia. A democracia é o regime em que o povo governa. Esse regime democrático em que o povo governa tem, portanto, como característica primeira e inarredável a de ter o povo como a fonte de todo o poder. Porém isso não é suficiente: é preciso que ele o exerça, direta ou indiretamente. Sabemos que a democracia direta, na sua plenitude, como forma determinante ou dominante de processo de governo não existe mais nas grandes nações modernas, nas grandes democracias modernas. A democracia direta se exercitou, basicamente, na Antiguidade. O exemplo clássico é o da Grécia, onde o povo, reunido na Ágora, praça em que se exercia a cidadania, governava diretamente os assuntos da Pólis, da Cidade-Estado. Quero lembrar que a palavra “povo” deve ser entendida em seu sentido estrito, visto que o “povo” era apenas uma pequena minoria de cidadãos livres: a maioria (escravos, mulheres e estrangeiros) não votava. Mas essa pequena minoria

---

<sup>1</sup> **Rubens Pinto Lyra**. Doutor em Direito, na área de Política, pela Universidade de Nancy (França). Professor do Mestrado em Ciências Sociais e do Mestrado em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba. 1º Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Ouvidores (ABO). Conferência proferida no âmbito do seminário sobre Cultura Política, Democracia e Cidadania, promovido pelo Conselho Estadual de Direitos do Homem e do Cidadão (CEDDHC) e pela Comissão de Direitos do Homem e do Cidadão da UFPB (outubro - novembro de 1995).

votava e também governava diretamente. Os funcionários do governo apenas executavam decisões tomadas coletivamente. Bom, o fato é que estamos num regime de democracia representativa e este regime, como qualquer regime democrático, exige que a fonte do poder seja o povo. Exige, também, que determinados princípios e valores que se consubstanciam nas regras fundamentais do constitucionalismo moderno sejam respeitados. São os chamados Direitos do Homem e do Cidadão: direito à integridade física e psíquica, direito à dignidade, à vida, à liberdade de locomoção, à liberdade de imprensa, aos direitos civis, aos direitos políticos, portanto, ao direito de voto, etc. Então, o exercício desses direitos integra o regime democrático. Todavia, não basta que a fonte do poder seja o povo. Tanto assim que tivemos, há algum tempo, no Iraque, um referendo para confirmar a permanência de um ditador, Sadan Hussein, no poder. Mas esse referendo é uma farsa, pois é preciso que se exercite a liberdade de expressão e o contraditório para que o povo possa formar o seu juízo. A democracia exige o respeito a regras previamente estabelecidas, dentre as quais a principal é o sufrágio universal. A regra do sufrágio universal define a legitimidade do poder, **desde que a escolha se faça com base em uma situação de exercício de liberdades, onde exista o mínimo de oposição entre idéias, grupos e partidos.** Nós temos, então, a democracia representativa como o sistema democrático dominante. Nela não se governa diretamente, mas o povo governa pelos seus representantes, que são os deputados, governadores e todos aqueles que são eleitos por ele.

Um regime democrático-representativo pode resgatar elementos da democracia direta e a chamada “Constituição Cidadã” exatamente o fez, em 1988, incorporando aos seus princípios e às suas normas a possibilidade do exercício dessa democracia direta. Tanto no processo legislativo, portanto no exercício do Poder Legislativo, quanto no exercício do Poder Judiciário e, sobretudo, no exercício do Poder Executivo. No Poder Legislativo, a democracia direta se manifesta através do plebiscito e do referendo: quem decide se a lei vai ter vigência ou não é o povo - tivemos recentemente o caso do Presidencialismo e do Parlamentarismo - e nesse momento o pronunciamento do povo é decisivo. Então, o povo participa do processo legislativo, através de um plebiscito, por exemplo, onde ele se manifesta a favor ou contra alguma proposta que venha do Executivo. Ele pode participar também do processo legislativo através das iniciativas populares e elas abundaram no processo constituinte. Quer dizer, o povo pode apresentar um projeto de lei e esse projeto será proposto para discussão, desde que tenha um certo número de assinaturas,

independentemente da aprovação dos deputados. São inovações importantes que ampliam o espectro da chamada democracia participativa. Há também no Judiciário elementos da democracia direta. No Tribunal do Júri, por exemplo, é o povo diretamente que julga - inclusive este dispositivo já estava em nossa Constituição antes da "Constituição Cidadã" ser editada, já é uma tradição nossa.

Assim, com a vigência da Constituição de 1988, criaram-se inovações que incidiram no Poder Executivo. Destacamos o surgimento de uma esfera pública de cidadania que se materializa em diferentes órgãos, como, por exemplo, os Conselhos de Cidadania, onde a sociedade organizada participa diretamente da gestão pública. Normalmente a gestão pública é exercida pelo governo, que é eleito. Portanto, o povo exerce o poder através dos seus representantes. No caso da democracia participativa, o povo participa diretamente, sem passar pela escolha de representantes, através das entidades da sociedade civil que integram esses Conselhos e esta participação no exercício do poder pode se dar em dois níveis: 1) Na fiscalização do Poder Público. Essa é uma característica essencial do Conselho Estadual dos Direitos do Homem e do Cidadão (CEDDHC) da Paraíba, que é um Conselho de caráter propositivo e consultivo. Mas existem outros Conselhos, onde a sociedade organizada ingressa no Estado para fiscalizar, tendo inclusive poderes para participar da formulação das políticas públicas e para editar normas de ação para o Poder Público na área que atua: é o caso, por exemplo, do Conselho Estadual de Habitação, de Saúde e, até certo ponto, do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente. 2) Na gestão de entidades públicas. Temos o exemplo da Universidade, onde existem entidades da sociedade que participam do Conselho Universitário, que é instância máxima da instituição. Mas é preciso que as grandes empresas estatais, como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce sejam também públicas, controladas pelo público, dotadas de controle social e isso ocorrerá se essas entidades incorporarem nos seus conselhos de administração representantes dos trabalhadores, representantes dos usuários, representantes de entidades que congregam juristas, ecologistas, militantes de direitos humanos, etc. Então, aí se manifesta também a esfera pública da cidadania, na medida em que os cidadãos, através das suas entidades, diretamente, podem participar da administração da **res publica**, seja ela integrante do poder executivo ou empresa estatal. Agora, há também uma esfera pública que não é estatal. Existem diversas entidades que são dotadas de um certo grau de universalidade nos seus objetivos, como os Centros de Defesa dos Direitos Humanos, que visam a objetivos públicos, de interesse público, como a pro-

moção da cidadania, o respeito à lei e a garantia da participação do cidadão na coisa pública. Há entidades ecológicas, que, a exemplo da Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (APAN), são de direito privado, mas que têm por finalidade garantir interesses coletivos e difusos (no caso da APAN, o equilíbrio ecológico).

Eu gostaria de falar agora dos Conselhos que materializam a democracia participativa. Mas, antes de entrar na questão específica nossa, eu queria fazer uma observação que considero essencial: nós precisamos ter uma visão crítica da democracia representativa em que vivemos. Eu entendo que a democracia representativa baseada no sufrágio universal é efetivamente o único conduto que temos para possibilitar um aprimoramento constante do regime democrático. É preciso que tenhamos consciência das limitações da democracia representativa, não para destruí-la, mas para aprimorá-la - e elas são imensas. O que eu quero dizer é que não adianta participar da gestão pública, fiscalizar o Estado se este sempre for ocupado pelas classes dominantes, pelas oligarquias, por setores conservadores. Se não se fizer reformas no sistema eleitoral, se não se fizer reformas políticas, se não se fizer reformas que assegurem a plenitude da soberania popular, esta continuará deficiente e distante do que precisa ser, deixando o povo confinado na periferia do poder. A soberania popular existe quando há uma possibilidade efetiva da livre formação da vontade política, notadamente quando o povo é convocado para votar. Isso se dá quando, através do contraditório, de um debate, a maioria do povo possa ter acesso a diferentes posições e, a partir daí, tem condições de comparar as posições expostas e, assim, formar um juízo sobre qual é o melhor partido, o melhor programa, o melhor candidato. Atualmente, nós sabemos que isso não existe, ou existe muito precariamente, pois para que o contraditório e a liberdade de expressão sejam respeitados, temos que lutar pela reforma da lei que rege a concessão dos meios de comunicação, temos que lutar pela democratização desses meios. Enquanto uma grande rede de televisão, como a Globo, continuar sem ter contas a prestar à nação, a não organizar uma programação educativa, como manda a Constituição, a não organizar uma programação que seja democrática, como manda os princípios do nosso sistema, esses princípios não serão respeitados. Na época das eleições não há a possibilidade de uma palavra ou de um pensamento dissonante, o que ocorre são vergonhosas manipulações. Temos, portanto, que democratizar os meios de comunicação, garantindo que eles não fiquem nas mãos de um só. Nós temos que reformar a lei eleitoral. Em artigo de sua autoria, Luis Fernando Furquim, coordenador financeiro da campanha presidencial de Fernando Henrique Cardo-

so, mostra que a lei eleitoral em vigor, decididamente favorece o poder econômico, pois isenta da prestação de contas a grande maioria dos candidatos que se situa em municípios onde a lei, pela sua dimensão, entende que deve dispensar essa prestação. Permite-se, assim, que as empresas contribuam com um percentual de faturamento de milhões de dólares para campanha, falseando, portanto, completamente, o mínimo de igualdade que deva existir. Não haverá condições decentes para um regime democrático enquanto não houver uma mobilização para se garantir uma reforma do sistema eleitoral, pois é preciso que o povo tenha a liberdade de escolher e aí temos que lutar contra a manipulação do poder econômico e ideológico. Entretanto, é preciso também que os escolhidos tenham representatividade e nós vivemos num sistema onde a representatividade no Congresso Nacional é precária pela própria natureza das regras do jogo do processo eleitoral. Vocês devem saber que Estados escassamente povoados, que não têm sequer um milhão de habitantes, já têm garantidos, na Câmara dos Deputados, oito representantes, no mínimo. Enquanto Estados altamente populosos, como São Paulo, têm um teto na sua representação, que de setenta passou para oitenta. Isso é um artifício que faz com que os setores mais modernos, organizados e dinâmicos da sociedade brasileira fiquem sub-representados: o voto de um paulista vale muito menos que o voto de um acreano. Embora se fale no princípio da proporcionalidade, este é logo destruído pelo “jeitinho brasileiro” quando se coloca um teto de representação. A ditadura militar, que exacerbou essa distorção, procurou enfraquecer o peso do voto dos centros mais politizados. Uma última questão que gostaria de abordar, dentro da temática do sistema eleitoral, é a do voto distrital. O sistema do voto distrital permite que o poder econômico seja largamente enfrentado, na medida em que, por hipótese, em João Pessoa, numa eleição para Deputado, teria-se distritos pequenos, sendo, por exemplo, escolhido um Deputado pelos bairros das praias, Bairro dos Estados e do Centro, apenas se fazendo campanha ali. Isso tem um significado econômico, pela considerável diminuição de despesas e político, pela aproximação do candidato com o eleitor, disto resultando o fortalecimento dos partidos e do seu conteúdo programático. Então, são questões que eu coloco e encerro aqui, ainda acrescentando a necessidade do controle social das empresas estatais e do governo. Com essas reformas nós teríamos condições para aprimorar o nosso sistema democrático. Do contrário ele permanecerá sendo, em larga medida, uma farsa.

Gostaria, então, depois de feitas essas observações, de fazer uma análise de como se dá a participação nos Conselhos de Cidadania. O que

são esses Conselhos que materializam a democracia participativa? 1) os que têm atribuições de fiscalização, denúncia e acompanhamento da gestão pública: a função consultiva e propositiva, própria dos Conselhos de Direitos Humanos. 2) os que têm funções normativas e de formulação de políticas públicas, como o Conselho de Habitação e o Conselho Estadual de Saúde. No primeiro caso, o dos Conselhos de Cidadania - é normal que tais Conselhos sejam dominados por órgãos independentes do governo, do Poder Executivo, pois para que se faça uma fiscalização do governo que seja digna desse nome é preciso que os fiscais tenham autonomia em relação ao governo, não sejam prepostos dele. Então, é preciso que a maioria das entidades que compõem esses Conselhos seja independente do Poder Executivo, independente do governo. No segundo caso, o caso dos Conselhos de Saúde e de Habitação, o normal é que estes Conselhos sejam constituídos majoritariamente de órgãos e entidades dependentes do governo. Incorporam a sociedade organizada de forma direta na fiscalização, na normatização e até na formulação das políticas públicas, mas numa posição minoritária. Por que? Porque quem foi eleito para governar tem de ter a prerrogativa de escolher as políticas públicas que vai implementar. Caso contrário, não tinha sentido eleger o governador.

Gostaria de examinar, agora, o caráter dos órgãos públicos que integram os Conselhos: entre estes, há uma distinção fundamental, os que dependem do governo e os que gozam de autonomia perante ele. Na Paraíba, por exemplo, várias autarquias federais (Universidade, OAB, os Conselhos Regionais de Economia e de Medicina) integram o seu Conselho de Direitos Humanos, o CEDDHC. A Universidade Federal da Paraíba é representada nesse Conselho pela sua Comissão de Direitos do Homem e do Cidadão (CDHC). Este órgão, por exemplo, seria independente da administração ou seus membros são nomeados e demissíveis *ad nutum* pelo Reitor? Abсолютamente não. Os integrantes da CDHC são eleitos pelo Conselho Universitário. Eu, por exemplo, fui eleito por esse Conselho para ser membro da Comissão. Comissão esta que me elegeu para representá-la no CEDDHC, onde fui eleito por unanimidade para presidi-lo. Portanto, a nossa autonomia em relação ao Governo é a mais completa e em diferentes circunstâncias demonstramos isso da forma mais cabal.

Da mesma forma, a OAB e os Conselhos Regionais de Medicina e de Economia são “órgãos governamentais”, no sentido de exercerem prerrogativas inerentes ao poder do Estado. Mas o que importa aqui, é que são totalmente independentes do governo estadual. E, mais do que isto: congregam núcleos de maior representatividade da sociedade civil organi-

zada, comprometidos com o aprimoramento do regime democrático.

Então, o critério distintivo decisivo não é mais o de entidade governamental ou não-governamental e sim o da independência em relação ao Governo. E o segundo critério é saber se a direção de um órgão dessa natureza, como o Conselho de Defesa de Direitos Humanos, é eleita ou nomeada. Quando quem preside uma entidade como esta é um Secretário de Estado, então o Conselho está “nas mãos do Governo”. Quando a presidência é eleita e tem mandato ela goza de independência.

Eu quero fazer algumas observações sobre o que foi dito a respeito dos Conselhos. Há enormes pressões contrárias à implantação e ao bom funcionamento desses Colegiados. Nossa democracia é precária, seu processo é ainda embrionário, a sociedade pouco afeita à democracia se preocupa de maneira irrisória com essas questões e ainda assim as classes dominantes que detêm o poder do Estado se apavoram com a mínima possibilidade de transparência. Um caso emblemático é o de Sergipe. Estive na Assembléia Legislativa de Sergipe e defendi a criação do Conselho Estadual de Direitos Humanos em sessão plenária daquele órgão. O Deputado Renato Brandão, por duas vezes, tentou criar um Conselho Estadual de Direitos Humanos, sem êxito. Em Brasília, o Governador Cristóvam Buarque se propõe a apresentar o projeto criando o Conselho de Direitos Humanos e o cargo de *Ombudsman*, inspirado no nosso Conselho e nas sugestões que demos sobre a Ouvidoria Pública, através de contato sistemático com o Governo do Distrito Federal, mas vem encontrando resistências. Finalmente, em Pernambuco, o Governo de Arraes, apesar de ter um Secretário de Justiça historicamente ligado à causa dos Direitos Humanos, vem, surpreendentemente, com argumentos pouco convincentes, resistindo à criação de um Conselho de Direitos Humanos.

Vamos, agora, nos dedicar à análise do tema central da nossa exposição: O Conselho Estadual de Direitos do Homem e do Cidadão (CEDDHC) da Paraíba.

Quais foram as ações básicas e a contribuição fundamental do Conselho Estadual de Direitos Humanos à construção da cidadania na Paraíba e no país? O que nós buscamos basicamente? Enraizar e disseminar uma mentalidade democrática no Estado da Paraíba, associando a questão da democracia ao respeito dos direitos do homem e do cidadão. Nós fizemos isso de diferentes formas e eu queria dizer que este é um dos objetivos fundamentais de um Conselho como o nosso: buscar o aprimoramento, a disseminação e a consolidação da democracia, sendo os direitos do homem e do cidadão os pilares desse sistema democrático. Procu-

ramos atingir este objetivo através, em primeiro lugar, da organização de seminários, cursos, eventos e publicações. Estamos aqui diante de um curso típico, onde discutimos a questão da democracia e da participação e eu acredito que isso possa ter uma repercussão importante, no sentido da compreensão dos mecanismos da democracia e da sua importância para a construção de uma sociedade mais justa. Esses cursos estão sendo realizados nos bairros, inclusive estão sendo interiorizados, pois Campina Grande já dispõe de um Comitê Municipal do CEDDHC. Nos preocupamos, em particular, em organizar palestras e debates para as polícias militar e civil do Estado. Realizamos, também, eventos de caráter nacional que deram grande credibilidade ao Conselho, como o I Encontro Nacional de Ouvidorias Públicas. Os Anais desse Encontro estão sendo publicados pelo nosso Conselho, em co-patrocínio com o Governo do Distrito Federal, tendo a apresentação do Governador Cristóvam Buarque. Temos várias publicações com Prefeituras e com entidades que se destacam pela sua preocupação com os Direitos Humanos. Por exemplo, a Prefeitura de Belo Horizonte vai editar conosco um dossiê a respeito dos órgãos de cidadania. Eu tenho impressão que esse foi um ponto fundamental da nossa atuação.

Um segundo aspecto a destacar na atuação do CEDDHC é o intercâmbio que mantêm com vários órgãos de cidadania do país, com vistas à disseminação das instituições da democracia participativa, como os Conselhos Estaduais e as Ouvidorias Públicas. Não nos contentamos com uma atuação apenas provinciana. Não devemos cultivar a vocação de periferia, e sim buscar influenciar os destinos do país, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência democrática no Brasil e para seu aperfeiçoamento institucional, no sentido de uma participação crescente de cidadania na gestão do Estado. O que depende de uma ação convergente de todas as forças vivas do país, e não apenas das iniciativas provenientes do "Sul Maravilha".

Um terceiro aspecto diz respeito ao trabalho do Conselho no campo da defesa dos direitos do homem. Eu gostaria de explicar a diferença entre os direitos do homem e do cidadão. Isso não é absolutamente rígido, mas a gente pode entender a partir de diferentes enfoques, por exemplo: os direitos do homem tutelam qualquer pessoa humana e em geral estão relacionados com a defesa da integridade física e psíquica do indivíduo. Então, como defensores dos direitos humanos, no sentido estrito do termo, preocupamo-nos em denunciar a tortura, a violência física. A esse respeito, um conhecido pintor paraibano, Flávio Tavares, fez duas ilustrações e nós vamos, então, através de cartazes, onde um tem um

“pau-de-arara” e o outro uma mulher com expressão de sofrimento, iniciar, a partir da data da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em dezembro, uma campanha contra a violência e a favor tipificação da tortura como crime. Esta é uma luta difícil, por causa da relativa indiferença de entidades da sociedade face ao tema, pelo desinteresse e falta de responsabilidade da maioria dos membros do Congresso Nacional, cuja omissão na matéria foi surpreendentemente denunciada pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, nas comemorações do dia 7 de Setembro.

Também por Direitos Humanos, no sentido específico do termo, entende-se a denúncia da violência social, quer dizer, os Direitos Humanos negados por uma estrutura social excludente. Estes direitos se expressam na defesa da reforma agrária, da distribuição de renda, na luta contra o desemprego, etc.

O quarto ponto de atuação do CEDDHC, que nos parece decisivo, foi o da luta pela construção de uma mentalidade cidadã e de uma ética republicana e democrática, baseada no respeito, à igualdade efetiva de todos perante a lei, na moralidade pública e na **práxis** democrática e participativa. Assim, sabemos, que o princípio da igualdade jurídica foi proclamado desde a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão na Revolução Francesa, em 1789, entretanto ele continua sendo sistemática e violentamente desrespeitado com o silêncio cúmplice da sociedade civil, inclusive da melhor sociedade civil organizada - e o Conselho atuou nesta questão de forma contundente. No episódio do *Gulliver*, que envolveu o então Governador Ronaldo da Cunha Lima e o ex-governador Tarcísio de Miranda Burity, o Conselho foi o único órgão da Paraíba que, de forma destacada, sistemática e abrangente se posicionou denunciando o fato e mostrando que o então Governador não tinha condições de permanecer exercendo o cargo, exigindo o seu afastamento do Governo do Estado como uma condição de respeito à ética política, pois o chefe do Poder Executivo se escudou no manto da imunidade para assegurar a impunidade. Nós dissemos naquela ocasião em, Nota Oficial, que, com as mãos sujas de sangue, o Governador do Estado não teria autoridade moral para exigir o respeito à lei. Como é que o Estado ia se comportar, qual autoridade teria para exigir do cidadão pobre, que é o que lota as penitenciárias, que ele fosse purgar por crimes muitas vezes de menor monta enquanto o Governador, escudado na imunidade do seu cargo, permanecia impune? Naturalmente nosso posicionamento foi feito dentro do espírito do mais completo distanciamento partidário, pois se trata de um princípio e de uma verdade, que é a verdade da democracia e que tem que prevale-

cer contra as verdades que pretendem ser as únicas possíveis na Paraíba, que é a verdade político-partidária. Uma grande conquista do Conselho foi construir uma reputação de credibilidade de tal maneira que hoje eu acredito que ninguém ouse pretender que nós tenhamos um comportamento ditado por partidos políticos, os partidos políticos se encontram há anos-luz da nossa área de atuação. Embora eles sejam fundamentais, não podem interferir em órgãos como o CEDDHC.

Um outro exemplo de atuação deste Conselho na defesa dos direitos do cidadão refere-se aos direitos dos portadores do HIV. Para a minha surpresa, pessoas muito interessantes e esclarecidas sustentavam que era legítimo que eles fossem proibidos de prestar concurso público. Vários órgãos discriminaram estes portadores e nós fizemos debates, escrevemos um artigo no jornal mostrando que era inaceitável esta discriminação, baseados sempre na questão da lei e da defesa de princípios fundamentais da democracia. Também nos preocupamos em defender do patrimônio público e da moralidade administrativa. Um fato que vinha ocorrendo durante anos é a utilização pelo governante de plantão, seja ele Governador do Estado ou Prefeito, do dinheiro público para sua auto promoção. Durante anos assistimos toda sorte de abuso nesta área. A Constituição do Estado teve incorporados em 1988, graças a sugestões minhas feitas com a colaboração do Procurador Luciano Maia, dispositivos que consideram crime de responsabilidade esta atitude. A Constituição Federal proíbe tal conduta, cominando, entre outras, pena de cassação de mandato do infrator. Até hoje, o que aconteceu, entretanto, foi a omissão do Ministério Público diante disto. Recentemente nós propusemos ao Procurador Geral de Justiça uma ação civil pública contra o Prefeito de João Pessoa, Chico Franca, e contra a Prefeitura e a Câmara Municipal de Sapé. E vamos continuar atuando onde persistir a prática de fazer notas em jornais ou propaganda de televisão exaltando figuras políticas às custas do nosso dinheiro. Para vocês medirem a extensão da debilidade da nossa democracia e a passividade da sociedade civil, basta observar que durante anos esses crimes vêm sendo praticados com a nossa absoluta e cândida cumplicidade. Não pode haver democracia enquanto nós apenas estejamos preocupados com nosso sindicato, em botar mais dinheiro no bolso, por mais legítima que possa ser esta aspiração. Não pode haver democracia enquanto a Universidade estiver isolada na sua torre de marfim, pretendendo aposentadorias precoces e querendo se eximir de qualquer controle social na sua avaliação; enquanto a Polícia Militar desenvolver um comportamento corporativo; enquanto a OAB não admitir críticas ao seu estatuto; enquanto o Poder Judiciário submeter à execração públi-

ca quem luta pelo seu controle externo. Nós temos que vencer estes condicionamentos corporativos, caso contrário não teremos a democracia, teremos uma brincadeira. Nós não podemos construir uma democracia enquanto não tentarmos nos voltar para a formulação de projetos e de uma visão da transformação da sociedade que vise, predominantemente, o interesse público. Isso é possível se tivermos coragem de enfrentar as nossas próprias mazelas.

Eu estou me aproximando do fim e até antecipei algumas considerações, mas ainda queria lembrar um aspecto ao qual damos muita atenção, que foi a questão da luta pela liberdade de imprensa na Paraíba. Luta pela liberdade de imprensa? Sim, a liberdade de imprensa é muito relativa na Paraíba. Por exemplo, na campanha para Governador, dois candidatos se apresentaram. Nós do Conselho propusemos um debate - com cada candidato isoladamente - com perguntas apresentadas previamente, por escrito. Um compareceu e o outro não. Com isso, fui à imprensa denunciar a omissão de um dos dois candidatos, que sequer respondeu à convocação para o debate. Pois bem, eu não consegui espaço de uma reportagem para colocar isso porque nos dois jornais era preciso não só elogiar, mas elogiar muito esse candidato que se omitiu. Caso contrário, nada referente a ele sairia. Quer dizer, em um momento decisivo, e não por coincidência, o poder econômico determina quem quer que vá para o poder e não dá espaço para oposição. Digo isso sem desdouro algum para com o candidato a que estou me referindo. O que está me interessando é constatar os limites da liberdade de imprensa. No momento, por exemplo, de fazer com que divulgássemos a nossa luta contra os Prefeitos e os governantes que estão utilizando o dinheiro público para promoção pessoal, em flagrante violação à lei, nenhum jornal publicou nada. Apenas o Ouvidor Rubens Nóbrega, do Correio da Paraíba, que tem tido um desempenho extremamente consentâneo com o comportamento democrático e de cidadania, divulgou, na sua coluna, que a ação civil pública que requeremos contra o Prefeito de João Pessoa não havia sido noticiada.

Ainda sobre a questão da imprensa, por ocasião do episódio *Gulliver*, nós atacamos o jornal A União, mas não o jornal em si, pois achamos que ele, assim como a rádio Tabajara, ambos órgãos do Governo do Estado, podem continuar existindo. Mas é preciso saber se eles existem apenas para promover o governante de plantão ou se eles devem existir como órgãos que possam expressar a pluralidade e a riqueza das opiniões sobre as políticas públicas, sobre a vida política paraibana. Nesse episódio A União teve um comportamento particularmente vergonhoso, mas não só ela, pois existe uma imprensa oficial que é privada, como O

Correio, que teve esse mesmo comportamento. O que aconteceu foi que A União publicou um dos primeiros editoriais intitulado “o segundo tiro”, querendo fazer crer que o Governador Ronaldo Cunha Lima teria disparado o segundo tiro, pois o primeiro teria sido o tiro desfechado contra a honra do então Governador. Trata-se, como se vê, de uma forma de justificar o delito do então governador Ronaldo Cunha Lima. Em seguida, num processo bajulatório dos mais deploráveis, A União incitou ao crime em uma série de reportagens. Nós levamos esta questão ao Procurador Geral de Justiça, pedindo que ele verificasse os indícios de incitação ao crime e eu continuo aguardando até hoje, sem esperança alguma de retorno. Então, tudo isso nos leva a algo que é uma reflexão sobre a democracia.

No que diz respeito à democracia participativa, os obstáculos ao seu funcionamento se devem, em grande parte, aos políticos conservadores da classe dominante que não querem abrir espaço para a transparência, a participação, mesmo que esse espaço seja mínimo e mesmo que ele não ponha em questão o seu poder. Mas o que eu queria chamar atenção aqui é para o fato de que a responsabilidade maior é nossa. Nós criamos um Conselho que envolve dezessete entidades altamente importantes, das mais representativas da sociedade e a participação de muitas delas no Conselho é nula ou próxima disso. O que há é um apoio passivo às iniciativas do Presidente e da Diretoria. A sociedade civil está pouco se lixando para o que possa acontecer nas questões que dizem respeito à democracia, aos direitos humanos e é isso o que nós temos que enfrentar. A teoria é fundamental, mas a teoria não vale coisa alguma se for para alimentar a famosa - perdoem-me a expressão produzida por um Ministro - “masturbação sociológica”. O que nos interessa é fazer da teoria um instrumento da transformação da sociedade e esse instrumento passa pela consciência democrática. Precisamos afastar a perspectiva de vanguardas iluminadas que pretendem encontrar respostas para o nosso povo, pois o risco que a gente pode correr é muito grande. Com efeito, a História ensina que essas vanguardas, mesmo quando muito bem intencionadas, quando assumiram o poder, afastaram-se dos princípios a que originariamente estavam ligadas, esclerosaram o processo produtivo, o crescimento da política social e a socialização da política e fizeram com que o atraso em relação às perspectivas de uma sociedade democrática e socialista se tornasse enorme e incomensurável. O desafio maior que eu vejo é o do corporativismo, que faz com que os melhores quadros, os mais politizados, e, por vezes, os mais generosos algumas vezes estejam envolvidos em reivindicações exclusivamente corporativas. Se você fala com um dirigente

de um sindicato de funcionários ele pode se considerar o maior revolucionário do mundo. Mas, na prática, o que ele faz, pelo menos frequentemente, é restringir toda a sua atuação política a atitudes defensivas e não propositivas, muitas delas contrárias ao interesse social. E isto em nome de um vanguardismo, de um revolucionarismo que não se coadunam com um projeto de modernização e de transformação da sociedade que possa unir o que é imperativo para a esquerda e o que é um imperativo para aqueles que querem transformar a sociedade, que é estabelecer um projeto capaz de modernizá-la e não de fazer com que sempre estejamos a nos defender. Precisamos associar a modernização à democracia, pois essa será a única possibilidade de garantir a construção de uma sociedade mais justa.

# DESORDENS E REORGANIZAÇÕES DO PROCESSO CIVILIZATÓRIO<sup>1</sup>

Edgard de Assis Carvalho<sup>2</sup>

A distinção entre sociedades apolíneas e dionisíacas ainda vigora no ideário das sociedades contemporâneas, corroborada pelas convicções que as primeiras privilegiariam a ordem e a harmonia e as segundas estariam envoltas na desordem do movimento, do excesso. De modo semelhante, a divisão entre sociedades sem e com história reforçou a visão de que a tradição é sempre vista como algo mecânico, fechado em si mesmo, e a modernidade como algo termodinâmico, inexoravelmente marcado pela inautenticidade das relações sociais.

Essas dualidades que animaram a visão relativista consagrada pela Antropologia foram sendo derrocadas pela demonstração empírica e teórica que ordem e desordem constituem componentes de quaisquer sociabilidades, tradicionais ou modernas, primitivas ou civilizadas. Diante disso, a histórica deixou de ser vista como um processo contínuo e irreversível inaugurado com a escrita, para se constituir num processo multiforme, por vezes reversivo e não cumulativo, que englobava as sociedades de “pensamento selvagem”, apoiadas na lógica do sensível e nas realidades signícas que a oralidade é capaz de construir para as séries naturais e culturais.

Foi Michel Foucault quem possibilitou o entendimento do caráter descontínuo de todos os processos humanos, ao englobá-los numa “história das problematizações” sem teleologias doutrinárias ou sistemáticas, mas, ao contrário, como um movimento repleto de reviravoltas inesperadas e inéditas. Arqueogenealogia foi o nome dessa prática metodológica que prescrevia que o deciframento de qualquer realidade continha ne-

---

<sup>1</sup> A presente versão atualiza alguns dados conjunturais referentes às agendas internacionais da ONU e outras organizações não-governamentais. Originalmente publicada em *Desordens e reorganização do processo civilizatório. São Paulo em Perspectiva*. Fundação Seade. São Paulo, 8(2): 41-44, 1994

<sup>2</sup> Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba e Professor do Departamento de Antropologia da PUCSP e do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, UNESP, FCL, Araraquara

cessariamente dois movimentos, um de caráter arquivístico, que considerava o que estávamos deixando de ser, e outro, mais atual, que visualizava o que ainda viríamos a ser, uma forma de vir não programado, dissolvido numa multiplicidade de histórias heterogêneas.

Esse estilo de pensamento que, de certa forma, foi vulgarizado numa visão tanática do homem, de Deus e das próprias culturas, acabou esbarrando na necessidade de se contrapor “modernos” e “tradicionais” para que daí fosse possível redefinir a questão das necessidades humanas de modo mais ético. Uma constatação inaugural propiciada por esse contraponto, deixou claro que o homem politécnico da arquisociedade, mais totalizado, havia sido substituído pelo homem monotécnico da sobremodernidade, um ser de aptidões reduzidas, desnaturalizado, perdido na perversidade de uma temporalidade instrumental, e, além do mais, sem representação de si.

Essa crítica moral da civilização, que abundou nas filosofias de Rousseau e Montaigne, embora tenha colaborado para um descentramento do homem, não contribuiu para que toda a idade clássica fosse menos anti-primitivista e que o homem, no estado de natureza, ainda não corrompido pela desordem mundana, fosse definido como torpe, bruto, ainda animalizado.

O que Rousseau, esse verdadeiro “fundador das ciências do homem”, compartilhava com muitos desses primitivistas esclarecidos poderia ser sintetizado na ênfase na necessidade do prazer e na ausência da dor como condições propiciadoras da felicidade. Sem pretender estabelecer uma cronologia da primitividade, passou-se a reconhecer que a emergência da civilização do “estado de natureza” havia desequilibrado a satisfação das necessidades e a harmonia reinante entre os “selvagens amáveis”. Por isso, a atualidade da proposta rousseauiana de um retorno à natureza deve ser entendido em dois níveis: no sentido *descritivo*, de uma natureza não corrompida pela influência da vida societária, associada aos períodos inaugurais do desenvolvimento humano, e no sentido *normativo*, ou seja, de acordo com os princípios da natureza, com as leis constitutivas da natureza humana no sentido universal do termo. Tratava-se de um projeto ético-moral e não de um retorno puro e simples a estágios primitivos anteriores portadores de uma ordem imutável.

Se os detratores de Rousseau pretenderam identificar na proposta uma solução histórica a ser operacionalizada pelas nações modernas, ou uma utopia inatingível, o fato é que, nesse final de século, cabe a todos nós avaliar, até que ponto, os custos do progresso civilizatório devam onerar o planeta no ritmo crescente em que vem ocorrendo. A lição freu-

diana que esse progresso dependeria da sublimação da gratificação instintual e da subordinação do princípio do prazer ao princípio da realidade, embora não esteja prescrita, não redundou na eliminação da “luta pela sobrevivência”, mas antes acentuou seu caráter perverso e indômito que hoje atravessa a condição humana como um todo. Por isso mesmo, os processos de dominação, escassez e alienação deixaram de ser reconhecidos como efeitos peculiares da fase capitalista da história, para representarem os custos de um processo civilizatório, de caráter transhistórico e repressivo, que compele o amor e os restos humanos a viverem como pacientes terminais que buscam sobreviver a qualquer custo.

Se é forçoso reconhecer que, nos dois últimos séculos, o desenvolvimento científico e tecnológico expôs a solução de mistérios antes inconcebíveis, demonstrando toda a complexidade do binômio cérebromente, a constituição da era planetária introduziu uma crise de proporções incomensuráveis, e isso porque, a ideologia do progresso, fundada na tríade desenvolvimento/técnica/indústria produziu uma elevação acelerada dos níveis materiais de vida, acoplada a explosivas taxas de exclusão sócio-cultural, presentes não apenas em países do terceiro mundo, fatos que por si só derrocam a mitoideologia global de que as sociedades hiperindustriais conduziram ao bem-estar generalizado.

O que presenciamos é uma agonia planetária, comandada pela robótica, pelas máquinas artificiais e pela tecnociência, perdendo-se, a cada dia, o sentido da verdadeira vida. Conformados com essas idealidades, e com o caráter inovador dessas “tecnologia da inteligência” alargamos a expectativa de vida, mas com paixões a cada dia mais fracas e vícios mais fortes. Por isso, é sempre assustador quando nos defrontamos com diagnósticos que ainda insistem em atrelar o sentido do futuro ao desenvolvimento técnico, à capacidade do homem em dominar a natureza e a ação do Estado enquanto gestor global da cultura, depositário de anseios coletivos indiferenciados.

Quando nos detemos no mapa do mundo, constatamos que, nos últimos 30 anos, as desigualdades se ampliaram desmesuradamente e a qualidade de vida descendeu a níveis antes impensados. Na versão 94, do relatório de Desenvolvimento Humano da ONU, os 10 países com melhor nível de vida são liderados pelo Canadá, seguido pela Suíça, Japão, Suécia, Noruega, França, Austrália, Estados Unidos, Grã-Bretanha. Embora o Brasil ocupe o 10º lugar nos ranking dos países de desenvolvimento médio, antecedido pela Tailândia, Malásia, Casaquistão, Emirados Árabes, dentre outros, quanto à qualidade de vida, estamos classificados em 63º lugar. O Nordeste do país constitui um foco amplo de disparidades e,

se o Brasil fosse restrito apenas a ele, despencaríamos para o 111<sup>o</sup> lugar. Excluindo-se a região, ascenderíamos para o 43<sup>o</sup>. Mesmo que essa simulação estatística não possa ser convertida em realidade num Brasil que já ostenta a cifra de 32 milhões de miseráveis, os dados são preocupantes quando se pensa em desenvolvimento humano, em condições ideais de vida, em satisfação de necessidades mínimas, em divisão homogênea de renda.

Nesse cenário que articula progresso/desigualdade em relações inversamente proporcionais, constitui-se a necessidade da “renegociação de um pacto mundial em prol do desenvolvimento humano baseado em responsabilidades compartilhadas. Os países pobres e ricos se comprometeriam em satisfazer as necessidades básicas do ser humano nos próximos dez anos” (NOBRE & SANTANA, 1994). Embora as conclusões do relatório possam parecer idealistas demais, o fato é que, progressivamente, vem se desenhando a necessidade de se imaginar uma mudança da escala sócio-política que seja capaz de superar o caráter localista e sociocêntrico presente nos estados-nações, para reinserí-los em associações e federações mais vastas, supranacionais, incumbidas de repensar a geopolítica planetária sem etnocentrismos falaciosos e sem relativismos complacentes, capazes de estabelecer uma nova “carteira de identidade terrestre” para todos os homens do planeta.

Esse horizonte que se vislumbra nas idéias morinianas mais recentes não constituem algo inusitado. Não é de agora que organismos internacionais como a ONU e a UNESCO, organizações não-governamentais sérias, e setores progressistas da sociedade civil vem tentando explicitar uma reprovação universal à degradação das relações humanas em nível mundial. Basta lembrar que à Declaração dos Direitos do Homem, de 1948, seguiram-se as Convenções de Genebra (1950), a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1951), o Pacto Internacional relativo aos direitos civis e políticos (1966), a Conferência Mundial sobre Direitos do Homem (1968), a Convenção Americana dos Direitos do Homem (1969), o Congresso Internacional sobre o ensino dos Direitos do Homem (1978), a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (1981), a Convenção das Nações Unidas contra a tortura (1984), a Conferência mundial sobre Direitos do Homem (1993), Conferência Mundial sobre a Mulher (1995), Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Social (1995). Nessa última, ganhou corpo a proposta de uma política mundial para a redução das desigualdades para os próximos dez anos, pautada por uma justiça social global, que consiga deter as guerras étnicas, o militarismo cres-

cente, o antagonismo racial, religioso, cultural e ideológico que grassam pelo mundo inteiro.

Mesmo que esses acordos possam ser considerados demasiado diplomáticos quando confrontados com as condições reais por que passam as liberdades e os direitos nos dias correntes, o fato é que eles constituem indicadores substantivos da “voz dos povos” e do esforço societário em ressaltar não apenas a universalidade de direitos e liberdades fundamentais, mas em fortalecer a democracia e o pluralismo no plano das relações internacionais planetárias. Ninguém melhor do que Nelson Mandela soube expressar a necessidade de se formular esse ethos universalista, ao reconhecer que a África do Sul não pode se constituir como um sistema independente do resto do mundo. “Pelo fato de a comunidade internacional estar em busca de estabilidade em meio à incerteza, nossa experiência comum sugere que ousemos não nos desapegar do compromisso com os direitos humanos em questões internacionais. ... As tragédias atuais, de Sarajevo a Ruanda, cujas imagens são o sangue vital dos influentes meios de comunicação de massa, realçam a importância do respeito aos direitos humanos para assegurar nosso futuro comum” (MANDELA, 1994).

Essas intenções que eclodem numa sincronicidade que, por vezes, espanta os mais desavisados, ilustram que o gigantismo das coisas, expresso nas estruturas industriais, nos mercados mundiais, nas redes financeiras, nas organizações políticas de massa, nas instituições públicas, além de sofisticarem as formas de dominação do homem, empestiaram a biosfera, poluíram mares e terras, criaram mutantes virais e bacterianos que seriam capazes de destruir espécies inteiras de vegetais e animais. parece fora de dúvida que se torna necessário dissolver o homem na natureza, recomendação de há muito feita por Claude Lévi-Strauss, para que o homem readquira sua dimensão onto e filogenética e o espírito da Terra volte a se manifestar em toda sua plenitude.

Acredito que a atualidade da hipótese Gaia que via na Terra uma entidade unificada capaz de prover garantias de sobrevivência material a todos os seres do planeta permanece atual e que, enquanto hipótese de trabalho, possa reorientar a equação desses direitos do planeta tão enfatizados por todos. Gaia, deusa da Terra para os antigos gregos, mãe primordial, esperava de seus filhos uma solicitude respeitosa celebrada por um conjunto de ritos, orações e sacrifícios. Se a voz dos deuses deve ser sempre ouvida e acolhida, essa imagem, longe de representar um vestígio arcaico, precisa ser recriada por um politeísmo de valores que destrone o caráter masculinizante do mundo que, pela institucionalização da violência, destruiu recursos naturais, dominou nações, estigmatizou grupos hu-

manos “inferiores”. Como Prometeus modernos, assistimos a todas as nossas criações artificiais e, horrorizados por essas obras macabras, nos fechamos em nossos quartos de dormir, assolados pela culpa que as astúcias científicas nos impingiram, como monstros inumanos criados artificialmente, desprovidos de consciência e vontade.

Toda essa fantasmagoria cotidiana deva ser creditada às chamadas sociedades da modernidade que se instalaram no planeta depois da segunda metade do século 18, e que, ao universalizarem formas de produção e reprodução, particularizaram modalidades intensas de dominação, generalizando uma violência selvagem nos planos da sociabilidade, da subjetividade e do Estado. Essa violência moderna foi adquirindo uma visibilidade de proporções gigantescas, metamorfoseando-se em vários planos, como se fosse um retrovirus que, a cada segundo, destrói as reservas imunológicas que minam as resistências sociais, fazendo com que a sobrevivência seja algo inatingível. Foi Goerges Balandier quem sintetizou, num texto que teve pouca acolhida no Brasil, essa condição da hipermodernidade ao afirmar que “a violência pode também aparecer sob o aspecto de uma epidemia, de uma desordem contagiosa ..., de uma doença do social que coloca o indivíduo e, por extensão, a coletividade em estado de insegurança” (BALANDIER, 1988: 197).

Vandalismos, terrorismos, perseguições, seqüestros, hediondidades de toda ordem passam a integrar a existência cotidiana numa espécie de dramatização simbólica cujos efeitos reais todos nós sentimos na pele, na carne e na alma, e que se constitui numa taxa de acumulação da desordem que acaba por prefigurar um caos, no interior do qual a resposta totalitária está sempre apta a ressurgir das cinzas. Se o medo e a revolta moral acabam por representar reações pontuais para enfrentar a insuficiência do aparato jurídico em regular formas contratuais básicas, essas modalidades, por vezes, contribuem para a ampliação da própria violência, e não para aboli-la ou superá-la.

Superar a violência significa, de certa forma, superar o próprio homem, transcendê-lo. Mas ainda não se encontrou o princípio dessa transcendência, e isso porque ela não pode ser revelada profeticamente. A solução parece residir nas entranhas mais obscuras do *sapiens demens*, nas desavenças e descaminhos de sua antropossocialidade histórica. Talvez essa necessidade planetária requeira uma ordem social que institua o homem como comunidade organizada construída em torno de direitos universalizados. Essa ressocialização implicaria na transcendência à violência individual que, por sua vez, poderia conduzir à supressão da violência contida no Estado, nas instituições e na própria sociedade civil.

Não se trata de evangelizar uma harmonia societária impensável, mas imaginar uma grande recusa às tiranias performáticas do presente, em favor de uma desordem criadora de reorganizações que redefinem o presente a partir de todo o patrimônio cultural criado pela totalidade da espécie humana.

O que cabe constatar é a existência de uma relação sempre complementar, concorrente e antagônica entre manutenção e supressão da violência. Todos sabemos que não se põe sim a ela por decisões subjetivas, ou pela repressão das armas, da qual todos conhecemos os efeitos históricos regressivos. Foi Eugène Enriquez quem afirmou que vivemos numa época de morte materializada, e isso porque vivenciamos passivamente a conjugação de dois sagrados, o dinheiro e seu corolário constituído pelo trabalho alienante e pelo Estado comandante. Recorro às idéias de Edgar Morin sobre os efeitos dissociativos que essa sacralidade litúrgica vem produzindo no imaginário contemporâneo. Em entrevista recente sobre as marcas fundamentais que o século atual deixaria para o mundo, afirmou ele: “Contrariamente a Malraux que anunciava que o século XXI seria religioso, eu afirmo que o século XX é hiper religioso. ... A nação é uma noção religiosa, uma noção com cultos, com heróis, mártires, sacrifícios, ritos. A modernidade criou essa religião da nação que não era conhecida por ninguém. O século XX transformou-se numa religião salvacionista com o comunismo e numa época da religião nacional com formas exacerbadas como as do terceiro Reich, que vemos ressurgir virulentas por toda parte. Tudo isso tem um caráter muito religioso que é preciso ser ultrapassado” (MORIN, 1993: 20).

Mas qual será a direção que devemos escolher para ultrapassar esse salvacionismo? Tudo parece levar a crer que precisamos reaprender a olhar para trás, não como uma nostalgia de tempos pretéritos, mas como uma forma de des-realizar o presente, de introjetar a distinção entre os relatos históricos que marcaram os avanços civilizatórios e os empreendimentos míticos que cimentaram a dinâmica cultural. Sem prescindir das visibilidades que identificaram dez ou vinte séculos de história, precisaremos nos voltar para os significados profundos e inconscientes presentes nos itinerários mítico-simbólicos como uma forma ativa capaz de dar novo sentido à vida humana e, assim, concluir com Jorge Luiz Borges que o que perdura no tempo é o que não foi necessariamente do tempo.

Com isso, talvez consigamos desatrelar o padrão recorrente desse final de século que iguala progresso e agressividade e, com isso, dar sentido a nossa “consciência moderna infeliz”, reorientá-la para entender a vida como arte, desrazão, e não como lógica, racionalidade, racionaliza-

ção. “Desarmamento ptolomaico” foi o nome que Peter Sloterdijk deu a essa reação que permitiria um retorno às origens e às cosmogonias imaginais que foram banidas como enganosas e aleatórias pelas certezas produzidas pela “mobilização copernicana”, desde 1543. “O estranho no esclarecimento copernicano é que, mesmo após Copérnico e sabendo que se trata de rotação da terra, continuamos a perceber ... o levantar do sol em sua beleza arcaica e como evento sublime” (SLOTERDIJK, 1992: 57). Talvez resida nessa beleza arcaica o sentido último de nosso reencontro com o transcendente, com o imaginal e com as fisionomias que a consciência planetária assumirá para definir um “espírito do tempo” desvinculado da arrogância da era burguesa.

### BIBLIOGRAFIA

- NOBRE, Carlos & SANTANA, José Carlos. *O Brasil é o 63º país em desenvolvimento humano. Estado de São Paulo*, 1 de junho de 1994.
- MANDELA, Nelson. *Um lugar seguro para a diversidade. Estado de São Paulo*, 10 de junho de 1994.
- BALANDIER, Georges. *Le désordre*. Paris: Fayard, 1988
- MORIN, Edgar. *La fin des certitudes. De Sénèque à Edgar Morin*. *Magazine Littéraire*, 312, jul-ago, 1993.. (Edgar Morin, philosophe de l'incertain. Propos recueillis par François Ewald, p. 20).
- SLOTERDIJK, Peter. *Mobilização copernicana e desarmamento ptolomaico*. Tradução de Heidrun K. Olinto). Rio: Tempo Brasileiro, 1992

# QUALIDADE E PRECARIZAÇÃO: Organização da Produção e Gestão do Trabalho no Setor do Vestuário.

Jacob Carlos Lima<sup>1</sup>.

Este trabalho estuda as mudanças e permanências representadas por processos de modernização em setores industriais cuja competitividade é diferenciada segundo o mercado consumidor. Analisa o discurso da “qualidade total” vinculado tendencialmente a processos de flexibilização da produção e mudanças na gestão da força de trabalho, frente à prática cotidiana do chão de fábrica em indústrias fortemente diferenciadas, seja em tamanho, valor da produção, emprego, processos e produtos. Foram pesquisadas três indústrias do setor do vestuário na Paraíba procurando recuperar os processos implementados, o discurso subjacente à modernização e as - quando existentes - políticas de gestão.

Resulta de pesquisa desenvolvida com apoio do CNPq durante o ano de 1995 que implicou em visitas às fabricas selecionadas, aplicação de um questionário a uma amostragem do conjunto de operários empregados no setor e entrevistas em profundidade com operárias.

Os dados apontaram para a convivência de formas de gestão agora sob o domínio do que chamaremos de ideologia da qualidade. Ideologia esta com significados diferenciados que vão dos processos de terceirização e flexibilização da produção ao estabelecimento de padrões tayloristas de controle de tempos e movimentos. O discurso da qualidade passa a ser sinônimo de modernização independente das mudanças que acarreta. Para os trabalhadores, quando as mudanças são efetivamente implementadas, junta-se a dubiedade da maior participação “virtual” no processo de trabalho, com a sua intensificação e manutenção dos baixos salários. O desemprego não chega a ser uma ameaça nova numa região tradicionalmente caracterizada por seu caráter estrutural.

---

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB. Este texto integra o Relatório de Pesquisa “Trabalho e Cotidiano”, Lima(1995). Com a colaboração das pesquisadoras Iara Maria Araújo, Rita Maria Ramos e Senyra Martins Cavalcanti..

## A indústria do vestuário na Paraíba

Uma das características da indústria do vestuário é a sua heterogeneidade, de produtos, de processos industriais, de mercado consumidor, além de não exigir grande aporte de capital para a entrada no setor. Isso resulta na existência de uma infinidade de pequenas e médias empresas voltadas a parcelas do mercado, enfrentando grande competitividade que exige mudanças permanentes ditadas pela moda e ciclos sazonais de produção. O setor têxtil e do vestuário se constituem de forma complementar, com a substituição progressiva do trabalho artesanal. Desde grandes indústrias de fiação e tecelagem produzindo roupas e material de vestuário, fábricas de tamanhos e produção variadas até pequenas oficinas de costura.

Em termos tecnológicos, a multiplicidade de tecidos utilizados e a dificuldade de seu manuseio dificultam a automação industrial fazendo com que a base da produção esteja fundada na relação máquina de costura/operador. Grandes indústrias atendem amplos mercados estandarizados onde as variações são menores em termos de moda. Nas demais, a tendência é a terceirização da produção já que pressupõe uma grande flexibilidade nas várias etapas da produção, havendo separação nítida de processos. Dessa forma, o processo de criação de modelos que acompanha tendências da moda em termos de estilo, design e mesmo corte e modelagem, desvinculam-se do processo de costura propriamente dito, podendo ser realizados por diversas confecções ou por costureiras faccionistas. Um exemplo típico, em escala mundial é a Benneton, que praticamente não dispõe de fábricas, ficando apenas com o processo de criação de modelos e marketing da marca, encomendando o produto final a fábricas diversas, estabelecendo, contudo, especificações, prazos de entrega, etc.

A utilização de mão-de-obra na produção é intensiva, dada ainda à baixa automação do setor, assim como o baixo custo da força de trabalho. O trabalho de costura raramente é considerado qualificado. Normalmente, trata-se de uma habilidade adquirida em casa, como tarefa feminina na administração dos custos de reprodução da força de trabalho, ou na realização de cursos de pequena duração. O processo de trabalho nas fábricas possibilita grande parcelização, sendo que nem todas as costureiras dominam o processo de corte de modelagem, apenas a elaboração de tarefas específicas na máquina. Para a trabalhadora, saber costurar, ajuda domestica-

mente, não apenas no cuidado das roupas do grupo familiar, mas através de bicos que garantem uma suplementação de ganhos.

Historicamente, a indústria do vestuário no Brasil teve um papel de destaque no processo de industrialização brasileiro. Abreu (1986) utilizando-se dos dados censitários de 1920 aponta que o setor representava 14,9% dos estabelecimentos, 10,7% do pessoal ocupado na indústria, em terceiro lugar em termos valor da produção ficando atrás apenas da indústria alimentícia e têxtil, situação que se modificou no censo de 1940 com a progressiva diversificação industrial do país. Entretanto o setor de calçados foi dominante até os anos 70 quando é superado pela massificação da produção industrial de roupas, principalmente as femininas.

As regiões Sudeste e Sul concentravam, em 1994, 83,7% da produção nacional, e o Nordeste apenas 10%<sup>2</sup>, mesmo considerando políticas de incentivos estatais para essa indústria que logrou até agora um grande crescimento no Ceará e, em menor escala, em Pernambuco. O Ceará apresentou maior crescimento, não apenas quantitativo, transformando-se em grande centro produtor e promotor de moda nacionalmente, com grande estrutura de apoio governamental.

Segundo dados do SEBRAE o crescimento do setor nos últimos dez anos deveu-se basicamente a empresas micro e de pequeno porte, situação análoga a outras regiões do país, decorrente das sucessivas crises econômicas do período com fechamento de grandes empresas e demissões em massa, e a generalização do conceito de moda.

A Paraíba situa-se no quarto lugar, após Ceará, Pernambuco e Bahia tendo investido na comercialização através de shoppings de fábricas na capital e Campina Grande, com redução de custos para o consumidor final incentivando este consumo, em que pese os limites do mercado local<sup>3</sup>. Em pesquisa realizada em 1991 o setor estava em terceiro lugar em termos de emprego industrial urbano<sup>4</sup>.

As tabelas 1 e 3 demonstram o predomínio das pequenas indústrias e o período de fundação majoritariamente na década de 80. A cidade de Campina Grande concentra maior número de pequenas confecções, sendo em que João Pessoa estão as duas maiores- em termos de valor da produção e trabalhadores ocupados-, situação que se amplia se considerarmos o setor de calçados com grandes fábricas na capital. Se analisarmos dados de 1980, tabela 2, em termos de mão-de-obra ocupada, verificaremos o

<sup>2</sup> Sobre a indústria do vestuário no Brasil o texto baseia-se em Abreu (1995).

<sup>3</sup> SEBRAE, Relatório Regional (s.d.).

<sup>4</sup> Veja-se Buonfiglio et al (1991: 38).

aumento de trabalhadores, considerando que temos em 1995, só na grande João Pessoa, 90% do pessoal ocupado no setor em todo o estado<sup>5</sup>.

TABELA 1 - NÚMERO DE INDÚSTRIAS DO SETOR DE VESTUÁRIO POR ANO DE FUNDAÇÃO E QUANTIDADE DE MÃO DE OBRA OCUPADA EM JOÃO PESSOA, BAYEUX E SANTA RITA- 1992

grupos de anos de fundação	até 10 empregados	de 11 a 30 empregados	de 31 a 50 empregados	de 51 a 100 empregados	100 e mais empregados	sem informação
até 1985	04	02	-	-	01	02
1986	07	-	-	-	-	-
1987	07	01	-	-	-	04
1988	-	02	-	01	-	-
1989	04	01	-	-	-	01
1990	10	02	-	-	-	05
1991	17	-	-	-	-	11
TOTAL	49	06	-	01	01	23

Fonte: Cadastro Industrial do Estado da Paraíba(FIEP) - 1992

<sup>5</sup> Este dado é estimativo, baseado em declarações do Sindicato da categoria para o qual a categoria está estimada(em 1995) em 4.400 trabalhadores incluídos os ocupados em indústrias de calçados(2800). Contudo o sindicato não possui dados seguros a esse respeito. Até a finalização desse relatório, não tivemos acesso a dados especificados por setor industrial do censo de 1991. A tabela 2 evidencia um número equivalente ao conjunto dos trabalhadores da categoria nas chamadas atividades têxteis domiciliares que inclui desde facionistas a pequenas oficinas de redes artesanais.

TABELA 2 - PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS DE 10 ANOS OU MAIS POR SEXO, SEGUNDO AS CLASSES DE ATIVIDADES NA INDÚSTRIA DA TRANSFORMAÇÃO - 1980

CLASSES DE ATIVIDADES	SEXO		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
MINERAIS NÃO METÁLICOS	10 252	9 378	874
METALÚRGICAS	2 709	2 455	254
MECÂNICAS	390	378	12
MATERIAIS ELÉTRICOS E DE COMUNICAÇÕES	460	361	99
MATERIAL DE TRANSPORTE	167	151	16
MADEIRA	4 615	4 587	28
DOMICILIARES DE ARTIGOS DE PALHA	191	96	95
MOBILIÁRIO	2 773	2 631	142
PAPEL E PAPELÃO	926	731	195
BORRACHA	303	249	54
COUROS, PELES E SIMILARES (EXCLUSIVE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E CALÇADOS)	440	392	48
QUÍMICAS	1 219	1 096	123
DERIVADOS DO PETRÓLEO	64	60	4
PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS	226	138	88
PERFUMARIA, SABÕES E VELAS	391	311	80
PRODUTOS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	1 416	1 030	386
TÊXTEIS	15 504	7 857	7 647
DOMICILIARES TÊXTEIS	3 524	584	2 940
VESTUÁRIO	1 917	663	1 254
CALÇADOS	1 536	1 327	209
PRODUTOS ALIMENTARES	14 132	12 135	1 997
BEBIDAS	1 171	965	206
FUMO	131	103	28
EDITORIAIS E GRÁFICAS	1 459	1 180	279
ATIVIDADES NÃO COMPREENDIDAS NAS CLASSES ANTERIORES OU NÃO DEFINIDAS	1 889	1 396	493
TOTAL	67 805	50 254	17 551

Fonte: CENSO DEMOGRÁFICO - 1980 (IBGE)

TABELA 3 - INDUSTRIAS DO VESTUÁRIO E ARTEFATOS DE TECIDOS - 1992 - GRANDE JOÃO PESSOA E CAMPINA GRANDE POR DATA DE FUNDAÇÃO, NÚMERO DE OPERÁRIOS LIGADOS A PRODUÇÃO E LINHA DE PRODUÇÃO

CIDADE	IND DE VEST ARTEF DE TEC	DATA DE FUND.	Nº DE OPERÁRIOS LIGADOS À PRODUÇÃO	LINHA DE PRODUÇÃO
Bayeux 1	L.C.R. IND DE CONFECÇÕES S A	06/07/87	120*	Confecções em geral
Cabedelo1	In.de Artef. de Couro Tropical Ltda.	24/10/84	07	Bolsas, cintos
02	MARIA NOBREGA S. AZEVEDO	01/11/83	10	Confecções em geral
C. Grande1	CIRNE CONFECÇÕES LTDA.	11/07/90	18	Confecções de Malha
02	CONFECÇÕES ALMEIDA MUNIZ LTDA.	27/07/82	10	Blusas, Bermudas, Calças, Camisas, Shorts
03	CONFECÇÕES PATRÍCIA LTDA.	27/04/90	16	Camisas
04	COTECIL COURO TÉCNICO INDUSTRIAL LTDA.	11/03/68	150	Calçados em Geral, Luvas, Aventais, Mangas.
05	DIJUAN IND. E COM. DE CONFECÇÕES	09/09/87	17	Camisas, Calças, Blusas, Bermudas, Saias
06	DUBLANO COLAGENS INDUSTRIAIS LTDA.	20/06/86	20	Colagens em Espuma, Tecido e Plástico
07	GYPSY CONF. E CRIAÇÕES LTD	18/06/82	22	Confecções em Geral
08	IND. COM. CONFEC. POLO LTDA.	25/03/91	28	Camisas
09	LED'S CONFECÇÕES LTDA.	21/10/81	21	Confecções Masc e Fem em Geral, Confecções Infante Juvenil
10	NAPY CHARARA CONFEC LTDA.	14/09/90	12	Roupas Íntimas
11	RAMYL CONFECÇÕES LTDA.	17/07/81	12	Confecções em Geral, Cintos, Bolsas
12	RC INDUSTRIAL CONF. LTDA.	18/04/90	17	Camisas
13	REGINA COELY ARAUJO	04/05/88	16	Camisas
14	SOBREIRA MOTTA LTDA.	10/07/90	13	Camisas
15	SYNYÉ IND. COM. CONF. LTDA.	22/09/92	27	Blusas, Calças, Saias
16	VIPEX CONFECÇÕES S/A	15/06/67	44	Calças, Camisas
17	XAM10 COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.	08/03/89	25	Blusas, Bermudas, Saia, Short Unisex Adulto, Calças, Macacão
J. Pessoa 01	B & J S/A ARTEFATOS DE COURO	30/06/88	83	Bolsas, Cintos, Pastas, Carteiras.
02	BEACH IND.COM. CONF. LTDA.	02/08/85	27	Roupas de Banho
03	CELTA CONF. ELZA LTDA.	18/02/82	10	Conf Infante Juvenil, Confec Masc e Fem .
04	D'PELE CONFECÇÕES LTDA	05/04/90	18	Roupas de Banho
05	HIM'S INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.	30/09/89	12	Confec em Geral, Roupas Profissionais

TABELA 3 - (CONTINUAÇÃO)

CIDADE	IND DE VEST ARTEF DE TEC	DATA DE FUND.	Nº DE OPERÁRIOS LIGADOS À PRODUÇÃO	LINHA DE PRODUÇÃO
06	IND.COM. MALHAS ALEX LTDA.	20/01/88	25	Confec de Malha
07	K E M IND.COM.CONF. LTDA.	27/06/88	14	Confecções em Geral
08	MARIA DO SOCORRO T RIBEIRO	16/07/90	12	Confecções Masc e Femin em Geral
09	MCR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.	20/08/90	30	Camisas, Macacão, Blusas, Short Unissex Adulto
10	VILA ROMANA DA PARAÍBA S/A	21/10/75	1 096	Calças, Paletós, Coletes
11	WALTER DELORENZO MACEDO	01/04/73	15	Calças, Camisas
12	WM IND.COM DE CONFEC LTDA.	04/02/87	15	Confec de Malha
S. Rita 01	MATCH INDÚSTRIAS E COMÉRCIO DE CONFEC LTDA.	03/09/90	10	Roupas Profissionais

FONTE: CADASTRO DE INDÚSTRIAS DO ESTADO DA PARAÍBA (FIEP) - 1992

\* dado de 1995.

### Processo de produção e gestão da força de trabalho

As empresas pesquisadas, de diferentes tamanhos, linhas de produção, aporte de capital, modernização tecnológica dos equipamentos, diferem igualmente em suas políticas de gestão. Combinam diversas técnicas ou modernizam o discurso referente à gestão. No primeiro caso estudado, a empresa A, verificou-se a adoção da linha taylorista-fordista combinada com células de produção e controle de qualidade, características da produção flexível e, no Brasil, geralmente implementadas em empresas multinacionais e/ou grandes empresas nacionais. A de menor porte, a empresa C, assume o discurso da modernização da administração, aliada a formas tayloristas e a utilização do faccionismo, agora chamado de terceirização. A média, a empresa B, utiliza a linha de montagem tradicional taylorista sem referências a alterações imediatas. Em comum o discurso da qualidade como forma de expandir mercados com o aumento da competitividade.

#### Fábrica A - A Grande Indústria

Situada no Distrito Industrial de João Pessoa, a empresa é considerada uma das grandes indústrias de confecções do país. Foi fundada em

1965, tendo começado a funcionar em 1969, com incentivos fiscais do FINOR para implantação e capitalização, além de 50% de isenção de imposto de renda. Em 1975 passou para o controle de um grupo sulista com várias unidades no país e, recentemente, foi adquirida por um grupo de origem holandesa. A fábrica teve várias razões sociais nesse período, mantendo porém um nome fantasia pela qual é conhecida nacionalmente. Chamaremos aqui Fábrica A do Brasil, Indústria e Comércio S/A.

Em 1989 contava com 1832 empregados, sendo que destes, 1680 na produção e manutenção e funcionava em dois turnos das 6 às 14 horas e das 14 às 22:00 horas. Fabricava paletós, blazers, calças, coletes e bermudas. Outros produtos como jeans e camisas eram fabricados na unidade de Aracajú, e malharia e blazers para exportação em São Paulo. Mais de 85% da produção se destinava à mercados do sul-sudeste do país e uma parcela para exportação (15%). Trabalhava com grifes famosas de moda masculina como Giorgio Armani, Calvin Klein, Christian Dior, Pierre Cardin e Yves St Laurent, para as quais pagava royalties. Posteriormente houve rompimento de contrato com algumas grifes e a fábrica criou sua própria marca de moda masculina. Em termos tecnológicos a empresa poderia ser considerada avançada comparativamente a seus concorrentes nacionais possuindo equipamentos de micro-eletrônica, estação gráfica e projetos de maior automação<sup>6</sup>. Para o período 95/96 a fábrica irá investir em treinamento para o uso de controle de produção por código de barras, devido ao pouco contato dos supervisores com computação.

Os produtos fabricados atualmente são calças e paletós, com uma produção mensal de 39.000 calças e 22.000 paletós, e 95% dessa produção dirige-se ao mercado de lojas próprias da empresa.

Em 1994, o número de funcionários estava reduzido a 890 e no início de 1995 a 794. Essa redução, em que pese os contínuos vai e vem da economia brasileira, deveu-se a adoção de novas formas de gestão da força de trabalho que possibilitaram a eliminação de um turno de trabalho e aumento da produtividade.

A empresa está implantando um Programa de Qualidade Total. Este Programa visa, através de investimentos em recursos humanos, reduzir a rotatividade estimular o aumento da produtividade, competitividade e redução de custos envolvendo todos os trabalhadores da empresa independente de cargos hierárquicos. Uma empresa de consultoria foi contratada para fazer o diagnóstico da fábrica, onde foi destacado que qualquer

---

<sup>6</sup> Dados da pesquisa Inovações tecnológicas e processos de trabalho na indústria paraibana - GT Tecnologia e Trabalho, 1991.

programa a ser implementado deveria partir de um investimento na qualidade de vida e de uma conscientização da participação dos operários na produção mediante a redimensionamento das relações operários/administração dentro da fábrica e, pela redução da rotatividade. É a tentativa de motivar o operário através da maior participação nas atividades da empresa, no enriquecimento de tarefas, com o aumento da qualidade da produção sem contrapartida salarial, uma adaptação do modelo japonês de gestão<sup>7</sup>. É o que poderíamos chamar de “flexibilidade de mão única”, onde a reestruturação de cargos e o aumento de produtividade conseqüente, não significa restauração salarial (DIEESE, 1995:94).

Segundo o Supervisor Industrial, a partir da consultoria, algumas modificações foram implantadas, embora não exista um “projeto mais amplo de mudanças”. Um primeiro problema já estaria sendo vencido: a resistência dos executivos às mudanças na hierarquia e ao treinamento operário à polivalência e aos programas de “conscientização”, que pressupõem tirar 10 ou 15 pessoas durante 45 minutos da produção.

A rotatividade sempre foi considerada um dos grandes problemas da empresa. Em 1989, de 100 costureiras e auxiliares contratadas apenas 05 permaneciam após o período de experiência<sup>8</sup>. Essa rotatividade era atribuída a ausência de “profissionais” qualificados e de adaptação ao ritmo imposto pela fábrica, apesar de existir uma escolinha interna para treinamento de costureiras, além de cursos rápidos de treinamento para outros profissionais.

A nova forma de gestão adotada parte do princípio que o trabalhador especializado passou a se constituir em entrave a organização da produção. Nessa perspectiva, interessa mais aquele trabalhador treinado para assumir funções polivalentes<sup>9</sup>. O trabalhador polivalente possibilita a imediata substituição de operários sem comprometimento da produção, além da motivação implícita contida no conhecimento, pelo operário, de todo o processo de trabalho e, mais ainda, no autocontrole do trabalhador.

Uma operária fala sobre sua condição de “volante”, inicialmente estruturada para tapar buracos e agora visto pelo ângulo da polivalência:

---

<sup>7</sup> A definição de qualidade total abrange a fabricação do produto segundo especificações, grau de satisfação do consumidor, necessidade de adequação do produto pós-venda, qualidade de gerenciamento e de vida no trabalho entre outros.

<sup>8</sup> Veja-se Buonfiglio et al (1994:51). Refere-se à amostra de 81,5% do universo total de indústrias com 50 ou mais empregados, no estado da Paraíba.

<sup>9</sup> Veja-se Coriat (1993).

*(a volante) são aquelas que fazem todo tipo de operação dentro da fábrica...você sempre substitui o lugar de alguém que falta. Férias, faltas por doença, você sabe fazer aquele trabalho...se faltou alguém eu fico no lugar...eu acho que ficava mais cansada quando ficava todo dia fazendo a mesma operação. Porque tem que chegar àquela meta de produção...e nesse tipo de serviço que eu faço, eles sabem que cada dia faço um serviço, e não tenho prática...Aí se a meta for de 60 peças eu faço 40...e eles nem reclamam. Josete, fábrica A.*

Outros depoimentos contudo, apontam para uma situação menos satisfatória onde é cobrado da “volante” a mesma produção da especializada, tirando o aspecto positivo ressaltado no depoimento, embora destaquem a diversidade de operações como menos cansativo.

A implantação da gestão participativa consiste na eliminação de intermediações hierárquicas e o incentivo a participação através da opinião dos operários no processo produtivo. Em outras palavras, no reconhecimento do domínio do operário da máquina. A interiorização dos interesses comuns empresa-empregados tem como consequência a melhoria da qualidade do produto e menor perda de matéria-prima. Com este objetivo foram criados programas de visita aos departamentos da empresa, de limpeza e de conhecimento pelo operário do funcionamento dos diversos setores e equipamentos - a chamada “conscientização”.

No Programa de Visita Departamental o operário visita todos os setores da fábrica para compreender a importância da tarefa que executa no contexto das outras tarefas. Apesar de ter sido implantando no ano passado (1994), o Programa de Qualidade Total já apresenta alguns resultados: maior satisfação no trabalho, relativo aumento na qualidade da produção, menor desperdício de material e, sobretudo, diminuição do absenteísmo (hoje por volta de 0,5%).

*... antigamente as pessoas reclamavam muito, assim como eu estou falando, porque ninguém podia falar com o gerente, todo mundo ficava chateada, com vergonha, né? De falar com o gerente, com vergonha de falar com o diretor da fábrica, se via coisa, precisava de alguma coisa, mas tinha vergonha de falar, porque ninguém dava aquela liberdade pra gente fazer isso, né? Ficou mais solto, se sentindo mais à vontade, qualquer coisa que a gente precisava, a gente já fala com ele, já não tem mais aquelas coisa que tinha antigamente. É muito bom. Josefa, Fábrica A.*

*Achei ótimo conhecer a fábrica que eu trabalho, né? E como são feitos os trabalhos lá dentro, os trabalhas de cada um. São realmente coisas muito interessante que a fábrica tem. (...) Sempre tem um pra guiar, pra ... é muito linda, eu achei interessante o trabalho desse, cada funcionário conhecer a fábrica. Eu acho que toda fábrica devia fazer isso. Suely, fábrica A.*

A diminuição dos cargos hierárquicos é visto positivamente, pelas operárias mais antigas que referiam-se ao autoritarismo das chefias do período anterior. O programa participativo valoriza o operário, incitando-o a se manifestar acerca do trabalho, aderindo ao discurso do interesse comum entre capital e trabalho, formalizando relações anteriormente informais.

O programa HOUSE-KEEPING (do inglês "casa limpa") é um projeto de limpeza geral no ambiente de trabalho da fábrica, onde são realizados torneios entre os setores. O setor "mais limpo" recebe um troféu. Este torneio é realizado de quatro em quatro meses. Se o setor vier a ganhar o concurso continua com o troféu, caso contrários passa para outro setor. Nas paredes dos setores de Corte e Costura foram afixadas mensagens de emulação ao programa: "VEM AÍ. O SUPER LIMPOSO. AGUARDE. HOUSE KEEPING." e "OLHE O HOUSE-KEEPING AÍ GENTE". O programa eliminou o pessoal de limpeza e implica no operário cuidar da limpeza de sua máquina e seu local de trabalho. Aos sábados uma equipe é convocada para limpeza geral da fábrica, ganhando horas extras para isso. A limpeza soma-se à polivalência e ao conhecimento dos setores da fábrica, aumentando o comprometimento e responsabilidade dos trabalhadores fazendo com que vistam "a camisa da empresa".

*Não participei ainda, começou agora (...) Mas você ganha pelo dia. É até divertido, eles pergunta se você quer ir, não vai obrigar a pessoa, vai faz aquela limpeza é até divertido. Aí também, eu não sei dizer nem direito se é obrigado a ir ou não. Suely, Fábrica A.*

*...É porque antigamente tinha as pessoas de serviços gerais e quando a gente saia para almoçar, eles iam varrer a fábrica...tirando aqueles baldes de lixo, essas coisas...hoje eles tiraram essas pessoas...então quem trabalha é a gente mesmo que esta na máquina. Aí cada setor tem seu baldezinho,...,tem a pá,...tem a vassoura...digamos que você parou um pouquinho seu trabalho,*

*seu trabalho faltou, aí vai varrer aquele pouquinho. Uma varre aquele pedacinho, outra varre aquele pouquinho e faz a limpeza. E quando chega no sábado...cada setor vai dois ou três fazer a faxina geral. Ontem mesmo as meninas foram, pegaram de sete às doze, aí limpa, varre, passa pano, encera, fica tudo limpinho, ...fazem um serviço que o pessoal do serviço geral fazia e agora quem tá fazendo somos nós da máquina mesmo. Josete, Fábrica A.*

A polivalência elimina pessoal considerado desnecessário cabendo aos operários do chão de fábrica todas as tarefas de cuidar das máquinas e do espaço em torno, flexibilização que reflete maior intensidade do trabalho, os tempos mortos são ocupados com tarefas subsidiárias.

Num terceiro programa, o operário recebe treinamento para conhecer o funcionamento da máquina com que trabalha, com a justificativa de que quando um técnico vier fazer a manutenção ou consertar a máquina o operário irá lhe dar as explicações necessárias, abreviando o tempo para sua recuperação. É o reconhecimento e incorporação do saber operário como fator funcional na racionalização da produção, fator este negado pelo taylorismo-fordismo.

Quanto as relações operários/administração, estas vem sofrendo modificações visando melhorar a relação dos supervisores com os operários. Foi destacado pelo Supervisor Industrial a importância de modificações na postura e nas decisões tomadas pelos supervisores e chefes departamentais perante os operários com o objetivo de estimular uma maior participação destes. Estas mudanças vão da substituição do nome de supervisor pelo termo de **facilitador**, até a eliminação de cargos intermediários e de salários, criando assim, o que seria uma maior proximidade com os operários. Existe hoje na fábrica três cargos hierárquicos: gerente geral, facilitadores(supervisor industrial) e operários. À nível de supervisores houve uma redução de 30%, ou seja de cinco passaram para dois.

Ainda no ano de 1995 a fábrica pretende inserir o uso de farda pelos operários e supervisores. Um concurso entre os setores está programado para a escolha do fardamento. Uma só cor para o fardamento dos operários e supervisores, eliminando símbolos visíveis de hierarquia.

Entretanto, a gestão participativa se tem melhorado a relação entre supervisores e supervisionados não eliminou o autoritarismo dominante no período anterior. Segundo uma operária, há dois anos atrás houve um gerente extremamente autoritário que criou um sentimento de nervosismo profundo com seus métodos, exigindo produção, e as que não conseguis-

sem levavam advertência, suspensão e demissão. Falava aos gritos, mais com as mulheres do que com os homens.:

*porque as pessoas desabafavam chorando, porque é, fazia aquela agressividade,..., aí as pessoas não podiam se vingar de outra maneira, nem dizer nada pra ele com medo que ele não botasse para fora por justa causa...choravam, as vezes não queriam trabalhar...Josete, Fábrica A.*

Dejours (1988:75) refere-se às relações de hierarquia como fonte de ansiedade que pode tornar-se insuportável e que somam-se àquelas exigidas pelo ritmo e níveis de produção. Afirma ainda a utilização de repreensões públicas e favoritismos como forma de dividir os trabalhadores. Os novos métodos de gestão da Fábrica A, se eliminou o autoritarismo absoluto existente anteriormente, mantém contudo, as repreensões públicas como forma de disciplinamento dos operários, aumentando o stress característico do trabalho fabril:

*agora a pouco...a menina que trabalhava comigo pediu as contas...por causa da produção o chefe reclamou com ela, que a fábrica estava parando por causa dela, que não estava dando produção, que estava com safadeza...falando alto diante de todo mundo. Josete, Fábrica A.*

Nas relações operários/operários a fábrica afirma incentivar uma comunicação entre eles. No entanto, o tipo de diálogo incentivado pela administração é aquele que se faz necessário nos momentos de emergência, como por exemplo, quando é fundamental saber o andamento das tarefas ou em casos de quebras de máquinas. As conversas durante o expediente e as idas constantes ao banheiro são reprimidas, embora não consigam eliminá-las por se constituírem uma forma de resistência, de suportabilidade do operário a um trabalho extremamente intenso, mesmo que os trabalhadores reconheçam que pode atrapalhar a produção. A dialética dominação-resistência aparece no processo de trabalho onde por mais refinadas que sejam as formas de controle este nunca é total.

*... se conversa por desobediência, mas não pode assim sem precisão. Só a respeito do trabalho mesmo que tá fazendo. (...) Se o chefe ver a gente recebe reclamações". Marta, Fábrica A.*

*Tem gente que trabalha conversando, tem a colega da frente, tem a de lado, tem atrás, aí fica, pára o trabalho para ficar conversando. Aí aquilo ali já atrapalha, né? Porque a produção*

*é assim... se você perde 5 minutos, no outro horário você não consegue mais cobrir aquela hora, aquele minuto que você perdeu, né? Se você tiver que fazer 70 peças aqui... aí você conversando distrai um pouquinho naquele horário. Quando você pensar que não, você só vai fazer 55, 60 peças, né? Ai ... quer dizer... 5 minutos que atrapalhou conversando você já atrapalhou a produção.* Josete, Fábrica A.

*... Sempre eles diz: olha a conversa aí. Mas a gente procura conversar assim...pra que eles não vejam, tá entendendo? A gente ri, a gente conversa...sempre que eles vêm a gente fica calado.. Num pode tá conversando...mas não vamos passar o dia inteiro calado. Quem agüenta passar o dia todo trabalhando sem dar um pio? A gente sempre conversa.* Ana, Fábrica A.

Outra forma de resistência informal dentro do processo de trabalho foi manifestada por uma costureira-serzideira ao explicar sua atividade:

*É a parte de consertar o tecido, é a pior parte...é aquele que o povo “mete” a tesoura...São as meninas. A minoria é a máquina com defeito, a maioria são as meninas com raiva porque levaram cartão dos chefes. Ai vai escondido e mete a tesoura no tecido...Quando é a máquina que fura a gente conserta, é mais fácil, menos trabalho. Quando são as meninas que metem a tesoura olha o rombo que fica. É mais difícil.* Ana, Fábrica A

A “sabotagem” constante na danificação do tecido citado, acompanha a história da formação da classe operária, onde várias formas de inutilização temporária de máquinas e materiais são utilizados como forma de proporcionar um descanso ao trabalhador submetido a exigências e ritmos impostos pela produção. Apesar da ideologia da qualidade tentar eliminar essa sabotagem personalizando o trabalho, não consegue eliminá-la.

Segundo informações de um ex-funcionário da fábrica esta adota um sistema de enquadramento dos operários. Os operários possuiriam uma ficha/cadastro contendo os dados pessoais e uma fotografia aonde são anotados todo o histórico do operário na empresa: suas faltas, atrasos, rendimento, dispensas médicas, conversas no trabalho, recusas a horas-extras e outros. Quando, nos momentos de redução de pessoal, estas fichas são consultadas e aqueles operários tidos como indesejáveis pelos

motivos acima alegados são excluídos. Esse procedimento é generalizado em praticamente todos os setores industriais.

As fábricas do início do século, estudadas por Rago (1985: 45), adotavam semelhante estratégia de enquadramento dos operários do setor têxtil. Em momentos de greves, seus participantes eram marcados para demissão e tinham os seus nomes anotados na ficha para não voltarem a ser contratados pela fábrica. As informações eram divulgadas para outras fábricas, prática não constatada nas empresas pesquisadas. Leite Lopes (1988) relata conflitos entre fábricas têxteis do Recife nos anos 30 pelo não obediência dessas listas negras. É conhecida igualmente a prática das indústrias automobilísticas do ABC paulista para se livrar de operários indesejáveis, agitadores e grevistas, nos anos 80.

Com parque industrial restrito, essa prática torna-se mais eficaz. Em João Pessoa a fábrica A é referência para as demais, existindo consulta pelo setores de pessoal das fábricas B e C sobre o histórico dos operários na fábrica A. Um operário tido como indesejável pela fábrica A, têm o seu campo de trabalho restrito a pequenas empresas e oficinas com processos de recrutamento menos seletivos. Militantes sindicais têxteis de Natal justificavam sua profissionalização na burocracia sindical, além do interesse político da militância, propriamente dita, pela impossibilidade de retorno ao mercado dada a existência de listas entre as fábricas da cidade inviabilizando suas permanências na "profissão" (Lima e Ferreira: 1995).

A gestão participacionista se coaduna perfeitamente com métodos tayloristas fordistas de produção onde a disciplina ocupa um lugar central na ideologia do trabalho. Além disso a disciplina também é **qualidade**, o espaço fabril é coberto de mensagens enfocando a necessidade da disciplina: como elemento importante, tais como: "MENSAGEM DA SEMANA; A DISCIPLINA FAZ PARTE DA QUALIDADE"; "TRABALHO, VIDA E SEGURANÇA. VALORIZA O SER HUMANO".

### **A organização da produção e o processo de trabalho**

Inovações na gestão da produção e do trabalho estão sendo implantadas visando adaptar a estrutura da empresa e a competição entre mercados. A fábrica abandonou o sistema "palê-palê" pelo seu alto custo de mão-de-obra - mais de 60%- e vem fazendo um investimento maior em equipamento de ponta do que em contratação de pessoal. Recentemente reduziu o seu quadro de pessoal pela demissão de 300 operários e redução em 30% do quadro de supervisores industriais(veja-se página 19). Na parte administrativa o processo conta com 15 pessoas.

Os processos de trabalhos na fábrica estão sendo organizados pelo sistema-célula(setor de calças) e linha de montagem(setor de paletós), utilizando simultaneamente o KANBAN para controle do andamento do processo e dos estoques. O termo KANBAN significa sinal. O KANBAN compõe o toyotismo ou o "modelo Japonês" de administração que pressupõe o Just in Time (JIT) que é a produção determinada pelo já encomendado, ou seja, produzir o necessário no tempo necessário, o fim da linha de montagem puxando o sistema de produção. O KANBAN é o sistema de informações que compõe o JIT, formado por cartões ou outros instrumentos visuais que permitem o controle das diversas fases da produção, seus problemas e os operários envolvidos. Pressupõe ainda o desempenho de múltiplas funções, trabalho em equipe, noção de responsabilidade coletiva, etc (Wood: 1993). Sua implantação, entretanto, não pressupõe o fim da linha de montagem, mas sua adaptação.

A fábrica reduziu o seu estoque de 15.000 para 1.500 peças. O pedido do cliente vai acionar a produção de nova quantidade de peças. A venda aciona a produção, logo eles trabalham com a produção praticamente vendida. Se torna imperativo redimensionar a organização do processo de produção e de trabalho na fábrica, a começar pelo investimento no treinamento de operários capacitados para exercer uma variedade de funções, daí a polivalência já referida.

O KANBAN é composto de um quadro-de-giz com cartões de cores diferentes onde estão destacadas as fases de planejamento para se entrar no processo de produção constando todas as especificações técnicas necessárias à produção, tais como: data, ordem de corte, modelo, quantidade, padrão do tecido, tamanho, aviamentos, etc. As cores diferenciadas indicam fases específicas do processo produtivo. O Setor de Corte possui outro planejamento, ou seja, outro KANBAN. O uso do quadro controla o andamento dos trabalhos sabendo qual operário está fazendo o quê, o andamento da produção, para evitar os pontos de estrangulamento na linha de produção (pontos de "gargalo") com o deslocamento da mão-de-obra para lá. Em caso de prioridade, um cartão vermelho é utilizado.

O setor de produção se divide- nos setores de: almoxarifado, modelagem, corte, costura e passar.

### **Setor de Modelagem.**

Na parte de modelagem e corte a fábrica utiliza o sistema de computação gráfica Lecttera. Este sistema permite um estudo na tela do computador do encaixe das peças no tecido visando um melhor aproveita-

mento da matéria-prima. A utilização desse sistema, de origem francesa, na modelagem e corte das peças veio a apresentar as seguintes vantagens para a fábrica: eliminação do erro humano; redução de mão-de-obra; aperfeiçoamento da qualidade do produto (maior uniformidade); maior aproveitamento da matéria-prima (entre 80 % e 85 %) e redução de tempo.

No que se refere a mão-de-obra, no processo manual, a equipe de corte era formada por 16 funcionários, atualmente são quatro funcionários no setor de modelagem e quatro no setor de corte. Os funcionários que trabalham com o equipamento são ex-riscadores manuais que receberam treinamento para esta função. As informações são armazenadas em disquetes, para cada peça um disquete. Cada disquete funciona como uma ordem de corte (KANBAN), de três a cinco dias cada. Uma cópia de segurança de cada peça é impressa em papel e arquivada como prevenção para os momentos de falhas ou quebras do equipamento. O disquete é repassado ao Setor de Corte.

### **Setor de Corte.**

O Setor de Corte recebe o disquete do setor de modelagem para execução da ordem na máquina de corte Lecttera, que tem capacidade para cortar 2,5 cm de tecido. O forro do paletó é cortado manualmente. Predomina mão-de-obra masculina no setor de corte e feminina no setor de colagem, que é considerado como parte do setor de corte.

A produção do setor de corte: 123 peças/1 hora; 246 peças/2 horas; 492 peças/10 horas; totalizando 1.100 peças/dia. Este tempo é estabelecido pelo analista de tempo, o cronometrista, nos moldes tayloristas tradicionais. É constante a cronometragem para estabelecer o tempo padrão, para estabelecer o método e o tempo médio no horário de pique de fadiga. Quando o nível de tempo esperado diminui o analista de tempo é chamado para verificação. O cronometrista faz uso de métodos diferenciados (um deles é o controle à distância) para evitar que o operário, pelo nervosismo, dê tempos maiores ou menores. A justificativa das formas de cronometragem refere-se a necessidade de estabelecer um padrão de tempo com o operário trabalhando no método considerado adequado e com a qualidade exigida<sup>10</sup>. No cálculo do tempo necessário estão previstas tolerâncias. No corte, o tempo estabelecido pelo analista é considerado pelo

---

<sup>10</sup> Veja-se a obra clássica de Taylor sobre administração científica (1982).

Supervisor Industrial como "no gogó", ou seja o estritamente necessário. O Setor de Corte vem sendo considerado o "gargalo" da produção.

Para as operárias, o cronometrista é o terror uma vez que a tolerância afirmada pela empresa é bem menor e exigido cada vez mais produção. Algumas operárias dão sua versão sobre o cronometrista, onde ao mesmo tempo que reclamam das exigências impostas pela fábrica, terminam justificando sua presença dentro da necessidade de controle, do "fazer cera" de Taylor, numa resistência que ao mesmo tempo legitima a disciplina embora afirmem não querer o "quilometrista" por perto:

*Há o " quilometrista" é um saco, fica o tempo todo na cola da gente com aquele relógiozinho marcando o tempo. Porque ali ele sabe quantas peças a gente tem condições de fazer né? Passa o tempo todo lá...pedindo sempre mais...quando eu passei para o setor, a minha medida era para dar 120 peças, passou pra 200 e de 200 pra 225.. Agora, eu brigo tanto com os quilometristas, eu brigo demais com ele. (...) existe no setor, esse lance de se esforçar, porque não adianta, você se esforçar na máquina, dá a sua produção e não sair produção no quadro. Aí você tá trabalhando à toa. Aí quando eles vêm para cá, aí eu digo: 'Olhe, já começou com esse negócio, né? Sai de perto de mim que eu não tenho condições de dar mais do que isso não', aí eu começo a brigar com ele. Rita, Fábrica A.*

*...eu dou o que eles querem, que é 60 peças por hora. Se ele me pedir 70, eu não dou, porque eu não tenho capacidade de dar ... sempre chamo meu chefe, minha supervisora e converso ... eu dou o que posso, se um dia eu chegar a dar 70 eu dou, tá entendendo? ... Eu dou 60 me esforçando ... por que você vai correr demais?...não a gente também não pode se matar assim ... Eu acho que é assim, ... se eu vou pra trabalhar, eu sei que fábrica é pesado, não é serviço maneiro, produção já tá dizendo tudo, você tem que trabalhar mesmo. Mas tem funcionário que ali vai se acomodando ... acha que já tá velho lá dentro, já tem seus dez anos, aí vai se acomodando, diminuindo a produção ... eu estou sem condições de dar aquela produção hoje, eu não estou me sentindo bem, eu chamo minha chefe e digo que não estou me sentindo bem ... Deveria ser assim, conversar e dizer o que está sentindo, não ficar calado sem dar a produção com o cronometrista perturbando ... olhe é um a coisa que eu não gosto, aviso logo, cronometrista perto de mim não, pegando no meu pé ... Suely, Fábrica A.*

*Eu acho assim, porque a produção tem que ser X por exemplo, você tem que fazer 100 paletós em 01 hora numa operação, aí você luta e não consegue, tem os cronometristas que eles fazem uns estudos que eu não sei como é, você faz 50 e eles dizem que você tem condições de fazer 70, eles dizem que tirou 5 minutos para o banheiro, 5 minutos para beber água, tempo para quebra de linha e ainda sobrou tempo para fazer os 70, então isso se torna um tormento na vida da pessoa. Muitas vezes a pessoa é responsável, precisa do emprego e, às vezes, fica até doente, fica nervoso, com problemas de estômago e não vai conseguir... Claudia, Fábrica A.*

No setor, parte da mão-de-obra está sendo treinada para exercer uma variedade de funções, sendo que 12,8 % dos trabalhadores já são polivalentes. Os operários que executam apenas uma atividade são desespecializados e treinados para a execução de outras tarefas, muito embora continuem com a sua tarefa específica. Esse processo está em andamento, sendo que a maioria dos trabalhadores ainda continuam no trabalho fragmentado típico da linha de montagem. Essa polivalência é vista positivamente pelos operários, por permitir uma variação no trabalho diário:

*...Eu só prego etiqueta. Estou dois meses nessa máquina, mas eu acharia melhor ficar trocando com as outras, né? Uma fazendo a operação da outra, tá entendendo? Tipo assim volante ... eu falto, aquela menina que é volante sabe pregar etiqueta, ela sabe fazer de tudo lá dentro ... ela sabe fazer de tudo um pouco, porque nós também não poderíamos? Suely, Fábrica A.*

*Eu acho bom, porque a gente entra numa firma e passa dez, doze, quinze, vinte anos, fazendo a mesma coisa, aquilo fica muito cansativo, né? E se você sempre muda pra outra coisa, eu acho que é melhor. Josete, Fábrica A.*

O setor conquistou sete troféus em torneios esportivos exibidos em uma prateleira acima do KANBAN do setor de corte. Conquistaram, também, o troféu "house-keeping" da fábrica. Questionado sobre as implicações, para o setor da conquista do troféu, um supervisor respondeu: "Nós nos sentimos orgulhosos em sermos os mais limpos", refletindo a interiorização, pelo menos aparente, da ideologia do trabalho participativo, já que esses troféus possuem apenas um caráter simbólico, sem nenhum retorno pecuniário.

### Setor de Costura.

A Costura conta com 54 operários(as). Após o corte das peças, elas são enviadas em bandejas de plástico e transportadas por um carrinho ao setor de costura, sendo divididas entre as linhas de paletó e de calça.

A linha de paletó está organizada conforme a linha de montagem tradicional, não havendo células ou equipes. As máquinas estão dispostas em colunas, com produção de 30 peças por hora tendo apresentado um aumento de produtividade de 2,5 paletós por pessoa no início de 1994 para 4,0 paletós por pessoa no início de 1995 (lembrar que agora com apenas um turno e 50 % menos operários) apresentando evolução na produção no período de início de 1994 (2,5 paletós por pessoa) a início de 1995 (4,0 paletós por pessoa).

A linha de paletó está dividida em 10 processos: preparação de forro externo e interno; preparação de gola pelo zig-zag e cantinho de gola; alinhar; armar e passar a gola; pregar vivo de forro (entretela); travete para virar forro; fechar bolso; colocar etiqueta; pregar a gola; preparação de forro. Na parte da frente fazer o bico, alinhar a manga, prensa e cava, pregar forro, limpeza e revisão da peça. Cada processo ocupa uma costureira sendo que cada uma deve fazer uma média de 60 peças por hora.

O setor de calças está organizado pelo sistema célula. Este sistema é uma reimplantação, com nome modificado, de um sistema utilizado pela fábrica há 10 anos atrás chamado de "grupo compacto". No grupo compacto, assim como no sistema célula, um operário executa em 60 minutos três operações diferentes. Trabalham com um modelo por vez.

Com 45 m<sup>2</sup> de extensão, a disposição das máquinas foram modificadas para um *lay-out* que vem a permitir uma maior comunicação entre as equipes de trabalho. As máquinas estão organizadas diferentemente da linha de montagem, não mais em fileiras mas uma de frente para outra. Inicialmente trabalhando com um grupo de 26 pessoas, espera-se que a célula venha a atingir uma produtividade diária de 500 peças (19,23 calças/homem/dia). Atualmente trabalham com 40% de eficiência, o que vem a resultar em uma produtividade diária de 200 peças, 9,6 calças/homem/dia inferior a produtividade da linha de montagem. Na linha de produção convencional, com 65 pessoas poderia-se obter uma produtividade de 800 calças/dia, com 12,3 calças/homem/dia. Não há supervisores na célula, e sim um coordenador ou facilitador, na proporção de um para cada dois ou três grupos de operários.

No setor de passar, uma tubulação de alumínio, recentemente colocada, recebe os cabides com as calças e paletós onde são movimentados, o que torna desnecessário a locomoção dos operários para apanhar as peças. O operário recebe a peça, coloca-a na máquina de passar para, em seguida, recolocar a peça já passada na tubulação, a qual transporta as peças até um operário encarregado de fazer a revisão. As dobras e amassos encontradas na revisão são passadas com um ferro de engomar manual. Os operários trabalham em pé, alguns trajando shorts, chinelos e camisas, dada as altas temperaturas. O manuseio da máquina de passar possibilita alguns acidentes graves envolvendo queimaduras:

*Queimaduras por causa das pranchas, porque são automáticas. Às vezes ela estão com qualquer um defeitinho, as pessoas não tá sabendo, né? Foi como aconteceu já, um rapaz queimou o braço quase todo, porque a prancha automática estava com defeito. Quando ele botou a mão, aí ela abaixou de vez. Ai, ela é automática ela só abre quando termina todo o vapor dela, aí pronto terminou todo vapor, aí foi que soltou o braço dele. Mas isso aqui, o couro dele caiu todo, ele passou um bocadinho de tempo afastado da firma, sempre, acontece essas queimadurinhas assim.*  
Josete, Fábrica A.

Predomina mão-de-obra masculina com a justificativa de que as temperaturas altas desregulam o ciclo menstrual feminino. Nenhuma referência à fertilidade masculina submetida igualmente a altas temperaturas, com o vapor das máquinas na altura da cintura. Uma operária descreve como foi sua experiência na máquina:

*...eu acho que causou problemas de saúde, porque a partir do momento que eu estava trabalhando no ferro emagreci, perdi quilo ... Com três meses, quando passei na experiência, a médica me chamou para a revisão, eu tinha perdido três quilos. E também meu cabelo começou a cair, eu achava que era a queimadura do ferro ...*  
Suely, Fábrica A.

Continuou o depoimento afirmando que tinha muito medo, evitando até lavar as mãos, como o corpo estava muito quente, tinha medo que acontecesse alguma coisa, sem saber bem o que. Quando chegava em casa, não tomava banho imediatamente, deixava para se banhar quando fosse dormir e ficava espantada com as colegas que saíam da máquina e iam tomar banho na fábrica mesmo. Aparece na fala da operária o que Dejours chama de “risco” real, as queimaduras, e o “risco suposto”, difu-

so, e fonte de ansiedade do trabalhador, o emagrecimento e a queda de cabelos atribuídos à queimadura do ferro (Dejours, 1988: 64).

As exigências da produção no setor também conseguem ser burladas a partir do domínio da máquina pelo trabalhador:

*... a profissão de passador a gente aprende lá mesmo (na fábrica)... em 60 minutos tem que dar 60 peças, cada peça por minuto. Quando a gente entra, só dá para atingir 12, 15, mas só que consegue 60 com (certo esforço). Em vez de fazer 60 peças por hora, eu faço em 50 minutos, quer dizer sobra 10 minutos, a pessoa pode usar esses 10 minutos para qualquer coisa, ir ao sanitário, é bom por isso. Marcos, Fábrica A.*

Esse depoimento, segue o narrado por Linhart (1988) em pesquisa feita numa indústria automobilística francesa em 1968, onde apontava uma equipe de iuguslavos que se adiantavam na linha de montagem permitindo que um deles ficasse com folga suficiente para fumar um cigarro, dar uma andada, enfim demonstrando que o aumento dos controles sobre o trabalhador é acompanhado por formas de resistência que tentam amenizar a intensificação do trabalho que os acompanham.

### **Recrutamento e Treinamento.**

As formas de recrutamento utilizadas são: indicação de amigos, parentes ou conhecidos dos próprios funcionários, redes de sociabilidade<sup>11</sup> informais que abastecem a mão de obra necessária<sup>12</sup>. Utiliza-se ainda anúncios ou informações na porta da fábrica. Exigências de recrutamento impostas pela fábrica: conhecimento mínimo de costura; domicílio próximo ao local de trabalho; idade até 35 anos; ser pelo menos alfabetizado. A fábrica afirma não contratar, atualmente, menores de 18 anos. Exigências de maior escolaridade foram abandonadas pela dificuldade de recrutamento dada a inexistência no mercado de mão-de-obra qualificada. Saber costurar não é considerada qualificação e mesmo as operárias que fazem cursos rápidos são consideradas insuficientes. Dessa forma o treinamento específico se dá no local de trabalho, na escolinha como é chamada internamente, com o objetivo de adaptar o operário a organização e necessidades e, principalmente, disciplina da fábrica. Em grande medida ter experiência de trabalho na fábrica A é reconhecida no mercado de trabalho lo-

<sup>11</sup> A conceituação de sociabilidade como redes sociais é recuperada por Baechler (1995).

<sup>12</sup> Sobre redes sociais informais no mercado de trabalho fabril veja-se Lima e Ferreira (1995).

cal, facilitando ao trabalhador, pelo “status” adquirido, arrumar outro emprego nas confecções locais(veja-se p.21).

### Condições de Trabalho.

A fábrica oferece uma série de benefícios sociais que funcionam como salário indireto e que se constitui, para a empresa, fonte de atração para o operariado. O salário percebido pelos operários, independente do serviço realizado, tanto na célula como na linha de montagem é o mínimo, o piso de R\$ 101,00 (Cento e um reais). A diferença está no pagamento de um prêmio de produtividade aos operários que trabalham na célula, de 10% sobre R\$ 0,44 (uma hora trabalhada) resultando em R\$ 0,044. O objetivo é chegar a 30% sobre R\$ 0,44, ou seja R\$ 0,132 mais 10 % em cima de 0,44 centavos (produtividade diária da célula), dividido entre dez operários da Fábrica. Os outros 16 são operários terceirizados, contratados a empresas de sublocação de mão-de-obra.

Empresas especializadas em sublocação de mão-de-obra fornecem mão-de-obra à fábrica, representando uma redução significativa de custos operacionais. Depois de três meses de trabalho, segundo o depoimento de um supervisor, os operários terceirizados são contratados regularmente. A subcontratação é justificada pela alta rotatividade do período de experiência, a terceirização barateia os custos com o treinamento operário<sup>13</sup>.

Uma pesquisa da empresa informou que a fábrica está no primeiro quartil em termos salariais, portanto abaixo do nível do mercado. Segundo um Supervisor Industrial, no segundo semestre deste ano a administração da fábrica pretende nivelar o salário médio percebido pelos operários à média do mercado<sup>14</sup>.

Com relação aos benefícios, a empresa oferece: dois médicos de plantão no local de trabalho para assistências aos operários acidentados; sete linhas de ônibus (já foram 14); associação recreativa; convênio com o governo do Estado onde a creche Gláucia Burity - que localiza-se próxima a fábrica - dá “preferência” de atendimento aos filhos dos funcionários; café-da-manhã e almoço com desconto de 17 % sobre o salário bruto.

A jornada de trabalho normal é a que compreende o horário diurno, sendo consideradas horas extras as que ultrapassam este período. O horário de trabalho divide-se em: primeira turma (pessoal da produção) e

<sup>13</sup> Trata-se de uma experiência de terceirização da Fábrica A com relação à contratação de mão de obra, sendo tendencial a permanência após os tres meses dos operários terceirizados.

<sup>14</sup> Talvez refira-se ao mercado nacional. Localmente situa-se na média, com horas extras e premios de produção em torno de R\$150,00 para a costureira.

segunda turma (corpo administrativo). A jornada de trabalho da primeira turma compreende o horário entre seis e dezesseis horas, de segunda à quinta-feira, e entre seis e quinze horas nas sextas-feiras. O almoço se dá em duas etapas: uma turma das 10 às 11 horas e outra das 11 às 12 horas.

A 2ª turma cumpre a carga horária de sete e trinta às dezessete e trinta horas, de segunda à quinta-feira, e sete e trinta às dezesseis e trinta horas nas sextas-feiras. As duas turmas cumprem uma jornada semanal de quarenta e quatro horas, distribuída em nove horas diárias de segunda à quinta-feira e oito horas diárias na sexta-feira. A fábrica não tem expediente nos fins de semanas e feriados. Sábados e feriados são compensados durante a semana com acréscimo médio de duas horas.

Segundo um supervisor, o estabelecimento do horário da primeira turma atende a uma reivindicação das operárias (90 % da força de trabalho da fábrica), as quais optaram pelo estabelecimento de um horário mais cômodo a conciliação de trabalho fabril e trabalho doméstico. Lembrar, entretanto, que a eliminação de um turno deveu-se a reorganização da produção por imperativos de produtividade e lucratividade, sendo irrelevante a pressão operária.

A administração da fábrica, organiza a produção em um turno diurno. Isto traz as seguintes vantagens para a fábrica, conforme depoimento de um supervisor: o maquinário sofre um desgaste maior em dois turnos; quebra de agulhas pelo superaquecimento das máquinas; quebra de máquinas no segundo turno; ausência de circulação de informações entre os operários dos dois turnos; comprometimento da qualidade dos produtos pela dificuldade de identificação e controle de erros na produção. Um turno identifica a máquina com o operário possibilitando maior controle sobre o trabalho, reduzindo sabotagens e “cera” no serviço.

As instalações seguem o princípio da fábrica higiênica<sup>15</sup>. Do lado de fora da fábrica, presença de um jardim bem cuidado. Dentro da fábrica, o estilo de construção favorece a proteção contra incêndios pelo revestimento de amianto do teto que todavia aumenta o calor ambiente e o calor produzido pelas máquinas, embora a estrutura do prédio possua grandes aberturas que vão do chão ao teto e substituem janelas.

No ambiente onde os operários cumprem a sua jornada de trabalho as máquinas estão dispostas em filas com reduzido espaço para locomoção entre elas, contando com um corredor entre uma linha e outra por onde um operário circula abastecendo e recolhendo as peças com um car-

---

<sup>15</sup> Veja-se sobre a estética fabril, a discussão sobre a substituição da “fábrica satânica” pela fábrica higiênica em Rago (1985).

rinho, tanto na produção de calças (células) como de paletós (linha de montagem).

Presença no Setor de Costura de alguns caqueiros<sup>16</sup> com plantas penduradas. Ausência de poeira no maquinário e pequena quantidade de material no chão, um provável resultado do concurso "house-keeping" entre os setores. Música ambiente, praticamente inaudível pelo barulho das máquinas.

Os acidentes de trabalho com danos físicos mais comuns são: furadas de agulhas, queimaduras nas máquinas de passar e cortes com tesouras, os quais incapacitam temporariamente o trabalhador. Segundo informações da administração, até então não foi registrado nenhum acidente de trabalho fatal. Cartazes afixados na saída do refeitório, em todos os setores da produção, bem como uma placa na saída do portão principal assinalam a quantidade de dias em que a fábrica está sem acidentes de trabalho. Os operários são estimulados a superar o recorde da fábrica, que na época chegava a 265 dias sem acidentes de trabalho.

A fábrica mantém uma enfermaria com dois médicos de trabalho para prestar assistência em caso de acidentes no trabalho ou problemas de saúde. Segundo os operários, a presença dos médicos é para evitar ao máximo o abandono do posto de trabalho, sendo que a reclamação contra estes é generalizada, havendo em alguns casos a necessidade da interferência do sindicato. Assistência médica e creche(o convênio referido acima) são públicas não existindo convênios privados, o que dado o estado dos serviços públicos é uma preocupação constante para os trabalhadores:

*Imagine só, você pega de seis horas da manhã até as onze que é hora do almoço. Eu almoço às onze e pego às doze, aí fico ali aquele horário todo sentada, só costurando, dando 60 peças toda hora, tem que sair se não sair, aí vem reclamação... Tem vez que não vou nem ao banheiro, porque se eu for no banheiro, não dá tempo... não gosto de ir no banheiro para não ficar estocada. Aí eu acho, devido a isso, eles deveriam parar e pensar porque você vê que nem convênio nós temos lá na fábrica... inclusive nós fizemos reuniões e estamos pedindo convênio pela Unimed, porque imagine trabalhar na fábrica sem ter plano de saúde melhor... A gente sofre muito por isso, às vezes quer fazer um exame e não pode, às vezes você não pode nem sair, tem desconto, tem que ficar falando com a médica, pedindo saída, nem todas vezes ela dá...*  
Suely, Fábrica A.

<sup>16</sup> Vasos feitos de palha de côco com armação de arame comuns na região.

*Na última semana, tivemos lá na empresa um certo aborrecimento, uma moça ficou doente e ela não pode vir à médica da empresa e foi a um hospital. Ela medicou-se e trouxe um atestado, no outro dia a médica disse: 'Hoje eu dou um atestado, que eu estou lhe vendo, ontem eu não te vi. Eu não posso fazer nada'. E não aceitou o atestado. Então isso me indignou. Eu peguei todos os dados dela e levei para o sindicato (...) Eu acho que o médico de fábrica está para a fábrica não está para o meu problema nem para o seu. Ele quer saber da fábrica, é tanto que quando a presidente do sindicato teve aí, falando com seu Raimundo (do departamento de pessoal), então ele disse: 'É Francisca, esses médicos, para agradar a empresa, eles fazem coisas que até prejudicam'. Claudia, Fábrica A.*

*A gente sempre fala em plano de saúde. Mas não sei quando vai ter. Mas quanto tiver a gente já morreu tudinho. Porque doutora de fábrica nunca puxa pelo funcionário, só puxa pela fábrica. Neusa, Fábrica A.*

*Se você chegar lá dizendo que está com dor, que nem uma menina, uma vez lá chegou com uma gripe bem grande, resfriada, se queimando de febre. Chegou para a doutora e disse: 'Doutora, eu queria que você me mandasse para casa, porque eu não estou agüentando, não estou com condições de trabalhar'. Ela com a cara mais cínica do mundo disse: 'Minha filha, o que você tem?'. A menina disse: Estou com o corpo todo doído, uma quentura, um frio'. A doutora olhou para ela e disse: 'É a menopausa'. A menina de 17 anos. Ela voltou para o setor e trabalhou se queixando de febre nesse dia. No outro dia ela não veio porque o pai não deixou ela vir. Outra menina que mora ali embaixo também. Passou dois anos com hemorragia, ela ia para doutora e ela passava anticoncepcional para regular a menstruação. Qual era a da doutora? Era pra dizer: 'Minha filha vá para casa, faça uns exames', passava exames para ela. Ela fez ultrassom mas não acusou. Passava outro tipo de exame que acusasse. Mas não, ele fez outro exame o acusou mioma. Neusa, Fábrica A.*

A percepção da relação doença-vagabundagem, pelos médicos da empresa fica evidenciada nas falas, onde o passar mal é visto como fazer cera e o papel do médico, mais do que cuidar do doente, e garantir à empresa o seu não afastamento e os prejuízos dele decorrentes. Ao descaso, junta-se a má-vontade do profissional médico no trato com os trabalhadores, como o exemplo da “menopausa” da menina de 17 anos. É a medicina do trabalho, chamada, com maior propriedade de medicina do capital.

### **A fábrica B: uma empresa de médio porte**

Fundada em 1987, a Fábrica B Indústria de Confecções S/A, localiza-se no município de Bayeux, na Grande João Pessoa e pertence a um grupo local. Caracteriza-se por ser uma empresa familiar de médio porte, onde vários cargos de direção são ocupados pelos familiares dos sócios proprietários. Em março de 1995 empregava 138 funcionários, sendo 108 mulheres e 30 homens<sup>17</sup>. Diferente da fábrica A que vem reduzindo o seu quadro de funcionários a fábrica B, nos últimos 3 anos tem apresentado um crescimento e um aumento constante do número de funcionários para atender a demanda de pedidos. No entanto, no ano de 1995 a fábrica teve uma pequena redução no quadro de funcionários. A faixa etária média dos empregados está entre 20 e 35 anos.

A empresa produz basicamente: calças, saias, bermudas e vestidos, em jeans e também em brim e camisas confeccionadas em tecidos mais leves tipo linho, viscose e algodão no setor de camisaria.

A compra da matéria prima e aviamentos se dá em São Paulo e Recife. É intenção da empresa distribuir a mercadoria pelo país inteiro sendo que, atualmente, a produção se destina para São Paulo, Pernambuco e outros estados do Nordeste. Localmente, a produção vai para as duas lojas da fábrica. A empresa conta com duas marcas próprias, uma marca mais popular e outra de qualidade superior considerada a griffe carrocheife da fábrica, voltada a uma população de maior poder aquisitivo e mais exigente em termos de consumo.

No final do ano passado o processo de produção foi acelerado para atender ao aumento da demanda. A fábrica fechou o ano de 1994 com a venda total de toda a sua produção. A fábrica tem capacidade de

---

<sup>17</sup> No segundo semestre de 95 houve uma redução de 17 operários, ficando 92 operárias e 29 operários.

instalação para a produção de uma média de 1.200 peças/dia. Contudo, atualmente vem produzindo cerca de 900 peças/dia. Esse número é variável, de acordo com a peça que está sendo produzida, pelo seu grau maior ou menor de dificuldade e tempo para confeccioná-la.

Alguns contatos estão sendo realizados com países do Mercosul - Argentina e Paraguai com o envio de mostruários para uma possível exportação dos produtos. Isso tornou a qualidade dos produtos uma das grandes preocupações da empresa. Antes não existia um trabalho mais criterioso e metódico em cima da qualidade, no entanto, nenhum programa específico de qualidade total está sendo implantado. O trabalho está se dando através da conscientização do operário para que a peça seja produzida com qualidade da primeira vez. Segundo o gerente de produção, reuniões estão sendo realizadas com os operários para avaliação de peças, envolvendo vários seguimentos, desde a matéria-prima (que pode apresentar falhas) como também os problemas de modelagem, corte, costura e lavagem. Deste somatório é que se tem o resultado de uma peça de qualidade. O trabalho de conscientização envolve a capacidade de avaliação, pelo trabalhador, de uma peça percebendo se determinado defeito compromete ou não a qualidade final da peça. Todavia permanecem os inspetores de qualidade.

O trabalho está sendo implantado de forma empírica e gradativa, nenhuma empresa de consultoria foi contratada, as reformulações estão sendo implantadas através do gerente de produção que tem experiência em uma fábrica de grande porte no ramo.

### **Organização da produção e processo de trabalho.**

A gestão do trabalho é tradicional dentro dos padrões tayloristas, não havendo uma política de gestão claramente definida. A produção está organizada seguindo a linha de montagem tradicional, inexistindo o sistema-célula. Segundo depoimento do gerente de produção, o sistema-célula está sendo estudado para possível implantação. No momento não se dispõem das condições necessárias para tanto, a falta de pessoal polivalente bem como a limitação de equipamentos foram os motivos alegados. A empresa não dispõe de trabalhadores volantes. Quando acontecem faltas, alguns operários ocupam a função mas com produção bastante inferior, em virtude da ausência de qualificação suficiente para assumir funções diversificadas.

Quanto a cronometragem, é precária ainda a determinação precisa do tempo padrão de confecção de cada peça e é forte a resistência das

costureiras que sentem-se incomodadas. O prêmio de produção foi um recurso utilizado e ultimamente abolido justificado pela dissociação que o operário faz entre aumento de produção e qualidade, segundo a empresa.

Todo o equipamento é novo, mas nada de última geração. A fábrica possui máquinas de overloque, galoneira, travete, rebite, máquina de duas agulhas, caseado, máquina de braço, máquina de cós, dentre outras.

Vários níveis de hierarquia foram observados dentro da empresa. Por ser uma empresa familiar a diretoria industrial e administrativa conta com a presença quase total de parentes. A partir daí os níveis são: gerente industrial, chefe de produção, supervisores de setores (chefe de corte, supervisor de traseiro, dianteiro, acabamento, montagem e revisão geral).

No setor de modelagem, a fábrica dispõe de um modelista que desenha as peças manualmente. É intenção da empresa informatizar o setor como forma de redução de tempo e de melhor qualidade. Para a modelagem de um modelo de jeans de todos os tamanhos e de todos os números o modelista leva em média uma semana para a realização do trabalho. E, segundo o supervisor, com a informatização esta tarefa passaria a ser feita em três horas. As variações no setor de modelagem atendem às sugestões de clientes e variações da moda, como por exemplo a calça de cós baixo utilizada ultimamente.

O setor de corte possui nove operários sendo seis homens e três mulheres. O setor de corte se divide em três: risco, enfiamento e corte. O corte é realizado manualmente, com uma produção de 1.000 peças/dia e um desperdício estimado entre 10 a 12% de matéria-prima. Os funcionários são especializados no corte. O corte obedece a uma ordem discriminando modelo, tecido, tamanho, quantidade, lavagem e prazo.

A separação faz parte do corte onde a distribuição das peças é feita após a conferência do material, onde seis pessoas, cinco mulheres e um homem fazem estas atividades. Na separação fazem a identificação da peça para evitar perda de uma peça inteira pela mistura de tonalidades, modelos e tamanhos. Todas as partes da peça são carimbadas e separadas por numeração.

Depois do corte o tecido é encaminhado para a costura pelo distribuidor, onde é feita a conferência da ordem de corte com o material cortado e a transferência para a linha de produção.

No setor de costura trabalham 63 mulheres costureiras, seis homens costureiros, e três distribuidores (homens). A produtividade do setor é de 180 peças/hora.

A produção organiza-se de forma a executar um modelo de peça por vez. No dia da visita a peça confeccionada era calça jeans para adulto

em diversos tamanhos. O processo descrito a seguir refere-se à confecção da calça. Divididos em setor traseiro e dianteiro, todo o processo é intercalado por postos de revisão. Quando as peças saem do corte são distribuídas para os setores traseiro e dianteiro, acionando a produção.

A primeira fase de costura da parte dianteira das peças começa pela preparação dos aviamentos, sete máquinas trabalhando: aviamentos, braguilha, visto, bolsinho relógio, pregar zíper, acabamento da braguilha; acabamento do bolso; pregar forro de bolso; etiqueta. Em seguida os aviamentos são unidos na frente da calça; prega-se o forro unindo perna mais forro; depois o forro de calça é costurado ao forro do bolso. Neste ponto há uma primeira revisão do setor dianteiro para evitar perdas da peça inteira por falhas humanas ou não.

Feita a revisão, passa-se para o acabamento interloque, rebater overloque, rebater braguilha, pregar zíper na calça; unir as frentes direita e esquerda; ganchinho. As tarefas seguintes são: chulear bolsos laterais; bainha na boca do bolso; detalhe (os desenhos são marcados no bolso para orientar o trabalho das costureiras); cortar as passantes. Três costureiras costumam detalhes das peças.

Paralelamente as atividades do setor dianteiro descritas acima, realiza-se a confecção do traseiro da calça. Como dito anteriormente, quando as peças da parte traseira da calça saem do setor de corte, dá-se início a preparação do traseiro.

Três operários do sexo masculino envolvem o bolso cortado em chapas de ferro, no formato de bolso traseiro de calça (de diferentes tamanhos, sendo um por vez) para passá-los com ferros manuais. Nesta tarefa é bastante comum a ocorrência de pequenos acidentes, queimaduras leves com o ferro. A importância desta operação está em que eles vão fazer a marcação da costura no bolso traseiro da calça a ser feita pelas costureiras, pois há necessidades de que as peças sejam entregues com a dobra da costura feita à ferro para facilitar o trabalho. No momento da visita, tal atividade teve que ser paralisada pois o setor de corte havia cortado as peças do bolso em um tamanho exageradamente grande, resultando num volume de tecido (que viria a ficar na parte interna do bolso) considerado excessivo pelo gerente de produção. As peças foram recolhidas e voltaram para o setor de corte para modificá-las para o tamanho adequado. As peças já marcadas para a costura que prosseguiram não foram recolhidas.

Fazem parte da preparação do traseiro as seguintes operações: pregar pala com traseiro; perspontar pala; fechar o gancho (entreperna); marcar distância na calça aonde o bolso deve ser pregado. Três máquinas

pregam o bolso. Segue para o posto de revisão do traseiro: identificam o erro pela operação executada; em caso de três pessoas executando a mesma operação fazem uma identificação na peça com giz de cores diferenciadas. O botão é pregado na peça depois que esta vem da lavanderia.

Um operário cuida de cada uma das operações mencionadas acima, sendo deslocado trabalhadores para as atividades em que uma pessoa apenas não consegue executá-la, na intenção de evitar paradas na produção.

Uma supervisora de qualidade acompanha a saída das peças do setor traseiro e uma outra pelo setor dianteiro até chegar à mesa de revisão. Feita a revisão, as peças são encaminhadas para o casamento, ou seja, união do dianteiro com o traseiro.

O percentual de retrabalho da fábrica está em torno de 2,5 a 3,0 %. Este dado é visto pelo gerente de produção como enganoso, pois o padrão de qualidade adotado pela fábrica, faz com que o total das peças produzidas não tenham uma qualidade 100%. São peças prontas, mas que não são consideradas retrabalho, apesar da apresentação de defeitos no tecido e pequenas falhas na costura. A supervisora recebe orientações para avaliar se o defeito compromete ou não a peça. A qualidade do tecido é selecionada de acordo com o público alvo. Dependendo do tecido, como por exemplo, num lote de 997 peças 394 apresentaram problemas de qualidade, e num outro lote de 2.400 peças teve apenas 2 problemas. O fornecedor de tecido dá uma garantia de no máximo três pontos de defeitos (três peças ruins em 1.000). Existem tecidos com até 49 pontos de defeitos. São chamadas de “primeira escolha” as peças defeituosas.

Quando as peças não são consideradas retrabalho pela má qualidade da matéria-prima, ela pode vir a apresentar defeitos por problemas na costura, daí a preocupação com a conscientização dos trabalhadores sobre a “qualidade” para minimizar o erro humano, com critérios, métodos voltados a “fazer bem feito da primeira vez”(veja-se p.34) evitando o retrabalho e o prejuízo para a empresa em termos de tempo e matéria prima. O tempo de desmanche da peça é maior do que o tempo de confecção. São feitas reuniões conjuntas com o pessoal para avaliação da peça defeituosa e argumentam que a peça deve ser bem feita porque aquela peça “poderia vir a ser dela”(costureira).

Feita a revisão, separam-se as peças para retrabalho. As peças com pequenos cortes feitos pelas máquinas ou pelas operárias, que não comprometam a peça inteira são enviadas às cerzadeiras.

No casamento do dianteiro com o traseiro, são realizadas as seguintes tarefas: nas laterais, o persponto é realizado por duas pessoas,

uma faz a revisão lateral; duas pessoas fazem o fechamento da entreperna; uma prega o cós na calça; duas destacam o pontinho; outras duas trabalham com a bainha; quatro costuram o pontilho; uma costura o travete; uma a braguilha; uma o bolso traseiro; uma o passante; uma caseia a peça.

Uma supervisora faz a quarta revisão das peças. As peças consideradas sem problemas são encaminhadas a um grupo de quatorze operárias manuais que tiram e cortam os fios, e pregam overloque.

Quando as operárias manuais terminam, as peças prontas são levadas ao setor de passar. No setor de passar encontramos a mesma predominância de mão-de-obra masculina que na fábrica A. O setor de passar divide o mesmo espaço físico com o setor de lavanderia. As peças são passadas em máquinas automáticas por três operários. A revisão das peças é feita por um operário apenas que passa pequenos amassos com um ferro manual.

Um dos últimos investimentos da fábrica foi a implantação de uma lavanderia própria que faz a lavagem do jeans obedecendo aos padrões exigidos pela moda, com relação à tonalidade e envelhecimento, antes realizado em lavanderia da cidade de Natal. A lavanderia vem funcionando 24 horas para atender a demanda da produção, num esquema de rodízio de funcionários. Mesmo assim ainda é considerada como o “gargalo da produção”.

O setor de camisaria se constitui um setor com processos de costura a parte, fazem parte dele 16 operárias.

### **Recrutamento e seleção**

As estratégias de recrutamento utilizadas pela empresa se dão através de anúncios na porta da fábrica, agências de emprego, indicação dos operários e indicação do próprio grupo familiar que administra a empresa. O processo de seleção envolve uma entrevista com o candidato - realizada pela psicóloga da fábrica - em que alguns critérios são levados em consideração. A fábrica dá preferência aos candidatos entre 20 e 35 anos, 1º Grau Completo, referência de empregos anteriores, e aceita antigos funcionários com restrições. Ultimamente, a gerência da fábrica vem observando o nível de escolaridade dos candidatos a emprego, sem desprezar contudo a experiência prática.

Fazem o teste prático ou checam com a empresa anterior, no caso dos empregados com passagem na Fábrica A, uma referência muito valorizada. Grande parte da mão-de-obra empregada é originária da Fábrica A.

É política do setor de recursos humanos evitar a contratação de operárias com filhos pequenos, com a justificativa que estas funcionárias causam paradas na produção pelas faltas e desatenção provocadas pela preocupação com as crianças.

Quanto a rotatividade de mão-de-obra, a empresa enfrenta atualmente problemas. Motivos: demissão, auto-demissão, insatisfação, viagens. Anteriormente, segundo a informante da empresa, não havia este problema. Ele está sendo encarado como problema momentâneo pela gerência. Contudo, os salários baixos são vistos pelos trabalhadores como fator que impulsiona a insatisfação e rotatividade de mão de obra no setor, tendo em vista que outras fábricas do ramo, se não oferecem melhores salários, fornecem outros benefícios como vale alimentação, vale transporte, etc.

Uma operária relata seu descontentamento:

*Compensa não. É triste RS96,00 não é nada pelo que a gente trabalha lá dentro. São nove horas sentada numa cadeira criando calo...sem poder levantar, tem que dar a produção. Se a gente baixar pelo menos cinco peças vão perguntar porque a gente não está dando a produção...Eu dou mais, dou 45, 50 quando estou a fim. Quando não 40,42. Estou vendo que as outras não estão dando. Eu vou me arreventar sozinha? ...É muito difícil os operários fazerem cera...quanto elas tem raiva elas faltam...Nem café tem. O café é só para os chefes. Funcionária, costureira não tem direito a tomar uma gota e , se tomar é chamada atenção...Se quiser tomar um cafezinho tem que ir lá embaixo. Um cafezinho por 20 centavos, uma fatia de bolo por 30 centavos, já vão 50 centavos e isso todo dia. Onde vai ficar o salário da gente? Não tem condições. Tereza, Fábrica B.*

### **Condições de trabalho**

A empresa alterou o horário de entrada em função dos constantes atrasos dos operários. O início do expediente passou a ser às 7:30 às 11:30 e 12:30 às 17:30 horas. Uma pausa para o lanche de 3:00 às 3:15 horas. A carga horária semanal é de 40 horas semanais. A fábrica não funciona aos sábados, quando isto acontece é contado como horas-extras.

As costureiras recebem R\$ 96,00 (em março de 1995), acrescidos de um prêmio de produção e das horas-extras. Quando necessário os operários fazem em média duas horas-extras diárias nos períodos de maior produção. A modalidade de pagamento adotada pela fábrica é quinzenal.

Pagamento de 40% do valor do salário sem desconto na primeira quinzena à título de adiantamento. Na 2a. Quinzena descontam INSS e vale transporte. Os pagamentos de prêmios de produção são coletivos. O pagamento individual não estimula o trabalho coletivo, segundo a administração da fábrica.

Está em andamento um estudo para a criação na empresa de um setor de cargos e salários, onde o pagamento de salários seria feito de acordo com a função exercida e a responsabilidade de cada função. Destacamos que todas as funções pretendidas ou privilegiadas para ter um aumento do salário são funções masculinas, com a alegação que estas exigem um esforço maior. A costura está fora destes projetos por não exigir esforços físicos ou intelectuais por parte das operárias.

As vantagens oferecidas pela empresa são mínimas: vale transporte, médico do trabalho uma vez por semana. A fábrica não possui convênios. Apesar de não possuírem planos de saúde, com a chegada do novo supervisor de produção houve uma agilidade maior no sentido de firmar acordos/convênios com o SESI para instalação de um posto médico-odontológico em unidades móveis instalados no pátio da fábrica evitando deslocamento dos operários no horário de expediente para postos médicos na cidade.

O almoço é o próprio operário quem traz, a fábrica possui refeitório mas encontra-se desativado. O serviço de creche é visto como uma meta da empresa. Segundo a psicóloga, o histórico da empresa não permite sua abertura neste momento, apesar da parte física já estar pronta. Segundo o atual gerente de produção, a fábrica tinha a pretensão de terceirizar os serviços de refeitório, para tanto foi efetuada uma pesquisa com os operários. A maioria dos operários achou melhor trazer de casa a refeição, uma vez que já acordavam muito cedo para fazer as marmitas dos maridos, daí não ter sentido pagar refeição uma vez que podiam trazer de casa. Um outro argumento é que comeriam nas barraquinhas em frente à fábrica, onde a refeição sairia mais barata do que no restaurante. Preocupados com o alto custo das refeições, a fábrica decidiu cancelar a iniciativa pelas dificuldades apresentadas no retorno para a empresa que iria terceirizar os serviços.

*Quase todas as indústrias do distrito fornecem a comida dos funcionários, do trabalhador. Lá nem um lanche, nem um café. Se derem um café escondido é a maior confusão. (...) O café é só para os chefes. Funcionária, costureira não tem direito de tomar nem uma gota, se tomar é chamada atenção, leva uma pequena repreensão. Tereza, Fábrica B.*

Os acidentes no trabalho mais comuns são: cortes superficiais de tesoura, furadas de agulha, e queimaduras, características do setor. Aqui também não houve casos fatais. Apesar de não terem fardamento, com a mudança de supervisor de produção, este passou a exigir que os operários viessem trabalhar usando sapatos fechados para evitar acidentes com as eventuais quedas de tesouras nos pés.

Existe o espaço para circulação de pessoal entre as máquinas e entre as linhas de montagem. No entanto, o supervisor alegou que o layout não é o desejável pois “tem muito espaço entre uma costureira e outra. Existem operações que exigem maior proximidade”. Apesar da área construída da fábrica ocupar em torno de 60 % do terreno, não é proposta da gerência ampliar as instalações, uma vez que o espaço físico atende as necessidades da produção. Sendo pretensão passar o funcionamento da produção para dois turnos, com a alegação de que a mesma área física e equipamentos oferecem condições de dobrar a produção. Isto implicaria no dobro de efetivo de mão-de-obra, onde os custos indiretos seriam dissolvidos numa maior produção, permanecendo com o mesmo pessoal administrativo

O setor produtivo é localizado no primeiro andar que, em tese, facilitaria a circulação de ar. O ambiente de trabalho é claro e quente com teto de amianto (situação análoga a da fábrica A). O fluxo intenso de operárias nas escadas de entrada e saída provoca acidentes, existindo, para evitá-los uma escala de ordem de saída e entrada dos setores por turno.

### **A fábrica C : a empresa pequena**

O contato com a fábrica C se deu inicialmente por telefone, onde foi solicitada informações gerais sobre a empresa e a possibilidade de uma visita da equipe para conhecimento do processo de trabalho e da organização da Fábrica. A equipe foi recebida por um dos proprietários que concedeu as informações solicitadas através de uma entrevista em horário de expediente normal.

A empresa C IND. E COM de CONFECÇÕES LTDA., é uma empresa familiar gerenciada por dois irmãos que se dividem entre a parte administrativa e de produção, não existindo uma hierarquia intermediária entre funcionários e patrões, apenas uma supervisora no setor de costura. Diferencia-se das demais empresas pesquisadas pelo seu caráter direto e pessoal com que as questões do dia a dia são tratadas pelos próprios donos. Quando necessário, estes convocam reuniões em que as questões de

disciplina, aumento de produção, reivindicações e outras, são tratadas diretamente.

Situa-se num bairro central da cidade de João Pessoa, estando prestes a mudar para novas instalações no Distrito Industrial onde pretende expandir sua produção. A parte de confecção será terceirizada<sup>18</sup>. A matéria-prima: utilizada é a malha de todos os tipos. A matéria-prima é comprada no Rio de Janeiro e em São Paulo. O fio sai da Norfil, Citex e Brastex (localizadas em João Pessoa) e vai para o sul voltando para as confecções daqui retrabalhadas.

Fundada em 1990, emprega 30 funcionários, sendo oito indiretos (vendedores e sacoleiras). No escritório trabalham um homem e três mulheres e na produção oito homens e onze mulheres.

A empresa produz toda a linha de vestuário em malha num total de 15 produtos (camisetas, shorts, vestidos...) numa produção mensal de 2.000 peças. Apesar de não ter interesse em fabricar cuecas pelo seu alto custo, quando falta matéria-prima, para a produção não cair, eles as produzem como forma de aproveitamento de material. A empresa tem um projeto de investir em tecelagem, para não precisar comprar a matéria-prima do sul do país. Na atual sede deverá ficar o setor de vendas, e no Distrito Industrial a produção. Comparando o volume de vendas 94/95 houve uma queda de 40 % das vendas.

O destino da produção é o seguinte: 20% vai para o mercado nordestino, 40% para sacoleiras e público em geral no atacado e varejo e 40% dos pedidos são encomendas específicas (colégios, blocos de carnaval, peças de teatro).

A firma não tem condições de fazer estoque. Trabalha com a produção vendida seguindo uma das regras do sistema KANBAN onde a venda aciona a produção, discurso este utilizado pelo proprietário, preocupado com a modernização gerencial da fábrica.

A falta de qualificação de pessoal é atribuída ao nível escolar baixo, o qual vem a interferir na qualidade dos serviços. “O chefe de serigrafia não sabe ler, mas mantenho porque não há outro qualificado para exercer esta função”, afirmou um dos sócios-proprietários. Posição referendada também por operárias mais escolarizadas:

*... tem também o problema do nível, porque eu estou no meio, aí eu sinto as colegas, geralmente é quem não estudou, semi-analfabetas, né? Aí, o nível, o Q.I. é baixo, não permite que elas vá mais além, mais adiante. (...) Nas reuniões lá, as meninas*

<sup>18</sup> Leia-se aumentar a utilização de faccionistas.

*ficam viradas comigo, porque eu digo: 'Seu Paulo, não tem condições, não. Basta mudar a cor, as meninas não sabem nem pra onde é que vai a coisa'. (...) ... pelo nível elas se desorientam facilmente. Angela, Fábrica C.*

### **Organização da produção e processo de trabalho**

Segundo depoimento de um dos sócios proprietários, a empresa está implantando programa de qualidade total. A empresa tem investido no trabalho de conscientização dos operários para evitar desperdício.

Um comitê se reúne uma vez por semana para avaliar o processo de produção, como por exemplo fazer o estudo de tempo das peças. Com o cronômetro medem várias vezes para estabelecer o tempo médio. Embora o discurso seja o da qualidade total e controle de estoques a preocupação básica assenta-se no controle de tempos e movimentos, o estabelecimento de tempos-padrão.

O setor de produção divide-se em dois. No primeiro concentram-se em uma mesma sala: enfiamento, costura, revisão, acabamento, passar e empacotamento das peças. No segundo, corte e serigrafia.

A produção se organiza da seguinte forma: O ponto de partida é o desenho das peças, o qual é feito manualmente, não utilizando qualquer recursos de micro-eletrônica. Em seguida os moldes são encaminhados para o setor de corte. O corte é feito por uma operária. São enfiadas para corte até oito polegadas de tecido por vez. A predominância de mão-de-obra masculina nas funções de enfiamento é justificada pelo fato deles carregarem 500 a 600 kg por dia. Em seguida, realiza-se a primeira contagem das peças para fazer o apuramento do custo, cálculo de perdas pelo peso do trapo na balança.

Cortadas as peças, separa-se a parte da frente para o setor de serigrafia quando tem desenho, senão vai direto para o casamento. No casamento das peças é feita a junção de todas as peças de uma roupa e encaminhadas para o setor de costura.

O processo de trabalho se organiza no esquema de linha de montagem, no entanto as máquinas de costura estão dispostas em forma de círculo para facilitar a transporte das peças e o aproveitamento do espaço físico bastante reduzido. O processo de confecção da camiseta de manga curta está dividido da seguinte forma: unir a parte da frente e a de traz pelo ombro; costura da gola; costura da cava da manga; costura das laterais da camiseta; fazer a barra da manga e da blusa. Os processos modificam-se de acordo com o produto a ser confeccionado.

A presença no setor de uma supervisora de costura, abastecendo as costureiras de peças casadas, entrega de linha, transporte para o setor seguinte, dentre outras atribuições. Os supervisores dos setores (corte, costura e serigrafia) funcionam também como encarregados, na medida em que também manuseiam o equipamento e fazem trabalhos auxiliares. Trabalham no setor seis costureiras, cuja produção é de 500 peças/9 horas. As máquinas utilizadas são novas, mas não de última geração: 4 overloques, 1 galoneira. Existe a pretensão de modificar as cadeiras para que elas se adequem ao peso e tamanho das operárias em atendimento a queixas das operárias.

Após a costura das peças, realiza-se a segunda contagem das peças. Estas, são enviadas para o acabamento, onde são retirados os restos de linha (atualmente é considerado o “gargalo” da produção). Nos momentos de paradas na produção, por quebras de máquina ou outros motivos, as costureiras vão para o acabamento das peças. Uma mulher dobra as peças passadas por dois homens. Nenhuma justificativa para a tarefa de passar as peças ser desempenhada por homens, considerada “pura coincidência”. Por fim, o empacotamento é realizado por uma mulher.

### **Recrutamento e seleção**

O recrutamento difere das demais em função de experiências vividas pela empresa, onde entram como fatores fundamentais o tamanho da fábrica e o caráter familiar e direto da gestão da produção. Com isso evita-se a indicação de operários e parentes para evitar o que chamam de *galeras* - turmas que se organizam informalmente à revelia da direção e se tornam ameaçadoras por se constituírem em maioria. Dessa forma a mão-de-obra é recrutada através do SINE, SESI, e programas de rádio (Programa Tony Show). As queixas mais freqüentes dos funcionários são de que faltam muito, ocasionando paradas na produção, mas repõem as faltas com trabalho. Cada falta pressupõe o pagamento de 03 dias:

*... todo dia eu pago uma hora. Foi no enterro de minha sobrinha que eu tomava conta dela. Ela faleceu e ele disse que não dispensava. Levei atestado de óbito e tudo. Mas ele disse que só se fosse filho meu. Nem se fosse avô, meu pai ou minha mãe, ele não dispensava. Ai eu estou pagando. (...) Quando me aborrecer eu falto. Sexta-feira mesmo eu faltei. Fui levar os meninos para o médico. Levei atestado mas eles não aceitaram.(...) Este mês vou ver se não falto, porque quero pagar meus dias para*

*ficar tudo legal. Em setembro vou faltar dois dias porque vou para Juazeiro com os meninos. (...) vou em excursão só para visitar mesmo. Nelma, Fábrica A.*

*Lá é assim: falta um dia e eles descontam três... A gente tem sempre que estar pagando. No meu caso eu vou morrer de pagar. Eu faltei três dias, quer dizer, tem bem uns nove dias...quando a gente pergunta eles explicam lá. Mas eu não entendo depois e fica por isso e pronto. Maria, Fábrica C.*

O Setor de Pessoal é praticamente inexistente. O operário se inscreve faz o teste na máquina fora do horário de expediente "para não atrapalhar a produção" e é ou não selecionado. O registro em carteira também não é imediato. Uma funcionária entrevistada queixa-se da demora na assinatura da carteira de trabalho por parte dos proprietários, que extrapola, em muito, os três meses alegados, às vezes, para o registro.

*Já faz sete meses que eu estou lá (...) A semana retrassada chegou a fiscalização e eu fiquei na casa do vigilante de 8 até 11 horas (...) porque eu não tenho carteira assinada. Uma colega estava igual comigo, mas já assinaram a carteira dela. Assim mesmo ela não gostou. Porque assinaram como se fosse um mês só. Isso a gente perde para tudo. Até para o PIS a gente perde. Nelma, Fábrica C.*

### **Condições de trabalho**

A empresa funciona com três turmas em horários diferenciados, todos no período diurno: o primeiro turno é da produção - de segunda a quinta das 7:00/11:30 e 12:30/17:00 e as sextas com saída às 16 horas; o segundo turno abrange o pessoal do Corte, Serigrafia e Artes 8:00/12:00 e 13:00/18:00 e o terceiro turno, o pessoal de escritório das 8:00/12:00/17:00 (Horário combinado quando um volta o outro sai). A carga horária semanal é de 44 horas.

Apesar do tamanho, a empresa oferece mais vantagens que as maiores aqui estudadas: Vale Transporte, Plano de Saúde UNIMED e Vale Refeição. O salário pago é o mínimo industrial (R\$ 120,00 - 09/95) acrescido de prêmio de produtividade para as costureiras. O pessoal do corte ganha em torno de dois salários e meio. O pagamento é feito quinzenalmente.

Na reuniões entre funcionários e patrões a reivindicação de aumento de salário é um tema constante, uma entrevistada dá o seu depoimento:

*... eu não sei nas outras fábricas assim do mesmo porte, acontece isso, mas por conta dele não querer pagar um profissional como um profissional merece, ele fica recebendo ... ele aceita costureira iniciante. Iniciante que eu digo, não é que venha de um curso não, e que acha que é costureira, bota na cabeça que é costureira, chega lá e diz: 'Eu sou costureira'. Aí ele faz: 'Vá costurar'. Ele manda costurar. Ele emprega gente sem experiência, que não sabe botar a linha na agulha, não sabe mudar o ponto da máquina pra elástico. Como a gente trabalha e uma depende da outra, aí engancha. Engancha e fica aquele negócio. A gente tem que estar ensinando o tempo todo. Isso atrapalha a produção. Eu disse a ele na última reunião: (...) 'então o senhor pague mais e pague ao profissional'. Aí ele diz: 'Mas você acha que um curso que tem 750 costureiras vai aprender?'. (E ela responde que:) 'Aqui o senhor dá um curso remunerado, aí atrapalha a gente. É pior'. (...) Ele prefere pagar pouco porque bom ou ruim, sai. Errado ou certo, sai. Angela, Fábrica C.*

*Eu acho que a gente trabalha muito e ganha pouco, muito pouco mesmo. Não compensa. Vão fazer uns sete meses que eu estou na fábrica C, mas não recebo abono dos meninos (ela tem 3 filhos). Recebo uma mixaria de salário. Salário lá embaixo. (...) Comparando os salários recebidos nas fábricas do sul do país onde já trabalhou com o recebido na fábrica C, diz que: Aqui o dinheiro é muito pouco. Se trabalha muito e ganha pouco. Lá a gente trabalha e gasta também. Mas a gente vê dinheiro na nossa mão. E agora, depois que entrou esse real o dinheiro desapareceu. Eu gosto de trabalhar. Só que nessa fábrica (...) eu não me sinto bem. Porque a gente nunca sabe quanto vai receber no final do mês, fica na dívida se vai receber salário maior, menor, se continua o mesmo. Nelma, Fábrica C.*

A empresa tem problemas de rotatividade de mão-de-obra atribuída ao fato da cidade não possuir centro de treinamento e falta de qualificação dos trabalhadores, além da baixa escolaridade, disciplina e “falta de educação”, entendida como “certos hábitos não desejados dentro da fábrica como conversas, fofocas, gritos e outros”. Um centro de profissi-

onalização foi montado pelo estado no Distrito Industrial em atendimento a reivindicação do setor de vestuário. Atualmente este centro está em atividade, contudo o proprietário queixar-se de que está organizado de forma a atender as confecções que trabalham com tecido, pela utilização de máquinas-retas nas oficinas de capacitação, o que vem, por sua vez, a deixar de atender ao setor de malharia, que precisa de máquinas específicas para a confecção dos seus produtos. Uma outra reclamação diz respeito ao número excessivo de alunas, o que vem a interferir na qualidade do curso ministrado. No curso de costura oferecido todas as candidatas matriculadas são aprovadas, não havendo reprovação, tornando a eficácia do curso questionável. Segundo o proprietário da fábrica C: “*A costureira boa não tem hoje em dia*”.

A empresa trabalha “terceirizando” uma parte da mão-de-obra. “*À princípio era até contra a terceirização. A questão hoje é produção e custo*”. Treinam uma pessoa, deixam uma máquina em sua casa onde diariamente um carro da firma vai deixar e buscar as peças, como no faccionismo tradicional o trabalho a domicílio é mais barato: *Na família eles se encarregam de repartir as tarefas*. A produção é considerada maior e de mais qualidade entre as faccionistas, pois apenas 1% das peças voltam com defeitos.

Atribuem a má qualidade das peças mais ao maquinário utilizado do que a desqualificação da mão-de-obra. A produção dos “terceiros” responde por 40 % da produção da firma. O pagamento é feito por peças, não havendo critérios de divisão dos tipos de peças a serem confeccionadas pelos terceiros e pelos funcionários diretos. Contudo os primeiros produzem mais camisetas. Normalmente as operárias “terceirizadas” residem na periferia.

O discurso da terceirização escamoteia a velha prática da subcontratação. Abreu (1985) demonstra que, em 1976, os serviços contratados de costura externa pela indústria de confecção no país eram bem altas ou terceirizadas se quisermos atualizar o jargão: 40 % das empresas que produziam jeans em São Paulo, 36 % que fabricavam vestidos e 47 % das empresas que produziam ternos. No Nordeste os dados eram poucos significativos por só abrangerem as empresas que recebem incentivos da SUDENE, deixando de fora as pequenas e médias.

A fábrica está instalada em um velho casarão adaptado. Na parte da frente funcionam o setor de vendas ao consumidor, a loja para atendimento das sacoleiras e as salas da administração. Paredes de alvenaria cobertas pôr uma fina camada de cal; ausência de ventiladores; teto de zinco e telhas de amianto; chão feito com cimento batido; instalações elétricas

aparecendo. Uma janela pequena no setor da produção que concentra enfartamento, casamento de peças, costura e acabamento. No setor de serigrafia manchas de tinta na parede, chão com terra e folhas, sem ventiladores, operários sem equipamentos de proteção, lixo no chão (pedaços de papel e plásticos).

## Concluindo

As três fábricas, apesar das diferenças tem em comum o discurso da “conscientização” e da qualidade, em sua adaptação às condições concretas de funcionamento. Métodos tayloristas-fordistas convivem com experiências de flexibilização e maior participação operária, sem contrapartida em termos financeiros para os trabalhadores. As preocupações com novos mercados e competitividade não alteram fundamentalmente as relações de trabalho. Enquanto a fábrica A reduz o quadro e aumenta a produtividade, a B pensa em fazer ao contrário, não existindo políticas claras de gestão da força de trabalho e sim experiências que se aproximariam mais da japonização do fordismo em versão tropical do que efetivamente grandes mudanças na organização da produção. Considerando, obviamente que a dimensão da empresa e dos mercados que atendem, obrigam-na a ter uma maior preocupação com a produtividade e competitividade não apenas dada pela modernização tecnológica mas também das formas de gestão. Nas relações de trabalho, conforme diminui o tamanho da empresa diminui a observância das leis trabalhistas. Se na A o registro é imediato (agora em processo de tercerização) na C pode demorar indefinidamente, ou até a chegada da fiscalização. Em comum, a tendência a maior precarização, não nas pequenas onde a precariedade é norma, mas nas grandes através da subcontratação.

Evidencia-se a permanência de distintas formas de gestão conforme a inserção das fábricas no setor competitivo de uma economia em processo de globalização. A heterogeneidade do setor faz com que convivam distintas formas de produção onde o discurso da modernização, mesmo utilizando os mesmos jargões como qualidade, tercerização, flexibilização, conscientização do operário, atribuem significados diferentes. Assim enquanto a multinacional experimenta formas de gestão desenvolvidas e discutidas internacionalmente, a média e a pequena discute ainda um padrão ótimo de cronometrar tempo e movimento.

Quanto a identidade operária, deve-se dizer que constitui um setor altamente fragmentado e “desqualificado” com uma grande rotatividade

onde suas funções confundem-se - às vezes com o setor têxtil, sem contudo assumir o caráter de profissionalização característico deste. Além disso o caráter predominantemente feminino das funções do vestuário acentua os estereótipos de desqualificação e baixa mobilização deste contingente operário.

As novas formas de gestão aparecem dubiamente na representação das operárias da fábrica mais moderna: positivamente no sentido de uma maior participação no processo de trabalho e negativamente pelo baixo retorno pecuniário que representa assim como de intensificação do trabalho. Nas demais, a participação continua retórica.

### BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alice Rangel de Paiva. **O Complexo da Moda no Rio de Janeiro**. Série Estudos Ciências Sociais(8). Rio de Janeiro: UFRJ-IFCS-PPGS-LPS, junho de 1995.
- BEAECHELER, Jean. *Grupos e Sociabilidade*. In BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- BUONFIGLIO, Maria Carmela et al. **Trabalho, Tecnologia e Organização do Trabalho no Setor Industrial da Paraíba**. João Pessoa: Ed.Universitária, 1994.
- CORIAT, Benjamin. *Ohno e a Escola Japonesa de Gestão da Produção*. In HIRATA, Helena. **Sobre o "Modêlo" Japonês**. São Paulo: EDUSP, 1993.
- DIEESE. **Reestruturação Produtiva**. São Paulo: DIEESE, 1995.
- LIMA, Jacob Carlos e FERREIRA, Brasília Carlos. *Trabalhadores Urbanos no Nordeste*. **RBCS** (30), fevereiro de 1996.
- LIMA, Jacob Carlos. **Trabalho e Cotidiano: Relatório de Pesquisa**. João Pessoa: CNPq-PPGS-UFPB, setembro de 1995.
- RAGO, Elisabeth. **Do Cabaré ao Lar**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- SEBRAE. **Relatório Regional**. João Pessoa: s/d.
- TAYLOR, F. **Princípios de Administração Científica**. São Paulo: Atlas, 1982.

# RELAÇÕES DE GÊNERO E PRÁTICAS SINDICAIS : estratégias e perspectivas<sup>1</sup>

Neide Miele<sup>2</sup>

Sendo o objetivo desta comunicação fazer um balanço da confluência entre as práticas sindicais e as relações de gênero, buscando apontar as perspectivas futuras tanto para o movimento sindical quanto às relações entre homens e mulheres, não podemos deixar de fazer referência ao momento presente: Faltam pouco menos de 5 anos para chegarmos ao final deste século e deste milênio.

Passar de um milênio a outro tem mais a ver com o Tempo do que com o Espaço, embora saibamos hoje que ambos são indissociáveis. A passagem de um século ou de um milênio a outro, não é o mesmo que atravessar uma fronteira, onde mal deixamos um lado e no passo seguinte nos encontramos no outro. Esta passagem talvez seja mais comparável com o nascimento do dia, onde as primeiras luzes do sol antecedem seu surgimento na linha do horizonte. A noite não cede lugar ao dia de uma vez, repentinamente, sem aviso prévio. Da mesma maneira, o primeiro século do terceiro milênio ainda não chegou, contudo, os delineamentos iniciais do que ele promete ser já se fazem prenunciar: Globalização, automação, terceirização, estes são apenas alguns exemplos.

Para entrever o futuro é preciso não perder de vista o passado. Portanto, rapidamente, para estar em consonância com as exigências atuais, construiremos um pano de fundo com aquilo que consideramos os principais acontecimentos históricos recentes, condição necessária para fazermos um balanço das mudanças relativas à situação da mulher neste período.

## UMA RETROSPECTIVA : 1900 - 1995

Este relativamente curto espaço de tempo marcou um período importante para a humanidade. Para Eric Hobsbawm, em *A Era dos Extremos* (1995), a história deste século começou em 1914, com a Primeira

---

<sup>1</sup> Texto apresentado no VII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado de 4 a 6 de setembro de 1995, no IFCS/UF RJ.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UF PB.

Guerra Mundial, e foi até 1991, quando se consumou o colapso da União Soviética.

Nestes pouco menos de 100 anos, tragédias e conquistas se alteraram nas páginas da História. Este século viveu duas Grandes Guerras Mundiais e, apesar do fim das rivalidades entre USA e URSS, não estamos livres de terminarmos o século com mais uma guerra, a Terceira, possivelmente deflagrada no mesmo país onde eclodiu a Primeira<sup>3</sup>.

Este século enfrentou ainda outros conflitos bélicos que deixaram marcas profundas em uma geração : Vietnã, por exemplo. Este século envergonhou-se pelo extermínio de seres humanos mortos aos milhares nas câmaras de gás, entretanto, ainda não se redimiou frente ao contingente infinitamente maior de vítimas em todo o mundo, produzidas anualmente pela fome, pela miséria, pela falta absoluta das condições mínimas de sobrevivência, apesar dos avanços tecnológicos e do aumento das riquezas produzidas, nem envergonhou-se sinceramente pela explosão da bomba nuclear sobre Hiroshima, visto que países como a França insistem ainda hoje em manter testes nucleares, apesar dos acordos internacionais de desarmamento.

Ao lado da importância e da gravidade de todos estes fatos transformados em História, talvez o mais doloroso, neste século, tenha sido o desmoronamento de um sonho, que veio abaixo juntamente com o Muro que simbolizou a demarcação de um território que se pretendeu libertário. Este século viveu a ascensão e queda de um modelo de sociedade que se autodenominou igualitária, sem oprimidos nem opressores, onde a riqueza seria distribuída segundo as capacidades e necessidades de cada ser humano. O sonho acabou, ao menos na forma com que ele se nos apresentou... Mas, assim como qualquer moeda tem duas faces, a realidade não é feita apenas de tragédias. Apesar deste lado trágico, este século elevou a humanidade ao mais alto grau tecnológico e, literalmente, transportou o ser humano ao espaço. Não apenas os pés humanos tocaram o solo lunar, como banalizaram-se as viagens espaciais. Hoje, as partidas ou chegadas dos ônibus espaciais não ocupam mais as primeiras páginas dos jornais nem se constituem em fatos que exijam a formação de cadeias de televisão para retransmiti-los ao mundo.

Ainda mais surpreendente que as conquistas espaciais, a Revolução Tecnológica transformou o planeta, numa dimensão ainda maior que as duas outras revoluções que lhe antecederam. A Revolução Agrícola,

---

<sup>3</sup> Em 1914, o assassinato do herdeiro do trono da Áustria, Francis Ferdinand, na cidade de Sarajevo, serviu de pretexto para que o Império Áustro-Húngaro declarasse guerra à Servia, alastrando rapidamente o conflito por toda a Europa.

que começou em algum ponto perdido na História, há aproximadamente dez mil anos atrás, e que avançou lentamente através do planeta, fixou o homem à terra, inventou a propriedade privada, estruturou a vida em sociedade, criou sistemas discriminatórios que dividiram a humanidade em nobres e plebeus, possuidores de sangue azul ou sangue comum, detentores de poder e de riquezas ou desprovidos até do mínimo necessário à sobrevivência. O império da civilização agrícola dominou o planeta até 1650, quando a Revolução Industrial irrompeu na Europa e irradiou-se através de todos os continentes desencadeando uma onda de mudanças profundas. Bem mais acelerada que a primeira, esta segunda Revolução transferiu enormes contingentes populacionais do campo para a cidade, provocou a divisão do trabalho sob vários aspectos, seja na sua divisão internacional, seja na divisão sexual. Mas, não foram apenas nas relações de trabalho que as mudanças se fizeram sentir. O processo de industrialização revolucionou todas as relações sociais, culturais, políticas e econômicas nestes últimos trezentos anos. Neste período foram dominadas as várias formas de energia, inventou-se a máquina e a máquina de produzir máquinas. Os jatos supersônicos encurtaram as distâncias e hoje se viaja segura e rapidamente por todos os continentes.

Entretanto, a Revolução Industrial está conhecendo seu crepúsculo em muito menos tempo que sua antecessora. A linha de montagem está cedendo sua primazia à informatização e à toda parafernália dos ships, que fazem o furor da nova tecnologia. Iniciada a corrida pela miniaturização dos componentes eletrônicos, levou menos de 50 anos para passarmos dos grandes computadores, que ocupavam uma sala inteira, para os microcomputadores que carregamos no bolso. A informação informatizada ganhou igualmente o espaço, hoje ela viaja através de células luminosas, via satélites, pelos quatro cantos do planeta, ou melhor, para além dele.

## LUTAS FEMININAS NO SECULO XX

Talvez não tão rápida e profunda quanto a mudança desejada, a conquista de cada novo direito pela mulher lhe custou muita luta e esteve sempre vinculada a uma situação histórica em que a mudança e a incorporação pela sociedade, do direito reivindicado, tornaram-se inevitáveis. Estes dois elementos - uma dada situação histórica e a conquista de direitos reivindicados pela mulher que, ao serem incorporados pela sociedade provocaram profundas mudanças, nos sugerem uma hipótese de tra-

balho : Todo direito conquistado pela mulher “coincide” com um momento de forte agitação econômica e/ou política. Senão vejamos:

Assim foi com o movimento sufragista em todo o mundo. Somente após a 2ª Guerra Mundial, terminada em 1945, a mulher conquistou o direito de voto precedido de uma penosa batalha política e jurídica. No Brasil, este direito foi conquistado uma década antes, igualmente no bojo de uma revolução.

Em meio a esta agitação política geral, intensificou-se a campanha em prol das reformas eleitorais que eliminassem as distinções de sexo no exercício do direito de voto, dentro e fora do Brasil. Nesta luta, o Rio Grande do Norte, terra de Nísia Floresta,<sup>4</sup> saiu na frente, introduzindo na Constituição do Estado, sancionada em 1927, um artigo onde “poderão votar e ser votado, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei”. (apud. SAFFIOTI, 1976:261) Estes acontecimentos no Nordeste do país não eram por si só suficientes para promover as mesmas mudanças para o conjunto dos Estados. O caráter nacional desta luta foi dado por Bertha Lutz que, desde 1919, havia assumido a liderança do movimento feminista brasileiro. Depois de uma acirrada luta, a Carta Magna da nação, aprovada em 1934, consagraria definitivamente o voto feminino.

O direito à educação foi igualmente conquistado neste período, depois de inúmeras batalhas. Em meio aos acontecimentos políticos que agitaram a nação na década de 30, gestava-se uma outra revolução, a do direito da mulher à educação e, como consequência, seu amplo direito à qualificação profissional, este mais difícil de ser conseguido.

Ser normalista<sup>5</sup> foi o caminho encontrado pela mulher brasileira de classe média para ter acesso ao mercado de trabalho. O magistério feminino não é novo. Ele iniciou-se entre nós ainda no período imperial e vinculou-se à própria origem do ensino público primário. Contudo, o direito de ser professora primária foi conquistado à duras penas e enfrentando uma oposição cerrada por parte de alguns intelectuais desde a fase pré-republicana. (REIS, 1994).

Na década de 30 a mulher ainda tinha que lutar pela sua admissão nos cursos secundários, sobretudo aqueles que fugiam da denominação de

---

<sup>4</sup> Nísia Floresta Brasileira Augusta, (1810-1885), primeira feminista brasileira, traduziu e publicou em Recife o livro da inglesa Maria Woolstonecraft, Direitos de Mulher, no ano de 1832, aos 22 anos de idade. Depois de ter vivido seus últimos 28 anos na Europa, morreu em Paris.

<sup>5</sup> Em 1930, o Estado de São Paulo contava com 10 escolas normais públicas, sendo duas na capital e oito no interior, que formaram neste ano 137 normalistas homens e 1.066 normalistas mulheres. Com este contingente, o corpo docente das escolas primárias passou a ser quase que exclusivamente feminino, como era o caso do Rio de Janeiro que, em 1935, contava com 99% de mulheres em seu quadro. (Saffioti, 1976, 221)

“tipicamente femininos”, sendo sua presença nos cursos superiores quase que insignificante. Esta batalha se prolongou por mais duas décadas e somente em 1953 é que seria atingida a ampla equivalência dos cursos de nível médio para efeito de matrícula nos cursos superiores. O que estava ocorrendo no Brasil entre 1953-63? Época de inflamada campanha nacionalista, depois de 8 anos como ditador, Getúlio Vargas retornou como presidente eleito em 1950 e realizou profundas modificações na vida pública do país. No ano seguinte, em meio a uma forte crise política, Getúlio suicidou-se.

A entrada das mulheres nas universidades deu-se sobretudo na fase expansionista vivida durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), responsável pela construção de Brasília, pela adoção do modelo automotivo para o Brasil e pela aceleração do processo de industrialização iniciado na década de 30. Em termos políticos, a agitação dos anos seguintes não foi menor. Primeiro a vitória de Jânio Quadros para a presidência da República, depois sua renúncia, em seguida a posse traumática de Jango Goulart e, finalmente, o início do regime militar em 64, recrudescido em 1968, com o combate aos organismos da esquerda organizada. Em 1964, onze anos após a reestruturação do ensino médio com vistas ao acesso ao ensino superior, 6.890 mulheres concluíram cursos universitários, tendo 20.282 homens concluído no mesmo ano.

Como um enorme vagalhão, iniciado na Europa e espreado pelos quatro cantos do mundo, surgiu no final dos anos 60 uma ebulição social, marcada pelos avanços tecnológicos promovidos pelo capitalismo em oposição às formas autoritárias de organização social e de relação entre os atores sociais. Contudo, talvez mais importante que tudo isso tenha sido a chamada revolução sexual, desejada pelas mulheres e permitida pelo uso dos anticoncepcionais. Domesticada sistematicamente há séculos, a sexualidade feminina finalmente encontrou nos acontecimentos de 68 um espaço de expressão. Conhecer o próprio corpo, ter direitos sobre ele, poder exercer sua sexualidade voltada para seu prazer, a dissociação entre sexualidade e reprodução (TABET, 1985), estes foram alguns trunfos conquistados, e, mais uma vez, no bojo de acontecimentos políticos de grande repercussão.

Após os anos 70, o expressivo ingresso feminino nas universidades brasileiras teve como consequência o implemento de um conjunto de pesquisas sobre a condição feminina nos mais diferentes aspectos de sua realidade cotidiana. A partir dessas pesquisas a mulher começou a ganhar uma visibilidade cada vez maior. Nos primórdios, esses estudos se realizaram numa perspectiva de comparação e confronto entre os sexos, expres-

so pelas duas principais bandeiras do movimento feminista da época : Luta por igualdade entre os sexos ou luta pelo reconhecimento das diferenças entre homens e mulheres.

O passo seguinte, fruto de uma importante reflexão extraída das pesquisas empíricas, foi a construção teórica de uma categoria de análise da realidade social, possibilitando um novo olhar sobre a História (SCOTT, 1990) e sobre a história das mulheres (PERROT, 1984, 1988). De um patamar inicial caracterizado pelos “estudos sobre a mulher” a reflexão evoluiu para “estudos sobre as *relações de gênero*” dando origem a esta nova categoria de análise, tornada indispensável em qualquer estudo que hoje se faça no âmbito das ciências humanas.

A reviravolta provocada pelas mulheres nos valores, nos costumes e nas análises teóricas não atuou apenas em prol dos interesses femininos. De reivindicação em reivindicação, de conquista em conquista mexeu inclusive com os homens. Obrigados a repensar suas próprias posições a partir das mudanças ocorridas no polo oposto, os homens já começaram a questionar se de fato eles levaram as vantagens propagadas pelo sistema patriarcal. Hoje estão se tornando comuns os estudos sobre a (des)construção da masculinidade (NOLASCO, 1993), tornando possível o velho sonho da construção de um novo homem, de uma nova mulher e, por que não, de uma nova sociedade.

## AS LUTAS FEMININAS NO MUNDO DO TRABALHO

Não é do “ingresso” da mulher no mercado de trabalho que iremos tratar, pois ela sempre esteve presente. Em todas as épocas e lugares a mulher sempre esteve ligada à produção de bens e serviços, mesmo que de forma “invisível”. Entretanto, é inegável que houve uma expansão na oferta de emprego para a mulher a partir dos anos 50, sem que tenha havido necessariamente uma ampliação das oportunidades (BARROSO, 1982:17)

A conquista de novos espaços e o início do rompimento dos chamados *guetos ocupacionais* só veio começar duas décadas mais tarde, a partir dos anos 70, estando ainda longe de ser uma questão solucionada.

Sobre a participação feminina no mercado de trabalho, Cristina Bruschini nos apresenta algumas cifras sobre o percentual de mulheres economicamente ativas, chamando nossa “atenção para a necessária cautela, pois além de revelarem apenas a parcela não-doméstica do trabalho da mulher, esta é ainda subestimada”. (BRUSCHINI, 1994)

Demonstrar que a mulher sempre trabalhou dentro e fora do lar, denunciar as discriminações sexistas sofridas, demonstrar as estratégias utilizadas pelo capitalismo para auferir ainda maiores lucros ao dispor da mão-de-obra feminina, enfim, dar-lhe **visibilidade**, transformou-se numa tarefa a ser cumprida, quer pelas intelectuais feministas, quer pelas próprias mulheres trabalhadoras.

Desde os idos de 1968, sintonizadas com os Movimentos pela Anistia, Contra a Carestia, de Luta por Creches, e em meio à onda de manifestações e de protestos dos mais variados matizes, um grupo pioneiro de intelectuais feministas deu início uma série de pesquisas e de formulações teóricas sobre a condição feminina no mundo do trabalho, buscando dar-lhe "*visibilidade*". Essas pesquisas foram importantes para levantar alguns dos véus que recobriam a assexuada **classe trabalhadora brasileira**, urbana e rural.

Além de formadoras de opinião estas pesquisas empíricas e análises conceituais serviram de estímulo e de subsídios para a organização da mulher-trabalhadora, oferecendo dados para a formulação de suas pautas de reivindicações e melhores instrumentos no encaminhamento de suas lutas específicas. Juntamente com suas análises e observações, inúmeras foram as pesquisadoras que se colocaram no papel de assessoras dos grupos de mulheres trabalhadoras, da cidade e do campo.

Ao demonstrar que "A classe operária tem dois sexos"<sup>6</sup>, os estudos feministas revelaram a situação de subordinação da mulher na esfera do trabalho, sua menor qualificação profissional, sua remuneração inferior por trabalho igual, sua alocação em funções de menor prestígio dentro das empresas. Demonstraram igualmente que, não apenas o trabalho, mas que o **poder** também tem dois sexos.<sup>7</sup>

Visto que a "*trabalhadora*" não existia enquanto "*mulher*", a "*mulher-trabalhadora*" submergia numa totalidade chamada **Classe trabalhadora** : *Uma classe assexuada, pura em sua origem, disposta de uma ideologia própria e distinta da classe dominante, necessitando apenas tomar consciência de seu próprio valor para colocar-se em ação rumo à tomada do poder*. Assim era definida pelos dirigentes sindicais e pela esquerda a classe trabalhadora brasileira, desde o início do processo de industrialização brasileiro até os anos 80. A multiplicação dos estudos

<sup>6</sup> Este título foi utilizado por duas importantes estudiosas da condição feminina: Elizabeth Souza-Lobo (1991) e Danielle Kergoat (1994).

<sup>7</sup> Resultado de um Seminário realizado em Paris, o livro *Le sexe du pouvoir : femmes, hommes et pouvoirs dans les organisations*, foi um marco na construção de um referencial teórico no campo dos estudos das relações de gênero.

sobre a condição feminina somados às reflexões sobre a queda do modelo socialista provocaram, sem dúvida, a revisão de muitos destes pré-julgamentos.

## LUTAS FEMININAS NO MUNDO SINDICAL

*“A libertação da mulher virá como uma consequência “natural” da libertação da classe trabalhadora do jugo do capitalismo”.* Entrevistando um alto dirigente sindical:

“Esta questão me preocupa verdadeiramente. É claro que deve haver um espaço democrático dentro do MS que permita também a participação da mulher na vida sindical, Mais que elas participem sem pré-julgamentos e sem discriminações. Com isso a gente pode evitar que a mulher se organize fora do movimento sindical, em paralelo. É preciso que a mulher tenha uma consciência de classe, que ela lute ao lado do seu marido. É dentro desta ótica que a CONTAG está estimulando a criação de programas específicos para as mulheres dentro dos STRs. Não podemos deixar de reconhecer algumas reivindicações específicas das mulheres, mas temos que tomar o cuidado de não estimular nenhuma organização fora do MS. Se as mulheres se organizarem paralelamente, isto vai enfraquecer a luta maior, que é contra o capitalismo” ( In : MIELE, 1992)

O binômio *mulher-trabalhadora* não existia para o movimento sindical e ainda menos para a esquerda, em suas mais diferentes vertentes. Os intelectuais, inclusive os chamados intelectuais orgânicos, ou seja, os dirigentes políticos e sindicais oriundos das camadas populares, consideravam um atraso ou um desvio a introdução de reivindicações específicas da mulher nas pautas de negociação. A mulher deveria “esquecer” sua condição de mulher, para lembrar-se apenas que era uma trabalhadora a mais dentro de uma classe em luta. Opiniões como estas foram compartilhadas, à direita e à esquerda, por vários atores sociais.

Locus apropriado para o acolhimento das reivindicações provenientes das parcelas organizadas da classe trabalhadora, os sindicatos e as centrais sindicais deveriam ser o núcleo mobilizador do conjunto dos associados e da sociedade a fim de encaminhar suas lutas. Porém, como diz

o velho ditado popular, “na prática, a teoria é outra”, nem sempre a realidade corresponde ao modelo idealizado. A mulher trabalhadora, rural ou urbana, sempre teve muita dificuldade para se fazer representar nos seus órgãos de classe e para encaminhar suas reivindicações.

Nos anos 70, em meio ao surgimento dos sindicatos de trabalhadores rurais, o processo de sindicalização adotado obedeceu às mesmas regras instituídas para o tradicional recrutamento da mão de obra, ou seja, o recrutamento familiar, que já havia perdido o seu vigor dado que se instalava no campo o processo de assalariamento. Sem estar atento a esta mudança, ou por estar atento demais, os sindicatos procediam apenas a sindicalização do homem, alegando que a esposa já era sua beneficiária não havendo, portanto, necessidade que ela fizesse uma sindicalização própria. Este procedimento excluía, em primeiro lugar, toda trabalhadora maior de idade que não fosse casada, em segundo lugar, o status de *beneficiária* do pai ou do marido, não lhe dava o direito de votar e de ser votada (MIELE, 1985). Contra isso as mulheres se rebelaram, denunciando o fato no Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais de 1985.

Como analisou Paola Cappelin, “*A resistência do movimento sindical em aceitar a presença feminina traduz-se inclusive no fato de impedir que as mulheres se associem aos sindicatos, especialmente os rurais. Isto impulsionou-as a denunciarem este fato no 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em 1985*” (CAPPELIN, 1989) Interrogando-se sobre o significado da clara disputa travada entre os dirigentes sindicais e as trabalhadoras, estas exigindo o cumprimento do seu direito à sindicalização e aqueles reagindo, como se isto se constituísse numa ameaça, Cappelin conclui que “*a demanda de sindicalização por parte das trabalhadoras pode questionar a representação política exercida até agora pelos homens no interior da família trabalhadora*”.(op. cit.,1989)

Tive oportunidade de confirmar este argumento.<sup>8</sup> Na cidade de Araruna, na Paraíba, nos anos de 1983-84, houve uma enorme movimentação de trabalhadoras rurais lutando pela preservação de sua terra, de seus roçados, contra um despejo promovido por um proprietário que acabara de comprar a propriedade onde viviam há mais de meio século. Após haverem lutado contra os tratores do proprietário, contra seus mandatários, contra a polícia e, inclusive contra a inércia do presidente do sindicato, estas mulheres resolveram lutar por sua sindicalização, contra a qual o presidente resistia : “*Ora, porque querem elas se associar se já podem utilizar os serviços do sindicato? Associar mais um significa que a fami-*

<sup>8</sup> Em pesquisa de campo realizada para elaboração de minha tese de doutorado.

*lia vai ter que gastar mais dinheiro por um benefício que já tem. O que as mulheres querem é acabar com a família e com o casamento. Se o homem deixar a mulher entrar no sindicato, seu casamento está perdido!”* (In : MIELE, 1992)

Sentir-se “ameaçado” em seu papel de **chefe da família** quando a mulher reivindica a ampliação do seu estatuto de esposa e mãe, não é nenhuma novidade, nem exclusividade dos representantes da classe trabalhadora. Toda vez que os homens sentem que podem perder suas prerrogativas cedendo algum espaço à mulher, a primeira reação é a de invocar a preservação da família, da moral e dos bons costumes. Duas décadas antes da proclamação da República, comenta Heleieth Saffioti, reagindo à introdução das idéias inspiradas no liberalismo e cientificismo estrangeiros, o judiciário brasileiro negou à mulher qualquer participação política ou administrativa, invocando a preservação da família.<sup>9</sup>

O confinamento da mulher oculta, na verdade, a preservação das prerrogativas masculinas. Aceitar que a mulher se associe aos organismos de classe implica em aceitar compartilhar com ela a direção destas entidades, o que implica por sua vez em abrir mão das prerrogativas de chefe incontestes, concedidas ao homem pela sociedade patriarcal. Aberto este flanco no espaço público, certamente advirão conseqüências no espaço privado. Conscientes disto, instintivamente os homens resistem.

É necessário ressaltar, entretanto, uma diferença de atitude nos homens que estão em posição de comando dentro dos sindicatos e aqueles que são apenas associados. Estes últimos elegem com seus votos, chapas sindicais encabeçadas por mulheres, às vezes chapas compostas exclusivamente por elas. Entretanto, é importante verificar que o estatuto pelo qual elas são eleitas, pode não ser o de **mulher**, mas o de **mãe**. Quando a mulher atinge a idade próxima da menopausa, quando ela perde a capacidade procriadora, ela torna-se uma espécie de ser amorfo, assexuado, mas que dispõe de muito poder. Nesta fase, já não é mais de uma mulher que se trata, ela assumiu a figura arcaica da Divina-Mãe. Os homens não se sentem ameaçados, ao contrário.<sup>10</sup> Se isto funciona para o conjunto dos associados, quando se trata dos dirigentes sindicais, dos seus pares, a coisa será bem diferente. Aí é a guerra!

---

<sup>9</sup> “A mulher não deve figurar nas assembléias eleitorais, nos parlamentos, nos conselhos supremos do Estado, nos cargos públicos de qualquer ordem, por motivos morais e sociais”. Sá e Benevides, Filosofia Elementar do Direito Público, Interno, Temporal e Universal. SP, 1887. (apud Saffioti, 1976: 205)

<sup>10</sup> A Paraíba conta com 20 mulheres presidentes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, das quais 14 ainda estão em exercício, eleitas por uma maioria de associados do sexo masculino. Para uma análise mais detalhada desta questão veja Miele 1994a.

A resistência à presença feminina no meio sindical não se dá apenas no meio rural, ela se dá igualmente no meio urbano. Apesar dela, as mulheres continuam lutando em várias frentes no mundo do trabalho. De um lado, buscando romper os guetos ocupacionais e as ditas *profissões femininas*<sup>11</sup>. De outro, fazendo valer seus direitos de participação nas entidades sindicais, através do reconhecimento o seu estatuto de **mulher-trabalhadora**. Nem só mulher, tomada exclusivamente no seu papel de *esposa-mãe*, nem só trabalhadora, reduzida a um ser assexuado.

Cristina Bruschini (1994), ao apresentar algumas perspectivas de políticas sociais para o futuro, aponta a necessidade de ampliar a atuação na luta contra os estereótipos e preconceitos que têm encaminhado as mulheres para trabalhos femininos, desenvolvendo uma política de livros didáticos não-sexistas, uma atuação ao nível da mídia, estimulando a veiculação de programas que mostrem a mulher em novas ocupações, até o estabelecimento de medidas que encorajem as empresas a admitirem mulheres em cargos inovadores. Reforçando esta análise, Paola Cappelin (1994) demonstra que na redação definitiva da Constituição de 1988, a mulher não é considerada enquanto ser humano, mas apenas em seus papéis de esposa, mãe e trabalhadora.

## ESTRATÉGIAS DE LUTA E PERSPECTIVAS

Observamos que as mulheres têm tido a capacidade de introduzir suas reivindicações específicas nos momentos de crise aguda e esta tem demonstrado ser uma boa estratégia : assim foi com a luta sufragista, com o direito à educação e à profissionalização, assim como em várias reivindicações específicas. Entretanto, o que caracteriza atualmente a luta já não são mais as reivindicações pontuais como no passado. Hoje, busca-se uma nova concepção de “ser humano”, como diz Paola, e o fim dos “estereótipos e preconceitos” que discriminam a mulher, como propõe Bruschini.

---

<sup>11</sup> A segregação profissional da mulher não se dá apenas entre profissões diferentes, mas igualmente no seu âmbito interno. A medicina é um caso típico. As médicas são sobretudo pediatras e ginecologistas, reproduzindo, ao nível profissional, as “tarefas femininas” dispensadas dentro do lar, ficando as especialidades de maior prestígio e ganho salarial para os profissionais do sexo oposto. Raras, quase inexistentes, são as cardiologistas, neurocirurgãs ...

Tendo em mente estas diretrizes apontadas, é fundamental revisitar as velhas e sempre atuais bandeiras de luta do Movimento Feminista : Igualdade entre os sexos ou reconhecimento de suas diferenças.

A bandeira da igualdade já tinha sido adotada, desde 1949, por Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo* : “*Um mundo em que os homens e as mulheres seriam iguais. (...) As mulheres, educadas e formadas exatamente como os homens, trabalhariam nas mesmas condições e pelos mesmos salários; a liberdade erótica seria admitida pelos costumes, mas o ato sexual não seria mais considerado um ‘serviço’ que se remunera.*”

Por outro lado, Roger Garaudy (1982), ao analisar o movimento feminista como um caminho para a libertação da humanidade do jugo do sistema capitalista, afirma que “*devemos e podemos ir mais adiante: não basta mais apenas reivindicar com as mulheres o direito à igualdade, mas o direito à diferença. Já não basta exigir que as mulheres tenham lugar igual ao dos homens no âmbito de uma mesma sociedade de dominação, mas de criar, na esteira do movimento feminino, uma sociedade que ultrapasse as dominações*”. (grifos nossos)

A reivindicação da *igualdade* entre os sexos colocada por Simone de Beauvoir, talvez revele muito mais o sentimento de injustiça contra as mulheres, do que o verdadeiro desejo de igualdade com os homens. A cultura foi perversa com ambos, dividindo homens e mulheres ao meio, reduzindo-os à metade do que poderiam ser e, neste processo, ambos saíram perdedores, mesmo que, aparentemente, o homem desfrute os privilégios de sua pseudo “superioridade”. Sendo os homens apenas a metade do que poderiam ser, quais vantagens teriam as mulheres em lutar para se tornarem iguais à sua metade oposta?<sup>12</sup>

O Ser humano já foi uma totalidade, um Ser por inteiro e, de algum modo, guardamos no fundo de nós mesmos este desejo de voltar a ser um Ser completo. No Banquete, Platão saborosamente nos relata o discurso de Aristófanes, no qual afirma que, num passado muito remoto, os seres humanos tinham uma forma esférica, possuíam os dois sexos e eram perigosamente auto-suficientes. Esta auto-suficiência incomodava os deuses do Olimpo, que decidiram então dividi-los ao meio, para melhor se fazerem reverenciar, e assim foi feito. Divididos, estes seres ficaram tristes e, desesperadamente, passaram a viver em função da busca de sua metade perdida, esta mesma metade que buscamos ainda hoje, tantos séculos de-

---

<sup>12</sup> Faça aqui um pequeno resumo das idéias em torno desta questão, que foi longamente discutida em minha tese de doutorado. (Miele, 1992).

pois, esta mesma “*metade arrancada de mim*” cantada nos versos do poeta Chico Buarque, ou ainda quando alguém interroga outro alguém se já encontrou sua “cara-metade”.

Esta incessante busca de complementaridade nos remete à discussão sobre a dualidade masculino-feminino. Por um lado, nada pode ser explicado em termos de si-mesmo. Nada existe sem o seu contrário. Por outro, existem duas formas de conceber a dualidade : seja de forma linear, onde os opostos se excluem, raciocínio herdado da lógica formal pelo pensamento ocidental, seja de forma circular, onde os opostos convivem dentro da mesma unidade, interagindo e se complementando, formando uma totalidade que não exclui a existência dos opostos, ao contrário. Esta circularidade envolvente, como a serpente que engole a própria cauda, é típica do pensamento oriental.

A justaposição dos atributos masculinos e femininos à concepção que temos sobre o homem e sobre a mulher resultaram que: os atributos opostos que formam a bipolaridade que compõe o ser humano, cessam de ser apenas “atributos” ou “qualidades” relativas ao Ser, para tornarem-se o Ser ele mesmo. Ou seja, para tornar-se socialmente reconhecido enquanto homem, é necessário que ele apresente somente os atributos culturalmente reconhecidos como masculinos. Se o rapaz se mostra diferentemente do esperado, a sociedade será implacável com ele. Com a mulher tudo se passa da mesma maneira. Para não ser considerada como “masculinizada”, a mulher deve apresentar unicamente os atributos culturalmente reconhecidos como femininos. Esta “colagem” resultou na redução do Ser a um conjunto exclusivo de atributos, ficando excluídos os atributos opostos. O resultado desta oposição linear e excludente dos atributos femininos e masculinos que compõem o ser humano reduziu o homem à sua “masculinidade” e a mulher à sua “feminilidade”.

Cada ser humano é uma Totalidade, ou como disse David Bohn, “*um inteiro não dividido*”<sup>13</sup>, na concepção da física quântica. Esta visão é igualmente partilhada por Carl G. Jung ao estudar os fenômenos do psiquismo humano. Jung parte do princípio que o ser humano é um todo original, um ser pleno em sua totalidade, um Ser que nasce completo, inteiro. Entretanto, em sua existência, fruto de suas experiências individuais e culturais, este Ser perde sua unidade primária e, aquilo que era inteiro, foi dividido.

---

<sup>13</sup> David Bohn (1992) afirma que “A realidade é um inteiro não dividido! Esta maneira de conceber a realidade exige que se depasse a linearidade para privilegiar a circularidade, como o símbolo da serpente que morde a própria cauda, antigo símbolo da unidade. Esta circularidade permite ir além da simples diversidade e estabelecer a união entre a parte e o Todo, muito mais profunda que a simples adição das partes”.

Comentando este conceito junguiano, Marie Louise von Franz afirma que, “*este conceito de um Todo original da personalidade pode parecer evidente. Entretanto, existem outras correntes que afirmam que a personalidade é adquirida gradativamente e que somente mais tarde aparecerá um tipo de unidade coerente e organizada. Jung não aceita esta concepção fragmentária da personalidade*”. (FRANZ, 1991)

Segundo Jung, o Ser não luta para se tornar um Todo, ele nasce como um Todo. O que ele faz durante toda a sua existência é desenvolver este Todo original ao mais alto grau de coerência e harmonia e cuidar para não se deixar fracionar em sistemas autônomos e conflituais. Para Jung, o trabalho psicanalítico não faz mais que ajudar os pacientes a reencontrar sua unidade perdida.

Nosso psiquismo é formado pelos aspectos feminino e masculino, que Jung chamou de *anima e animus*<sup>14</sup>, obedecendo a mesma lei biológica pela qual a Natureza concebeu nosso corpo. Em sua sabedoria, a Mãe-Natureza não partilhou a produção hormonal em exclusividade: hormônios masculinos para os homens, hormônios femininos para as mulheres! Em nosso corpo, sejamos homens ou mulheres, circulam os dois tipos de hormônios, equilibradamente dispostos em quantidades diferentes garantindo assim a especificidade das funções biológico-anatômicas de cada sexo. Mas, quando o equilíbrio é rompido e a produção de um deles se desorganiza, seja por falta ou por excesso, a saúde se degrada. A saúde é assegurada pela dualidade não antagônica dos componentes masculinos e femininos, muito mais próxima da concepção oriental de unicidade entre os opostos, que a dualidade linear ocidental, que os torna antagônicos e excludentes.

Da mesma maneira que no plano físico, a saúde mental é mantida pela necessária harmonia entre os princípios masculino e feminino da personalidade. Para que esta seja equilibrada, o lado feminino da personalidade do homem, assim como o lado masculino da personalidade da mulher devem poder se exprimir ao nível da consciência e do comportamento. Quando um homem revela unicamente os traços masculinos de sua personalidade, seu lado feminino permanecerá inconsciente em consequência deste não-desenvolvimento permanecerão em seu estado primitivo. Eis porquê os homens que mostram uma aparência demasiadamente viril são freqüentemente frágeis e submissos interiormente.

Tomando o Ser Humano em sua dimensão integral, no harmonioso equilíbrio da multiplicidade que o compõe, nos damos conta do reduci-

---

<sup>14</sup> .Anima é o lado feminino da personalidade masculina e Animus é o lado masculino da personalidade feminina.

onismo cultural sobre o que é um Ser Homem e um Ser Mulher. Cada qual foi reduzido à seu sexo biológico, à sua própria metade. Esta “cirurgia cultural” produziu dois seres divididos, seccionados, reduzidos à metade da Totalidade que poderiam ser. Homens e mulheres saíram perdedores deste processo.

Habituaados à divisão das coisas, fomos conduzidos a considerar o Todo pelas suas partes, a essência por sua aparência. O resultado é que os atributos bipolares masculinos-femininos, que compõem cada indivíduo, foram de tal forma sendo subdivididos e excluídos, que terminaram por seccionar o próprio ser humano, transformando-o num ser que não é mais que sua própria metade. Em consequência, para ser reconhecido enquanto “homem”, o garoto deve aprender desde cedo a esconder seu lado sensível, intuitivo, e por que não, “frágil”, tornando-se assim apenas a metade do que potencialmente ele é. Homens e mulheres deixaram de ser uma Totalidade, para transformarem-se na metade aparente do SER que potencialmente poderiam ser. O resultado deste massacre de nós mesmos é evidente: passamos a vida inteira buscando nossa metade perdida, nossa Totalidade fracionada, nosso “*inteiro que foi dividido*”.

Aprisionados nas malhas da aparência, o velho racionalismo cartesiano nos levou a tudo conceber em termos antagônicos : “A” é diferente de “B”. Ou isto ou aquilo. Vencer este esquema e pensar em termos da multiplicidade que compõe a unidade - isto E aquilo - exige uma mudança de paradigma, ou seja uma mudança de modelo, uma mudança de visão de si-mesmo e do mundo. Em outros termos, é neste jogo incessante entre os opostos que podemos encontrar a chave para chegar à harmonia e plenitude do ser. Neste sentido, torna-se enganosa a oposição entre estas duas bandeiras de luta levadas pelo movimento feminista. Não só é falsa a oposição entre o *direito à igualdade* contraposto ao *direito à diferença*, mas, reconhecer que a harmonia e plenitude do ser só será atingida pelo *jogo incessante entre estes opostos*.

Em artigo de Heloisa de Souza MARTINS (1994) sobre os dilemas do movimento sindical em face da terceirização, a autora retoma as idéias de Flávio PIERUCCI (1990), de como o “respeito às diferenças” e o “direito à diferença” propostos tão enfaticamente pela esquerda, acabam se encontrando com a direita, que sempre reconheceu a diferença e, portanto, a desigualdade. No campo do pensamento de direita, o diferente não é e não pode ser igual, ao passo que o reconhecimento da diferença pela esquerda implica em não abrir mão da igualdade. Ao se pautar pelo discurso da diferença, portanto da *desigualdade*, a direita sempre justificou seus direitos, prerrogativas e privilégios, justificando igualmente a

não-posse de tais bens pela maioria dos comuns dos mortais. No combate às desigualdades impostas pela direita, a esquerda contra-atacava com o discurso da *igualdade*, buscando uma sociedade mais justa, sem classes, sem oprimidos nem opressores. No entanto, a esquerda custou a se dar conta (se é que tenha se dado), que esta “*igualdade*” é tão massacrante quanto à descarada “*desigualdade*” justificada pela direita. As dificuldades enfrentadas pelas mulheres ao defender a incorporação de reivindicações específicas nas pautas sindicais mostra o quanto é perversa essa “*igualdade*”, dentro de uma classe trabalhadora assexuada. As mulheres foram as primeiras a reivindicar o “respeito às diferenças” entre os sexos no mundo do trabalho, sem, contudo, deixar de exigir o igualmente necessário “direito à igualdade de direitos” entre os sexos. Contraditório? Talvez menos do que se imagine.

Cuidando para não cair nas ciladas da diferença, que mal usada pode comprometer as esperanças de igualdade, a única alternativa é recusar-se a opor a igualdade à diferença e insistir continuamente nas diferenças como a condição das identidades individuais e coletivas, como desafio constante à fixação dessas identidades, e como o verdadeiro sentido da própria igualdade.

Um número cada vez maior de cientistas e intelectuais ressaltam que um novo paradigma está se construindo, determinando uma nova forma de olhar para si-mesmo e para o mundo, uma nova maneira de se relacionar consigo próprio e com o outro, uma nova consciência de si, do planeta e do universo. Ou seja, um novo **modelo** para a compreensão da realidade esta sendo forjado. Na esteira de todas estas transformações, a vida em sociedade também está mudando.

“*As mulheres sustentam a metade do céu*”, diz um provérbio chinês. O Céu é uma totalidade sustentada por duas forças em equilíbrio, o princípio masculino e o princípio feminino. O mesmo se pode afirmar do ser humano, ele também é uma totalidade. Assim como o Céu, ele é um amálgama dos princípios. Vítima da cultura, homens e mulheres resultaram em seres fragmentados, enfraquecidos, mutilados, metade da totalidade que potencialmente cada um já foi. Homens e mulheres foram igualmente vítimas da cultura, dos estereótipos e dos preconceitos sexistas. Da mesma forma que cada indivíduo sai fortalecido pelo “reencontro” de sua metade perdida, que não é o outro, mas que está dentro de si-mesmo, a sociedade pode igualmente se beneficiar da equanimidade na divisão do poder entre os sexos. Se as mulheres conquistaram outros espaços sociais, os homens já começam, mesmo que timidamente, a empreender uma viagem para o interior do lar e, sobretudo, para dentro de si-mesmos.

Às denúncias feministas de opressão da mulher, seguiu-se a consciência de que, finalmente, todos os seres humanos foram vitimados pela opressão imposta pela cultura. Ao oprimir a mulher, o homem não se tornou um vencedor, ao contrário, ele apenas revelou o que havia de pior nele mesmo. Igualmente nefasta, seria o uso exclusivo do poder pelas mulheres. Na falta do necessário equilíbrio, qualquer uma das polaridades atuando em exclusividade, apenas mostraria o seu lado obscuro.

Para onde quer que olhemos, no domínio da Natureza, encontraremos polaridades e não predominâncias. A imagem de uma Mãe-Toda-Poderosa é tão nefasta quanto a imagem de um Pai-Todo-Poderoso. Nenhum em exclusividade, pois a vida provém de ambos. O *princípio feminino* é o fluido cósmico, que dá forma e organização, assim como o *princípio masculino* é a centelha da criação. Homens e mulheres os possuem, apenas em graus diferentes nas diferentes ocasiões. Estas polaridades nada mais são do que as partes que compõem a **totalidade** que é cada ser humano. Basta reconhecê-las em si-mesmo. Dentro desta visão de polaridades que se complementam ao invés de se excluírem, a luta pela “**libertação feminina**”, tomou novos rumos e imprimiu uma nova consciência social. Hoje a tendência da luta é a sua evolução para a “**libertação do ser**”. Uma luta por novos relacionamentos, alicerçados em novas bases. O outro não é reduzido à metade buscada, mas é respeitado em sua unicidade. O relacionamento passará a ser de dois inteiros e não de duas metades que se destroem num processo de “fagocitose” mútua.

## MUDANÇAS E PERSPECTIVAS

Todas as instituições organizativas da sociedade estão vivendo uma profunda reestruturação, a fim de se tornarem mais compatíveis com a redefinição de valores e de papéis vividos pelas gerações atuais. Um novo estilo de família, de escola, de universidade, de indústria, de governo, um novo modo de trabalhar e fabricar mercadorias, um novo modo de viver, de amar, de se relacionar já se mostram como possibilidades efetivas (MIELE, 1994b). Mesmo que à custo de lutar contra os mais empedernidos defensores do tradicionalismo, o movimento sindical não tem outra saída que não a de tornar-se sensível a estas mudanças, que precinzam as novas tendências, sob o risco de “perder o bonde da História”.

## As Mudanças na Família

Desde o seu surgimento a humanidade já conheceu diversas formas de família, compatíveis com as diferentes necessidades que caracterizam cada momento histórico. Antes que a Revolução Industrial se expandisse por todos os quadrantes, onde quer que a agricultura predominasse, as pessoas tendiam a viver em grandes grupos multigeracionais, formados por tios, tias, avós, primos e afins, todos vivendo sob o mesmo teto, todos trabalhando juntos numa mesma unidade de produção : o campo. A família era ampliada, imóvel e enraizada no solo. O contrato de trabalho era feito com o chefe da família, mas o empregador logo se interessava em saber com quantos braços adicionais ele poderia contar. Naquele tempo, no campo ou na cidade, a família era numerosa.

Quando a produção econômica deslocou-se do campo para a cidade já não interessava mais ao capital a **contratação familiar** da mão-de-obra, por não ser adequado às necessidades da indústria. Esta, precisava de um trabalhador independente, “livre”. A família numerosa, enquanto valor cultural, começou a ceder espaço para uma família reduzida, ágil, desvencilhada de todos os seus pesos e contrapesos.

Sobrecarregada por parentes, às vezes velhos e doentes, e tendo uma quantidade enorme de filhos, a família rural era tudo, menos móvel. Gradual e penosamente a estrutura familiar começou a mudar. Desagregada pela migração, desalojada pelo êxodo para as grandes cidades, abalada por tempestades econômicas, as famílias livraram-se de parentes indesejáveis, ficaram menores, móveis e mais adequadas às necessidades da realidade industrial. A chamada *família nuclear*, composta por pai, mãe, dois ou três filhos, tornou-se o padrão “moderno” socialmente adaptado à sociedade industrial. Para liberar braços para o serviço na fábrica, algumas das funções básicas da família foram distribuídas para novas instituições. Assim nasceu o ensino público, ficando a educação das crianças entregue à escola. O cuidado com os idosos foi entregue aos asilos de velhos. Acima de tudo a nova sociedade exigia **mobilidade**. Precisava de trabalhadores que seguissem os empregos para onde as indústrias ou os bancos se instalassem.

As mudanças na família não pararam por aí. Hoje, a família nuclear característica da sociedade industrial está mudando. Ela está se tornando uma família complexa, visto que complexas são as novas relações estabelecidas : A partir da separação do casal, a mulher assume outro

“casamento”<sup>15</sup>, podendo ter outros filhos com o novo companheiro, o ex-marido também se “casou” com outra e nos fins de semana vai passear com os filhos da primeira esposa. No reveillon, para facilitar as coisas, reúnem-se todos para comemorar a chegada de um novo ano ...

### As Mudanças na Escola

Quando o trabalho se deslocou do campo para as indústrias, era de fundamental importância preparar as crianças, futuros operários, para a vida da fábrica. A escola veio como resposta a um grave problema enfrentado pela sociedade industrial: era quase impossível converter trabalhadores tirados das ocupações rurais, ou de ofícios artesanais, em operários adaptados à realidade da fábrica. Se a mão de obra jovem pudesse ser preparada com antecedência os problemas da disciplina industrial seriam mais facilmente resolvidos. O resultado foi a criação de uma estrutura centralizada, que garantisse a educação em massa.

Nascida para servir às necessidades do modelo industrial, a escola primária ensinava leitura, escrita, as quatro operações, um pouco de história e geografia. Este, segundo Alvin Toffler (1980) era o curriculum visível. Entretanto, por debaixo dele existia um outro, “oculto”, tão ou mais importante que o primeiro. Consistia (e talvez ainda persista em alguns países) de três “cursos preparatórios”: o primeiro, de “**pontualidade**”, o segundo, de “**obediência**” e o terceiro, de “**resignação**” ao trabalho repetitivo.

O trabalho na fábrica exigia trabalhadores que se apresentassem pontualmente, especialmente os operários das linhas de montagem, razão pela qual os portões da escola fechavam impreterivelmente na hora. O trabalho fabril exigia pessoas que aceitassem sem objeções as ordens da hierarquia. Regüadas, bolos nas mãos ou ajoelhar sobre grãos de milho garantiam a autoridade da professora sobre os alunos, bem como a futura subordinação destes ao chefe da sessão. A linha de montagem exigia homens e mulheres dispostos a realizar operações brutalmente repetitivas. Não por acaso o castigo escolar mais comum, algumas décadas atrás, era escrever 100, 200, 500 vezes a mesma frase num caderno... É inquestionável que a educação pública foi um passo humanizante. Ela proporcionou a socialização do conhecimento, ela democratizou o acesso ao saber. Não obstante, as escolas que surgiram sob a égide da industrialização,

---

<sup>15</sup> “Casamento” neste novo contexto não pressupõe registro civil ou ato religioso. É um contrato estabelecido apenas entre as partes, a ser dissolvido caso não dê certo.

buscaram padronizar a mão-de-obra, geração após geração, procurando transformá-la numa força de trabalho maleável e adaptada às exigências da produção em série. Estabelecendo sistemas de educação de massa, o governo acelerava a adaptação da estrutura familiar às necessidades do sistema fabril,orquestrando a complexidade dos interesses em jogo.

A partir das mudanças introduzidas pela Era da Informática, a sociedade industrial está cedendo lugar a um novo modelo de sociedade. Vivendo as novas regras da globalização, do rompimento de fronteiras, dos ships, da comunicação celular, o modelo educativo característico da sociedade industrial já não serve mais às novas necessidades. O que se espera da mão-de-obra atual é raciocínio, criatividade, rapidez, capacidade de solucionar problemas, exigências que estão longe de ser preenchidas pelo “modelo” imposto pela sociedade industrial. Pontualidade, obediência e resignação deixaram de ser úteis.

Na sociedade pós-industrial, os super e minis computadores equivalem à **máquina à vapor** da era industrial. Imprescindíveis à maioria das atividades contemporâneas, os computadores invadiram lojas, farmácias, livrarias, locadoras, indústrias, laboratórios, universidades e nossos lares. Destinados a remodelar não apenas a esfera da produção, da atividade científica ou do comércio (hoje qualquer balconista tem que saber lidar com um computador para ser admitido no emprego), seu impacto mais profundo está na transformação da própria sociedade.

### **As Mudanças de Paradigma**

Aprisionado nas malhas da aparência, o velho racionalismo cartesiano nos levou a tudo conceber em termos de uma dualidade anagônica : “Ou isto, ou aquilo”. Vencer este esquema e raciocinar em termos da multiplicidade que compõe a unidade exige uma mudança de paradigma, ou seja, um novo modelo de construção do saber.

Habitados à divisão das coisas, como processo primário para poder conhecê-las, fomos conduzidos a considerar o todo pela parte, a essência pela aparência. Hoje, o que podemos verificar é uma tendência à *reunificação* de tudo o que foi anteriormente separado. Estamos vivendo o momento dos “novos relacionamentos”, na reaproximação entre matéria e espírito, no rompimento das barreiras entre ciência e religião sem que nenhuma perca a sua especificidade, mas, ao contrário, amplie seus horizontes ao se utilizar de uma perspectiva que não é originalmente a sua.

Estes *novos relacionamentos* também estão sendo buscados pelo próprio ser humano, quando este busca encontrar sua verdadeira identida-

de. Enquanto apenas as mulheres estavam lutando pela libertação dos preconceitos e contra a dominação masculina, tinha-se a impressão que o homem era o grande privilegiado. Hoje, muitos e muitas já estão se dando conta que, tanto quanto a mulher, o homem foi submetido aos valores produzidos pela cultura, transformando-se num ser ainda mais frágil do que a pretensa fragilidade que ele se acostumou a imputar à mulher. O resultado desses *novos relacionamentos* é que uma gama inimaginável de possibilidades se abrem em todos os campos. Nada está delimitado, nenhum modelo se mostra capaz de predizer o futuro, este está por ser construído.

Quanto ao movimento sindical, mais do que nunca deve estar atento às mudanças que, ao menos à curto prazo, não estão sendo benéficas ao trabalhador. Pensando e agindo com base num referencial já superado, lutando com os parâmetros da sociedade industrial contra as investidas de uma sociedade ordenada pelos novos padrões, ele não poderá ser um legítimo defensor dos interesses dos trabalhadores. Assim como outras instituições, não há outra saída que não a de sua transformação, a partir dos novos elementos colocados pela sociedade.

## BIBLIOGRAFIA

- BARROSO, C. **Mulher, Sociedade e Estado no Brasil**. São Paulo : UNICEF/Brasiliense, 1982.
- BOHN, D. **A totalidade e a ordem implicada : uma nova percepção da realidade**. São Paulo: Cultrix, 1992.
- BRUSCHINI, C. *O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes*”. **Revista de Estudos Feministas**. CIEC/UFRJ, nº especial 1994.
- CAPPELIN, P. *Silenciosas ou combativas : as contribuições das mulheres na estrutura sindical no NE 1976-1986*”. In: COSTA e BRUSCHINI (orgs), **Rebeldia e Submissão : Estudos sobre a condição feminina**. São Paulo : Vértice/FCC, 1989.
- FRANZ, M.L. **La femme dans les contes de fées**. Paris: Ed. Jacqueline Renard, 1991.
- GARAUDY, R. **Liberação da mulher, liberação humana**. Rio de Janeiro : Zahar, 1982.
- HOBSBAWM, E. . **A Era dos Extremos: O breve século XX**. São Paulo : Cia das Letras, 1995.
- JUNG, C.G. **Aion : Estudo sobre o simbolismo de si mesmo**. Petrópolis: Vozes, 1990.

- KERGOAT, D. *A classe operária tem dois sexos*. **Revista de Estudos Feministas**. vol 2(3), 1994.
- LOBO, E.S. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo : Brasiliense, 1991.
- MARTINS, H.S. *Os dilemas do movimento sindical em face da terceirização*. In: **Terceirização: Diversidade e negociação no mundo do trabalho**. Rio de Janeiro : Hucitec/CEDI, 1994.
- MIELE, N. *A mulher na palha da cana : estudo sobre as condições de vida e trabalho da mulher canavieira e sua inserção na vida sindical*. Dissertação de Mestrado. UFPB-CG, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Syndicat: Une affaire de femme : étude sur les femmes présidents des syndicats de travailleurs ruraux de l'État de la Paraíba, au Brésil**. Tese de Doutorado defendida na Université de Picardie, Amiens: França, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Paraíba feminina, mulher forte sim Senhor!** Apresentado no XVIII Encontro anual da ANPOCS, 1994a.
- \_\_\_\_\_. *Que bom, Huxley estava errado! ou Relações de gênero e o terceiro milênio*. In: **Anais do IV Seminário Internacional Universidade e Educação Popular**. Encontro realizado de 26 a 30 de julho, na UFPb-JP, 1994b.
- PERROT, M.(org). **Une Histoire des femmes est-elle possible?** Paris: Ed. Rivages, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo : Paz e Terra, 1988.
- PIERUCCI, A.F. *Ciladas da diferença*. **Tempo Social** .2º semestre, 1990.
- REIS, M.C.D.*Guardiães do futuro: imagens do magistério de 1895 a 1920 em São Paulo*. In BRUSCHINI, C. e SORJ, B. (org). **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: FCC/Marco Zero, 1994.
- SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SCOTT, J. (*Gênero : Uma categoria útil para análise histórica*). **Revista Educação & Realidade** ( 16), jul/dez, 1990.
- TABET, P. *Reproduction forcée*. In: MATHIEU, N.C. (org). **L'Arraînement des femmes: essais en anthropologie des sexes**. Paris: EHESS, 1985.
- TOFFLER, A. **A Terceira onda**. Rio de Janeiro : Record, 1980.
- VÁRIOS AUTORES. **Le sexe du pouvoir: femmes, hommes et pouvoirs dans les organisations**. Paris: Ed. Desclée de Brower, 1986.

# MEMÓRIA, TEMPO, NARRATIVAS

Brasília Carlos Ferreira<sup>1</sup>

*As pessoas comuns lembram-se dos grandes fatos, diferentemente dos seus superiores, de como os historiadores podem provar que aconteceu e na medida em que transformam memória em mito.*

(Eric Hobsbawm)

*Todos os inícios contêm um elemento de recordação.*

(Paul Comerton)

Este texto nasceu da utilização de entrevistas em nossas pesquisas. A análise do material resultante das entrevistas chamou a atenção para a questão da memória e a diversidade de disjunções com que ela se apresenta: Memória e História, Memória e Identidade, Memória e Tempo, Memória e Linguagem, Memória e Poder, Memória e Experiência. Memórias...

A etimologia da memória, expressa tanto o fato da recordação, lembranças, reminiscências, como o ato de narrar, referir, relatar. A memória é a memória e seu avesso. Ela não é apenas a lembrança, uma faculdade psíquica, ela é a um só tempo, a lembrança e seu relato. A narrativa do que é memorado.

Mnemosyne, para os gregos a deusa memória, protetora das artes e da história concedia aos poetas o poder de voltar ao passado e lembrá-lo para a coletividade. Musa da poesia épica, a deusa da reminiscência conferia imortalidade aos mortais. O humano que tivesse registrado em obras a fisionomia, os gestos, os atos, os feitos e as palavras nunca seria esquecido, porque tornando-se memorável não morreria jamais (Chauí, 1994:126). A sobrevivência dos poemas da antiguidade clássica, as grandes narrativas épicas, até nossos dias, atestam o vaticínio da deusa.

A literatura é a filha dileta da memória. E é na literatura onde a reflexão sobre a memória e sua ação se apresenta consubstanciada em sua forma mais pura. Acompanhar Proust passo a passo, gesto a gesto, detalhe a detalhe nos saraus dos Germantes, nos faz compartilhar a madeleine

---

<sup>1</sup> Professora do Curso de mestrado em Ciências Sociais da Universidade federal do Rio Grande do Norte

proustiana com a mesma intimidade com que nos sentamos em volta da mesa para um café com tapioca, na casa de uma tia velha, nas tardes interiores das cidades de nossa infância.

Nas Cidades Invisíveis de Calvino, o relato do veneziano Marco Polo ao rei tártaro Kublai Kan sobre cidades visitadas em suas missões, expressa a aura de suave melancolia que envolve a memória. Assim, Isidora é a cidade dos seus sonhos: com uma diferença. A vida sonhada continua-o jovem; a Isidora chega em idade tardia. Na praça há o paredão dos velhos que vêm passar a juventude; ele está sentado em fila com eles. Os desejos são já recordações. A Quase-Memória de Cony nos encanta pela nostálgica viagem em um trem que desliza pelos trilhos delicados de uma memória-afeto.

A memória é a primeira e mais fundamental experiência do tempo. Representa a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total (Chauí, 1994:125), através do resgate no tempo presente de referências situadas no tempo passado. Por isso, Benjamin ao refletir sobre a ausência de intercâmbio de experiências no mundo moderno pergunta qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural se a experiência não mais o vincula a nós? Na busca de resposta à sua questão, Benjamin resgata a figura do narrador, a importância e o significado das narrativas como instrumento de transmissão do passado e os perigos que envolvem o declínio da experiência no mundo moderno, o que o leva a chamar a atenção dos intelectuais para a tarefa de preservação da memória, a salvação do esquecimento.

É na reminiscência que Benjamin vai encontrar a inspiração, marco originário da figura do narrador. Para ele a reminiscência funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração. Ela tece a rede que em última instância todas as histórias constituem entre si. Uma se articula à outra, como demonstraram todos os narradores, principalmente os orientais. Em cada um deles vive uma Sherazade que imagina uma nova história em cada passagem da história que está contando.

Benjamin denuncia o desaparecimento de narradores e de narrativas no mundo contemporâneo e teme que a arte de narrar esteja em via de extinção. Para ele a ausência de narradores é consequência da dificuldade de intercambiar experiências. A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas às experiências de seus ouvintes. A figura do narrador remonta à antiguidade clássica, está fundada nas narrativas épicas que sobreviveram ao turbilhão da modernidade e permanecem em

nossos dias. Benjamin considera a memória a mais épica de todas as faculdades.

Porque a experiência é a matéria por excelência da lembrança, é que faz-se necessário a justaposição de experiências vivas de todos os níveis da sociedade (Thompson, 1984:245). E ao articular experiência, tempo e história acabamos por atribuir um papel fundamental às pessoas que detêm maior parcela de lembranças: os velhos. Especialmente no que diz respeito à memória política eles são a fonte de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara (Chauí, 1987). A reinserção de velhos militantes na história, via memória, é também uma vitória contra os mecanismos sociais que fazem da sociedade capitalista o lugar em que a lembrança e a experiência cedem lugar à história oficial celebrativa.

Como pensar a história a partir de uma tradição que trabalha com a idéia de tempo absoluto, sem conexão com as diferentes dimensões sociais, políticas e intelectuais, e que procura identificar a sociedade a uma única experiência temporal? (Novaes, 1992) A indagação nos remete a questões que integram o complexo campo de reflexões sobre a modernidade.

Segundo Benjamin, a idéia de um progresso da humanidade na história é inseparável da idéia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica rigorosa à visão determinista da história está centrada numa concepção própria do tempo, não um tempo linear homogêneo e vazio, mas um tempo recheado de agoras, enquanto possibilidades de realização. Por isso, a memória ocupa um espaço central em suas reflexões. Memória, não como uma seqüência de fotos, de imagens de acontecimentos, mas a memória revisitada como condição para que aconteça um relâmpago, o entendimento instantâneo do acontecimento, capaz de resgatar suas forças de atuação e fazê-las agir sobre o presente.

Le Goff ressalta mudanças nos conteúdos e formas de expressão da memória coletiva, na passagem das sociedades sem escrita para as sociedades letradas. Nas sociedades primitivas a transmissão da memória estava direcionada para os mitos que fundavam as diferentes experiências etárias, a transmissão dos saberes ligados às práticas religiosas, e ao prestígio das famílias, a genealogia. Não se exigia rigor na manutenção das palavras que constituíam os relatos. Sem essa exigência, a memória se apresentava livre e criativa.

As sociedades da escrita vão conhecer a memória comemorativa e os documentos. A primeira, aparece na construção de monumentos: figuras e inscrições para celebrar e perpetuar acontecimentos e persona-

gens. Com os documentos, têm origem os registros num suporte especialmente destinado à escrita. Diversos materiais seriam utilizados até que se chegasse ao papel, tal como hoje o conhecemos. Le Goff considera ambas as formas de expressão da memória coletiva como monumentos, valendo-se das raízes etimológicas da palavra *monumentum*, que consideram como tal tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, situando-se aí também os atos escritos.

O autor considera que as relações entre memória e identidade extrapolam o plano individual e podem ser analisadas como um fenômeno de implicações coletivas. Nesse sentido, ele propõe que a amnésia pode ser vista em termos metafóricos, não apenas como uma perturbação no indivíduo com repercussões na sua personalidade, mas também como a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva.

Por isso afirma que, tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. Essa reflexão nos encaminha para pensar a relação entre memória e poder, considerando-a em particular do ponto de vista da conservação da memória. Nessa perspectiva os aportes tecnológicos passíveis de serem utilizados deixam de ser vistos como questão técnica, de modo que o acesso e armazenamento de informações passa a ser apreendido como um problema político decisivo (Connerton, 1993:02).

Bergson fala de dois tipos de memória: a memória-hábito, fixada pela força da repetição de gestos ou palavras e a memória propriamente dita, referida a fatos que são preservados pelo seu valor e que são governados pelo fluxo temporal interior. A primeira, possibilita a repetição mecânica das rotinas cotidianas, enquanto que a segunda, designa a lembrança, evocação de momentos e situações ímpares, através da memória. O senso comum também compartilha a idéia de que existam duas formas de memória, a que resulta da repetição e a gerada pelo impacto. Sabemos que memorizamos fatos, atos, pensamentos que nos são familiares, e que acontecimentos, eventos, ações, catástrofes de grande impacto, tendem a fixar uma marca indelével em nossa memória.

Henri Atlan pensa a linguagem como expressão da memória e como sua exteriorização dos limites de nosso corpo. Para ele, antes de ser

falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações em nossa memória.

O historiador Le Goff vê a memória como um conjunto de funções psíquicas graças às quais o homem detém a propriedade de conservar certas informações e atualizar impressões ou informações passadas. Além da capacidade de capturar o passado no presente, a memória também opera o registro do presente para que permaneça como lembrança, capaz de ser acionada. Essa lembrança é composta pelo arquivo de coisas que selecionamos. O que nos lança diante da constatação de que existem critérios que operam a seletividade da memória. Como o fazemos? Que parâmetros operam as escolhas? O que estabelece as diferenças de indivíduo para indivíduo?

A procura de respostas para essas outras questões vem suscitando muitos debates e tem hoje lugar assegurado nos fóruns acadêmicos. Por outro lado, como reação às acusações de ser este um país sem memória, onde o esquecimento é a vala comum em que repousam episódios e personagens, atores e ações, a comunidade intelectual se lança à tarefa da preservação da memória, a salvação do esquecimento.

Os estudos e pesquisas têm recorrido com frequência a entrevistas e depoimentos com pessoas diretamente envolvidos com os episódios, períodos e acontecimentos que se quer investigar. Ao fazê-lo recupera-se importantes atores sociais que ao saírem de cena, levam consigo para a vida privada, fragmentos de história que permanecem ocultos no âmbito de suas existências individuais. Esses depoimentos acabam por constituir em narradores modernos, os guardiães dos tesouros de seu tempo.

No material resultante de uma entrevista não se encontra apenas informações objetivas, versões sobre fatos e acontecimentos; representações de si e do seu lugar no mundo. Muito mais que isso, a entrevista oferece a oportunidade de contato com leituras do mundo diversas, códigos lingüísticos, cronologias, que jamais poderiam ser apanhados a não ser através da fala de seus portadores. São sinais, que não se deixam facilmente apreender em toda a sua complexa inteireza, estando na dependência de um ouvido disposto a interpretar e não apenas, a ouvir.

E essa interpretação pode revelar muitas surpresas, ao apontar para os diferentes signos que regem os diversos grupos sociais distribuídos no interior da sociedade. Através das falas, utilizando-se de recursos simbólicos, homens e mulheres remetem aos tempos e acontecimentos que constituem os vários mundos produzidos pela complexa heterogeneidade que atravessa o social.

Os depoimentos nos oferecem a percepção de um tempo múltiplo, que parece operar em superposição, diferenciando-se substantivamente dos marcos gerais registrados na história oficial. E esses marcos são tão plenos de significados, para os que os compartilham, que chegam a constituir uma outra história, na qual as diferenças sociais adquirem tal força de expressão que geram a instauração de signos apenas perceptíveis para os que integram aquele grupo social.

É como se em um mesmo espaço convivessem pessoas falando línguas diversas. Quando velhos militantes mossoroenses falam no tempo do garrancho ou trabalhadores natalenses ligados a Café Filho falam no tempo da virola, e tais referências são significativas não apenas para os que viveram aquele período, mas também para os seus descendentes e círculos de amizade, é que se tem a noção de como esses marcos estão inscritos na memória social compartilhada por todos quantos se situem em suas vizinhanças sociais. Percebe-se uma cronologia diversa, o que demonstra o quanto determinados eventos foram importantes em suas vidas, o quanto modificaram o seu cotidiano e alteraram o ritmo de suas existências.

Descobre-se que para além das cronologias oficiais, há outras, construídas em função de eventos significativos e compartilhadas pelos grupos de convivência. Tais cronologias se impõem pela expressividade de fatos e acontecimentos que evocam e não podem ser ignorados, sem riscos de se perder a compreensão de determinados períodos. As referências ao tempo do garrancho, ou ao tempo da virola são resultantes de experiências intensamente compartilhadas que funcionam como marcas expressivas de tempos históricos.

Autores como Pollak estabelecem diferença entre fatos de memória e fatos históricos. Os primeiros estariam fundados nas percepções, ou seja, no modo como pessoas ou grupos apreendem e retêm determinados acontecimentos. Os fatos históricos, por sua vez, estariam apoiados na facticidade. Para ele, os registros produzidos a partir das percepções da realidade se mantêm tão fortemente armazenados que chegam a fundar temporalidades e a se expressar através da nomeação de períodos, desafiando a própria cronologia oficial respaldada na facticidade.

As afirmações de Pollak sobre a dinâmica dos fatos de memória parecem ressentir-se da ausência de um filtro capaz de captar as nuances que incidem nesse processo, em decorrência das diferenciações sociais. A análise de acontecimentos diversos no que diz respeito à sua magnitude e área de incidência social demonstra, a nosso juízo, que essa percepção, muito longe de ser compartilhada coletivamente, passa a ser referência no

interior de coletividades específicas, como no caso já mencionado do tempo do garrancho e do tempo da virola (Ferreira, 1989).

Apenas em circunstâncias muito particulares como a alusão a fenômenos físicos, tais designações poderiam ser produzidas e compartilhadas coletivamente. O próprio autor ressalta que podem existir acontecimentos regionais que marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação (Pollak, 1989:201). No Nordeste, a referência à seca ocorrida em 1877, poderia servir como exemplo. Excluindo-se o dado objetivo de que suas conseqüências atingiram diferentemente grandes e pequenos proprietários e os contingentes ligados à terra através de outras formas de relação como rendeiros, meieiros ou parceiros, a vivência do fenômeno parece ter sido de tal modo dolorosa que cunhou a denominação a grande seca. Assim a encontramos seja nos registros escritos, seja nas narrativas sobre o período. Passado mais de um século, permanece na memória dos descendentes, com uma riqueza de detalhes invulgar, para os que não a viveram.

Da análise formulada por Pollak, deriva uma quase tipologia entre os elementos constitutivos da memória, tais como, acontecimentos, personagens e lugares que podem ter sido vividos pessoalmente, indiretamente via comunidade de pertença, ou que se situam fora do intervalo espaço-tempo próprio do indivíduo ou do grupo de narradores. Em ambos os casos parece-nos importante considerar as clivagens sociais que os atravessam.

Quando nos deparamos com acontecimentos que nos parecem ininteligíveis, o desafio que se coloca é o de explorar as tendências ocultas dos acontecimentos, a maneira como a história não se deixa confinar no passado e vem até o presente, empurrando e impelindo coisas que parecem imobilizadas num estreito quadro temporal (Darnton, 1987:14).

As referências temporais vistas através dos recortes sociais dos entrevistados chegam a produzir verdadeiros enigmas na comunicação. Assim insistiu o entrevistado Manoel Pegado, trabalhador rural em Açu, ao falar sobre o processo de sindicalização nos anos 30: o fogo se deu em canto comprido, o que ele quis expressar? Um incêndio? (o fogo); um lugar longínquo? (canto comprido); uma mágica? (o fogo se deu: encanto cumprido). Algum tempo depois, com o auxílio de outras fontes de informação e entrevistas, percebemos que, na linguagem telegráfica que caracteriza o camponês, ele se referira a um enfrentamento entre proprietários rurais, policiais e sindicalistas na várzea do Açu em meados dos anos 30, no qual um fazendeiro foi ferido de morte. O episódio deflagrou

intensa repressão aos trabalhadores ligados ao sindicato, permanecendo até hoje na memória de todos os contemporâneos e seus descendentes (Ferreira, 1989).

Mesmo os silêncios que freqüentemente formam hiatos no decorrer das narrativas, podem expressar a memória de fatos e acontecimentos marcantes e muitas vezes dolorosos, que mobilizam emocionalmente o informante, ou que de tão carregados de sentimento estão guardados nos espaços mais escondidos da memória como forma de proteção frente ao sofrimento causado pelas lembranças.

Estas e outras reflexões fazem valorizar o depoimento, a narrativa, a entrevista, enfim, a fala do grupo pesquisado, como um material imprescindível, especialmente nas pesquisas de cunho histórico. Ao cruzar informações e acontecimentos, através das falas dos entrevistados compreendemos que a notícia não é o que aconteceu no passado imediato, e sim, o relato de alguém sobre o que aconteceu (Darnton, 1987:18). Levamos em conta que esse alguém que relata, o faz a partir de um ponto-de-vista que, não apenas é seu porque individual, mas, porque forjado a partir de experiências particulares que conformaram uma trajetória única e irrepetível.

Uma das preocupações básicas no resgate da memória é descobrir as formas segundo as quais condições históricas gerais são apropriadas, reelaboradas e vivenciadas pelas pessoas das mais diversas inserções sociais. O entrecruzamento de diversas falas permite reconstituir o tecido social em toda a sua complexidade, incorporando a multiplicidade de significados e revelando as determinações estruturais e simbólicas que fornecem sentido às práticas sociais.

A seletividade da memória é outro fator a ser considerado. E mais uma vez, deve-se levar em conta que as clivagens sociais operam determinações nos critérios de seleção. Um entrevistado, em cuja biografia a inserção na esfera pública tenha uma dimensão expressiva, tenderá a sobrepor na sua narrativa essa dimensão, em detrimento dos eventos relativos ao espaço privado, datas familiares, etc. Em oposição, para aqueles cuja vivência se desenrolou nos interstícios do mundo privado, as datas e acontecimentos oficiais tenderão a aparecer subordinados aos dados biográficos. Frutos de mecanismos conscientes e inconscientes, a seleção está referenciada às experiências circunscritas a grupos e indivíduos historicamente situados.

Na formulação de alguns autores, a memória figura como uma herança, decorrente das socializações política e histórica de grupos e indivíduos. Pollak assegura que a memória é um elemento constituinte do sen-

timento de identidade, e no contexto de uma pluralidade de localizações sociais e políticas de grupos ou de indivíduos a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. Como exemplo podemos lembrar a polêmica sobre o levante de 35 no Rio Grande do Norte. Protagonistas e opositores transformados em vencedores e vencidos reivindicam o monopólio da verdade histórica, que significa para uns o reconhecimento de uma certa base de apoio popular ao movimento e para outros, classificá-lo como uma ação militar do 21o BC, sem maiores ligações com grupos civis, a não ser as lideranças comunistas (Ferreira, 1989). O exemplo paradigmático de consequência de disputas entre correntes políticas continua sendo a ex-União Soviética, onde as referências históricas foram reformuladas e reescritas em função dos conflitos entre as facções e o avanço do projeto stalinista que se configurou vitorioso. As vitórias e derrotas políticas têm implicação direta nos mecanismos de produção, controle e transmissão da memória.

De acordo com Connerton, entendemos o mundo presente num contexto que se liga casualmente a acontecimentos e a objetivos do passado e que, portanto, toma como referência acontecimentos e objetos que não estamos a viver ao vivermos o presente. E viveremos o nosso presente de forma diferente de acordo com os diferentes passados com que pudermos relacioná-lo. Isso mostra a importância das referências do passado para a constituição das práticas sociais do presente e justifica a exiguidade de registros sobre eventos liderados pelas classes populares. Nessa perspectiva os movimentos populares são objeto de dupla repressão: a que tenta impedir ou penalizar a ação, e de outro lado, a tentativa de anular essa experiência, ignorando seu registro nas obras oficiais, condenando-os assim ao isolamento e ao silêncio.

Estendendo essa reflexão à memória social, o autor afirma que as imagens do passado legitimam geralmente uma ordem social presente o que o leva a considerar e pressupor a existência de uma memória partilhada entre os participantes de qualquer ordem social. Essa instigante observação parece bastante útil para a compreensão dos mecanismos de reprodução das diversidades no interior de uma sociedade vincada por heterogeneidades que se expressam através dos conflitos sociais.

De outro lado, esse raciocínio volta-se para a memória, requalificando-a como elemento poderoso na conformação das práticas sociais. No entanto, a afirmativa de que as nossas experiências do presente dependem em grande medida do conhecimento que temos do passado e que as nossas imagens do passado servem normalmente para legitimar a or-

dem social presente nos parece estranha à luz de sua própria argumentação. Com efeito, se a memória incide sobre as experiências atuais, elas podem tanto legitimar quanto deslegitimar a ordem vigente. Tome-se como exemplo a memória social de grupos expropriados da terra, cujo experiência de propriedade e controle do processo de trabalho e a autonomia diante da satisfação das necessidades ligadas à sobrevivência, têm derivado em organizações de luta pela posse da terra, e que se expressam até mesmo de forma indireta nas dificuldades de adestramento e de ressocialização no trabalho assalariado.

Ou, tomando-se um outro segmento social, a insistência com que os antigos proprietários rurais apegam-se às práticas tradicionais, levam-nos a lançarem mão de métodos clientelísticos, mesmo se já estão operando em setores dinâmicos da economia, como a atividade industrial, em que tais procedimentos vão de encontro à própria racionalidade capitalista (Leite Lopes, 1989; Ferreira e Lima, 1996).

A noção de habitus utilizada por Bourdieu parece extremamente fecunda para explicar a reprodução de determinadas práticas sociais no interior de grupos específicos, e, portanto, para entender os mecanismos de seleção da memória social. Na perspectiva do autor, o habitus pode ser visto como um sistema subjetivo mas não individual de estruturas interiorizadas, esquemas comuns de percepção de concepção e de ação, que constituem a condição de toda a objetivação e de toda percepção e fundam o ajustamento objetivo de práticas e a unicidade da visão do mundo.

Discutindo como as estruturas influenciam a formação de habitus e de práticas o autor afirma que a homogeneidade do habitus que se observa em limites de uma classe de condições de existência e de condições sociais é o que faz com que as práticas e as obras sejam imediatamente inteligíveis e previsíveis, então percebidas como videntes, o habitus permite a economia de intenção, não apenas na produção, mas também na compreensão de práticas e de obras.

A potencialidade subversiva da memória está pois na suposição de que ela pode ser capturada e ressuscitar na inspiração de novas práticas. A existência de uma injustiça passada e a memória duradoura dessa injustiça levantam a questão da retificação das injustiças (Connerton, 1993:11). A experiência histórica dos países do leste europeu, e em especial do stalinismo, demonstrou o quanto a memória pode ser vista como um elemento potencialmente subversivo. Um outro exemplo significativo de instrumentalização das informações pode ser observado na priorização que os países colonizadores deram a essa questão. Quando grupos despossuídos buscam narrar as experiências vividas ou transmitir as lembran-

ças de seus antepassados, ainda que inconscientemente estão empreendendo um esforço na reatualização de acontecimentos marcantes. A memória aparece assim como uma espécie de possibilidade de leitura do mundo ou como fala Connerton o mundo do inteligível, definido em termos de experiência temporal, é um corpo organizado de expectativas baseadas na recordação.

Os momentos de crise são propícios à reinvenções de práticas sociais. Tudo acontece como se as pessoas percebessem que alguma coisa pode ser alterada. E a memória comparece fornecendo elementos para compor novas práticas, referenciadas a formas de vida menos dolorosas vivenciadas no passado. Assim, durante a revolução francesa, os representantes do Terceiro Estado protestaram contra a tradição da obrigatoriedade de portarem trajes distintos da nobreza. Thompson, argumenta na mesma direção ao analisar as relações entre a gentry e a plebe, na Inglaterra do século XVII.

Nesses momentos, é preciso atentar para o fato de que as diversas formas de contestação, as diferentes gramáticas através das quais elas se expressam, revelam um conteúdo simbólico introjetado historicamente, e que o momento de instabilidade política, permite que seja revisitado e reavaliado. Quando os trabalhadores celebram festas no decorrer das greves, afirma Simone Weil, estão expressando seu descontentamento em relação à disciplina fabril e especialmente ao controle sobre o tempo e ritmos de trabalho. Ou, para tomarmos um fato mais próximo, quando os trabalhadores nordestinos ausentaram-se durante semanas do trabalho, para comemorar a vitória liberal em 30, os festejos afirmavam a ação de compartilhar a vitória, já que os trabalhadores haviam aderido ao movimento, mas também eram expressão da recusa à disciplina fabril.

A reconstituição histórica pode ser vista como diferenciada da memória social. A primeira trabalha com fatos, datas, acontecimentos, que podem ser resgatados, ainda que muitas vezes de forma penosa e difícil. A memória social com seu componente de subjetividade é uma dimensão diferente. Ela vai além da reconstituição histórica e do trabalho do historiador. Na medida em que dá conta de dimensões da experiência vivida, a partir da percepção dos atores, se ela perde em objetividade, ao não poder ser contrarrestada através de documentos ou outras fontes escritas e não escritas, ganha em ingredientes não disponíveis de outra forma que não a experiência pessoal e intransferível dos acontecimentos.

A memória social se circunscreve num patamar distinto, porque através dela e nela se identificam os elementos que entram na composição das sociedades: as diferenças sociais. Assim, o episódio de 64 está inscrito

na memória de seus protagonistas de outro modo que na de seus opositores, ainda que a reconstituição histórica possa aproximá-los como dimensões de um mesmo acontecimento.

Considera-se, portanto, que a política tem estreita relação com a memória. As trajetórias individuais e coletivas, socialmente distinguíveis, expressam um conjunto multifacetado de experiências, as quais, por sua vez, derivam na produção de memória que pode ou não ser atualizada em práticas sociais presentes ou futuras.

Retornemos ao início do texto. As epígrafes escolhidas também nos falam da memória. Hobsbawm nos remete à memória social que possibilita a reelaboração do passado, recriando fatos e acontecimentos, a partir do intercâmbio de experiências. Mas, em seu último livro o autor revela preocupação com o declínio da memória social ao afirmar: a destruição do passado - ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à de gerações passadas - é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem (Hobsbawm, p. 13).

Connerton afirma que a incessante obra humana de recriação do mundo é tributária da memória, porque todos os inícios contêm elementos de recordação. Se no princípio era a lembrança, a reminiscência, podemos concluir como Benajmin que o passado contém um índice misterioso que o impele à redenção. Por isso as referências à Mnemosyne, a deusa da memória, estão sempre envoltas em uma aura de mistério e as reminiscências surgem como evocações que se aproximam da revelação. E talvez possamos afirmar apenas que em volta da memória há mistérios. Porque a memória transcende a vida e a morte. Ela revela o antes de nós, o antes de tudo. Mas, para fazer a viagem entre o antes e o agora, a memória necessita uma ponte constituída por narradores capazes de, transportando lembranças, ajudar a construir um futuro redimido.

**BIBLIOGRAFIA**

- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. vol I. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: EDUSP, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. **Le Sens Pratique**, Paris: Editions de Minuit, 1980.
- BURKE, Peter (org). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.
- CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. Lisboa: Editorial Teorema, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. *Os Trabalhos da Memória* in: BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. São Paulo: EDUSP, 1987.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.
- CONNERTON, Paul. **Como as Sociedades Recordam**. Lisboa: Celta, 1993.
- CONY, Carlos Heitor. **Quase Memória**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- FERREIRA, Brasília. **O Sindicato do Garrancho**. Fundação Guimarães Duque, Mossoró, 1989..
- LE GOFF, Jacques. (1990) **História e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LIMA, Jacob Carlos e FERREIRA, Brasília. *Trabalhadores Urbanos no Nordeste*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** 11(30):83-109, 1996.
- LOPES, José Sérgio Leite. (1988) **A Tecelagem dos Conflitos de Classe**. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- NOVAES, Adauto (org). (1992) **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- POLLAK, Michael. (1989) *Memória e Identidade Social*. **Estudos Históricos**, 5(10), 1989.
- TEMPO BRASILEIRO. (1962) **Identidade e Memória**. 1(1), 1962.
- THOMPSON, E. P. (1984) **Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase**. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.
- THOMPSON, Paul. (1992) **A Voz do Passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- VEYNE, Paul. (1987) **Como se escreve a História**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- WEIL, Simone. (1987) **A Condição Operária e outros textos sobre a Opressão**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

# PROVAR O ESPAÇO: Fotografia e Cidade através das Lentes e das Crô- nicas de Walfredo Rodriguez<sup>1</sup>

Mauro Guilherme Pinheiro Koury<sup>2</sup>

*“Mina-me o peito a saudade.”*

Walfredo Rodriguez nasceu na cidade da Parahyba em 1893, falecendo em 1973, aos 80 anos de idade. Ao lado de outros crônistas da província da Parahyba, como Coriolano de Medeiros, Irineu Pinto, entre tantos, escreveu sobre a cidade da Parahyba (hoje, João Pessoa), num cruzamento entre a saudade de uma época que se foi, a glorificação do progresso que tomava conta da cidade a partir do final da década de dez deste século, e os esforços dos seus compatriotas para tal. Diferente dos outros cronistas, porém, Rodriguez registrou sua cidade, também, através de fotografias, seguindo os passos de seu avô Emiliano Rodriguez, de quem se tornou herdeiro e continuador.

Colecionador, organizou um importante acervo fotográfico sobre a cidade da Parahyba, cobrindo os anos de 1870 a 1930. Esta coleção confunde hoje pesquisadores sobre a autoria de muitas das fotos nela contida. Muitos imputando ao próprio Walfredo Rodriguez a autoria.

A coleção fotográfica, porém, retém, no interesse restrito deste ensaio, o olhar nostálgico sobre a cidade fotografada. Complementa e amplia, neste sentido, o olhar do fotógrafo, cronista e colecionador possibilitando, aqui, passar por cima da polêmica sobre a questão da autoria.

Walfredo Rodriguez abraçou, também, o cinema, na década de vinte, sendo considerado “o pai do cinema paraibano” (Leal, 1989: 85-97).

As fotografias de Emiliano e dos demais fotógrafos anônimos da coleção Walfredo Rodriguez, tanto quanto as do próprio Walfredo Rodriguez, retratam a cidade em dois recortes básicos: de um lado, o traçado urbano e arquitetônico, de outro, tipos e aspectos pitorescos da cidade. O primeiro recorte tem a pretensão de documentar os melhoramentos por

---

<sup>1</sup> Texto apresentado no GT: Estudos Urbanos, na XIX ANPOCS. Caxambú, out.1995.

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba-Campus I.

que vinha passando a cidade e do registro de momumentos arquitetônicos ou construções que marcaram , ou melhor, pontuaram o seu crescimento e desenvolvimento. Foram retratados praças, ordenamento das ruas, sobrados, igrejas e prédios públicos característicos, tanto quanto vistas panorâmicas que mostrassem os recortes ou prolongamentos da cidade e as fronteiras por onde podia expandir-se.

Diferente de Emiliano Rodriguez e demais fotógrafos, Walfredo teve a oportunidade de deixar suas impressões escritas sobre a cidade da Parahyba, nas crônicas para jornais ou reunidas em livro, intitulado: Roteiro Sentimental de uma Cidade (Rodriguez, 1961). Nelas, procura passar em revista o desenvolvimento de sua cidade, lendo a posteriori suas fotografias, as do seu avô e as do seu acervo, e pontuando as mudanças ocorridas no espaço urbano, quer pelo desaparecimento, quer pela reutilização e re-nomeamento de suas ruas principais e prédios públicos. Tanto quanto pela nomeação da elite local.

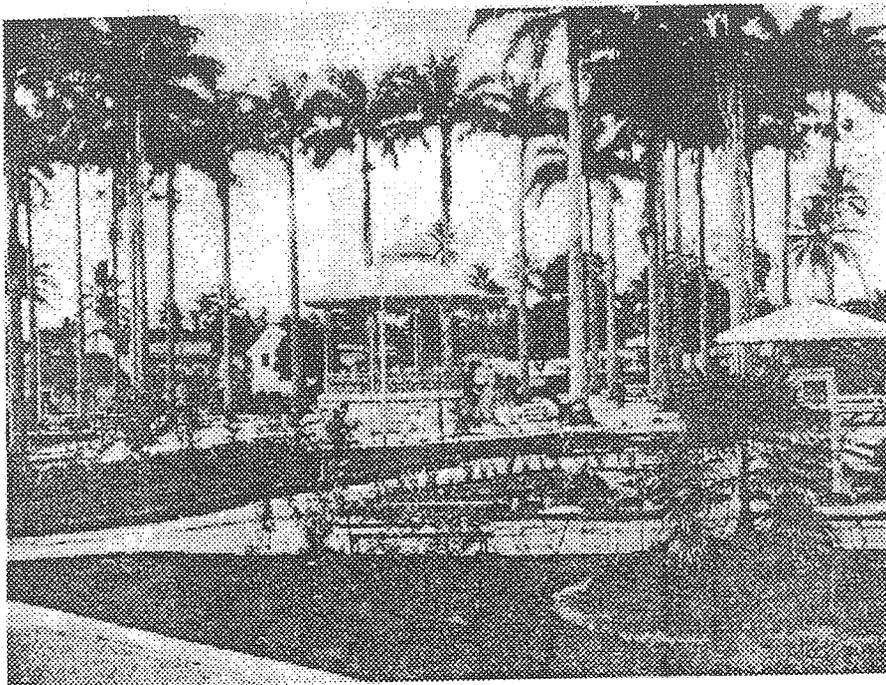
Provar o espaço parece ser o intuito do crônista-fotógrafo. De um lado, pelo registro de sua cidade, e pelos limites imprecisos de uma documentação que ordena o discurso, mas que não aparece como fonte e se mistura e funciona como memória. Prova o espaço, desse modo, pela memória perpetuada de pai para filho, de família para família, e pela memória pessoal do estar presente a acontecimentos, momentos e fatos significativos.

A prova como memória e como registro fotográfico dá espaço para uma outra prova, no sentido de provar, saborear, sentir o prazer ou o langor, ou a saudade do que passou e que hoje se apresenta transvestido, descaracterizado e sem controle nas novas gerações.

Os dois sentidos do provar parecem assim denotar o ideário do progresso que estava por trás do registro fotográfico e escrito de Walfredo Rodriguez sobre a sua época. O de uma modernização conservadora, cujas bases político-econômicas estavam centradas, principalmente, em uma relação estética e moral (Koury, 1986:135).

Estética no sentido da valorização do espaço urbano, pela disciplinarização e calçamento de ruas, pelo melhoramento do sistema de saneamento básico, do sistema viário, do fornecimento de água e luz, da expansão do comércio, da indústria, do sistema portuário, e pelo embelezamento e desenvolvimento da cidade (foto 1). Tanto assim que a pobreza não aparece nas fotos e nas crônicas de Walfredo Rodriguez, e quando aparece, incipiente, é para negá-la. Seja pelo pitoresco da cena, fotografada ou escrita, seja pela feiura que ela enseja. O olhar de Rodriguez busca demonstrar tanto as “precárias construções da cidade” (Rodriguez,

1961:17), ou a “falta de iniciativa particular e descaracterização de antigos prédios”(:33), como serve de pano de fundo para elogios à iniciativas de particulares em prol do melhoramento de ruas, - como o exemplo de um senhor de engenho que gratificava a quem construísse sobrados na antiga província, - quanto a enumeração e gratidão às ações dos governos locais.



**foto 1**

A pobreza só aparece nas fotografias e escritos de Walfredo Rodriguez caracterizada como tipos populares. Os entregadores ou vendedores de água, de leite, de frutas e comidas típicas, os acendedores de lâmpadas a querosene, entre outros, são retratados pelo aspecto pitoresco que os encerra. Como produtos de uma época que não mais retornaria, e que marcam a memória através da saudade, dos cheiros, do ambiente harmônico, dos barulhos e sons específicos, dos costumes e mentalidade de uma época. Não é a pobreza, assim, que é retratada, mas sim, a evocação de um tempo e de um espaço vivido, que marcaram a memória do autor

(da cidade) com tons e sons característicos, que se foram, que não voltam mais a não ser pela recordação.

O toque sentimental é uma característica das crônicas e das fotografias de Walfredo Rodriguez. Para ele, o tempo é material para evocação de um espaço e de uma mentalidade já não encontrada. Objeto de saudade sim, mas que precisa ser repetida como fundamento moral. Como que para provar o espaço que se foi conquistando, pelas reminiscências do pitoresco, pela normalização de lugares, pessoas e famílias, que fundaram as raízes sentimentais de uma cidade, de um viver comum, de uma vivência específica, e de um lugar pessoal nesse processo.

A fotografia cumpre bem esse papel moral. Tomada como registro, fragmenta a realidade para dela surpreender detalhes que, ao se tornar duplo, reconstrói o real a partir dos detalhes focados, tornando-se a própria realidade como passado, a ser evocado pelas asas da saudade (Barthes, 1984). Pela nostalgia. E, como esforço nostálgico, a realidade que a fotografia transmite é a de um espaço uniforme, sem conflitos. Com problemas, talvez, mas remediável pelo esforço público e iniciativas privadas. Pelo amor e idealização nativista. O que cai como uma luva ao cronista, que as recupera pelos olhos da memória.

A pobreza extirpada, faz a sociedade parecer igualitária, desaparecendo conflitos e evidenciando aqueles que fazem a cidade (Koury, 1994) da Parahyba nas épocas evocadas pela crônica. Ao escrever, as fotografias são recheadas pelo que sentimos falta ao olhá-las: dos que nela habitam.

Como a saudade é seletiva, porém, a crônica vem recheando as fotos com quem interessa: a pobreza aparece através do pitoresco. Não é habitante, é paisagem. Símbolo de uma época, também, tal como a arquitetura, o desenho urbanístico e os equipamentos urbanos. Por isso fotografado. A crônica recheia as fotos com os habitantes, os que o cronista considera verdadeiros moradores da cidade. Os cidadãos, que formam a sociedade local.

A saudade passeia, então, pelas ruas fotografadas e vai nomeando casa a casa os seus habitantes, ou a finalidade pública de cada construção existente. Busca construir uma espécie de “cadastro social urbano”, seguindo as palavras do autor (: 69). Ao mesmo tempo que vai, como um cartógrafo, compondo mapas imaginários, dos diversos formatos que a cidade vai tomando e os nomes que vão se dando ou sendo substituídas, a cada rua, beco, travessa ou viela.

Da importância pública dos seus homens, também. Homens, masculinos, porque as mulheres não aparecem, a não ser marginalmente, pelos lencinhos perfumados das moçoilas ou pela cozinha e o bem-servir do-

méstico das senhoras. Ou, quando viúvas e herdeiras, são nominadas, logo sucumbem à indicação de um parente (pai, filhos ou irmãos) que deveriam assumir ou poriam ordem aos patrimônios herdados.

Uma árvore patrimonial é assim esboçada. Desde os fundadores até os anos vinte deste século, em que se passam as crônicas-fotografias. Os estrangeiros, (vindos do exterior ou de outro estado nacional qualquer), vão sendo integrados à árvore na medida que constroem família e, sobretudo, patrimônio local. Em que ajudam aos negócios paraibanos e o progresso inevitável, embora moroso no seu chegar. Estrangeiros que se paraibanizaram. Tomados de amor pela terra adotiva e por ela também adotados.

Mais uma vez, crônica e fotografia em Walfredo Rodriguez provam o espaço como patrimônio. A cidade pertence a alguns. A história da cidade é a história desses alguns que compõem a sociedade, como políticos, comerciantes, industriais, intelectuais, profissionais liberais e religiosos. O restante é cenário, faz parte da paisagem humanizada pelos personagens centrais que detem o poder ou o patrimônio local.

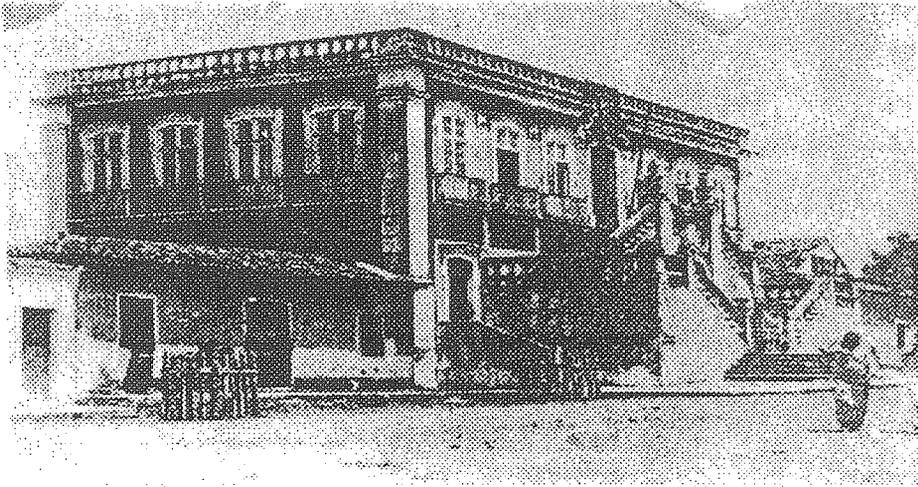
A ilusão nostálgica toma conta, assim, do cronista-fotógrafo por inteiro. Movido pelo sentimento nativista, simbolicamente oferece a mão a um jovem qualquer (: 47-66) e o convida a visitar pelo olhar do passado as tradições que vão se perdendo na modernidade. Costumes, sons, cores, vão se esfumando pela importação de atitudes, gestos e conformações de fora, no hoje, que nada tem a ver com o local e que apenas fazem os jovens encarar com desprezo ou indiferença as normas e as raízes que os formaram.

O escutar distante de “uma remota canção que ouvi alhures” (: 48), faz o cronista remontar-se para uma época distante, e viver novamente pelos sentidos. Encaminha o jovem para a “tortuosidade das ruas” e as “diversas anomalias do setor urbanístico da velha cidade” (: 87), e o esforço dos legisladores paraibanos para conseguir que o executivo ordenasse “a primeira planta da cidade, com o alinhamento de novas ruas e praças” (: 88). E enfim, a inauguração de uma “nova era no sentido de arruar, embelezando aqueles caminhamentos distantes, tornando-os dignos de sua finalidade”, com a aprovação da Lei 22, de 15 de outubro de 1857, por um presidente de província, visto por Rodriguez como inovador e empreendedor (: 88).

Embelezamento e funcionalidade como fundamento de uma estética modernizadora evocada pelo fotógrafo-cronista, como contraponto a desestruturação do agora (década de sessenta). Instâncias necessárias a reorganização urbana para o progresso que a nova era (século XX) re-

clama e que, apesar das dificuldades orçamentárias inerentes a um estado pequeno como a Paraíba, seu povo se engaja com entusiasmo. Povo aqui empregado no sentido patrimonial, da elite cidadã, e não no sentido de popular ou do de conjunto da população.

Como já foi afirmado anteriormente, a população descrita nas crônicas de Walfredo Rodriguez se restringe às figuras de elite. Nas fotografias tem a conotação de paisagem. Vistas panorâmicas, praças, monumentos (foto 2) formam o universo temático do cronista/fotógrafo, bem como os tipos populares, que representam funções ou acrescentam características à paisagem.



**foto 2**

Os homens comuns são os grandes ausentes na obra fotográfica ou na crônica de Rodriguez. Nas fotos, a cidade aparece propositalmente desabitada. Ruas desertas, praças desertas, paisagens desertas, como se a presença do homem causasse depreciação às imagens.

É verdade que, vez ou outra, aparecem populares. Despontam, às vezes, das janelas, das portas das casas, vultos de crianças ou mulheres, semi-escondidas pelos umbrais e postigos das residências. Aparição involuntária, como que forçando à vida, numa imagem onde apenas deveria constar arquitetura e projetos urbanísticos; onde só deveriam aparecer o traçado urbano e a beleza da cidade, como paisagem humanizada.

Em outras fotos, poucas, é verdade, aparecem populares. Fora as fotos de tipos populares, existem algumas que comemoram o comércio

local, e o movimento e o burburinho de suas ruas. Mais uma vez, porém, são integrantes da paisagem, complementos, não formam o elemento principal, o motivo temático, central, da foto. Antes pelo contrário, são denotantes do movimento, do sucesso das ruas comerciais da cidade da Parahyba. O movimento do comércio e o traçado de suas ruas são os elementos importantes; a presença do homem comum, simples adendo conotante do tema central.

O mesmo acontece com o processo de reforma urbanística. As mudanças no traçado de ruas, os novos formatos à ocupação de áreas, são sempre sinônimos de embelezamento e melhoria da cidade, como visão de progresso urbano. Nas fotos e nas crônicas de Walfredo Rodriguez se veem fotos de antes e do depois de uma reforma, mostrando as transformações e funcionalidade dos projetos, que são descritos sempre em tom elogiativo ao espírito de iniciativa dos governantes ou particulares da época. De fora, ficam os clamores da população atingida pelas mudanças.

Os homens comuns, mais uma vez, deixam de ter significação, como se não existissem. As áreas onde se situavam e que foram objetos de reforma, só aparecem como nova apropriação do espaço pela cidade, como valorização econômica ou estética. Como sinônimo de progresso, de modernização.

E, nas asas da saudade, encaminha o jovem imaginário através dos códigos de valorização do patrimônio, das tradições e normas locais. As datas comemorativas, as festas tradicionais, - como a Festa de Nossa Senhora das Neves, padroeira da cidade, - as retretas, os saraus, os veraneios, as reuniões da intelectualidade local, as reuniões políticas, os esforços da elite local para o melhoramento da cidade, como: a iniciativa dos ferro carris (bondes puxados a tração animal) até os bondes elétricos; o abastecimento de água e luz; as festas por cada uma dessas conquistas; a fraternidade de uma gente unida pelo ideal de construção e melhoramento de uma cidade, pequena talvez, mas atenta ao progresso e na conservação dos valores e genealogia (foto3).

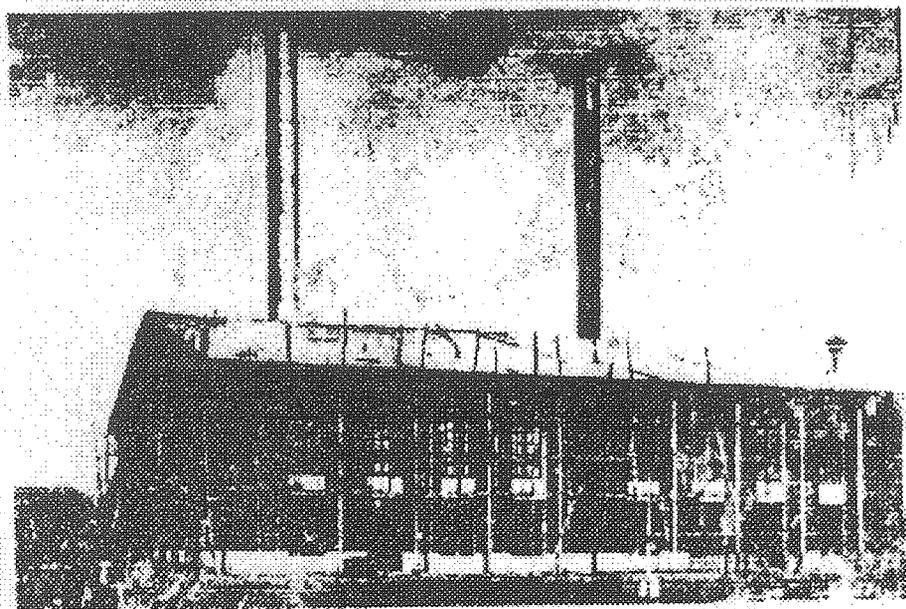


foto 3

“Vamos recuar muitos anos” (convida o cronista ao jovem imaginário). Não é a João Pessoa da atualidade não, essa você bem a conhece. Com o seu progresso, defeitos e irreverências...”(47). O retomar o passado faz o cronista-fotógrafo situar moralmente o presente (anos de 1960), como descomprometido com as raízes históricas de fundação e construção da cidade.

Burocratas, no hoje, apressados, destroem patrimônios e edificações sem o menor cuidado com as tradições, desfigurando a cidade. A população anda nervosamente pelas ruas, desconhecendo os antigos costumes, o respeito aos valores e as hierarquias, desvirtuando os códigos da antiga solidariedade patrimonial e ameaçando com sua presença os cidadãos. População que parece não mais se contentar em deixar-se caracterizar como tipos populares, ou como aspectos pitorescos da paisagem humanizada que compõe a cidade, e que teima em aparecer como reivindicadores de um espaço também seu<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Os anos sessenta na Paraíba, como em todo o país, foi de grande efervescência política. Em João Pessoa, antiga Parahyba, desfilavam camponeses, estudantes, trabalhadores, intelectuais, em marchas, greves gerais e outras manifestações por direitos e ampliação da cidadania (ver, Koury, 1983), assustando o agora *velho* cronista-fotógrafo.

Dai a necessidade de provar o espaço, mais uma vez, quer pelo gosto e cheiro do sentimento preso em algum lugar do passado, recuperado e eternizado pelo olhar fotográfico e memória do cronista-fotógrafo; quer pela necessidade de repor a ordem ao caos que parece vir se instaurando com a modernidade, desvirtuando o ideal de uma modernização conservadora de anteriormente, em que “imperava (...) a pacatez natural, sem afetação, onde tudo se resolvia a contento de todos. (...). (Onde) havia o respeito mútuo, às instituições, aos mais velhos e, aos sagrados direitos do próximo”( :47).

Roteiro sentimental, como agente revelador das imagens de costumes e raízes, em que se “relembra nomes (...) que representaram o tipo padrão de caráter, (de fidalguia), perdido para sempre nessa vida agitada que ora atravessamos”( : 48). Fotografia como realidade e como viagem ao passado, como evocação.

Memória como revelação (Bosi, 1994). Como crônica das imagens que a fotografia realizou e, através delas, evocou. Como manifesto das perdas acumuladas que enevoam como brumas a sentida ingenuidade e solidariedade do passado, repondo o presente como vazio. Como sem ponto algum “de apoio e conforto espiritual” (:48), que só as tradições e o respeito às normas podem e devem permitir.

Walfredo Rodriguez compara, desse modo, o registro da memória ao registro da chapa fotográfica, e expõe a imagem gravada na memória pessoal, à ação do agente químico revelador. Agente químico que, no seu entender, no caso da memória, é movido à saudade e ao bem querer dos costumes e coisas de nossa pequenina terra” (: 48).

Impulsionado, assim, pela saudade e pelo bem querer, Rodriguez deixa como herança um retrato conservador da cidade da Parahyba. Sem dúvida, registro importante de uma época, visto pelo olhar elogioso do poder local e de valorização de uma mentalidade onde o progresso é sentido e buscado como extensão da tradição, como modernização conservadora.

## FOTOS

Foto 1 - Jardim Público após reforma. Cidade da Parahyba, 1894.

Foto 2 - Antigo prédio da Provedoria da Fazenda, depois Delagacia Fiscal, localizado no antigo Largo do Erário. Cidade da Parahyba, 1916

Foto 3 - Usina de energia elétrica da Empresa Tração, Luz e Força. Cidade da Parahyba, 1912.

### BIBLIOGRAFIA

- BARTHES, Roland. **A câmera clara: nota sobre a fotografia**. 4a. Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3a. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Olhares sombrios sobre a cidade: a pobreza através da fotografia**. (Texto apresentado na XVIII ANPOCS). Caxambú, 1984.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Rastros de tragédia**. João Pessoa: (textos UFPb-NDIHR 1), 1983.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Trabalho e disciplina. (Os homens pobres nas cidades do Nordeste: 1989-1920*. In, Hardman, F.F. e outros, **Relações de Trabalho & Relações de Poder: Mudanças e Permanências**. Vol. 1. Fortaleza: Imprensa Universitária. Pags. 134-149, 1986.
- LEAL, Wills. **O discurso cinematográfico dos paraibanos (ou a história do cinema na Paraiba)**. João Pessoa: Edição do autor, 1989.
- MELLO, José Octávio de Arruda. **Tensão social e revolução na Paraiba**. João Pessoa: 1976. mimeografado.
- RODRIGUEZ, Walfredo. **Roteiro sentimental de uma cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

# IMAGINÁRIO COLETIVO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS:

## um estudo sobre o nome das barracas de São João em Campina Grande - Paraíba

Valdir José Morigi<sup>1</sup>

Os objetivos deste estudo são verificar como se manifesta o imaginário coletivo em Campina Grande - Paraíba, através da análise dos nomes das barracas localizadas no "Parque do Povo", local onde ocorre a festa de São João. Analisar, a partir daí, quais os significados simbólicos que podem remeter tais nomes escolhidos pelos comerciantes e "barraqueiros" que participam das festividades juninas, bem como de que forma e quais os elementos simbólicos que contribuem para reforçar os laços de identidade dos diversos grupos sociais com a cultura local e quais as influências da indústria cultural na construção do imaginário coletivo neste espaço específico.

Tomar-se-á como objeto de análise os nomes das barracas, porque representam uma espécie de estratégia simbólica de concorrência pela preferência dos frequentadores da festa. E, neste caso, alguns nomes, expressões populares e trocadilhos são uma apelação a alguns elementos do imaginário coletivo. Para tanto, propõe-se verificar o significado que possuem os nomes das barracas juninas para o imaginário coletivo, e como estas remetem a determinados universos simbólicos diferenciados. Enfim, procura-se conhecer, através das denominações das barracas, possíveis significados inconscientes ou mesmo conscientes, como o imaginário coletivo se manifesta permeado pelos traços ideológicos da cultura de massa nacional e estrangeira além de traços da cultura regional e local que se misturam.

Em junho de 1993, foi realizada a pesquisa de campo no Parque do Povo, com o objetivo de se levantar dados sobre a festa do São João. Desse levantamento chegou-se a um total de 400 barracas, das quais 245 eram identificadas através de "nomes" que resolveu-se agrupar segundo temas e, a partir daí, analisar os seus significados para o imaginário coleti-

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba.

vo, tentando desvendar quais os tipos de valores e sentimentos que estão vinculados ao espaço coletivo da festa.

Sentiu-se uma certa dificuldade em classificar as 245 barracas em 10 temas principais, tal como está demonstrado na tabela no corpo do trabalho. Essas dificuldades são decorrentes do significado que tais expressões possuem. Muitas delas podem ser classificadas em duas ou três temáticas ao mesmo tempo. No entanto, optou-se por classificá-las de acordo com determinadas categorias de análise, passíveis de discussão, algumas das quais discutiremos no final do estudo.

Por outro lado, as nomeações das barracas não podem ser vistas separadas ou isoladas do contexto da festa como um todo cheio de significações. Da mesma forma, que tais expressões não podem ser dissociadas de sua sonoridade ou “sotaque” em que são verbalizadas. Nelas vamos encontrar expressões de duplo sentido que são também expressões regionais ou locais.

Metodologicamente, o estudo pode ser dividido em três momentos: a) Levantamento de campo do São João de 1993; b) Descrição da festa do Parque do Povo e das barracas, conforme dados obtidos através da observação participante; c) Análise do nome das barracas e conclusões.

## O SÃO JOÃO

Neste estudo, descrevemos o São João tal como o evento acontece no Parque do Povo. No entanto, a festa junina em Campina Grande não se limita a este espaço. Em todos os bairros da cidade ocorrem concursos de quadrilhas. Cada família acende sua fogueira e outros comportamentos típicos da época são adotados.

Além disso, as casas de shows promovem espetáculos noturnos com cantores regionais e locais. A Prefeitura Municipal e as agências de turismo locais organizam passeios para pontos turísticos da região. Outras atividades atrativas são realizadas no período da festa, as quais serão vistas posteriormente neste trabalho.

O mês de junho é o mês das festividades juninas, e em Campina Grande, na Paraíba, já se tornou tradição festejá-las, durante os trinta dias do mês, período intitulado pelas autoridades locais como o “maior São João do Mundo”<sup>2</sup>. Durante as festividades, acontecem muitas atividades

---

<sup>2</sup> Existe uma disputa entre Campina Grande (PB) e Caruaru (PE), enquanto que a primeira afirma realizar “o maior São João do mundo” a outra diz promover “o maior São João do Brasil”.

como danças, shows musicais, quadrilhas. O comércio, o setor imobiliário, o setor hoteleiro e o de pequenos proprietários se intensificam.

O “Parque do Povo”, local onde se realiza a festa, passa a ser o centro de todas as atrações do evento, ficando todo decorado com motivos da época, luzes em forma de espigas de milho, balões e bandeiras multicores. Este parque possui uma área de aproximadamente 20.000 m<sup>2</sup> e uma pista de dança coberta em forma de pirâmide, denominada de “forró-dromo”. Ali as pessoas dançam “forró” ao som de conjuntos musicais regionais e locais.

Durante todo o mês, a “pirâmide” fica rodeada por um número imenso de barracas. Este espaço é todo loteado pela prefeitura. Aqueles interessados em participar do evento para comercializar comidas e bebidas, obrigatoriamente, terão que se cadastrar na Secretaria de Serviços Urbanos do Município (SSU), onde receberão a autorização para a instalação de suas barracas, em área delimitada pela Prefeitura. Esta área, conforme a posição e o espaço que cada barraca ocupa, diferencia a licença de instalação e o imposto cobrado. Após o cadastramento das barracas, a Secretaria divulga na imprensa local a relação dos “contemplados”. A partir daí, os barraqueiros fazem todos os contatos e tomam todas as providências necessárias, que vão desde a montagem das barracas até a compra dos produtos a serem vendidos durante a festa.

Muitas empresas participam da organização externa e, de forma geral, da infra-estrutura do Parque. A Companhia de Eletricidade da Borborema (CELB), fica encarregada da iluminação. A Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), trata das instalações hidráulicas. Os distribuidores de bebidas apoiam os barraqueiros, fornecendo-lhes mesas e cadeiras em troca da exclusividade dos seus produtos.

Cerca de 350 a 400 barracas ficam enfileiradas em quarteirões divididos por ruas com denominações juninas, tais como : “Rua da Pamonha”; “Rua da Canjica”; “Rua do Milho Verde”; “Rua do Xerém” e outras. Ali barraqueiros se instalam e põem à venda vários tipos de comidas típicas como milho verde assado ou cozido, pipoca, batata e bebidas. As barracas são padronizadas em três tamanhos: as de maior porte são denominadas de “pavilhões”, que se constituem em extensões dos restaurantes e bares mais “sofisticados” da cidade, sob forma de filiais. As barracas do tipo médio são administradas por pequenos comerciantes e outras pessoas que resolvem investir no comércio. Enquanto as barracas menores são de pessoas com pouco poder de investimento, que ali procuram melhorar seu orçamento familiar, quando não para aproveitar a fonte ocasional de sobrevivência.

O Parque do Povo, por ser do “povo”, é um espaço democrático, onde diferentes idades, raças, grupos, categorias profissionais, preferências políticas e sexuais se encontram, e juntos, festejam o São João. No entanto, existe uma segregação espacial que se intensifica através da localização das barracas, uma vez que o terreno é inclinado e, conseqüentemente, do público que as frequenta.

Assim, na parte alta da pirâmide do Parque são instaladas as barracas de grandes e médios comerciantes da cidade, que são frequentadas, principalmente, por membros das classes média e alta.

Na parte mais baixa, por sua vez, são instaladas as barracas dos pequenos comerciantes, que são frequentadas por pessoas de baixa renda. Entre a parte inferior e a superior do Parque fica a pirâmide - “fórródromo” -, onde todos se misturam. Mesmo assim, o grande número de pessoas que fica na pirâmide, dançando, observando ou namorando, pertence às classes de baixa renda.

Nesse sentido, a pirâmide pode ser vista como um ponto de transição de elementos distintos que por ali passam e nela se misturam, aglutinando, ao mesmo tempo, elementos opostos e contraditórios: o “rico” e o “pobre”; a “nobreza” e a “pobreza”; o “brega” e o “chique”; os “dominantes” e os “dominados”.

Contudo, essa divisão ou segregação do espaço no Parque não é tão rígida. Todos, efetivamente, se deslocam e andam livremente em todo o espaço da festa.

## AS ATRAÇÕES DA FESTA

A abertura das festividades é, no início do mês, ocasião em que se fazem presentes autoridades políticas, convidados especiais e o povo. O encerramento da festa acontece no último dia de Junho. Tanto num momento quanto em outro, são realizados shows pirotécnicos, soltam-se balões, sendo proporcionado ao público um espetáculo raro e colorido no céu da cidade.

Os shows artísticos que acontecem, durante os trinta dias de festa, compreendem não apenas apresentação de artistas, mas também os grupos de danças folclóricas, quadrilhas e orquestra sanfônica.

Em 1993, apresentaram-se 49 artistas e cada um deles fez uma média de 2 a 3 exibições em dias alternados. Segundo dados do Departamento de Turismo e Promoções do Município, foram gastos CRS 1.066.000,00 com promoções artísticas.

Durante o São João, surgem muitos fatos e aspectos pitorescos no Parque do Povo, muitos deles servem de atração turística, como por exemplo: o “pau de Sebo”, a “Rádio Caipira”, que durante todo o ano funciona como emissora de rádio comum, muda para o estilo “caipira”, trajando, inclusive a sua equipe, traje a rigor. Outra novidade que ocorreu, nesse mesmo ano, foi a montagem de uma pequena cidade cenográfica, retratando uma vila típica do interior nordestino: algumas casas enfileiradas, a prefeitura, a igreja e o arraial.

Nesse mesmo ano, esteve presente a Rede Globo de Televisão e sua equipe, que fizeram várias filmagens da festa para o “Programa Legal”, exibido geralmente às terças-feiras na referida emissora.

As atrações não ocorrem apenas à noite, mas durante todo o dia. Em vários lugares há apresentações de quadrilhas nos bairros, praças, rodoviária e no Aeroporto. Além disso, a Secretaria de Turismo, junto com as empresas promovem corridas de pedestrianismo, de ciclistas e do “Jegue”. Ocorrem ainda a “burreata”, o campeonato de argolinha (Cavalhada) e o tradicional “Passeio Ferroviário”, que vai até o sítio arqueológico do Ingá, conhecer as Itacoatiaras - pedras rústicas com inscrições milenares e, ainda hoje, não decifradas por estudiosos. Os passeios são animados por conjuntos de forró, que, em cada vagão, promovem verdadeiros “arrasta-pés”.

## AS BARRACAS

As barracas geralmente são de lona impermeável, em várias cores e tonalidades, todas enfeitadas e decoradas, segundo a imaginação e poses do proprietário.

Cada barraca é identificada por um nome e é sobre as suas denominações que nosso trabalho está centrado. Cada barraca é um microcosmo dentro do macrocosmo. Ela é um núcleo diferenciado do sistema que a envolve. Cada uma delas revela uma tendência de procura por afinidade. E, através do nome - veículo de apelação - são catalizadas determinadas categorias específicas de identidade.

A coisa nomeada, ao nível do imaginário do freqüentador, se materializa uma certa expectativa sugerida pelo nome. Pois ela é, ao mesmo tempo, um espaço mediador que estabelece as diferenciações entre o processo de individuação e o indiferenciado, o geral, a massa, o “povo”, a “gente” e as pessoas.

Segundo Roberto Da Matta, a noção de indivíduo e pessoa não são noções dissociadas entre si. Ao contrário, elas convivem em vários

graus em todas as sociedades. O autor afirma, ao se referir ao caso brasileiro, que temos uma sociedade que se diz igualitária, mas que, no entanto, é profundamente hierarquizada. Assim, no sistema de pessoas “todos se conhecem, se respeitam e nunca ultrapassam seus limites. Todos conhecem seus lugares e ali ficam satisfeitos” (Da Matta, 1983: 180). Nesta esfera todos são “gente” e trocam solidariedade e um tratamento diferenciado. Enquanto que no sistema de indivíduos este entram “em cena todas as vezes que estamos diante da autoridade impessoal que representa a lei universalizante, a ser aplicada para todos” (Da Matta, 1983: 183). Desta forma, “receber a letra fria e dura da lei é tornar-se imediatamente um indivíduo, pois é a ele que são destinadas as normas da repressão” (Da Matta, 1983: 183).

No entanto, na festa, estes sistemas podem sofrer uma inversão. As pessoas tornam-se indivíduos, à medida que participam do evento, aceitam suas regras gerais (de folia e de brincadeira), tornando-se anônimas. O mesmo pode ocorrer com o indivíduo que de anônimo pode tornar-se “pessoa conhecida, solidária, dotada de personalidade e expressividade” (Ribeiro Jr., 1982: 31).

Nesse processo de inversão, no São João, as barracas e seus nomes possuem um papel fundamental, pois funcionam, não apenas como um ponto de encontro, de referência espacial implícita a pessoas, mas resgatam uma referência socio-cultural-econômica dos indivíduos e suas preferências.

A seguir, apresentamos uma das classificações possíveis, elaboradas a partir do levantamento realizado. As barracas foram classificadas segundo os eixos temáticos principais em que se organizam: 23% referem-se a temáticas regionais e local; 17,1% a expressões de duplo sentido; 14,2% relacionam-se a influência da indústria cultural (músicas, novelas e programas de rádio e TV); 13,8% expressões estrangeiras misturadas com locais; 9,3% nomes de pessoas; 8,1% nomes de regiões, estado e municípios; 6,5% referem-se a alegria, felicidade, nostalgia e saudade; 3,2% alude a nomes de animais; 2% liga-se a desvio, transgressão às normas sociais e 2,4% a outros temas.

1) Uma das formas do nordestino mostrar seus valores e a sua “regionalidade”<sup>3</sup> e “autenticidade” para com as raízes regionais, além das

<sup>3</sup> Esta noção de regionalidade está relacionada ao conceito de região - diferentemente da noção de espaço físico e econômico delimitado geograficamente tal como define a geografia - mas é um espaço socialmente e simbolicamente construído com base nas relações de poder, onde existem conflitos e disputas entre grupos pelo poder econômico, político e simbólico, e uma visão estratégica do espaço. Para aprofundamento da discussão ver Bourdieu, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel, 1989, p. 108-111 e também Albuquerque Júnior, Durval Muniz. *O*

músicas e das danças é através dos termos e expressões regionais presentes no seu cotidiano e que aparecem nos nomes de algumas barracas. Vejam-se: “Xaxado”, “Muié Rendeira”, “Mió que tem”, “O Forrozão”, “Ô Peste”, “Valeu Boi”, “Asa Branca”, “Tá k gota”, “Aconchego Nordestino”, “Tá bom demais”, “Vila Forró”, “K de ocê”, “Ocê ki quis”, “III Região do Forró”, “Xamego Bom”, “Aproxegue”, “Cheinheinhem”, “Esquininho do Arraiá”, “Trupizupe”.

2) Os temas das barracas demonstrados, através das expressões de duplo sentido, revelam um aspecto muito particular da cultura nordestina, que é o humor, a brincadeira e o riso que isso pode provocar, com as rimas ou simples troca de letras em uma palavra. Os órgãos genitais do corpo humano, suas excreções e proximidades são os mais invocados através do uso de metáforas e substantivos figurados para denominá-los: “Jogo de cintura”; “cabaços”; “xixi de moça”; “Rola axé K”; “Pau do índio”; “A pomba vuuôu”; “Rala o pinto”; “Cunhão”; “Saco”; “Amor que fica” e “Kabeça feita”.

Enquanto que, ao nível da ação, prevalecem os seguintes verbos: vir, ter - “Vem que ôce tem”-, aproximar - “Aproxegue” -, caçar, procurar, catar, encontrar, achar - “Caçador”; “Quem procura acha”; “Kate e encontre” -, dar, beber - “Se ninguém der eu bebo 32” -, agarrar, rodar, mexer, arrochar, xamegar - “Agarradinhos no forró”; “Roda menina”; “Mexe”; “Arrochados na taba”; “Xamego bom”; “Xamego sokunos” -, amar - “Se amar” e “Amor meu” -, ralar, voar, cunhar, pitar - “Rala o pinto”; “A pomba vuuôu”; “Cunhão”; “Piratarados” -, ficar - “Amor que fica” -, arribar - “Aonde o vento arriba a saia”. Ainda outros: “Alta tensão”; “Depois do escuro”; “Só + uma”; “Xodó das meninas”.

Assim, as barracas estão diluídas no conjunto da festa de São João, no Parque do Povo. Cada nomeação sugere, ao nível do simbólico, uma ou várias interpretações e/ou estórias;

Desta forma, na festa, o “vento” pode arribar a “saia” e num “jogo de cintura”, o corpo “mexe” e “roda menina”, ficando-se em “Alta tensão”, com um “xamego bom”, não resta dúvida, que, “depois do escuro” a “kabeça feita”, “arrochados na taba”, a “pomba” voa e “rola axé K”, “xixi de moça”, “pau do índio”, tiram-se “cabaços”, rala-se o “pinto”, o “saco”, o “cunhão”, “agarradinhos no forró”. Isso que é “se amar”, “amor

meu”, porque o amor verdadeiro é o “amor que fica”, pois este é o “xodó das meninas”.

Em relação a essa peculiaridade da cultura nordestina, é interessante observar que as letras das músicas locais, o “forró”, também estão repletas de expressões e palavras usadas com duplo sentido. Os mais conhecidos aqui no Nordeste são Genival Lacerda, também conhecido a nível nacional, pela letra de “Severina Xique-xique”.<sup>4</sup>

3) Os aspectos reforçados pela mídia (TV, rádios, jornais, agências de publicidade etc) estão presentes no São João de diversas formas: na divulgação de shows, propagandas de produtos e na denominação das barracas através do sucesso de bandas musicais, programas e novelas de TV, ou seus personagens, que atingem grandes percentuais de audiência e que a mídia veiculou ou veicula a nível nacional.

Assim, segundo a abordagem dos frankfurtianos (Korkheimer e Adorno), a indústria cultural manipulatória e alienadora das massas, uma vez que esta perspectiva, vê os meios de comunicação como sendo os responsáveis pela atrofiação da imaginação e da espontaneidade dos consumidores (Assoun, 1989).

Diferentemente da visão dos teóricos da escola crítica, Bourdieu percebe a questão da indústria cultural seguindo a mesma lógica de fabricação de bens materiais na sociedade capitalista. Ela é parte de um sistema que engendra a criação de bens simbólicos para distribuir ao grande público. Segundo esta concepção, seria impossível a sociedade capitalista, que se fundamenta na dominação de uma classe, manter-se hegemonicamente se não utilizasse mecanismos ideológicos e legitimadores no campo da linguagem, da cultura e da vida cotidiana em que a ideologia se constitui em componente essencial para produção e reprodução da lógica capitalista (Bourdieu, 1981).

Desta forma, na festa junina, através da nomeação das barracas, promove-se a produção de públicos consumidores, criando-se, ao mesmo tempo, condições para inculcar determinados “gostos”, “estilos” e “emoções”. Como parecem atestar os nomes das seguintes barracas: “Cara Caramba”, “O Bicho”, “Alegria, Alegria”, “Caboclo Sonhador”, “Amor Meu”, “É Proibido Cochilar”, “A Volta do Boêmio”, “Chiclete com Banana”, “Cheiro de Amor”<sup>5</sup>; novelas e programas de TV:

<sup>4</sup> A respeito deste tema é possível realizar outra investigação. Neste estudo propomos investigar apenas os nomes de duplo sentido das barracas.

<sup>5</sup> São grandes sucessos musicais de bandas baianas e a sua própria denominação e também de cantores locais como é o caso da música “Caboclo Sonhador” de Flávio José.

“Bambolê”, “Sassaricando”, “Chega Mais”, “Paraíso”, “Gente Fina”, “A Moreninha”, “Tieta”, “Renascer”, “Xodó da Jacutinga”, “Dona Patroa”, “Jacutinga”, “Caipira FM”, “Aqui e Agora”, “Arraiá do Papa-Tudo”. Como afirma Leal: “a legitimidade da produção cultural será proporcional à capacidade da indústria cultural em interpretar as representações coletivas que, implícita ou explicitamente, asseguram a coesão do sistema e a circulação nos diversos grupos sociais das idéias dominantes” (Leal, 1986: 23).

4) Neste mesmo espaço vai-se deparar com outros sentimentos e valores que expressam a dominação cultural do Nordeste, em que a presença do “estrangeiro”, do “novo” e do “moderno” se configura através de expressões em outras línguas combinadas com expressões locais ou mesmo determinados “estrangeirismos” como atestam alguns nomes de barracas: “Skinódromo”, “Batata Country”, “Forroka”, “Krep’s Suíço”, “Folklore”, “Flex Forma”, “Birynght”, “Frelito’s”, “Bertho’s Drinkhis”, “Dominick Bar”, “Biata Godê Reverse”, “Escolinha Mister Pato”, “Forróтары”, “Village”, “Forno Flay”, “Sallon”, “Frit’s”, “Choppilek”.

Na verdade, o que se observa no espaço da festa junina é uma luta interna de grupos sociais que tentam impor “suas” representações, conjunto de imagens mentais, percepções e/ou formas de encarar o mundo.

Bourdieu, ao se referir às representações, prefere colocá-las dentro de um contexto mais amplo da sociedade em que grupos sociais em constante luta pelo poder, continuamente tentam impor a outros grupos o seu arbítrio e a sua visão sobre o real, tais grupos lutam pelo monopólio de “fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e por meio deste fazer e desfazer dos grupos” (Bourdieu, 1989: 113). Assim, segundo esta abordagem, o poder de um grupo sobre os outros está diretamente associado a sua capacidade de impor e de manipular o sentido de imagens mentais (o poder simbólico), ligadas a uma visão única de sua identidade e a uma visão idêntica de sua unidade enquanto grupo social. Faz os grupos sociais crerem em princípios de visão e divisão comuns, baseados em imposições de percepções e de categorias de percepções reconhecidas pelos outros que, ao mesmo tempo, explicam e determinam a identidade e o seu lugar na sociedade, quer sejam como dominados ou como dominantes (Bourdieu, 1989).

Assim, os valores, os sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de imagens, os sentimentos de identidade, “regionalidade”, autenticidade, “modernidade” expressos nos nomes das barracas podem refletir

as “marcas” dos agenciamentos coletivos de enunciação (a mídia), que fazem parte de um processo de produção de subjetividades, tal como Guattari emprega o termo, pois segundo ele, os indivíduos são resultado de uma produção de massa.

Na sociedade, “o indivíduo é serializado, registrado e modelado. Para o autor, o conceito de subjetividade possui uma definição mais ampla. Ela não é passível de totalização ou centralização apenas no indivíduo, pois este consome sistemas de representação, de sensibilidade que nada têm a ver com categorias naturais e universais. A subjetividade é fabricada e modelada no registro social” (Guattari, 1986: 31). Neste processo, grupos sociais - comerciantes, empresários e autoridades do governo - lutam pelo controle dos agentes de enunciação, tentando garantir para si o monopólio do poder e da dominação simbólica.

5) Além desses sentimentos, outros são possíveis, tais como aquele dos migrantes que demonstram seu sentimento de pertencimento, saudade com raízes regionais e locais, o que reforçaria a tese de que o Nordeste foi construído simbolicamente como um espaço de saudade. Saudade alimentada do passado pelos filhos de famílias tradicionais e seus descendentes que foram entrando em declínio com as transformações históricas. Como afirma Albuquerque Jr.: “Ele é um espaço de saudades para milhares de homens pobres, do campo, que foram obrigados a deixar seu local de nascimento, suas terras, para migrarem em direção do Sul...” (Albuquerque Jr., 1994: 214), que podem ser vistas através dos seguintes nomes: “Tocantins”, “Cajazeiras”, “Porto Seguro”, “Boa Vista”, “Pombal”, “Princesa da Borborema”, “Cariri”, “Os Quatro Cantos”.

6) Outro aspecto perceptível é a frequência do uso de nomes de pessoas ou seus apelidos nas barracas, tais como: “Fernando”, “Felix”, “Sérgio”, “Jaime”, “Braz”, “Castelo”, “Socorro”, “Sayonara”, “Maria Cristina”, “Lúcia”, “Zé Neto”, “Dado”, “Tio Paulo”, “D. Nega”, “Nevinha”, “Benzinha” e “Bia”. Esses nomes podem revelar o grau de prestígio, quer seja pela posição que eles ocupam na comunidade, quer seja pelos seus talentos, aptidões, ou pelo poder e funções que estes exercem na sociedade e, que de certa forma, já foram aprovados, atestados e por isso são recomendados a todos. Também podem revelar o grau de sociabilidade e a forma deste interagir com o público, com “a gente”, com “o povo”. Ao mesmo tempo, que nos permite entender melhor a dicotomia entre a noção de indivíduo e pessoa e as relações interativas no interior das festas, tal como aponta Roberto Da Matta (Da Matta, 1983). À

medida que as barracas e suas denominações funcionam como um ponto de referência espacial implícito a pessoas e uma referência sócio-cultural-econômica dos indivíduos, suas identidades e preferências.

7) Vamos perceber sentimentos de saudade, nostalgia, alegria e felicidade, mesclados de paisagens bucólicas e românticas do campo. Eles nos remetem a “paisagens”, “cenários”, “lugares”, guardados na memória e nas lembranças de um tempo em que o homem se relacionava com a natureza de forma harmoniosa. Um lugar distante que permaneceu na memória, onde é possível o homem viver e se encontrar com a sua essência, pois lá não há relógio, e o tempo é marcado pelo nascer e pelo pôr do sol. Os mistérios das fases da lua são obedecidos e a competição e exploração do trabalho são desconhecidas. Tal como são expressas no nome das seguintes barracas: “Flor do Campo”, “Luar do Sertão”, “Luar Agreste”, “Arraial da Felicidade”, “Recanto da Serra”, “Aconchego de Campina”, “Renascer do Sol”, “Anel do Brejo”, “O Rancho”, “Luar”, “Canto de Alumia”, “Arraial do Sol”.

8) Nesta parte em que alinhavou-se alguns conceitos teóricos para a interpretação de nosso objeto de pesquisa, não poderíamos deixar de mencionar os aspectos totêmicos presentes na nomeação das barracas do São João de Campina Grande.

O totemismo - em última análise, um sistema de classificação - desempenha, através dos operadores totêmicos, a nomeação de diferenças e o estabelecimento da noção de complementariedade entre os termos de uma classificação, conforme Lévi-Strauss (1970-1975) e outros autores.

Se nas sociedades primitivas o totemismo se encarregava de ligar a natureza e a cultura - associando aos diversos clãs (sujeitos sociais) espécies animais (sujeitos da natureza), sintetizando através destas as principais características daqueles -, modernamente, numa sociedade onde a produção e o mercado compõem a diáde fundadora, o totemismo atua no sentido de juntar a esfera de produção e a esfera do consumo (Rocha, E. P., 1985: 107).

No processo de nomeação das barracas, origina-se uma classificação que, de maneira semelhante à forma de atuação de outros sistemas classificatórios, funciona no sentido de produzir, comunicar e articular um conjunto de conhecimentos, de informações e de impressões que se fixam no espaço do imaginário coletivo.

A festa de São João, originalmente uma celebração popular rural, tem sido gradativamente absorvida pelo capital, e o seu aspecto merca-

dológico é preponderante, notadamente em Campina Grande, já que se transformou em um dos principais “negócios” para a cidade. Nesse contexto, os nomes das barracas atuam como operadores totêmicos, funcionando no sentido de, esconder o caráter indiferenciado dos produtos - as barracas - e de produzir uma noção de complementaridade, ao remeter a significados e símbolos todos pertencentes ao conjunto do imaginário coletivo dos frequentadores da festa.

Através da escolha dos nomes para as barracas, estas, num determinado momento, indiferenciadas - há um núcleo comum no que se refere ao oferecimento de serviços -, assumem um aspecto diferenciado pelo mecanismo de associação a “identidades”, “situações” e “emoções”, “estilos de vida”, “paisagens” e outros elementos do imaginário coletivo dos frequentadores da festa a que remetem.

Aí se encontra a essência do totemismo: articular diferenças em uma série (espécies animais/nomes de barracas) com diferenças em outra(s) série(s) (clãs frequentadores da festa - suas identidades, origens geográficas, emoções, gosto estético, universos lingüísticos e outros elementos do imaginário coletivo), como atestam os nomes das seguintes barracas: “Do Boi”, “Do Galo”, “Olho de Gato”, “Toca do Beija-Flor”, “Só Codorna”, “Do Touro”.

9) Outros aspectos percebidos na festa junina são aqueles relacionados à transgressão das normas e regras sociais que passam pela noção simbólica do “permitido” e do “proibido” na sociedade. No espaço da festa a ordem é festejar, dançar, pular, cantar, homenagear, comer, beber, namorar... Nela não existe um código específico que limite ou delimite as relações entre os membros participantes da festa. Os códigos de permissividade ou não de certas relações são os mesmos do cotidiano. Mas é na festa que alguns comportamentos são realçados.

Assim, as “paqueras”, os “flertes”, os “encontros” que ocorrem entre homens, mulheres, homossexuais, “bichas”, “bofes”, “sapatões”, “bêbados”, “drogados”, “safados”, entre outros, não são apenas evidenciados, como é um espaço onde a frequência de minorias estigmatizadas também ocorre como demonstram as seguintes barracas: “Qualquer coisa”, “Os Desajustados”, “Alternativa”, “O Cafetão”, “Piratarados”, “Quem Procura Acha”, “Se Ninguém der eu Bebo 32”, “Olhou Ficou”.

O aspecto ideológico também é perceptível na identificação dos nomes das barracas em que o masculino prevalece sobre o feminino entre a escolha dos nomes. Por exemplo, não se encontra “Barraca da Vaca” nem “Da Galinha”, mas “Barraca do Boi” e “Do Touro”, “Do Bode”, “Do

Galo”. O “olho” é do gato e não da gata e a “toca” é do beija-flor. Essa noção, embora inconsciente, pode revelar o aspecto machista da cultura nordestina. A figura feminina aparece associada aos seguintes atributos: idealizada - em que a beleza da mulher é realçada - “Barraca Moça Bonita”, “Barraca da Boneca”, “A Moreninha”; trabalhadeira e respeitada: “Barraca Muié Rendeira”, “A Sertaneja”, “Frutos do Mar de Dona Naná”, “Dona Nega”, “Da Socorro”, “Da Lúcia”, “Nevinha”, “Lá em Rejane”; forte, sedutora e famosa: barracas “Dona Patroa”, “Jacutinga”, “Tieta”, “Arrasta pé da Maria”, “Roda Menina”, “Xodó das Meninas” e “Xixi de Moça”.

A figura masculina aparece realçada por atributos relacionados a coragem, força e poder, tais como é possível perceber nas seguintes denominações: “O Vilão”, “Ô Caçador”, “Do Caçador”, “O Mourão”, “A Volta do Boêmio”, “O Cunhão”, “Rala o Pinto”, “Do Braz” (Nome de empresa), “Do Felix” (Nome do Prefeito), “Lula 94” e “São João”. O próprio nome da festa é masculino, e em sua homenagem festeja-se, canta-se, dança-se, come-se e a ele se dirigem votos de agradecimentos.

Assim, no espaço da festa junina, as diferenças ideológicas entre os sexos são mantidas e reproduzidas, através de noções simbólicas em que o masculino aparece muito mais como sujeito da ação, pois o homem é o protagonista, ele “volta”, “caça”, “cunha”, “rala” e “manda”, enquanto que a mulher é “bela”, “trabalhadora”, “sedutora” e “submissa”, com exceção daquelas que aparecem nas ficções ou foram/são personagens de novelas como no caso de “Tieta”, “Jacutinga” e “Dona Patroa”.

No entanto, percebe-se que algumas barracas procuram atrair um tipo de público específico, como por exemplo, através do gosto musical: “O Forrozão”, “Forromania”, “Xaxado”, “Baião”; orientações políticas: “Lula 94”, “PT”; preferências sexuais: “Qualquer Coisa”, “Alternativa”, “O Cafetão”, “Em Cantos”; escolaridade: “Alconomia”, “Comunicação”; faixa etária: “Forrotary”, “Saloon Country”, “Ponto 43”; tipo de comida: “Mocotó da Maria”, “Creme”, “Cuscuz”, “Pamonha”, “Milho Verde”, “Pão Italiano”, “Center Pizza”; tipo de bebida: “Papo e Chopp”, “Choppilek”, “Birynt”, “Caipifruta”.

## CONCLUSÃO

O imaginário no espaço da festa também é coletivo, operando mais ou menos como uma “colcha de retalhos”, no sentido de um “brecoleur” como define Lévi-Strauss (1976: 57), onde cada “pedaço” se

incorpora a sua própria forma, com certa dose de conteúdo, que é aproximadamente igual para todos. Isto é, cada elemento, ou cada pedaço da festa, ou mesmo cada barraca, é visto dentro de um conjunto - o São João -. Enquanto que estes pedaços nele existentes remetem-nos a mundos e universos simbólicos distintos e diferenciados de um determinado tempo em que “o novo e o velho”, o “rural e o urbano”, o “sonho e a realidade”, o “local e o regional”, o “nacional e o estrangeiro” se misturam e se mesclam com paisagens da natureza: Sol, Lua, Serra, Flor, imagens que não deixam de estar associadas a uma visão romântica do campo, como lugar da felicidade, remontando a um passado que deixou saudades a algum camponês que migrou para a cidade. Assim, é possível perceber no espaço da festa do São João, através dos nomes das barracas quais os valores e os sentimentos que eles representam e como operam esses valores dentro de um espaço extremamente concorrido e competitivo que é a festa no seu aspecto comercial.

A festa do São João tal como é festejada, vivida pelos nordestinos e divulgada a nível nacional, mostra um “São João” enquanto um elemento “típico” da cultura e identidade do povo nordestino, quando, na verdade, pode ser apenas um elemento apropriado e construído por grupos interessados em veicular a nível nacional e internacional a imagem do Nordeste e dos nordestinos.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **O engenho anti-moderno: a invenção do Nordeste e outras artes**. Campinas: Unicamp, 1994 (tese de doutorado do Dept<sup>o</sup> História do IFCH, Unicamp - São Paulo).
- ARAÚJO, Rosângela de. **Sob o signo da canção: uma análise dos festivais nativistas no Rio Grande do Sul**. Águas de São Pedro, 1987. Trabalho apresentado no XI Encontro Anual da ANPOCS (mimeo).
- ASSOUN, Paul-Laurent. **A escola de Frankfurt**. Lisboa: Dom Quixote, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. (Col. Memória e Sociedade).
- DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- GUARESCHI, Pedrinho. **Comunicação e poder: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1981.

GUATTARI, Felix & ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

LEAL, Ondina Fachel. **A leitura social da novela das oito**. Petrópolis: Vozes, 1986.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1976.

MORIGI, Valdir José. **Festas camponesas: um estudo em Estrela-RS**. Porto Alegre: UFRGS, 1988. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural).

RIBEIRO JR., Jorge Cláudio Noel. **A festa do povo**. Petrópolis: Vozes, 1982.

ROCHA, Everardo G. **Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

# ENTRE OS GRUPOS DE CONVERSAÇÃO (GROUPS DISCUSION) E AS INTERVENÇÕES FOCALIZADAS (FOCUS GROUPS): Notas Metodológicas

Lilian Letelier<sup>1</sup>

Este artigo não tem a pretensão de discutir as questões éticas/tecnológicas que preocupam todo pesquisador social, especialista em análise qualitativa<sup>2</sup> no momento de iniciar e de, algum modo, orientar a discussão ou conversação de um grupo a respeito de um tema de "interesse" ou no momento de fazer o esboço de uma amostra de acordo com o recorte espacial ou mesmo teórico.

Preliminarmente, apresenta-se um conjunto de questões a ser debatidas. Por exemplo: O que devemos fazer no início de um encontro com um grupo? Como devemos apresentar-nos e fazer com que os outros se apresentem? Quais são as melhores regras para criar confiança nos participantes da interação comunicativa? Qual é a melhor função do pesquisador, dependendo da idade, do sexo e do tema a ser abordado pelo grupo?. Finalmente surgem outras questões tais como: tipos conversações, constituição do grupo de controle, formação dos outros grupos de comparação, com a conseqüente justificativa do uso das variáveis sexo/gênero, idade, entre outras, de acordo com o objeto de estudo (Aidstech/Family Health International, 1994).

Tampouco se tem a pretensão de colocar aqui em discussão as questões políticas/epistemológicas do posicionamento do pesquisador no âmbito do mercado e as suas regras éticas no momento atual. Não é que elas não sejam problemáticas, ou seja, não é que a complexa relação "tema de interesse / pesquisador" mediada pelo "empresário, capital, mercado e pela cada vez maior visibilidade da outrora mão invisível" não enseje questões de difícil resposta e solução.

---

<sup>1</sup> Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba.

<sup>2</sup> Sob esta designação se quer indicar um pesquisador formado na área de Ciências Humanas e Sociais que, em oposição a um pesquisador quantitativo, trabalha com informação que só pode ser codificada no âmbito da significação da palavra, da linguagem e não do número.

Nesse contexto, entende-se que o seguinte conjunto de problemas constitui tópicos relevantes de discussão: se o tema de interesse é rentável ou não para o pesquisador; se é legítimo para uma empresa qualquer encomendar estudos desse tipo; até onde se pode ser persuasivo com o consumidor do produto/objeto a ser indagado, e, afinal, como se insere tudo isto no âmbito da produção de conhecimento. Ou seja, num contexto de globalização e mercantilização das relações sociais, como é que está sendo construído o desenvolvimento da ciência e do saber/poder, e como exerce influência no desenvolvimento, formação e inserção no campo do saber do intelectual que, dentro do modelo neoliberal, atua, opera e produz -nestes casos- sob o nome de "consultor".

Aprofundando este ponto de vista, é interessante observar o comportamento do empresariado, no que concerne ao modo como vem-se apropriando da produção de conhecimento, como vem construindo uma aliança estratégica, através do capital, com os "consultores" nacionais e internacionais, outrora pesquisadores científicos integrantes dos respectivos campos de saber nacional e que hoje procuram um lugar no campo de produção de conhecimento internacional. Como, em consequência da privatização do ensino, o pesquisador em termos gerais tem se transformado num empresário da produção do conhecimento, quando não, em alguns casos, tem instalado a sua "consultoria/empresa privada", gerando, com tudo isso uma dificuldade a mais: uma função importante do saber, que é a sua socialização, a qual, uma vez produzida, fica fora do campo de legitimação do conhecimento.

Porém, tendo como horizonte de compreensão o anteriormente exposto, este artigo tem a intenção de propor algumas questões de ordem geral, no sentido de que, na América Latina, somos consumidores antropofágicos de metodologias. Portanto, neste caso específico, poderíamos estar misturando demais escolas, autores, tendências e linhas de desenvolvimento. Estas, no momento das significações, não deixam de articular políticas de sentidos diferentes que, uma vez observadas, possibilitariam precisamente elucidar melhor os problemas existentes. Assim, a idéia subjacente a ser aqui desenvolvida procurará demonstrar que o resultado do ato de conhecimento compreensivo ou hermenêutico - no âmbito do exercício interdisciplinar neste tipo de pesquisas- tem a ver com o ponto de partida metodológico/epistemológico e também com os problemas éticos/tecnológicos que se delinham.

## **Grupos focalizados versus grupos de conversação**

Tendo como pano de fundo as considerações anteriores exposto, a primeira afirmação forte que se faz é a seguinte: no desenvolvimento da pesquisa cuja metodologia procura dados qualitativos propriamente chamados de discursos, enquanto espaço de interdisciplinariedade (Van Dyck, T. 1980 e 1983), existem dois tipos de intervenções comunicativas com grupos focalizados. Ambos têm como objetivo geral obter uma interação comunicativa ou promover uma conversação entre um determinado número de participantes selecionados de acordo com os objetivos específicos de indagação (seis no mínimo, doze no máximo).

Essas interações comunicativas se sucedem em função de um tema de interesse focalizado previamente a partir dos objetivos da pesquisa. São orientadas por preceptores disciplinados, geralmente profissionais com contrato parcial, os quais formam parte de uma cadeia que proporciona apenas um elo e não têm a versão completa, nem acabada da pesquisa. Nesse contexto, pode ou não participar do grupo de especialistas que projetaram a pesquisa e que farão a análise final dos dados.

As interações comunicacionais das intervenções focalizadas, dependendo de qual seja o tipo e o tema de interesse, são recriadas a partir de um laboratório-ambiente ou de uma situação de laboratório, observadas de longe por especialistas em análise de comunicação não-verbal e verbal, seguindo uma pauta de leitura de comportamentos gestuais e discursivos. Ou seja, a observação é trocada ou mesmo misturada em função da participação do preceptor na conversação grupal. Esse conjunto de dados qualitativos, enquanto material de pesquisa, é coletado apenas como gravação das emissões linguísticas, prontas para ser escutadas ou como emissões de movimentos corporais, prontas para ser vistas em imagens de vídeo. Posteriormente, os dados transcritos formam parte de uma unidade maior de análise de discurso ou mesmo de análise de linguagem no interior da pesquisa, na busca de intencionalidade e significado (De Souza Minayo M.C., 1992). Ambas as intervenções, de acordo com as suas características, são chamadas pelos pesquisadores de "focus groups" (Merton, R., et al. 1956 e Merton, R., 1987), e "grupos de conversação" ou "focus groups discussion" (Ibañez, J. 1979 e Ibañez, J., 1981).

### **Focus groups (interview focused) ou intervenção focalizada**

Os "focus groups" (Merton, R., 1956) inicialmente foram chamados de "focused interviews" e não mostravam diferença em relação às "entrevistas

em profundidade” como instrumentos que procuravam obter dados qualitativos, fossem elas semi-estruturadas ou não estruturadas. Ambas as entrevistas e intervenções focalizadas eram tipos de interações comunicacionais entre duas ou mais pessoas, previamente combinadas num local predeterminado (laboratórios-ambiente) para conversar a respeito de um tema de interesse.

Nessas entrevistas, uma das pessoas tem como função orientar, exercer o papel de preceptor, fazer as perguntas de acordo com a pauta, realizar a seqüência da interação em termos da relação social. No decorrer da entrevista, deve preocupar-se com a gravação do vídeo ou material exclusivamente lingüístico, ou seja, com a coleta do dado qualitativo fornecido pelas outras pessoas (Merton, T., 1987). Aliás, ambas produziam um tipo de dado qualitativo próprio do linguajar (expressivo ou enunciativo). Nesse primeiro momento, as "interviews one to one" tiveram que fazer o seu caminho de diferenciação para se distinguirem das "focused interview " enquanto grupo e afinal construir a diferença epistemológica a respeito do tipo e da qualidade da informação coletada por um e outro tipo de intervenção (Hojer, 1990).

Com efeito, tanto a entrevista ou intervenção pessoa a pessoa, como a entrevista ou intervenção grupal focalizada se propõem recuperar os conteúdos subjetivos não presentes nas pesquisas quantitativas. Tais conteúdos, em nível de indagação, possibilitavam obter certos códigos próprios a um universo de participantes. Posteriormente, ao construírem o instrumento quantitativo de mensuração, podiam ser usados para melhor entendimento entre quem responde e quem faz a pesquisa. Nesse contexto, a intervenção ou entrevista pessoa a pessoa foi usada no campo das Ciências Sociais e Humanas, quando os objetivos das pesquisas foram reconstruções de histórias de vidas, ou mesmo quando se trata de depoimentos que precisassem de um elevado nível de confiança, de intimidade, tendo em vista que a vulnerabilidade de quem fosse o entrevistado não pudesse ser muito exposta num grupo.

Por outro lado, a “intervenção com grupos focalizados” foi desenvolvida no âmbito das Ciências da Comunicação Social. O conjunto de preocupações que procurava atingir, em nível do conhecimento ou epistemológico, foi inicialmente a análise da imagem de um objeto em geral: imagem corporal, imagem pessoal-pública, imagem institucional ou corporativa, imagem de um produto qualquer no mercado. Nesse sentido, como pesquisa, procurou medir o efeito dos meios de comunicação de massa, como a televisão, o rádio, a imprensa escrita em geral, através da seleção de

um público objetivo chamado, para efeitos de estudo, de "audiência" (Merton, R, and Kendall P., 1946).

Em um nível epistemológico, as indagações procuravam obter informações a respeito do efeito da imagem ou mesmo de um programa no sujeito consumidor do meio de comunicação. Assim, a definição de objetivos da pesquisa buscou atingir o umbral perceptual da audiência, não se preocupando com a questão do umbral cognitivo, que é o âmbito propriamente dito da linguagem subjetiva, da formação dos conceitos e das palavras, enfim, o âmbito onde as emissões revelam a estrutura e a lógica na qual o sujeito tem realizado o processo de socialização, ou seja, o âmbito onde o sujeito dá conta de seu peculiar modo de realizar o simbólico. Do ponto de vista sociobiológico, nesse âmbito, não existem dados a respeito dos conteúdos das representações sociais que têm sido internalizadas pelo sujeito, no curso da construção de seu projeto de vida e das suas relações sociais.

O umbral perceptual entrega e registra informações no nível do conjunto das sensações, um âmbito mais adequado para o estudo da imagem, da opinião, da exterioridade. Nesse nível, a linguagem atinge um estágio primário de conhecimento e da formação de visão de mundo das pessoas, já que só se procura e se obtém informação, a partir da operação da memória de curta duração e não da memória de longo prazo. Nesse nível, não se opera a memória afetiva, a memória que registra as emissões que ficam impressas no inconsciente do indivíduo, na sua história pessoal e que até pode ter uma relação com o inconsciente coletivo.

Com efeito, o intervalo do umbral perceptual é transposto pelos estímulos que vêm do meio, os quais são poderosos quanto a seu impacto e rápidos em velocidade. Todavia, o fato de que tenham essas características não significa que sejam duráveis ou que mantenham continuidade em termos de presença e permaneçam no indivíduo através do tempo, gerando conceitos mais abstratos que dêem conta, no linguajar, da existência de uma certa visão de mundo mais elaborada. Sabe-se no entanto, que inicialmente, nesse tipo de pesquisa, na maioria das vezes, o objetivo principal que levou a usar esta técnica dos grupos focais foi obter informação para a persuasão, isto é, para induzir os sujeitos consumidores a optar por um determinado produto no mercado de bens da indústria cultural.

Na expansão posterior, esse instrumento de mensuração passa a ser usado no marketing das comunicações, na área de publicidade, para a construção e análise de propaganda, não só do consumo de produtos, como roupa, alimentos, etc., mas também no marketing político, como instrumento que indaga a respeito do tipo de necessidade de liderança que um certo público tem, a sua intenção de voto em uma eleição, o seu posicionamento

ante um determinado candidato. Nesse contexto, do próprio sujeito origina-se o objeto/imagem de construção em relação a um tipo de consumo.

Conforme assinala Merton (1946) o contexto de produção da situação dos grupos é importante, tanto no momento de metodologicamente segmentar-se esses grupos que terão por missão interagir, como no momento da análise dos dados. Também é importante a pauta ou guia de entrevista, no sentido da direção ou não-direção da interação comunicativa, no sentido da estruturação ou não-estruturação das perguntas. A presença de outros estímulos para motivar a conversação do grupo é importante, embora muitas vezes eles não constituam parte fundamental da pergunta e da resposta.

Geralmente se usam outros recursos próprios ao desenvolvimento da mídia para testar a opinião da audiência como, por exemplo, avaliar um filme em grupo, avaliar numa conversação um spot publicitário que pode ser da Coca-Cola, da Pepsi-Cola, ou ainda de uma campanha contra a AIDS sem se preocupar com o peso que o tema de interesse pode ter para o público objetivo, que é visto nesse caso como simples consumidor. Nesse sentido, o tema de interesse pode ser um só, não sendo, como matéria, examinado em detalhes ou em profundidade.

Em síntese, considera-se que esta técnica qualitativa é mais adequada para construir o campo perceptual do sujeito, a respeito de um tema de interesse, no sentido epistemológico, a respeito de um objeto onde sua própria subjetividade está inicialmente sendo estruturada em termos dos conteúdos a compreender e em termos dos padrões de comportamento que dele se espera obter, a partir dessa coordenação inicial de atos de percepção. Por esta mesma questão, este tipo de intervenção é mais fechado em termos do direcionamento por parte do preceptor, e em termos das perguntas da pauta ou guia de perguntas. Poder-se-ia dizer que é uma entrevista estruturada em termos de perguntas e direcionada em termos de respostas. O preceptor não deixa que os participantes emitam opiniões que não tenham a ver com o que se pergunta, estimulando-os, orientando-os a não se sair do rumo. Não é, *stricto sensu*, uma conversação ou mesmo uma discussão.

Uma crítica que pode se fazer a partir daqui é aquela sobre a qual, de um modo geral, fala Gergen, K.J., (1993) no sentido de que o preceptor nunca deixa de ter e regular o controle da situação de fala grupal. Enquanto isso acontece, não participa do processo de interação comunicacional, ou seja, não deixa a sua condição de observador, não expõe aos outros a sua própria subjetividade. Além disso, quando a função do preceptor limita-se a fazer a coleta dos dados nos grupos, significa que a pesquisa foi essencialmente planejada por outros pesquisadores ou consultores que não fazem esse "trabalho de campo". Então, com maior razão, pode-se afirmar que os

resultados só podem corroborar uma certa postura inicial adotada a priori através da ontologia da linguagem.

Nesse contexto de reflexão, Gergen afirma: "Na medida em que as hipóteses orientadoras moldam as categorias do conhecimento subsequente, os tipos de questões que direcionam a pesquisa e os tipos de respostas que podem ser obtidas, as regras do procedimento empírico não fornecem um corretivo" (1993:48-69). No entanto, o objetivo geral de uso (issue) da metodologia do grupo focal pode ser inicialmente recuperar, a partir de uma linha particular de construção, ou mesmo expressão de um discurso ou comportamento, a compreensão, a intencionalidade e a significação de uma determinada prática social.

No sentido habermasiano, poder-se-ia dizer que o uso desse tipo de técnica grupal é propriamente instrumental-estratégico, já que a produção da intervenção está teleologicamente orientada para o êxito (cf. Habemas, J., 1987). Os participantes têm que concordar a respeito do conjunto de condições favoráveis que possibilitariam o fato de que eles assumam um determinado comportamento de consumo: comprar um determinado produto no mercado, votar num determinado candidato, etc. O preceptor procura exercer uma certa influência nos participantes, a fim de que estes configurem as suas percepções, caso, no processo de interação, estas não estejam definidas. Entre os próprios participantes também se dá essa influência quando, por exemplo se trata de definir a qualidade de uma certa imagem de um determinado líder político ou mesmo de um partido, ou ainda quando se tem que sugerir o possível valor econômico de um novo produto que já tem concorrentes no mercado, ou as cores das letras que darão o nome ao produto e o farão mais atrativo.

### Grupos de conversação

Com relação aos "grupos de conversação", eles têm como primeira referência o desenvolvimento da teoria da cibernética<sup>3</sup> de segunda ordem e a teoria de sistemas (Gordon P., 1979 e Maturana e Varela, 1979 e 1986). No estudo da teoria da conversação desenvolvida por Gordon Pask (1976), ele define a conversação como a "mínima organização que numa linguagem L entre participantes A e B é susceptível de uma medição avaliável com

---

<sup>3</sup> No passado ao estudo dos sistemas supostamente **independentes** de nossa atividade cognoscitiva (de observação), deu-se o nome de cibernética de primeira ordem ou cibernética dos sistemas observados, onde o observador se supõe fora de tal sistema. Ao estudo dos sistemas, nos quais nossa atividade descritiva é parte constitutiva, dá-se o nome de cibernética de segunda ordem ou cibernética dos sistemas observadores (cf. Heinz von Foerster, 1960 e 1974).

precisão". Porém, o pressuposto geral que há sob a existência desse tipo de técnica tem a ver com uma avaliação do estado da arte em nível planetário, o qual assinalaria que, no mundo ocidental, moderno para uns e pós-moderno para outros, fica muito difícil participar da maior parte dos padrões organizados de relacionamento, sem considerar a linguagem verbal -através dos atos de fala- a qual seria o elemento (sistema) constituinte vital dos padrões complexos de inter-relacionamentos (cf. Gergen, K., 1993).

Nesse sentido, o uso do sistema de reunião grupal se torna diferente da intervenção com grupos focalizados apenas pelo fato de dar ênfase em procurar obter, a partir de certas situações sociais de fala, a linguagem verbal, enquanto produção social com significação e intencionalidade. Sob esse prisma, sua peculiar diferença está, não só no fato de esta técnica procurar obter informação em nível da cognição, mas também na forma como se desenvolve a conversação entre os participantes, como é feito o roteiro de perguntas e como o preceptor se situa na conversação.

Num nível epistemológico, entende-se que o uso da conversação, como instrumento de mensuração para a coleta de dados qualitativos, dá ênfase principalmente à constituição de uma comunidade falante, que possua uma mesma linguagem para que desse modo possa, na fala, gerar intersubjetividade. De novo a atenção aqui está voltada para a linguagem, enquanto é aquilo que se compartilha entre observador e observados e enquanto homogeneiza a relação entre os integrantes do grupo, no sentido de que coloca todos no mesmo nível de paridade. Ou seja, coloca-os num ato de entendimento (a conversação) como processo de obtenção de acordos entre sujeitos linguísticos interativamente competentes (Cf., Habermas J., 1989 :368 vol.1). A construção da intersubjetividade -através da linguagem na fala- já mostra que a comunidade existe e que existe inteligibilidade, comunicação entre uns e outros, não importando o poder de um ou outro no âmbito do espaço cognitivo<sup>4</sup>.

Evidentemente, parte-se novamente do pressuposto de que a seleção dos participantes linguisticamente capacitados para participar, tanto de um grupo como da própria conversação a respeito de um tema de interesse, considera a questão, não só de que todos eles compartilham uma mesma linguagem/idioma, como também que todos eles compartilham códigos mais

---

<sup>4</sup> A respeito dos acordos, Habermas distingue o fato de que alguns deles sejam objetivamente obtidos pela força ou mesmo violência, às vezes pela persuasão. Nesses casos, eles não podem constar subjetivamente como acordos, já que estes se baseiam em convicções comuns ao grupo. Nesses contextos de produção de acordos, o entendimento é imanente como telos da linguagem humana. Com efeito, tanto a linguagem como o entendimento não se comportam entre si como meio e fim. Pode-se, porém, perguntar se a linguagem pode, na sua estrutura e organização ser configurada, a partir de relações sociais de poder, equitativas e isentas de domínio.

específicos de inserção ou mesmo de convivência social, sejam estes códigos elaborados ou restritos. Sob esta perspectiva, então, não é que o poder, como capacidade de emissão discursiva, como posicionamento, como capacidade de confrontar pontos de vista não apareça no grupo, não seja veiculado, não circule, não esteja presente no ato de seleção dos sujeitos/atores da fala. De fato, em todas estas situações o poder está presente, existe, só que na própria situação lingüística não permanece numa única pessoa. O próprio grupo faz questão de distribuí-lo, de coordená-lo, para gerar a intersubjetividade.

Precisamente porque o importante é a linguagem produzida na conversação que a cognição do ponto epistemológico é o conhecimento que se procura obter. Para isso, aliás, todas as situações de estímulo, além de estímulos externos, como fitas de vídeo, filmes, spot publicitarios, etc., são extraídos da produção do cenário e do roteiro que o preceptor usará. Em sentido estrito, esses estímulos que servem de apoio não são linguagem falada, no sentido da estrutura racional e do caráter procedimental do raciocínio que é constituído pelos sujeitos na conversação ou discussão.

Por outro lado, é importante também dar ênfase à questão da intervenção da cognição durante os diversos momentos da interação comunicacional. Significa dizer, portanto que ela é “ação efetiva: história do acoplamento estrutural que faz emergir um mundo” (Varela F. 1987). Ela pode também ser utilizada na sua lógica de construtividade/desconstrutividade, no momento da conversação. Nesse sentido, o processo de socialização das cognições numa conversação pode tornar-se um processo terapêutico de construção ou desconstrução do mundo (subjetivo) que emerge.

Do ponto de vista da teoria de sistema, o fato de trabalhar com a atividade da cognição na técnica dos grupos de conversação tem o seu fundamento na diferença epistemológica que existe em relação à atividade da “representação social”, porquanto esta é principalmente semântica e, em última instância, refere-se a tudo aquilo que pode interpretar-se como “dizendo respeito a alguma coisa ou ente”. Nesse sentido, a atividade da comunicação consistiria numa transferência de informação do emissor ao receptor, questão que, como já vimos os focus groups como técnica conseguem resolver.

Já do ponto de vista da atividade cognitiva, a crítica que se faz ao modelo ou atividade de construção da representação social no sentido epistemológico é o seu caráter passivo no momento de definir o conhecimento. Nesse sentido, a conversação grupal é uma atividade de conhecimento, na medida em que este se produz num mundo social que resulta inseparável do corpo, da linguagem e da história de cada um daqueles

que se engajam na comunicação. No interior dessa dinâmica de fala, precisamente a maior capacidade da cognição viviente consiste, em grande medida, em expressar as questões relevantes que vão emergindo em cada momento da vida de cada participante da conversação. Estas não são predefinidas, são “em/atuadas”, que dizer: “se las hace emerger desde un trasfondo” (Varela, F., 1987)<sup>5</sup>.

Nesse contexto, temas como AIDS, hábitos sexuais da população, etc., não podem receber o mesmo tratamento metodológico em termos de uso de técnica que a construção de uma imagem pública de um político para a sua campanha eleitoral, ou mesmo para testar o lançamento no mercado de um novo logotipo de um produto. A conversação ou discussão a respeito do uso da “camisinha” por parte dos participantes de um grupo, o momento em que cada participante decide se envolver no debate e falar sobre as suas experiências, o nível de confiança e de construção linguística atingido pela pergunta e pela própria discussão requerem um “entendimento” diferente. Isso ocorre porque o que está em jogo, num sentido cognitivo subjetivo, é a própria pessoa, é a sua história corporal que está em exposição, muitas vezes sendo pela primeira vez socializada ante um preceptor que requer um treinamento especial no sentido de “saber escutar”.

É aqui então que se verifica a diferença entre um tipo de técnica e outro, não só a partir da seleção do tema de interesse a pesquisar, mas também da montagem dos grupos que participam da discussão ou da intervenção, das perguntas, dos preceptores.

Em circunstâncias de mais mistura, que é o caso do “issue” cujas técnicas estão ocorrendo em nossos países, acontece uma perda do sinal genealógico das linhas científicas. Por isso, ocorre uma perda de continuidade da transmissão de informação entre o país de formação do especialista que aprende a técnica no exterior e o país de retorno, no qual, com prévia assimilação, a transfere e usa. Aliás, em consequência dessa apropriação cultural e da “perda de sinal” na própria recepção que faz o treinamento, procurando o “know-how”, simplesmente se tem falado da existência de uma única técnica: os “grupos focalizados de conversação”, sem ênfase nem distinção, quando na verdade elas são diferentes, até mesmo porque isso aparece nos objetivos e nos resultados das pesquisas qualitativas.

## Bibliografia

<sup>5</sup> Segundo F. Varela, o neologismo “enacción” -em-ação para a tradução portuguesa- traduz o conceito “enaction” do inglês que, por sua vez, é derivado de “enact” (representar), no sentido de desempenhar um papel, atuar. Daí que a forma “atuada como representada” tenha levado a erro e confusão. Em contrapartida, “fazer emerger”, hacer emerger, faire-émerger traduz a forma “bring forth” ou mesmo “hervorbringen” que tem uma origem fenomenológica segundo o critério de Pierre Laval.

- AIDSTECH, Family Health International. **Herramientas para Evaluación de Proyectos**. Durham, NC, 1994.
- DE SOUZA MINAYO, M.C. **O desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. SP-RJ: Hucitec-Abrasco, 1992.
- FOERSTER, H. von. **Self-Organizing systems** Nova York .Pergamon Press, 1960.
- FOERSTER, H. von. **Cybernetics of cybernetics**. Biological Computer Laboratory, U. of Illinois, 1974.
- GERGEN, K. *A Crítica Feminista da Ciência e o Desafio da Epistemologia Social* . In, **O Pensamento Feminista e a Estrutura do Conhecimento**. Rio de Janeiro : Editora Rosa Dos Tempos, 1993.
- GORDON PASK. **Conversation Theory**. Nova York :Elsevier, 1976.
- GORDON PASK. *A conversation theoretic approach to social systems*. In, **Sociocybernetics: an actor oriented social systems theory**. Holanda :Amsterdam, 1979.
- HABERMAS, J. **Teoría de la Acción Comunicativa I: racionalidad de la acción y racionalización social** . Madrid: Editorial Taurus Alfaguara, 1987.
- HOLJER, B. (1990). *Studying viewers reception of television: theoretical and methodological considerations*. **European J. Communication** (5), 29-5, 1990.
- IBAÑEZ, J. **Más allá de la Sociología**. Madrid: Editorial Siglo XXI, 1979.
- IBAÑEZ, J. *Usos tópicos y abusos utópicos de las técnicas de grupo* .In, **Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatria** (2), Mayo-Agosto, 1981
- MATURANA H., y VARELA ,F.. **Autopoiesis and cognition**. Boston.D.Reidel, 1979
- MATURANA H., y VARELA, F.. **El árbol del conocimiento**. Santiago Ed. Universitaria, 1986.
- MERTON, et al. **The focused interview: a report of the bureau of applied social research**. Free Press, Columbia University, 1956.
- MERTON, R., and KENDALL, P. *The focused Interview*. **The American Journal of Sociology**(II): 6., 1946.
- MERTON,R.. (1987). *The focussed interview and focus group continuities and discontinuities*, **Public Opinion Quarterly** ( 51), 550-66, 1987.
- VAN DIJK, T.. **Estructuras y Funciones del Discurso**. Madrid: siglo XXI Editores, 1980.
- VAN DIJK, T. **La Ciencia del Texto**. Barcelona: Editora Paidós Comunicación, 1983.
- VARELA, F. **Conocer: las ciencias cognitivas: tendencias y perspectivas. Cartografía de las ideas actuales**. España: Gebdisa Editorial, 1987.

# RESENHAS

## Psicanálise ,Sociologia e História

Trigo ,Maria Helena Bueno. **Paulistas de Quatrocentos Anos: ser, dever ser e parecer.** Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1996.

*...Estas prevenções novamente se recordam para que sempre tenhamos presente a conveniência de não confundir o que parece com o que seguramente está sendo, mas ignoramos como, e também para que duvidemos, quando crreiamos estar seguros duma realidade qualquer, se o que dela se mostra é preciso e justo, se não será apenas uma versão entre outras, ou, pior ainda, se é versão única e unicamente proclamada. (SARAMAGO. História do Cerco de Lisboa, p.122)*

A leveza e a concisão com que Maria Helena Trigo lida com os problemas das camadas dominantes da sociedade paulista mascaram a relevância das análises e interpretações feitas neste livro, a argúcia e a incorporação do pensamento mítico na compreensão do estilo de vida dos cafeicultores paulistas.

De um lado, o trabalho profissional de psicanalista foi um fator favorável à percepção das questões apresentadas nas

histórias de vida de seus sujeitos (objetos)de pesquisa, e de outro, um elemento combatido da primeira à última linha, em nome da resistência ao psicologismo, ao biografismo e ao documento eventual, exigida num trabalho de Sociologia. Nessa condição híbrida de psicanalista-socióloga, a Autora incorporou criticamente o corpus documental de seus entrevistados, mulheres e homens de 70 a 80 anos, e seguiu as pegadas de Pierre Bourdieu, ao iluminar através de sua teoria, as contradições e a dinâmica do estilo de vida dos paulistas chamados de "quatrocentos anos".

Desde que foi defendido como tese de mestrado, este trabalho vem sendo continuamente citado em estudos nacionais e internacionais sobre a família, a educação e o imaginário social, dada a maneira interiorizada com que examina a camada social, na preservação de suas criações, ao apontar sua dignidade e seu controle do espaço e do tempo, em que são envolvidas percepção, decisão e ação, contribuindo para a apreensão de padrões e valores sociais.

Como foi respeitada a faculdade dos entrevistados de criar suas categorias e temporalizar as narrativas, as histórias de suas

vidas permitiram à Autora examinar a posição que os entrevistados assumiam diante do entrevistador, do gravador e da própria pesquisa em andamento, desvendando um discurso variável, um universo de preocupações presentes diante do passado e a maneira freqüente de interpretar a vida. Por isso, deu-se uma nítida diferenciação entre as entrevistas femininas e masculinas -- não através de condições externas de educação e atribuições, mas através das atitudes assumidas na própria entrevista. Enquanto as mulheres primavam pela discrição, solicitando até, em certos momentos, que se desligasse o gravador ou desejando saber quem teria acesso às entrevistas, os homens tinham uma atitude francamente exibicionista, não só para a entrevistadora, como por uma solicitação implícita e explícita de divulgação ampla de suas formulações. Essa é uma dimensão ainda mal estudada, fora e dentro das diferentes camadas sociais.

Os sinais de distinção da camada da população estudada foram percebidos através do discurso (uma correção da expressão oral e da tonalidade), do distanciamento revelado dos contatos (com pessoas e situações de outras esferas), da negação de dificuldades, urgências e pressões (de necessidades mate-

riais e psicológicas), das opções sensíveis e culturais (que exprimem um gosto dirigido para o bom e para o belo e um conhecimento também discriminado), da exibição de uma liberdade, naturalidade e desinteresse material que, ainda que fictícias, parece lhes dar uma superioridade sobre os que são dominados por premências e interesses imediatos.

Ao considerar a família como fonte de conhecimento, bom gosto, educação e "finesse", a camada social estudada valoriza e faz valorizar o que foi aprendido desde muito cedo, legitimando sua distinção como questão "natural", ou, pelo menos "de berço" e criando a teoria do "verniz cultural" para gosto e educação semelhantes adquiridos com esforço e aplicação. Os valores culturais, a herança da nobreza e o capital social preservam a distinção não material e distanciam aqueles que os adquiriram recentemente. A expressão de "novos ricos" discrimina também o poder econômico destituído dos valores culturais considerados de origem natural da camada dominante.

A Autora conseguiu nuanciar essas características estáticas da "distinção" com as condições da dinâmica histórica vivida por esse grupo social. Salientou a conciliação feita entre os

princípios tradicionais de permanência e continuidade com os objetivos de lucros e benefícios e com a ânsia de modernização.

A lavoura e o comércio do café inscreviam-se numa geografia espacial e econômica nômade que desafiava o conservadorismo e forçava uma constante renovação. O capital aplicado em terras e escravos e na comercialização e financiamento do café vai se transferindo para a construção de estradas de ferro que cortaram o Estado de São Paulo, na segunda metade do século XIX. Os valores e padrões da vida rural vão ser vividos nas cidades, que criam, por sua vez, outros padrões e outros valores.

Essas contradições, que fazem com que as coisas pareçam antigas e ultrapassadas, e não permanentes, geram a necessidade da aparência de estabilidade, através de grande apego à rotina doméstica, à ordem e a rituais. A vida passa a obedecer a uma mesma seqüência, em que a monotonia é a norma e a improvisação é mal vista. Investe-se, para tanto, em estratégias de reprodução do grupo (tanto de fecundidade como de sucessão) como em estratégias educacionais formais e informais.

Como na formulação de Pierre Bourdieu, "os dominantes têm apenas que ser o que são

para serem o que devem ser". Não precisam fazer coisa alguma para merecer privilégios, além de ter nascido e existir. Essas condições (de ser) justificam o personalismo imperante. Fatores e privilégios são concedidos por amizade e clientelismo dentro de uma rede de famílias que se conhece há gerações e que ignora méritos pessoais dos "outros". Não se tinha dúvida de que se era talhado para o poder e a dominação. As pessoas têm certeza de seus discursos, de suas práticas e de suas representações.

Ao se segregar num espaço social, cristalizam posições e reforçam disposições. Isso é bem visível na escolha dos locais de moradia, que revela a hierarquia social, onde existe uma convivência de iguais e uma exclusão dos diferentes. Também esses locais vão se alterando na cidade de São Paulo, como se alteraram entre zonas cafeeiras e se transferiram da fazenda para a cidade. Sobem e descem as colinas do planalto, valorizando e desvalorizando agora os terrenos urbanos, como tinham feito com as terras ocupada

Neste, como em outros aspectos, existe uma contradição entre um gosto requintado e esclarecido e os costumes austeros, rurais e pobres que permanecem na alimentação e na criação de

recém nascidos, por exemplo. Ao lado da convicção de que "as coisas sempre foram assim" e "sempre se fez assim em nossa casa" estabelecem-se aparências mantidas com sacrifício, a fim de simular um estilo de vida já impossível de manter.

A vida doméstica, com suas regras e rituais de passagem, não são ensinadas às mulheres da família. São transmitidas no íntimo convívio entre avós, mães, agregadas, empregadas e crianças. As atitudes "distintas" devem parecer inatas, naturais. Vivia-se sob a influência da moral do dever e das aparências, utilizando castigos severos sob a égide de:

*Tudo por dever,  
Nada por prazer,  
Mas todo o dever com  
muito prazer.*

As mulheres aprendiam a nada exigir e falar pouco, a tirar satisfação da obediência e da submissão e a manter as aparências, acima de tudo. A aceitação do sacrifício, evidenciado por dores físicas, morais e pelo empobrecimento, eram virtudes femininas muito prezadas. Num mundo em que imperavam as aparências morais, as mulheres aprendiam a não se exhibir, eram sexualmente reprimidas pela culpa e por escrúpulos que controlavam louváveis pureza e igno-

rância. Os colégios das jovens eram uma continuação da convivência familiar, onde a rede feminina das famílias convivia para depois aprimorar sua educação em viagens e na frequência a teatros e operas, onde o público todo se conhecia e se reconhecia.

A Autora mostra como essa educação, apesar de tudo, permitiu, em inúmeros casos, a formação de aptidões específicas para a improvisação. Foram inúmeras as mulheres capazes de substituir os maridos na administração de fazendas e negócios, com toda a dificuldade de administrar o tempo futuro, a tecnologia e a alteração de padrões matrimoniais de filhos e netos, que deixaram de casar com "gente conhecida".

Escrito com uma identificação sem saudosismo, Ser, dever ser e Parecer, é uma leitura reveladora, com reflexões e aplicações do habitus, capazes de inspirar formas de trabalhar as diferenças entre grupos sociais, com as quais estamos sempre enleados.

**Miriam Lifchitz Moreira Leite**  
(Professora da Universidade de São Paulo)

\*\*\*

## Ecologia e Sociedade

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na História e na Literatura**. SP. Cia. das Letras. 1990. 439 pp.

O objetivo da obra é apontar e analisar as diferenças, numa perspectiva histórica, da interrelação entre campo e cidade. O cenário é a Inglaterra do século XV ao século XX, considerada como representativa da dinâmica das transformações de atitudes, comportamentos e costumes ocorridas nesses dois mundos. A metodologia utilizada foi, principalmente, a análise da literatura que remete às épocas.

O significado das palavras campo e cidade é importante na vida das comunidades humanas. A ligação entre elas sempre foi evidente na história, porquanto é da terra que é retirada a sobrevivência, enquanto a cidade é uma das grandes realizações da sociedade humana. Ao campo foi associada uma forma natural de vida. À cidade a idéia de realizações. Esse contraste vem da Antiguidade clássica, embora a realidade histórica seja variada. Recuando ao passado, indo ao século III a.C., busca explicar a gênese do bucolismo, presente na vida campestre dos séculos XV e XVI. O bucolismo literário tem origem em concur-

sos de canto em comunidades locais de camponeses, que conviviam com a possibilidade de miséria, diante das variações climáticas. Já no século I a.C., o bucólico aparece nas canções que traduzem as esperanças e os medos dos agricultores que vêem suas terras ameaçadas pelo confisco, principalmente, pelas alterações que acontecem com a chegada de forasteiros, pelas guerras e pelo caos político, que ameaçam a estabilidade rural.

As transformações ocorrem no decorrer dos séculos. O homem do campo, representante de um mundo ideal, onde inexistiam tensões vai, aos poucos, tomando outras formas. Mesmo na literatura, as críticas à essa visão idílica do bucolismo clássico são recorrentes. A tendência é mostrar a vida rural com as suas adversidades - o campo como refúgio, um mundo de paz e delícias é aos poucos abandonado. No século XV a idéia original passa também por transformações. Há um culto à natureza, à beleza natural vista, agora, com outros olhos: os dos cientistas e dos turistas. Portanto, a natureza observada e não a natureza trabalhada pelo camponês. Às canções e poesias que retratavam a vida camponesa, junta-se o teatro e o romance. A terra passa a ser lazer para a aristocracia. O pastor é representado, no teatro,

como fantoche. É idealizado de forma a atender os interesses da aristocracia que reduziu as atividades rurais a formas que pudessem diverti-la. Mas, a descrição do homem rural dessa forma, não é suficiente para caracterizar a transição entre o mundo feudal e a emergência de um mundo burguês. O importante é a transformação interna ocorrida nessa fase de mudança, que leva ao capitalismo agrário. Entretanto, essa descrição não é o fato mais importante na transição entre o mundo feudal e a emergência de um mundo burguês. O mais importante é a transformação interna ocorrida, em defesa do surgimento de uma nova sociedade.

O neobucólico como entretenimento palaciano é uma coisa; outra é o neobucólico em sua nova localização, a mansão senhorial e a propriedade rural que acontece no contexto de uma nova ideologia. Tem início a expulsão do camponês das suas terras, que passa agora a trabalhar para a aristocracia. O pastor passa a ser apenas o representante da vida e dos sentimentos naturais. O campo passa a ser lugar de lazer. A abundância da natureza começa a adquirir uma nova dimensão social: o aumento da propriedade, uma nova realidade econômica. No final do século XVII e início do XVIII,

acontece uma idealização da realidade da vida campestre e suas relações econômicas e sociais. A Revolução Industrial, no século XVIII, aprofunda essas transformações, baseadas num capitalismo agrário, que se encaminha no sentido de um “desenvolvimento” generalizado.

A transição dessas épocas, segundo o autor, não fica muito clara nos poemas. As transformações não ocorrem de forma linear por toda a Inglaterra. Por algum tempo, as duas formas - feudal e pré-capitalista - coexistem, gerando um conflito de valores; as relações passam a ser investidas de uma ordem impiedosa baseada no dinheiro. Alguns intelectuais se interpõem tentando preservar o ambiente natural, apegados à vida e aos sentimentos rurais tradicionais. Outros, urbanos, viam o camponês como o matuto, o caipira, o ignorante. Para os intelectuais socialistas, a substituição do capitalismo pelo socialismo, seria o meio de conter a natureza, como se a exploração dos recursos naturais pudesse estar desvinculada da exploração do homem.

O ideal de uma economia “natural” ou “ética” - que contrasta com a investida impiedosa do capitalismo -, sugere que nela nada havia de natural ou ético. A ordem social em que se

praticava essa agricultura era tão dura e brutal como qualquer outra que a tenha sucedido. A história da Grã-Bretanha mostra que os homens, ao longo do tempo, vinham desmatando a terra para fundar povoados, travando uma luta direta com a natureza.

Como ficamos então, pergunta o autor. Com essa ordem que desapareceu ou com a nova (capitalista) que vai dando origem a novas formações e que, formalmente, tem início com a peste negra quando, em alguns anos, um milhão de pessoas morreram e povoados são abandonados? A pressão do homem sobre a terra cultivada diminui; as cidades crescem; as matas são derubadas para a obtenção de madeira para a construção e a abertura de pastos. O comércio com a lã se expande. Surge o proprietário rural capitalista.

A história dos interesses dominantes, desde o séc. XVI, é a do progresso e realizações. Mas, para a maioria dos homens, é a história da substituição de uma forma de dominação por outra. O ideal de estabilidade, decorrente de um passado ordenado, servia para encobrir e evitar as duras contradições da época. Entretanto, a estrutura de sentimentos que resulta daí é o contraste entre o campo (natureza) e a cidade

(mundanismo). Porém, há outros elementos envolvidos, como os meios de produção agrícola (campos, bosques, plantações etc). O campo do agricultor é um e do capitalista é outro. As virtudes rurais são apenas lembranças:

Quando a transição ocorreu, a sociedade estava baseada na propriedade da terra e na produção rural a ela associadas e as cidades, inclusive a capital, estavam funcionalmente relacionadas a essa ordem dominante. O lucro mercantil afetava justamente essa relação. O contraste entre o gentil-homem rural e o mundano-homem da cidade era visível.

A medida que ganha importância a ordem urbana fundamentada no dinheiro, para onde vai o novo capital, senão de volta para o campo, a fim de retroalimentar a exploração? A exploração do homem e da natureza se concretiza na cidade.

A história da Inglaterra sempre esteve calcada na propriedade fundiária e nas relações sociais e trabalhistas que delas resultavam. No século XVIII, a terra estava nas mãos de poucos. As relações se baseavam, então, num capitalismo agrário, com arrendatários e trabalhadores assalariados. Cada vez mais a produção era regulada por um mercado organizado. O campesinato tradicional não mais existia.

As relações sociais decorrentes dessa estrutura, onde a aristocracia dava as ordens, se baseavam no controle da terra e na extorsão do proletariado rural. Entretanto, o confronto entre esses dois segmentos sociais nunca ocorreu. Entre eles havia uma hierarquia cada vez mais estratificada de pequenos proprietários, grandes arrendatários, artesãos e aqueles pequenos proprietários que tinham a posse da terra, dada pelo senhor feudal e que não podia ser revogada..

A melhoria das terras aráveis levou ao desaparecimento das pequenas propriedades, que deixaram de ser vistas como herança que gerava renda, passando a ser encaradas como possibilidades de investimentos. Essa transformação e organização da terra - ideologia do melhoramento - tornou-se dominante. Há uma crise de valor. A honra, a lealdade, a moral, são vinculadas à noção de preço, de mercado. São relações mercantilistas. Há um contraste entre o melhoramento da terra e as consequências sociais desse processo, representadas pela presença dos expropriados que não se enquadravam nos novos modelos econômicos.

Um nova versão social sobre a paz e as virtudes perdidas da vida rural se encontra nas contradições da Inglaterra do

século XVIII. Os melhoramentos da terra geram um aumento da produção e da exportação de cereais. É algo importante. Por outro lado, há denúncias sobre a ostentação e o luxo da cidade. Há um mundo de diferenças entre o campo e a cidade, um contraste histórico.

Do final do século XVIII, eclosão da Revolução Industrial, aos meados do século XIX, é apresentada uma nova situação. O Parlamento ordena o cercamento de terras, visto como o causador da destruição total de uma comunidade rural tradicional, com graves e contraditórias consequências sócio-econômicas. É oficializada uma situação que já vinha ocorrendo desde o século XIII e que teve seu clímax nos séculos XV e XVI.

Entretanto, é ilusória a idéia de que o capitalismo não é o verdadeiro causador dos problemas, com as transformações de uma sociedade rural em urbana e industrializada. É certo que no séc. XVII já havia homens sem terra. O sentido do campesinato já havia mudado. Esse processo de cercamento completa a pressão econômica exercida sobre os pequenos proprietários e pequenos arrendatários. Assim, não há argumentos suficientes para dizer que houve a expropriação de um campesinato no final

do século XVIII. O que na verdade aconteceu, foi a imposição de um sistema social capitalista, representado pelos confiscos legalizados, realizados pela classe dominante. Isso foi decisivo.

A Revolução Industrial é importante, embora não caracterize a mudança de uma ordem econômica para outra. As transformações já vinham ocorrendo. É bem verdade que aumenta o fluxo de trabalhadores sem terra em direção às novas cidades industriais, mas o crescimento da classe trabalhadora se deve, também, ao crescimento populacional, como parte do processo de modernização da cidade e ao aumento da produção agrícola (principalmente cereais e carne).

As relações entre o campo e a cidade se tornam críticas. Antes a Inglaterra rural estava exposta à penetração recente das relações sociais capitalistas e ao mercado que vinham se tornando crescentes. A sociedade capitalista se organiza. A crise envolve o campo e a cidade. Há uma crescente concentração de poder nas mãos dos proprietários de terras e à medida que estes se tornam cada vez mais representantes de um sistema e de interesses nacionais, se tornam também, classe política.

A idéia de aldeia rural clássica (antes dos cercamentos) dá lugar à de comunidade, agora

não mais no sentido da união pela agricultura, da cooperação, mas com a aquisição de direitos legais - reconhecimento dos sindicatos e a possibilidade de participação nas novas instituições democráticas e representativas que se instauram. A consciência de classe se forma, assim como a união contra a humilhação sistemática dos trabalhadores e pobres, pelos que habitavam as mansões senhoriais, que foram construídas à base da exploração desses trabalhadores. Apesar dessa situação, há locais que escaparam da presença dessas mansões e ficaram afastados dessa visão. São comunidades que mantêm uma estrutura tradicional e que ainda conseguem se relacionar com o vizinho sem se identificar com as classes às quais pertencem (artesãos e pequenos proprietários).

A literatura desse período demonstra várias perspectivas de explicação para essa situação de mudanças. As visões do campo se diferenciam e se confundem.

Por outro lado, por todo o século XVIII e início do século XIX, as transformações ocorrem, também, na cidade. Há um rápido processo de expansão modificando a paisagem, que deixa de ser bucólica e se transforma num amontoado de tijolos. Um novo tipo de sociedade surge. Em Londres o tradicional e o

novo se confundem. A cidade fervilha. O comércio se expande, surgem grandes construções. A cidade era o símbolo do progresso, das luzes (no sentido da marcha da humanidade em direção à liberdade). Era a civilização.

Entretanto, esse progresso traz contradições. A classe dominante, na tentativa de usufruir das transformações que ela mesma promovia, procura reprimir o progresso, impedir o avanço das construções. Leis e decretos são aprovados nesse sentido. A tentativa era de impedir a entrada de pobres na cidade, vítimas dessa economia que se transformava. Consequência inevitável do processo.

A literatura expressava, via de regra, uma forma de vivenciar a cidade que se tornaria dominante. Falava da perda da identidade e da sociedade, substituída por novas imagens. E, então, não há mais regras.

Várias formas de interpretar a cidade foram surgindo, enaltecendo a claridade da manhã, o silêncio e a beleza. A população crescia. Entretanto, essas imagens vieram antes da fumaça. As cidades industriais, pós Revolução Industrial, embora ainda emergentes, anunciavam o novo caráter de cidade e as novas relações entre elas e o campo. As atitudes e comportamentos das pessoas se transformam.

No início do século XIX, a Inglaterra rural não é mais a mesma. As forças decisivas da economia se concentram no desenvolvimento industrial e financeiro. Em uma ordem capitalista, o aumento da produção, o desemprego e a miséria coexistem. Aos trabalhadores sem terra vinham se juntar os pequenos arrendatários que perdiam suas terras pelo prolongado processo de concentração de propriedades e a exorbitância dos aluguéis.

Em 1830 é criada a Lei de Assistência. Tornar pobres e dependentes milhares de homens e depois lhes oferecer ajuda pode parecer uma atitude humanitária. Entretanto, o objetivo não era esse. Os proprietários exigiam dependência, sócio-política e econômica. Paralelamente começam a dar maior importância às leis que regulamentavam a caça. Os homens que tiravam seu sustento da terra viam, agora, os animais selvagens “preservados” como “reserva de caça”. Foram transformados em criminosos, ladrões e marginais por caçarem clandestinamente. Os proprietários, nessa mesma época, criam seus elaborados ritos de tiro e caça. Essa história é um elemento central da luta de classes na sociedade rural desse século.

No decorrer do século XIX, o poder político dos proprietários diminui (a agricultura

passa a ter papel secundário na economia). Ao mesmo tempo a estrutura social rural se isola cada vez mais do país como um todo. Entretanto, não havia contraste entre os industriais capitalistas e os proprietários rurais porque estes, desde o século XVIII, estavam envolvidos com outras atividades que geravam renda - títulos de governo, ações de bancos, aluguéis, minas, pedreiras, fundições etc. Isso impediu a criação de um abismo entre eles.

A crise social da Inglaterra do século XIX tinha seus aspectos específicos e suas questões específicas no meio rural. Entretanto, a crise era geral, devido às intrincadas interconexões entre a propriedade rural e a propriedade urbana.

Os poemas que antes deixavam transparecer alegria vão, aos poucos traduzindo angústia, solidão, tristeza e melancolia sobre a vida rural e a vida urbana.

A literatura do século XX exprime formas diversificadas de se ver o homem da Inglaterra rural do passado. Dessas formas, as mais representativas são as que falam das memórias, das observações e das descrições da vida rural, muitas delas dominadas pela consciência do desaparecimento do passado e aquelas que destacam a utilização e a

destruição da terra, as relações com um mundo natural ameaçado e as condições de um ambiente humano vinculado ao capital.

Embora a cidade tenha se tornado o centro das atividades econômicas e sociais, o campo ainda representa uma realidade presente e atuante na Inglaterra. Mas, a verdadeira população campesina - o homem natural - é minoria e a agricultura ocupa uma posição econômica marginal. Os homens vão para o campo para se livrar das tensões da cidade. Londres hoje é uma metrópole e, como tal, uma comunidade planejada. As cidades menores, em sua maioria, sobrevivem, mas seus centros foram reorganizados - os subúrbios dissolveram-se, fundindo-se com o campo.

As grandes cidades industriais da sociedade moderna, como centros de poder político, econômico e cultural, contrastam com aquelas que se mantêm em bases agrícolas ou subindustriais. Estas são, nesse sentido, modelo para o mundo.

**Laís M. Cardia**

(Aluna do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, e Professora da Universidade Federal do Acre).

\*\*\*

**“Sem Título”: A propósito da pose na fotografia de Diane Arbus.**

ARBUS, Diane. **Sans Titre.** Éditions de La Martinière, Paris, 1995

A pose não surgiu com a fotografia - invento anunciado ao mundo em 19 de agosto de 1839. Mas desde o momento em que ela passou a retratar pessoas, a pose passou a ser mais um dos elementos a se considerar pelos estudiosos desse artefato que revolucionou a arte pictórica no século passado. Na fase anterior ao aperfeiçoamento das lentes e dos químicos que viabilizaram a fotografia, o retrato exigia das pessoas, desejosas de uma cópia fiel de sua imagem, enorme sacrifício. Para se ter uma idéia, o daguerreótipo, bem no seu início, demandava uma exposição de aproximadamente dez minutos em pleno sol de verão. Uma eternidade para o modelo imobilizado numa pose e expressão facial com as quais escolhera se immortalizar.

Tida como arqui-rival da pintura, a fotografia foi sujeita a piadas e chacotas da época forjadas principalmente por aqueles (pintores, sobretudo) que viam no daguerreótipo - nome dado por seu inventor Jacques Mandé Daguerre (1787-1857) - um sério concorrente. A pose se constituiu no maior pretexto para essa galhofa. Nesse sentido os detratores da fotografia tinha motivos de sobra: “A imobilidade era um fator essencial em virtude das longas poses, e, para tanto, o ‘paciente’ - como era chamado na época - mantinha sua cabeça ereta e apoiada num ‘encosta-cabeças’ adaptado às solidas cadeiras, na qual se sentava, além de receber nos olhos uma ofuscante quantidade de luz que atravessava o estúdio envidraçado ou pela reflexão dos raios solares, que, após incidirem em espelhos especialmente orientados, o atingiam em cheio.”

A evolução técnica da fotografia, todavia, não fez desaparecer a pose estudada, calculada. As pessoas retratadas querem, invariavelmente, apresentar a imagem que julgam ser a melhor que podem oferecer. Sendo assim, é importante lembrar que a simples presença de uma câmera apontada para alguém resulta numa mudança imediata de comportamento:

abre-se um sorriso ou fecha-se a cara; muda-se de postura, quando não se opera um arranjo no "cenário", na mobília, etc. É a mobilização de códigos também de quem é alvo da objetiva. O fotografado quer "eternizar" seu melhor ângulo, seu melhor momento. "Diante da câmera, não há realidade que permaneça intacta: tudo se altera, tudo se arranja, tudo concorre para a ordem ideal do momento."

Uma análise das fotografias posadas levaria a um significativo subsídio para o estudo do imaginário de uma determinada sociedade ou grupo social. É na pose que as pessoas exteriorizam a imagem que querem que os outros tenham delas ou mesmo do que gostariam de ser. Na fotografia do século passado e nas primeiras décadas deste, percebe-se nitidamente a solenidade do ritual fotográfico. Nos estúdios ou em casa, com raras exceções, a descontração e a espontaneidade estão longe das câmeras fotográficas. Ao violador da regra, o desfoque como punição. Essa sisudez não se deve apenas à imobilidade exigida pelos obturadores lentos dos primeiros aparelhos. A fotografia é um ritual de embalsamento de corpos-vivos, onde um repertório de poses estão à disposição para o papel social que se deseja incorporar. Um festival de poses

que inevitavelmente resvalaria no ridículo.

As ciências humanas, sobretudo, vem discutindo há muito tempo a questão da objetividade na apreensão do real. Até mesmo as ciências exatas, supostamente isentas das idiosincrasias da subjetividade, têm defrontado com essa questão. No que tange à fotografia, sabemos que o fotógrafo e o 'modelo' utilizam códigos que impossibilitam essa imparcialidade. Na impossibilidade de uma apreensão objetiva, imparcial, da realidade quando de sua investigação, Machado sugere aos sociólogos e antropólogos que lidam com a fotografia como recurso na apreensão da realidade que eles "poderiam obter resultados mais produtivos se passassem a examinar a maneira como cada comunidade fotografa e se deixa fotografar."

Uma fotógrafa trabalhou a pose nos anos 60 na busca de uma interpretação de uma realidade particular via imaginário de um contingente humano marginalizado pela deficiência mental: a norte-americana Diane Arbus. Nos últimos dois anos de seu difícil convívio entre os mortais, ela dirigiu suas objetivas para retratar pacientes de clínicas e instituições psiquiátricas nos Estados Unidos. Sans Titre (Sem título) é uma pequena mas em-

blemática mostra do seu, para muitos estranho, interesse por um universo muito incômodo, porém não menos instigante.

Um universo cujos habitantes passariam despercebidos se ela não os tivesse imortalizados na representação bidimensional do papel. Era essa sua missão de taumaturgo. Sans Titre traz 51 fotografias, a maioria inédita, em preto e branco, medindo 24 x 24,5 cm. Um álbum idealizado por Doon Arbus, filha de Diane, e Yolanda Cuomo. Neste ensaio Arbus dispensou as legendas ou títulos que usualmente acompanham suas fotografias. Eram desnecessários. Seus modelos - velhos, crianças, e adolescentes, mascarados ou não, em poses bizarras - olham para a câmera/fotógrafa com expressões ora de indagação, ora de desprezo, ou ironia, ora de curiosidade, e às vezes de satisfação. Ou simplesmente demonstram uma total indiferença. Como se a fotógrafa não estivesse ali. Fisionomias que o nosso repertório de decodificação não lograria, talvez, a compreender. Os personagens de Arbus evocam seres de um planeta, bem próximo de nós, que conhecemos mas preferimos ignorar. Olhares enigmáticos, que abrigam segredos que inutilmente tentamos decifrar. Quem sabe, ela os entendia.

Crueldade? Cinismo?  
Nem uma coisa nem outra. A estratégia de Arbus era a de convidar seus "modelos" - uma galeria de personagens que explicitamente desviam do padrão de beleza e comportamento aceitos socialmente como normal - a uma pose deliberada. Seus tipos, ao convite para uma pose, se mostravam embaraçados e procuravam a melhor postura e a expressão mais adequada para compor uma imagem que considerava positiva de si próprios. O resultado é que para muitos seus personagens se tornavam mais ridículos. Seria essa a intenção da fotógrafa? A pose os tornava mais dignos ou os ridicularizava? Para Sontag, "Sentados ou de pé, o ar afetado, esses personagens nos aparecem como a própria imagem do que são."

Dubois vai além em suas considerações sobre a pose nas fotos de Arbus, insistindo na verdade interior dos personagens retratados que esse artifício pode revelar. Segundo ele, essas fotos são "a antítese da foto-ao-vivo, da foto pedaço-de-vida, da foto feita de improviso ou sem que o modelo saiba. Contra a imagem capturada, Arbus joga a imagem convocada e construída. Contra a espontaneidade, a pose. É por meio da imagem "plástica" que querem dar de si mesmas e que a artista

as leva a produzir que se revela a “verdade”, a “autenticidade” das personagens de Arbus. (...) É no próprio artifício que a foto vai se tornar verdadeira e alcançar sua própria realidade interna. A ficção alcança, e até mesmo ultrapassa, a realidade.”

O ‘gosto’ de Diane Arbus por tipos, que ela preferia chamar de ‘excêntricos’, a tornou uma figura lendária na sua profissão. Antes desse ensaio, ela apontou sua câmera para personagens do submundo ou marginalizados na sociedade americana: travestis, prostitutas, anões, hermafroditas, etc. Os deficientes mentais foram sua última investida antes de se suicidar em 1971, aos 48 anos. O acervo de imagens de Arbus, ex-fotógrafa de moda, ao lado do marido Allan, é a comprovação de um olhar que enxergava surrealisticamente o cotidiano. Por suas lentes, até as pessoas ditas normais eram filtradas de forma esdrúxula, ou ‘excêntrica’, como ela preferia. As raras pessoas do show business americano que se arriscaram a ser captadas deliberadamente por suas lentes se arrependeram. O escritor Norman Mailer, um dos papas do new journalism, ao ver uma foto sua clicada por Arbus advertiu: “Ela com uma máquina fotográfica é como uma garota com uma granada na mão.”

Na realidade, o que Arbus não queria mais era o glamour que transbordava de suas fotos feitas sob encomenda para as célebres revistas de moda ‘Vogue’, ‘Harper’s Bazaar’ e ‘Glamour’, nos últimos anos da década de 50. Com uma guinada de 160°, ela dirigiu seu olhar para a excentricidade da sociedade americana. Para figuras que não correspondiam, sob nenhum aspecto, aos padrões de beleza e comportamento daquele rincão de moralidade. Ou falsa moralidade. Ela não os via como melhores ou piores do que os ‘normais’.

No posfácio de Sans Titre, sua filha Doon Arbus, argumenta que essa mudança radical de estilo e técnica não foi deliberada de sua parte: “Ela se deu porque Arbus reagia naturalmente ao ambiente onde se encontrava, às pessoas com quem ela estava, às relações que elas tinham consigo e ao que Diane via se passar entre elas. Ninguém jamais posou para ela com tanta naturalidade, com tamanha desenvoltura, com tanta aceitação de sua identidade. A desenvoltura delas se tornava a sua. É por isso que nenhum de seus trabalhos - incluindo algumas de suas famosas fotografias tomadas na mesma época - não parecem verdadeiramente com estas aqui. Não se tratava de uma técnica

inventada por ela mesma que poderia ter sido aplicada à vontade não importa em que circunstâncias. O estilo, a técnica não teriam sentido a seus olhos se não estivessem ligadas ao conteúdo de forma indissolúvel.”

#### BIBLIOGRAFIA

- KOSSOY, Boris. **Origens e expansão da fotografia no Brasil - século XIX.** Rio de Janeiro:Funarte, 1980
- MACHADO, Arlindo. **A ilusão especular - introdução à fotografia.** São Paulo: Brasiliense, 1984
- SONTAG, Susan. **La Photographie,** Paris: Seuil, 1979.
- DUBOIS, Philippe. **O Ato Fotográfico.** Campinas: Papyrus, 1994.

#### **Bertrand Lira**

(Aluno do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba)

#### AOS COLABORADORES

**POLÍTICA & TRABALHO** aceita proposta de artigos, mas todas as colaborações não encomendadas são submetidas ao Conselho Editorial, a quem cabe a decisão final sobre sua publicação. O Conselho Editorial reserva-se o direito de sugerir ao autor modificações de forma, com o objetivo de adequar os artigos às dimensões da revista ou ao seu padrão editorial e gráfico. As notas de rodapé e referências bibliográficas devem ser evitadas ou restritas ao mínimo indispensável. A publicação de um artigo não exprime endosso do Conselho de todas as afirmações feitas pelo autor.



**UFPA/EDITORA  
UNIVERSITÁRIA**